

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós Graduação em História

**Teatro do Mundo. Embaixadas e diplomacia em Roma durante a
Restauração Portuguesa (1640-1671).**

Luciano Cesar da Costa

2019

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós Graduação em História
Matrícula: D008.115.023

Luciano Cesar da Costa

**Teatro do Mundo. Embaixadas e diplomacia em Roma durante a
Restauração Portuguesa (1640-1671).**

Programa de Pós Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para obtenção do
grau de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo da Rocha Wanderley

NITERÓI
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D111t Da costa, Luciano Cesar
Teatro do Mundo. Embaixadas e diplomacia em Roma durante a
Restauração Portuguesa (1640-1671) / Luciano Cesar Da costa
; Marcelo Da Rocha Wanderley, orientador. Niterói, 2019.
203 p.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.13517242748>

1. Embaixadas. 2. Restauração Portuguesa. 3. Roma. 4.
Produção intelectual. I. Da Rocha Wanderley, Marcelo,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

Tese defendida e aprovada ___ / ___ / ___

Pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcelo da Rocha Wanderley (UFF)
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Ricupero (USP)

Prof. Dr. Ronald Raminelli (UFF)

Prof. Dra. Silvia Patuzzi (UFF)

Prof. Dr. Carlos Ziller Camenietzki (UFRJ)

NITERÓI

2019

Palavras-chaves – Restauração Portuguesa – Embaixadas - Roma

Resumo

A presente tese versa sobre as diversas embaixadas enviadas por Portugal durante a Restauração Portuguesa, iniciada em 1640. Durante esse período Portugal separava-se da monarquia castelhana com a subida ao trono do então Duque de Bragança. Apesar da aclamação dentro do reino, no cenário internacional Portugal ainda carecia de legitimidade, uma vez que o novo rei era apenas considerado um “rebelde”. Assim sendo, o envio de embaixadores foi uma das estratégias de legitimação da nova dinastia. Entre esses envios ocorreram diversos para a cidade de Roma, sede da Santa Sé, e destino dos embaixadores das mais diversas potências da Europa e do mundo, um verdadeiro “Teatro do Mundo” como escreviam os coetâneos. A busca pelo reconhecimento papal era fundamental para a Restauração, uma vez que poderia constranger outros príncipes a aceitarem o novo rei português. Apesar disso, os caminhos portugueses foram sempre mais difíceis, em parte pela própria presença castelhana nas ruas de Roma ou pela inexperiência de seus enviados. Ainda assim, a “diplomacia rebelde” portuguesa não se deixou abater até o reconhecimento formal em 1671.

Keywords - Portuguese Restaurant - Embassies - Rome

Abstract

This thesis deals with the various embassies sent by Portugal during the Portuguese Restoration, begun in 1640. During this period Portugal separated from the Castilian monarchy with the accession to the throne of the then Duke of Bragança. Despite the acclaim within the kingdom, in the international scenario Portugal still lacked legitimacy, since the new king was only considered a "rebel". Thus, the sending of ambassadors was one of the strategies of legitimation of the new dynasty. Among them were the city of Rome, the seat of the Holy See, and the destination of the ambassadors of the most diverse powers in Europe and the world, a true "Theater of the World" as the peers wrote. The quest for papal recognition was central to the Restoration, since it could constrain other princes to accept the new Portuguese king. In spite of this, the Portuguese paths were always more difficult, partly by the Castilian presence itself in the streets of Rome or by the inexperience of its envoys. Nevertheless, the Portuguese "rebel diplomacy" did not allow itself to be slaughtered until the formal recognition in 1671.

Índice

Agradecimentos	7
Introdução.....	10
Capítulo 1 - A restauração da Diplomacia.....	16
1.1 - Diplomacia: da Itália à Westfália.....	16
1.2 - O Século XVII e a diplomacia moderna.....	21
1.3 - A Restauração Portuguesa e a Diplomacia.....	28
1.4 - Perfil dos embaixadores portugueses.....	35
Capítulo 2 - O embaixador e os espelhos.....	43
2.1 - Espelhos de embaixador, metodologia e escolhas.	43
2.2 – Embaixador, representante do rei. Instruções e modelos de ação.	47
2.3. - Do interior ao exterior.....	55
2.4 – Tipos de embaixadas.....	62
2.5 - A natureza do embaixador e sua prática.....	66
2.6 - O embaixador, um espião honrado.	69
2.7 - Hierarquia entre as embaixadas.....	74
Capítulo 3 - Roma, teatro do mundo.....	81
3.1 - O espelho de Roma.....	81
3.2 - O funcionamento do papado.....	88
3.3 - <i>Sede Vacante</i>	95
3.4 - A “nação” espanhola.....	99
3.5 - A “nação” portuguesa.....	108
Capítulo 4 – Epistolas diplomáticas.....	114
4.1 - Instruções iniciais e a formação da rede diplomática.....	117
4.2 - O temerário encontro.....	121
4.3 - Sem embaixada não há bispo.	132
4.4 - O Cardeal Protetor.....	134
4.5 - Remuneração à romana.....	144
4.6 - Queixas e conflitos.....	152
Capítulo 5 - A prática cerimonial em Roma.....	153
5.1 - Cerimônias, muito além da forma.....	156
5.2 - Roma cerimonial.....	159
5.3 - Formas de Tratamento.....	162
5.4 - Outras formas de ostentação.....	167
5.5 - As audiências papais.....	177
5.6 - O preço do luzimento.....	180
Conclusão.....	183
Bibliografia	187

Agradecimentos

Nesses quatro longos anos que marcaram a escrita da tese, por diversas vezes me imaginei escrevendo os agradecimentos e, uma vez aqui, estou de fato perdido. Mas pela primeira vez, estar perdido é gratificante, pois representa a quase impossibilidade de agradecer a todos que contribuíram com a construção da tese.

Não teria como deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História e a seu corpo de funcionários que me acolherem de tantas formas e em tantos momentos, em especial a Thais e Rafael. Ainda no área de História da UFF há um grupo de “mestres” - no sentido mais romântico possível do termo – que me ensinaram muito, quando ingressei aos 17 anos pela primeira vez em suas aulas. Rodrigo Bentes, Ronald Raminelli, Georgina Santos, Guilherme Neves e Fernanda Bicalho foram professores atenciosos e que compartilham comigo o seu gosto pela época moderna. Ronaldo Vainfas também estava lá me influenciando – sem saber, creio eu – a estudar a Restauração. Suas aulas me inspiram ainda hoje. A Ronaldo gostaria de agradecer também pelo aceite em compor as bancas do doutoramento. Não poderia deixar de agradecer, ainda, ao professor Marcelo Wanderley. Não há outro interlocutor que conheça tão bem minha trajetória acadêmica, desde a monografia como arguidor até a tese como orientador. Queria agradecer ainda pelos “puxões de orelha”, ganhei alguns, talvez mais do que alguns. Mas, sobretudo, por sua sinceridade e realismo que me ensinaram muito.

Fora dos muros da UFF, há um grande grupo de “obrigados”. Gostaria de agradecer ao professor Rodrigo Ricupero que compartilhou comigo sua empolgação pelos arquivos, nas gélidas manhãs de inverno no Tombo. Mas também, por algumas dicas preciosas para a pesquisa, tanto na qualificação, como antes e, sobretudo, pelo aceite em compor a banca final da tese. Gostaria também de agradecer à professora Silvia Patuzzi pelos primeiros contatos ainda no grupo de pesquisa sobre Maquiavel e pela sua erudição invejável que corre os corredores da universidade e é claro, por aceitar compor a mesa final da tese. Ao professor Carlos Ziller por seu *Paraíso*, que foi de fato um Paraíso para alguém que, como eu, escolheu estudar Roma. Vale o agradecimento, ainda, por aceitar ler estes escritos tímidos, frente à imensidão do mundo romano. Do outro lado do Atlântico, não poderia deixar de agradecer ao professor Nuno Gonçalo Monteiro pelo excelente curso que ministrou no Brasil e pelos diversos documentos sugeridos. Ao professor Pedro Cardim, meu máximo

reconhecimento. Em algumas reuniões redefiniu os horizontes da pesquisa, além de permitir o acesso à Biblioteca do CHAM (Centro de Humanidades) da qual colhi muitos dos textos da tese.

No âmbito privado – se é mesmo que podemos separá-los – tenho muitos agradecimentos. Começando com meus colegas professores. Como diria um velho amigo, os laços que são feitos “pelo giz” são, por vezes, tão fortes quanto os laços de sangue. Não resta dúvida de que dividimos a mesma paixão por ensinar. Fernando, Gisa e Arthur são companheiros antigos e que tornam qualquer “reunião pedagógica” tolerável. Rico, Marcela, Dennis e Bruno dividem comigo o gosto pelo ensino público de qualidade, pelo o qual lutamos juntos, todos os dias. A todos os meus diretores, sem nomeá-los, gostaria de agradecer pela parceria, nas minhas frequentes ausências por conta da tese.

Há ainda que agradecer aqueles interlocutores entre dois mundos, a pesquisa e o magistério, ainda que não tenha certeza se é possível separar os dois. Bento Mota, Daniela Bonfim, Milena Farias e Adriano Paranhos compartilham o desejo sincero em conciliar uma vida de estudos e uma vida de professor. À família Mota, gostaria de agradecer pelo abrigo constante. Todos viveram ou vivem as angústias de um doutoramento. Obrigado por me mostrarem que nunca se está só. Queria agradecer também ao Igor Vasconcellos por compartilhar comigo o gosto pela “boa escrita” e seus manuais, e é claro, por me brindar com sua amizade. Ao irmão de outra vida, Marco Aurélio, não tenho nem palavras para descrever, obrigado por tudo.

Em “casa”, valem os agradecimentos às minhas irmãs, Dani e Nath, que me presentearam com dois lindos sobrinhos durante a escrita da tese. A existência deles me deu ânimo redobrado em cada desafio que aparecia. A meu pai, Nathaniel, por tudo e em tudo atento. A minha mãe, Lúcia, professora de história das melhores e mãe dedicada, fundamental na minha escolha de ser professor-pesquisador, muito mais do que ela gosta de admitir. Não poderia deixar de agradecer a minha companheira, Julia Morata. Tradutora, revisora, amiga e namorada, tudo em uma única pessoa. Essa tese jamais teria sido escrita sem o seu companheirismo nas madrugadas, nos “viradões” que tanto fizemos. Arrisco dizer que você inspirou cada linha dessa tese. E não há nada melhor do que saber que ainda temos muitos caminhos por trilhar.

Certo estou de ter esquecido alguém, não por falta de zelo, mas por falta de capacidade. Gostaria de agradecer a todos e a cada um que esteve na torcida, em especial a meus alunos que são os primeiros e os últimos incentivadores de cada linha

que leio. Lembrando que os méritos dessa tese são nossos, já os erros, estes são só meus. No mais, obrigado por tudo. Seguimos fortes, Resistência!

Introdução

Ao acordar pela manhã e conectar-se a qualquer mídia social ou à televisão, nos deparamos com um mundo globalizado. A globalização definiu-se como um grande fenômeno de interação internacional em que todos se comunicam com todos. Ora, assim sendo, a linguagem diplomática assume uma nova orientação baseada numa infinidade de canais de comunicação. Nota-se aí a necessidade de comunicar-se, de dialogar, e talvez, de melhor conhecer o outro.

Apesar de sua centralidade nos dias atuais, a diplomacia tem origem mais remota. Os primeiros canais diplomáticos surgem ainda na Antiguidade, com o envio regular de embaixadores, sobretudo, pelos gregos. Apesar disso, o período Antigo apresentava apenas de maneira relativa seus embaixadores, uma vez que a guerra ainda era sua principal atividade. Seja como for, a diplomacia apresentou diversas mudanças com o decorrer do tempo, parte dessas mudanças mais fundamentais ocorrem no período moderno.

O renascimento italiano marca a primeira produção mais sólida sobre o saber diplomático. Parte desse conhecimento relaciona-se com a própria fragmentação política italiana, que gera a necessidade de troca de embaixadores entre os diversos principados. Esse primeiro momento começa a fornecer espaço para uma nova forma de fazer diplomacia que emerge no século seguinte. Jacob Burckhardt¹ escreveria na segunda metade do século XIX, um livro, hoje clássico, sobre a Itália do Renascimento. O historiador suíço era um “apaixonado” pelo mundo italiano, pela sua originalidade e o espaço para a individualidade e criatividade artística. Porém, o autor também era dotado de um realismo para perceber a complexa política italiana. A fragmentação, a partilha e as divisões talvez fossem as marcas mais evidentes dessa realidade. Com inúmeros principados, a Itália era assim um grande conjunto de partes, desunidas e em frequente conflito. Porém a grande marca da análise de Burckhardt é a ideia que o Renascimento foi um processo histórico fundamental para abrir caminho para o *Individualismo*, e o espaço de criação, da oportunidade, e sobretudo, do humanismo. Ciente dessa capacidade inventiva italiana, os diversos principados fragmentados e em conflito, utilizaram sua capacidade criativa na diplomacia; para eles fundamental para evitar a guerra em diversas frentes. Note-se

¹ Jacob Burckhardt. *A Cultura do Renascimento na Itália. Um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ainda que nesse já delicado cenário, havia o papado que poderia agir como mediador, mas também como combustível para os conflitos políticos.

Mais recentemente, a fragmentação italiana seria analisada por Alberto Tenenti² que defende que parte dessa fragmentação pode ser também explicada com os diversos interesses de outras monarquias e regiões na política italiana. Durante a passagem do século XIV para o XV, a Itália pode viver uma quase ausência de intervenções das regiões de fora península. A Inglaterra estava concentrada na lendária Guerra das Duas Rosas; na Espanha os Reis Católicos ainda manejavam sua unificação; a própria Guerra dos Cem Anos mantinha a Itália em “paz”. Porém, com o decorrer do XV, franceses e espanhóis, por exemplo, procuraram por diversas vezes conquistarem e controlarem regiões italianas. Nápoles e Milão passam a ser palco de disputas entre as duas monarquias. Em 1507, Piemonte, Milão e Nápoles caíram nas mãos francesas. Mas o sucesso, não duraria muito. Já em 1529, a Paz de Cambrai consolidaria o poder espanhol, ao menos por algum tempo na Itália. Logo, ficaria ainda mais evidente a possibilidade de península de defender-se de seus inimigos para além dos Alpes. Mas na Itália como propõe o autor, nada era definitivo, cada região, cada principado vivia a instabilidade, logo fica evidente a necessidade de consolidar um saber diplomático.

A saber, o século XVII começa a fomentar a presença de embaixadas permanentes, ou seja, a diplomacia deixa de ser ocasional, e se torna, constante e necessária entre as diversas monarquias e regiões da Europa.

Essa nova diplomacia apresentava diversos expedientes que se relacionam com a manutenção de uma comunicação constante entre o reino e seus embaixadores. Passam, então a serem criadas chancelarias e ministérios dos negócios estrangeiros. Tais órgãos produzem uma grande quantidade de memórias sobre a diplomacia, mas também criam um conjunto de despachos que contabilizam uma valorosa documentação. Mas é também nelas que se depositam as principais correspondências. E justamente, dentro desse vasto corpo documental que se encontra a presente tese, buscando analisar a correspondência diplomática entre os embaixadores e o reino.

É dentro desse novo cenário diplomático que temos a Restauração Portuguesa. A morte do rei Sebastião na emblemática batalha de Alcácer-Quibir deixa o reino português sem rei e sem sucessor. Emerge desse cenário a União Ibérica, e

² Alberto Tenenti. *La Edad Moderna*. Barcelona: Crítica, 2000.

Felipe II, rei da Espanha, torna-se rei também de Portugal. O longo período Filipino, de 1580 até 1640, chegaria ao seu crepúsculo com a ascensão de D. João IV como novo rei de Portugal. Porém, entre a aclamação e a realidade objetiva, um longo período deveria ser percorrido. A nova dinastia reinante era considerada como rebelde pelo soberano castelhano, e, conseqüentemente, pelo papado. Logo, deveria o novo rei enviar embaixadores em busca de reconhecimento, de legitimidade. E justamente aí que se encontra o tema da pesquisa, no envio de embaixadores para Roma, em face à necessidade de reconhecimento papal da nova dinastia.

Vale ressaltar que esses conflitos de poder entre as duas monarquias ibéricas se manifestaram dentro da diplomacia. O envio de embaixadores, a produção de memórias e a intensa troca de missivas marcavam na verdade, o conflito e a disputa entre os dois monarcas. Dentro de um quadro geral, as relações internacionais na época moderna passavam por um realinhamento durante o século XVII.

A monarquia francesa se reconciliava com o Papado, após a conversão de Henrique IV ao catolicismo. Enquanto isso, a Inglaterra vivia uma série de conflitos civis, entre protestantes e católicos e entre monarquias e parlamentaristas. Mas é sobretudo, na monarquia castelhana que se desenha uma mudança mais abrupta, se durante o século XVI o poder espanhol era praticamente inquestionável, por conta da vigorosa expansão protagonizada por Filipe II, no século XVII se desenhava uma nova configuração de poder. A monarquia castelhana começava a sofrer inúmeros ataques internos e externos. Internamente, diversas partes se rebelam contra o poder filipino: Catalunha, Sicília, Nápoles, Flandres e é claro, Portugal. Externamente, a política expansionista francesa ameaçava os domínios castelhanos em terra; enquanto as Províncias Unidas ameaçam por mar as grandes praças comerciais castelhanas. Assim, configurava-se uma crise da hegemonia castelhana, da qual Portugal foi uma parte determinante.

A presente tese se divide em cinco capítulos, que versam sobre as diversas embaixadas portuguesas para Roma, de 1640 até 1671. Vale ressaltar que a abordagem adotada é mais temática do que cronológica em si, uma vez que não se optou por uma exposição exaustiva de cada uma das embaixadas, priorizando assim, grandes eixos temáticos, tais como o custo das embaixadas, os encontros entre embaixadores ou as entradas públicas em Roma.

Por se tratar de um tema que mereceu uma revisão nas últimas décadas, o primeiro capítulo traz o campo historiográfico sobre o estado da arte nas pesquisas

sobre a diplomacia na época moderna. Para tanto, foram levantados trabalhos mais recente, em especial na França e Espanha. Dessa forma, a fim de entender a conjuntura geral da Europa entre 1640 e 1671, momento que envolve temáticas como a Guerra dos 30 anos, a Paz dos Pirineus, o domínio holandês no Brasil e o relativo declínio dos domínios espanhóis na Europa, no qual Portugal é apenas mais um exemplo de perdas territoriais do Império Habsburgo. E é claro, as diferentes relações de força entre essas potências, que se manifestam na intensa troca de correspondência entre os embaixadores portugueses nas diversas partes da Europa.

E finalmente, como a Restauração Portuguesa estava inserida dentro de um novo sistema de relações internacionais, baseado na diplomacia e no equilíbrio de poderes entre as diferentes potências. Novo equilíbrio esse, que não dispensava o típico cerimonial e cortesia das sociedades de Antigo Regime.

Enquanto isso, no capítulo segundo, serão tratados os vários escritos a respeito do comportamento esperado para os embaixadores na época moderna e de como também esses autores apresentavam elementos em comum que permitem desenhar um “tipo ideal” de embaixador. Nesse caso, foram escolhidos os manuais produzidos dentro da península ibérica, inclusive o manual escrito por Antonio da Silva e Souza, embaixador português durante a Restauração, além da clássica obra *El Embaxador* escrita por Vera y Figueroa, considerada como livro referência da temática das embaixadas. Ambos documentos nos auxiliam a perceber a diversidade de situações em que os embaixadores poderiam experimentar.

O capítulo terceiro demonstra a centralidade romana durante a época moderna, visando, sobretudo, desenhar o funcionamento interno daquela corte, suas fragilidades e forças. Para isso foi essencial a obra de Diego Saavedra Fajardo, *Relacion de Las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey de España*. Fajardo faz uma densa análise das querelas romanas e dos costumes até o jogo de forças entre os cardeais. Por fim, analisa a forte influência que a monarquia hispânica exercia nos conclaves que elegiam o novo papa, e quais eram os agentes diplomáticos que poderiam ser utilizados, tais como embaixadores, cardeais e vice-reis. Também deve ser levada em conta a presença da comunidade portuguesa em Roma: igrejas, mercadores e clérigos, entre esses últimos, os jesuítas agentes importantes para as embaixadas em Roma. Mas, sobretudo, observa-se a análise das forças castelhanas na Itália. Isso porque, entender o domínio espanhol na Itália

implica também em perceber a capacidade de manobra que os agentes portugueses tinham naquela região.

O penúltimo capítulo aborda as relações portuguesas dentro da Cúria Romana. Realizou-se um levantamento das principais embaixadas enviadas no período, qual era a natureza dos enviados e suas instruções específicas, e é claro, sua densa troca de correspondência com o reino. Importante dizer que esse capítulo analisará a atuação direta dos embaixadores portugueses, que eram recrutados entre segmentos sociais específicos, a saber, a nobreza e o clero. Para o caso romano, a instrumentalização de representantes eclesiásticos como embaixadores foi uma constante. Essa realidade se explica pela própria natureza dos negócios que a monarquia portuguesa deveria tratar em Roma, entre eles o mais emblemático é a confirmação dos bispos nomeados pelo rei como também pelo Sumo Pontífice em Roma. Cabe ainda enfatizar, que as diversas cartas escritas pelos embaixadores, mais do que meros informes tinham um eminente caráter político, e eram assim, instrumentos para a legitimação da nova dinastia reinante.

Por fim, apresenta-se o último capítulo no qual se faz uma reanálise de toda a documentação dos capítulos anteriores, priorizando os aspectos cerimoniais em cada uma dessas fontes: cartas, memoriais e relatos. Como sabemos, em sociedades modernas, os cerimoniais não eram meras formalidades e relacionavam-se com o próprio sucesso ou fracasso de uma determinada embaixada. Diversos elementos podem ser mencionados. Prioritariamente, o respeito às precedências - as autoridades mais preeminentes tinham mais destaque em eventos públicos - o que envolvia uma verdadeira competição por posições. Inclusive as precedências de passagem, nas quais a autoridade preeminente deveria passar primeiro que as demais, porém, nem sempre nas ruas de Roma se conseguia perceber de quem era uma das carruagens que vinha. Assim, por vezes, as precedências acabavam por não ser respeitadas. Ademais, muitas das precedências não tinham regras escritas e eram baseadas nos costumes diários, nas ruas e na própria experiência.

Outros comportamentos eram esperados por embaixadores: fazer visitas, dar festas e cumprimentar autoridades. A ausência de qualquer um deles era considerada descortês, e daí logo se analisava a importância deles para o próprio sucesso das embaixadas portuguesas. Durante os sessenta de união entre as coroas, Portugal ficou sem um expediente diplomático formal, uma vez que a corte em Madri centralizava as missões diplomáticas. Dessa forma, Portugal precisava fomentar a produção de um

conhecimento diplomático, e é claro, entender o seu complexo cerimonial. Em Roma, cidade cerimonial por excelência a incapacidade de manobrar esses tramites poderia causar o fracasso da embaixada e o não reconhecimento da monarquia pela Santa Sé.

Importante enfatizar quais foram os documentos centrais utilizados pela tese. O primeiro capítulo é eminentemente bibliográfico, mostrando a construção dos estudos sobre História Diplomática na época moderna. Apenas as genealogias portuguesas são utilizadas como fonte para esquadrihar o perfil de recrutamento dos embaixadores. No capítulo segundo e terceiro da tese, utiliza-se os diversos “espelhos de embaixador”, fontes coetâneas que detectam o comportamento esperado dos embaixadores. Ao passo que o capítulo terceiro utiliza a ampla documentação epistolar para sondar a atuação dos embaixadores lusos, vale ressaltar que se analisou apenas a documentação portuguesa. Ou seja, não se pode perceber ainda qual era a percepção romana das embaixadas portuguesas. A importante documentação dos embaixadores castelhanos também foi parcialmente explorada. Dessa realidade, resulta uma lacuna importante, a tese é assim unilateral ao mostrar apenas a visão portuguesa das embaixadas, lacuna que pode ser preenchida em trabalhos futuros, com a possibilidade de acesso aos arquivos romanos e espanhóis.

Procurando facilitar a leitura todas as fontes manuscritas e impressas foram traduzidas para o português contemporâneo, fazendo adaptações quando cabíveis. Quando havia dúvida sobre as palavras ou sobre a tradução há uma sinalização com colchetes. Quanto a localização dos documentos seguiu-se os modelos de localização ou cotas dos arquivos de origem.

Capítulo I – A Restauração da Diplomacia.

1.1. Diplomacia: da Itália à Westfália.

Under jungle law, the price of survival was incessant alertness. One method of providing for this alertness and of countering the dangers of constant war was found in a new style of diplomacy³

“Debaixo da lei da selva, o preço da sobrevivência é o alerta constante. Um método de prover esse alerta era conter os perigos da guerra é encontrar um novo estilo de diplomacia”

Durante a época moderna muitos foram os momentos em que as monarquias e repúblicas entraram em guerra entre si; estas constroem uma parte da história da Europa. Tendo em vista a carência de homens e recursos, a diplomacia não era apenas um caminho possível, mas necessário para a manutenção do poder. Evitar a guerra em duas frentes, firmar tréguas e é claro disputas hegemônicas eram algumas das questões centrais da diplomacia moderna. O perigo que emergia com frequência fez com que a diplomacia pudesse representar o próprio homem moderno.

Dentro do campo da historiografia, a história diplomática ou ainda a história das Relações Internacionais ainda é de maneira geral presa ao paradigma historicista do século XIX. O Estado era entendido como uma instituição inquestionável, não havendo espaço para contradições; também era assim o responsável pelas decisões no plano internacional, e havia pouco espaço para os indivíduos e atores sociais. Ao mesmo tempo, procurava-se encontrar grandes marcos temporais para explicar as Relações Internacionais, o estudo de tratados de paz e armistícios é a prova evidente

³ Garrett Mattingly. *Renaissance Diplomacy*. Baltimore: Penguin Books, 1964, p. 18.

da busca desses marcos. Seja como for, a intenção da presente pesquisa esbarra mais em utilizar de forma renovada a história das Relações Internacionais.

Para melhor compreender esse processo de renovação a leitura da coletânea organizada por Pierre Renouvin foi indispensável, um dos autores clássicos dentro das leituras das Relações Internacionais.⁴ Sua principal contribuição foi analisar as grandes temáticas das relações entre Estados não mais por um viés historicista, centralizado toda análise em grandes arquivos diplomáticos, chancelarias, mas sobretudo, em uma percepção mais totalizante reforçando os atores sociais menores. Ademais, Renouvin também desenvolve o conceito de “forças profundas” que sinaliza que nem todas decisões políticas eram tomadas por homens de Estado isolados, mas sim dentro de um amplo quadro cultural de cada povo.⁵ Assim, não era o indivíduo que comandava o processo histórico, mas todo um conjunto de forças. Ademais, em sua coletânea, Renouvin também vai mostrar como uma percepção eurocêntrica das Relações Internacionais esbarra em diversos problemas, sempre analisando as relações entre Ocidente e Oriente.

Tal renovação teve por base permitir aos diversos atores sociais grandes ou pequenos serem percebidos como agentes da história, ao mesmo tempo em que interpreta os eventos históricos como processuais, não se limitando apenas as demarcações temporais. Embaixadores, mercadores, clérigos, jesuítas e criados; todos poderiam ser agentes diplomáticas, portanto, influenciar o rumo das Relações Internacionais.

Entre as obras trabalhadas nesse primeiro capítulo destacam-se marcadamente referências de cunho mais geral que fornecem um primeiro arcabouço teórico sobre as embaixadas na época moderna. Foi adotado para fins organizativos uma primeira análise sobre títulos mais abrangentes que versam sobre o quadro geral das relações internacionais na primeira metade do século XVI até o desenvolvimento da diplomacia no XVII. Passando em seguida para as obras que trabalham especificamente a realidade portuguesa, e por fim, versarei sobre as principais casas nobres que enviam embaixadores.

⁴ Pierre Renouvin (Ed.). *Historia de las Relaciones Internacionales*. Madri: Aguilar, 1967. 3v.

⁵ Vale ressaltar que diversos conceitos de Renouvin vai ser refinados por Jean-Baptiste Duroselle, inclusive o conceito de forças profundas. Ambos são responsáveis por essa grande renovação dentro dos estudos sobre Relações Internacionais.

Apesar da presente tese tratar da diplomacia ao longo do século XVII é evidente a necessidade de retroceder no tempo para melhor analisar os processos formativos da diplomacia moderna.

Como vimos, a fragmentação italiana vai ser o motor que impulsiona a criação de embaixadas permanentes. Os efeitos da fragmentação levaram assim a busca por um saber diplomático mais preciso. A *Sereníssima* Veneza seria a primeira região a formular manuais diplomáticos e a enviar embaixadores com regularidade. O historiador Garret Mattingly é um dos primeiros a escrever sobre a diplomacia do Renascimento.⁶ A ideia central de seus escritos é perceber a singularidade diplomática italiana, para o autor o humanismo tem uma evidente proximidade com o desenvolvimento da diplomacia. Porém, diferentemente de Burckhardt não podemos explicar essas mudanças na diplomacia, apenas com a crença no espírito criativo italiano. Para o autor a limitação do conflito entre o Papa e o Imperador criou uma reserva energética que foi prontamente aplicada para limitar os elementos feudais. Sem as obrigações feudais surgiram diversos poderes temporais. E aí, reside uma das contradições elencadas pelo autor, apesar da presença papal os poderes na Itália eram todos temporais. A Itália estava sempre dividida e ameaçada por vários poderes temporais, “Mas sabia que a chave do poder era a força. Assim, na Itália, a luta entre as duas cabeças da cristandade abriu caminho para o plantio do primeiro Estado soberano onicompetente, amoral e soberano”⁷ Muito mais importante do que manter uma determinada fé, era manter o Estado. Ou seja, os interesses dos pequenos Estados italianos eram pautados pela política e não apenas pela fé. Ao mesmo tempo, geograficamente defendidos pelos Alpes, a Itália viveria um relativo isolamento da grande crise do século XIV, não sendo abalada de 1378 à 1492. Da mesma maneira, a proximidade espacial entre as regiões facilitou a formação de uma rede diplomática na Itália. A península viveria isolada, mergulhada em seu mundo, tendo a guerra constante como um dos seus grandes elementos. Tudo isso, construiria um sistema de equilíbrio de poderes, que para o autor iria se expandir ao longo do século XVII para todo o resto da Europa. Homens educados pelo humanismo tinham uma grande crença na diplomacia e na força do diálogo, porém, o decorrer dos eventos iria confrontá-los.

⁶ Garrett Mattingly. *Renaissance Diplomacy*. Baltimore, Penguin Books, 1964.

⁷ “But the knew that the key to power was force. Thus, in Italy the struggle between the two heads of Christendom cleared the ground for the planting of the first omnicompetent, amoral, sovereign state.” In: Garret Mattingly Op. cit. p.,17.

Outro autor de língua inglesa de grande validade para a pesquisa é Jeremy Black. Em seu manual sobre a história da diplomacia pode-se perceber alguns recortes importantes. O autor inicia sua análise fazendo a ressalva que não se deve tratar a diplomacia ocidental como um modelo global. Reforça que os persas, por exemplo, mantinham em expediente diplomático tão efetivo quanto os gregos durante a Antiguidade. Na modernidade, por ser turno, chineses e turcos também mantinham embaixadas, tal como italianos e franceses. Ou seja, a Europa não era o berço da diplomacia. Ao mesmo tempo, evita os esquematismos do uso de modelos, para o autor a própria ideia de um “paradigma”, já estaria equivocada uma vez que a diplomacia deve ser compreendida dentro de um arcabouço de “representação cultural” e “pensamento intelectual”, existia uma *cross-cultural diplomatic* baseada na noção de troca cultural entre os diversos embaixadores. Dessa forma existia uma mutabilidade muito grande na diplomacia para que ela possa ser analisada dentro do esquema de grandes sistemas. O próprio modelo de “embaixadas permanentes” que se consolidou no Ocidente ao longo da época moderna, só mais tardiamente foi adotado pelo Oriente. Ao mesmo tempo, deve-se superar a ideia que a diplomacia é feita só por diplomatas, como aponta o autor, mercadores e militares também atuavam como diplomatas, trata-se no fundo de uma permanente troca de informações.⁸

Para diplomacia moderna eram centrais dois elementos, a reciprocidade nas relações e a apresentação de credenciais pelos embaixadores. Ao mergulhar sobre a diplomacia na Europa, Black reforça a importância da Antiguidade Clássica e de como esses elementos “modernos” tinham em certo sentido uma forte relação com a diplomacia da Antiguidade. Porém, enquanto os gregos tinham um forte desejo de expansão, naturalizando a guerra; para os modernos havia um certo sentido de unidade, claramente, marcado pela fé cristã. Apesar disso, ambos enviavam e recebiam embaixadas marcadas entre si por um sentimento de igualdade. Além dessa relação entre os modernos e antigos, o período medieval também auxiliou na formação diplomática. Para Black o medievo é o berço da noção da “representação”, e com esse conceito surge a figura do “procurador”, nomeado para representar alguém, recurso este longamente utilizada na época moderna.

Apesar de sua relação com a Grécia Antiga e com o medievo, para Black a diplomacia moderna apresentou elementos de grande singularidade. Pautadas em

⁸ Jeremy Black. *A History of Diplomacy*. Londres: Reaktion Book, 2010, p. 31.

grandes famílias e dinastias, as relações políticas modernas sempre foram norteadas por um sentido de preservação e continuidade do nome e do patrimônio familiar. Para tanto, havia uma política de casamentos que fosse capaz de evitar a perda de prestígio e de patrimônio, qualquer nobre, qualquer dinastia sempre procurava obter casamentos verticais, ou seja, com famílias que detinham maior prestígio do que a sua. Justamente aí, emerge um poder extremamente importante para a diplomacia, o Papa. Isso porque os reis não poderiam ignorar as determinações papais sobre os matrimônios, tanto na contração como no divórcio. Ademais, recebendo e enviando representantes para as mais diversas partes, desde cedo a Santa Sé organizaria um expediente diplomático mais organizado. O papa Inocente III (1198-1216), por exemplo, mandou criar uma chancelaria papal. A diplomacia assim, conta com diversos elementos da Antiguidade Grega e da política Medieval, mas é na época moderna que ocorreu seu florescimento, justamente, na Itália, como vimos.⁹

Por fim, vale explorar o manual escrito por Manuel Rivero Rodríguez.¹⁰ Para o autor, a diplomacia é frequentemente definida como as relações permanentes estabelecidas entre Estados soberanos. Porém, essa definição esbarra em problemas teóricos graves quando a utilizamos para a época moderna. A recusa em utilizar essa definição explica-se com a ideia que nem sempre podemos tratar as diversas monarquias modernas como Estados, ao menos não como o sentido contemporâneo, dotados de burocracias complexas e largos quadros de funcionários.¹¹

Apesar das monarquias, repúblicas e principados modernos não serem Estados, certamente, eram compostos de uma capacidade de manter seus domínios. Manuel Rivero Rodríguez analisa a obra de Francisco Suárez. A grande ideia defendida por Suárez é que o direito natural permitia aquele senhor com poder legítimo, e sem superior temporal, o direito de declarar guerra.¹² Ora, a grande definição da soberania moderna consiste em não admitir qualquer posto hierárquico superior, sendo assim, o rei é soberano por não ser vassalo de nenhum senhor. Dessa forma, é extremamente complexo adotar uma nomenclatura satisfatória, utilizar o termo “Estado” seria evidentemente inadequado, bem como “monarquias”, já que

⁹ Jeremy Black. Op., cit, p. 33.

¹⁰ Manuel Rivero Rodríguez. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Cristiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

¹¹ Sobre a ideia do uso do conceito de Estado para a época moderna. Cf. Pedro Cardim. A sociedade de corte e a sociogênese da esfera privada. In: José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (org.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

¹² Manuel Rivero Rodríguez. Op. cit. p. 8.

existiam importantes repúblicas. Logo, se convencionou utilizar o caminho percorrido por Rivero Rodríguez - que seguindo a obra de Frédéric Léonard publicada em 1663 – adotou o a expressão “potências” para descrever essas diversas entidades políticas.

Ora, se o Renascimento italiano era parte fundamental para a construção do saber diplomático era indiscutível que o século XVII seria marcado por uma quantidade tão grande e variável de conflitos que a diplomacia se difundiu por toda Europa, e até os mais pequeninos reinos enviavam e recebiam embaixadores. Logo, para entender a diplomacia seiscentista é preciso entender a complexidade desse “século de revoluções”, como se convencionou chamar.

1.2. O Século XVII e a diplomacia moderna.

Talvez nenhuma outra frase tenha alcançado um clichê tão evidente como: “A guerra é a continuação da política por outros meios” escrita por Carl von Clausewitz em meados do século XIX. Curiosamente, porém, diversos autores defendem que o século XIX foi marcado por um relativo marasmo nos campos de batalha europeus. Reconhecido assim o clichê e a imprecisão da frase, é inegável que é uma frase precisa, porque a guerra é sempre política. Inclusive para a época moderna na qual o soldado era complementado pelo embaixador e vice-versa.¹³ Ou seja, não bastava o domínio do saber diplomático eram necessárias demonstrações de força, tal como sugeriu Pierre Renouvin.

Sendo assim, nada poderia ser mais evidente para mostrar a importância da diplomacia e da boa política no século XVII do que uma guerra, a Guerra dos Trinta Anos.

E justamente na Guerra dos Trinta Anos que se percebe a grande inovação desse século a busca por um **equilíbrio de poderes**, ou seja, as diversas potências modernas entravam em constante disputa entre si para evitar que qualquer uma delas se tornasse hegemônica.

A rigor, seis atores centralizavam as relações internacionais nesse momento histórico, de 1640 até 1661.: Províncias Unidas, França, Inglaterra, Sacro-Império, Espanha, e é claro, Roma. Vale lembrar também a presença da Suécia, mas que já se encontrava enfraquecida com a morte de seu principal líder, Gustavo Adolfo em

¹³ Garrett Mattingly. *Renaissance Diplomacy*. Baltimore: Penguin Books, 1964, p. 22.

1632.

As Províncias Unidas guerreavam por sua emancipação contra Castela ocupando os territórios portugueses do ultramar. O *Brasil Holandês*¹⁴ permitiu o desfrute dos lucros da produção do açúcar essenciais para financiar a guerra e seu domínio marítimo. Ademais, as relações diplomáticas entre as Províncias Unidas e a coroa portuguesa foram marcadas por grande flutuação. Enquanto se firmava uma trégua na Europa, também se procurava manter por meio da força os territórios ultramarinos.

Enquanto a Inglaterra via-se às voltas com uma sangrenta guerra civil entre os partidários do rei e os do parlamento¹⁵, e, ademais, disputava nos mares a hegemonia com as Províncias Unidas. Não resta dúvida, no entanto, que a Inglaterra se tornaria a grande parceira comercial dos portugueses, em especial depois do acordo matrimonial de 1661 que casava a infanta portuguesa, Dona Catarina de Bragança com Carlos II, rei inglês. Apesar dessa aproximação diplomática importante, em termos bélicos o apoio inglês a causa portuguesa foi sempre muito tímido.

Do outro lado da Mancha, a França de Luís XIV. Sobre a monarquia francesa temos alguns elementos importantes a serem analisados. Como sabemos um dos temas mais visitados e revisitados dentro da historiografia. Sobre a política externa francesa são válidas as considerações de Alberto Tenenti.¹⁶ Ao analisar a situação da monarquia francesa no século XVII, o historiador italiano reforça a mudança na política francesa, marcada por uma centralização política. Na parte financeira o *colbertismo* era a tônica, igualmente, pautado na centralização e no incremento comercial, manifesto com a política de diversos portos, como Marselha, Bayona e Dunkerque. Mas essa nova organização da monarquia francesa nos é particularmente interessante por suas decisões estratégicas, Luís XIV foi um estrategista nato, mas sempre deu maior atenção para o teatro de operações em terra, deixando a frota e a expansão marítima em segundo plano.¹⁷

¹⁴ Evaldo Cabral de Mello (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin, 2010.

¹⁵ Lawrence Stone. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.

¹⁶ Alberto Tenenti. *La Edad Moderna*. Barcelona: Crítica, 2000.

¹⁷ Alberto Tenenti. Op. cit. p. 299.

Outra obra que permite uma análise abrangente sobre o papel francês no século XVII, Manuel Fraga Iribarne.¹⁸ Concentrado na política diplomática espanhola, acaba por explorar o conflito Francês-Espanhol. Como falaremos mais a frente boa parte da disputa por hegemonia do continente europeu ocorria entre essas duas potências, a Espanha procurando manter seus domínios e poder adquiridos ao longo do século XVI, e a França buscando enfraquecer essa hegemonia. Para o historiador espanhol, a grande mudança na política externa francesa se relaciona com uma decisão Cardeal Richelieu: a solução do problema religioso interno. O próprio cardeal sintetiza a questão: “uma coisa são os interesses do Estado que ligam os príncipes e outro os interesses da salvação de nossas almas.”¹⁹ Quando Richelieu assume o poder definitivo na França em 1624, a política externa francesa não se pretende católica, trata-se de uma Razão de Estado²⁰ cada vez mais centrada no bem estar interno, e não na religião, conforme se percebe pelo Édito da Graça de 1629 que confirmaria a liberdade religiosa do Édito de Nantes. As instruções de um embaixador francês em 1625, tornam a questão clara: não perde uma ocasião de fazer mal aos espanhóis, atacando-os inclusive na Itália e ajudando a seus inimigos em todas as partes; e que procurasse ser discreto, pois isso poderia fazer vários príncipes em aliar-se a Espanha, de cuja parte inclusive se poderia colocar o Papa.²¹ Naturalmente, a postura francesa com Richelieu traria consequência na sua relação com o Papado, o Papa Urbano VIII (1623-1644) fala “Se existe um Deus, o Cardeal Richelieu terá bastante para lhe dar conta, se não há que vida de triunfos a sua.”²²

Em síntese, a França tentava impor sua hegemonia contra o resto do continente, abrindo mão de uma política externa pautada na religião e cada vez mais em uma Razão de Estado pragmática, o que não diminuía em nada a complexidade da tarefa. Enfrentando rivais nas suas duas fronteiras: a oeste a poderosa monarquia castelhana; e a leste o Imperador do Sacro-Império. Internamente, por sua vez, a Fronda levaria a uma situação de guerra civil ampliando as dificuldades francesas.

¹⁸ Manuel Fraga Iribarne. *Don Diego de Saavedra y Fajardo y la Diplomacia de su época*. Madrid: Artes gráficas Argés, 1956.

¹⁹ *Apud*: Manuel Fraga Iribarne. *Op. cit.* p. 76.

²⁰ Michel Sennelart. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34.

²¹ *Apud*. Manuel Fraga Iribarne. *Op. cit.* p. 79.

²² “Si existe un Dios, el Cardenal Richelieu tendrá suficiente para darle cuenta, si no hay vida de triunfos la suya.” *Apud*. Manuel Fraga Iribarne. *Op. cit.* p. 83.

Também no Sacro-Império as coisas não caminhavam bem. Fernando I concentrava em si os títulos de Imperador Romano-Germânico, Rei da Boêmia e Arquiduque da Áustria. Apesar dos inúmeros títulos seu poder estava longe de ser hegemônico, os príncipes protestantes atuavam enfraquecendo internamente o Imperador, os turcos pressionam no Sudoeste e ainda a oeste o grande rival do poder imperial, a França.²³

A Espanha encontrava-se em um cenário delicado, uma vez que disputava o controle do continente com a França, sendo pressionada frequentemente pela máquina francesa e seu peso populacional. Enquanto dentro de suas fronteiras enfrentava os levantes na Catalunha e de Portugal. Ademais, outras regiões sob seu domínio, como Flandres e Sicília, também se rebelavam, franqueando assim maior margem de manobra para a diplomacia portuguesa. Assim, temos um conjunto de guerra e crise durante o século XVII, sendo a mais expressiva delas a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).²⁴

O século XVII vai assistir inúmeras revoluções e mudanças políticas que se relacionam com uma conjuntura de crise generalizada. Resta desvendar, então os motivos para essa crise. Uma das interpretações mais consagradas sobre a temática foi escrita por H.R. Trevor-Roper.²⁵ Para o autor inglês a primeira explicação para essa crise é a Guerra dos Trinta Anos. Mas ao mesmo tempo reconhece que a guerra não pode ser a única chave de explicação, isso porque também o século XVI foi repleto de guerras, e ainda assim não enfrentou uma crise.

Ademais, a Alemanha, principal teatro de operações no século XVII, não sofreu nenhuma revolução neste período. A questão central está no embate entre a centralização monárquica e os Estados do reino. Cortes, Assembleias, Parlamentos, Dietas e Estados Gerais: todos se revoltaram contra a centralização do poder.

Para outros historiadores, sobretudo marxistas como Eric Hobsbawm e Maurice Dobb, as revoluções do XVII relacionam-se com uma grande crise produtiva, e, no fundo, com uma revolta contra as antigas relações feudais de produção em face ao capitalismo nascente. Suzanne Pillorget, por seu turno, vai dizer que parte dessa

²³ Para maiores informações sobre esse geopolítica da Europa do século XVII. Cf. Pires Abílio Lousada. *A Restauração Portuguesa de 1640 – Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

²⁴ Sobre a Guerra de Trinta Anos. Cf. Geoffrey Parker. *Europa en crisis. La Guerra de los Treinta Años*. Capturado em <http://historia.dosmildiez.net>

²⁵ Trevor H.R. Roper. *Religião, Reforma e Transformação social*. Lisboa: Presença, 1981.

crise se relaciona com a grande entrada de metais na Europa durante o século XVI e seu conseqüente declínio no XVII, provocando a crise.

Por fim, temos o texto de A. D. Lublinskaya, que critica uma percepção geral sobre crise, defendendo a ideia de que a crise deve ser testada nas realidades locais. É justamente neste sentido que caminha a intenção da presente tese, qual seja, mostrar como Portugal comportou-se ante essa crise, e como o envio das embaixadas para Roma inseriu-se dentro desse quadro geral.²⁶

Ora, seja pela redefinição das relações econômicas como propõe Hobsbawm; seja na importância do metalismo exposto por Pillorget era evidente que o século XVII era o século da mudança. E nada reflete mais isso do que a Guerra dos Trinta Anos.

Todas essas considerações permitiram a formulação de grandes modelos explicativos que procuram mostrar como Westfália foi fundamental para as Relações Internacionais. O diplomata italiano Boris Biancheri foi um dos primeiros a analisar a importância de Westfália para a formação de um quadro mais amplo das relações internacionais.²⁷ Sua tese central era que existiam dois marcos centrais na diplomacia moderna: a Paz de Westfália de 1648 e o Congresso de Viena em 1815. Enquanto Westfália marca o fim da Guerra de Trinta Anos e é uma redefinição das relações internacionais, o congresso de Viena teria mapeado novamente a Europa. Também foi a primeira vez que as principais potências da Europa enviaram embaixadores simultaneamente, havendo equidade entre os enviados. Assim, todos os embaixadores deveriam ser tratados de igual maneira. Ao mesmo tempo a cidade de Viena indicava uma alteração na política internacional, que até então era dominada pelos italianos.

É justamente essa mudança de escopo que chama a atenção. Antes de Viena, a maioria das embaixadas não era permanente, existindo a figura do “embaixador extraordinário” muito presente nas fontes da pesquisa, nas quais frequentemente um mesmo embaixador realizava duas embaixadas distintas. Outro ponto interessante é que antes de Viena as embaixadas relacionavam-se com a vontade dos príncipes e seus secretários, enquanto depois de 1815 as embaixadas respondiam aos interesses de parlamentares e da opinião pública crescente. Em síntese, salienta-se o contraste entre as embaixadas centradas na figura do monarca e aquelas sustentadas pela ideia de nação moderna.

²⁶ Para um balanço geral dessa historiografia. Cf. Adhemar Martins Marques; Flávio Costa Berutti; Ricardo de Moura Faria. (org.) *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁷ Boris Biancheri. *Conciliar o mundo: a diplomacia na era global*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O autor reforça ainda a ideia de que mais recentemente a centralidade norteamericana²⁸ nas relações internacionais gerou uma mudança no perfil diplomático, pois quando a diplomacia era centrada na Europa moderna, frequentemente os embaixadores eram recrutados dentro dos segmentos sociais mais abastados. Lembre-se que até a época contemporânea muitos embaixadores não eram remunerados, o que implicava a necessidade de uma riqueza prévia, composta, em geral, pelas rendas das propriedades familiares. É esse o caso dos embaixadores portugueses recrutados dentro dos altos escalões na nobreza, como se percebe no livro de genealogia utilizado nesse trabalho. Logo, o livro de Biancheri auxiliou na percepção mais clara sobre as diferenças entre as embaixadas no período moderno e no contemporâneo, ao mesmo tempo mostrando que se existem diversas interpretações para o período contemporâneo, o número de obras para o período moderno era mais reduzido.

Ainda buscando uma definição mais clara da importância de Westfália. Temos a obra do diplomata americano Henry Kissinger que é de grande validade para a pesquisa. Ao analisar a formação de uma Ordem Mundial, Kissinger nos remete ao primeiro grande encontro diplomático, a Paz de Westfália. A Guerra dos Trinta Anos, obrigou a uma grande quantidade de unidades políticas a aceitarem a presença das demais dentro de uma situação de equilíbrio de poderes. Ainda que reforce a ideia que esse novo ordenamento não foi em si mundial. A Rússia foi excluída da paz, os islâmicos adotaram uma postura de expansionista por meio da guerra, no qual criavam um sistema de califado nas áreas conquistadas; as civilizações orientais como a China ainda mantinham um sistema dinástico expansionista; mesmo na América ainda se estabeleciam colonos puritanos que pretendiam seguir o “plano de Deus”. Daí já se entende a própria limitação do paradigma westfaliano, pois uma parte expressiva do globo não estava incluída dentro das regras desse sistema. Usar o paradigma westfaliano como global é apenas mais uma das posturas eurocêntricas da historiografia mais tradicional. Ao mesmo tempo, Kissinger, ex-secretário de Estado americano não deixa de reforçar que o paradigma westfaliano centrado na Europa é hoje questionado, uma vez que os Estados Unidos não utilizam mais o equilíbrio de poderes, já tendo se envolvido em inúmeras guerras inclusive em questões soberanas de outras nações, sendo o Vietnã o caso mais emblemático. No mesmo sentido, a

²⁸ Segundo Biancheri essa centralidade desenvolve-se a partir da formulação do presidente norteamericano Woodrow Wilson, logo após os tratados que envolveram o final da Primeira Guerra Mundial.

própria Europa abandona a soberania plena e aceitando uma soberania compartilhada com a União Europeia. Todas essas considerações apontam para a importância, mas também para as limitações do sistema que emerge depois de Westfália.

Ao analisar a formação do paradigma westfaliano, Kissinger levanta algumas questões importantes para a tese, ainda que não se proponha a analisar todas em detalhes. A grande ideia defendida por Kissinger era a que nenhum dos monarcas europeus conseguia superar o equilíbrio de poderes, não por ser altruístas, mas pela falta de força para se impor. O que gerava uma diversidade de poderes. Existiam duas grandes unidades, o Império e a Igreja, ambas heranças feudais. Citando Voltaire, mostra a fragilidade do Império, “não era nem Sacro, nem Império, nem Romano”.²⁹ A Igreja não seria menos atacada, a Reforma Protestante provaria a impossibilidade de uma universalidade católica, a **Paz de Augsburg** firmaria ainda mais o caráter cada vez menos católicos das monarquias e do próprio Império.

Tanto o Império quanto a Igreja estavam no cerne da Guerra dos Trinta Anos, a eleição para o novo Imperador acabaria sendo disputada também pelos príncipes protestantes. Logo, católicos e protestantes procuravam controlar o Império. A guerra religiosa seria assim, a base de uma multiplicidade de poderes em detrimento do universalismo. Dentro das alianças estratégicas, a conservação política parecia mais importante que a unidade religiosa.

Teoricamente, os soberanos católicos como o imperador estavam obrigados a se unir em oposição aos hereges. Contudo, forçados a escolher entre a unidade espiritual e ganhos estratégicos, muitos escolheram a segunda opção. O mais importante deles foi a França.³⁰

A posição francesa foi sem dúvida uma das mais decisivas nas diversas mudanças que ocorrem ao longo da formação da diplomacia moderna. Reforçando a ideia que o ministro francês, Cardeal Richelieu teria seguido as ideias de Maquiavel e separado a política de Estado da religião. A ideia reforça a secularização política. Ao aliar-se com os protestantes a França marcaria a fragmentação política da Europa Central: a Prússia, o Império, os príncipes protestantes e a própria casa de Áustria não conseguiram impor sua vontade naquela região. Para Kissinger a fragmentação política causada pela França de Richelieu foi determinante para a História da Europa, pois afinal, a Europa Central só conseguiria sua união política mais de duzentos anos depois, em 1871 com a Unificação Alemã. Em síntese, a Guerra dos Trinta Anos

²⁹ Apud. Henry Kissinger. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 22.

³⁰ Henry Kissinger. Op. cit. p. 28.

conseguiria enfraquecer a posição hegemônica da Espanha e do Império; ao mesmo tempo em que impedia uma unidade religiosa.

Como se percebe a questão do **equilíbrio de poderes** era extremamente importante para a consolidação da paz na Europa no século XVII. Porém, a percepção dentro do esquema de modelo, proposta por dois embaixadores – Kissinger e Biancheri – precisou ser revisada também por um conjunto de historiadores. Entre eles temos é George Norman Clark³¹ que tece considerações importantes sobre esse longo processo. O grande argumento do autor é que o século XVII foi capaz de fornecer para as diversas regiões da Europa, um vasto conjunto de experiências importantes. Apesar de cada “Estado” fazer aquilo que era fundamental para sua preservação ao mesmo tempo se forma um conjunto de regras comuns, parte dessas regras inclusive era formulada por secretários, e uma intensa produção sobre a temática como veremos no capítulo seguinte.

Mas o grande argumento do autor é mostrar que esse equilíbrio de poderes não era algo natural ao sistema, mas que precisava ser construído pela própria diplomacia. Para o autor, o século XVII marca essa construção e a sofisticação das cerimônias e da própria diplomacia que eram afinal sinais de maturidade política, na qual o congresso de Westfália é parte fundamental. Dito isso, porém, o autor explica que não se deve acreditar apenas em uma data, em um grande modelo westfaliano. Lembre-se que Inglaterra, Polônia, Dinamarca e é claro a Rússia não estavam no congresso.

A diplomacia não é um congresso, mas um longo processo de construção no qual se inserem a política como grande motor. Não resta dúvida que as questões diplomáticas não eram dirigidas apenas pelos embaixadores e enviados de potências. Mas dependia em grande medida da situação política de cada uma delas. O jogo político é parte determinante do jogo diplomático. França e Inglaterra apoiaram em momentos distintos a monarquia portuguesa, mas não o fizeram por mero cumprimento do saber diplomático, mas como estratégia política para enfraquecer Castela. Portugal não enviava embaixadores para manter apenas relações de reciprocidade entre seus aliados, mas para obter armas, munições e soldados para a guerra.

³¹ George Norman Clark. “European Equilibrium in the seventeenth century.” In: Laurence W. Martin. *Diplomacy in Modern European History*. Nova Iorque: Macmillan Company, 1966, p 23-30.

1.3. A Restauração Portuguesa e a Diplomacia

Em síntese, todas essas referências elencadas de obras clássicas a obras mais recentes nos remetem a essa realidade difusa e complexa que foi o envio das embaixadas portuguesas para Roma. Ademais, a bibliografia sobre Relações Internacionais mostra o contexto geral da Europa da segunda metade do século XVII e de como a disputa entre diversas potências, como França e Espanha forneceram para Portugal a possibilidade de negociar com todas, e consolidar sua ação diplomática. Os estudos sobre as relações diplomáticas no período moderno servem de base a hipótese de que a ação diplomática portuguesa dependia em grande medida do contexto internacional e do equilíbrio de poderes que se desenhava.

A situação portuguesa era delicada, pressionada que era, em terra pelos temíveis terços castelhanos e no mar pelo avanço holandês. Externamente, guerra e crise eram evidentes. Internamente, o novo rei carecia de maior legitimidade e força. O confronto bélico era assim inevitável, e os esforços do novo rei D. João IV caminhavam no sentido de reforçar as parcas defesas militares do reino e enviar diplomatas por toda Europa para viabilizar a formação de alianças. Novamente, a diplomacia e a guerra aparecem como faces de uma mesma moeda.

Entre essas alianças, dois eram os caminhos possíveis: uma aliança com a França, inimiga declarada da Espanha; ou com a Inglaterra, potência marítima rival da Holanda.³² A diplomacia portuguesa trabalhou então nas duas frentes, evitando uma ruptura com qualquer uma das possibilidades.

Coube ao embaixador Francisco de Mello a missão diplomática francesa de 1641. Franco Barreto, secretário do embaixador, escreveu uma série dessas memórias, que nos permitem conhecer um pouco dessa embaixada.³³ Ainda no mesmo ano temos uma segunda embaixada, dessa vez com destino à Inglaterra e liderada por Francisco de Andrade Leitão. Essas duas embaixadas manifestaram as duas estratégias diplomáticas portuguesas, oscilando entre uma aliança inglesa e uma francesa.

Como se percebe, existe um extenso conjunto de obras que versam sobre a diplomacia portuguesa. Entretanto, a maior parte delas apresenta tom descritivo e com ele grandes compilados de relações, relatos e documentação epistolar. Tais obras,

³² José Calvet de Magalhães. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

³³ Edgar Prestsage; Carlos Roma du Bocage. *Relação da Embaixada a França*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

auxiliaram a pintar um quadro geral da situação portuguesa na segunda metade do século XVII.

Desde o princípio ficou evidente que o rei D. João IV reconhecia a importância do envio das embaixadas, organizando diversas representações para Catalunha, Roma e Suécia. Apesar disso, para fazer frente a poderosa monarquia castelhana era necessário o apoio de alguma monarquia poderosa, França e Inglaterra se desenharam como as duas possibilidades. A Inglaterra poderia auxiliar a intermediar a paz entre Portugal e Holanda, ao mesmo tempo que pressionava a monarquia espanhola a admitir a importância de Portugal no Atlântico e portanto sua autonomia. A França em guerra com Castela era uma aliada ainda mais natural, porém, a paz dos Pirineus firmada entre Espanha e França em 1659, impossibilitaria um apoio direto francês. Restava, por fim, um último recurso, o reconhecimento papal. Ao enviar diplomatas para a Santa Sé, a nova dinastia esperava um reconhecimento oficial que constrangeria as demais potências a reconhecer o Duque de Bragança como rei português, mas como analisaremos nos capítulos seguintes, a diplomacia portuguesa em Roma também encontraria muitos obstáculos.

Depois de analisar o quadro mais amplo das relações internacionais e as possibilidades de atuação da monarquia portuguesa, cabe analisar quais obras específicas falam sobre o expediente diplomático que se formou em Portugal logo depois da Restauração de 1640.

Um dos grandes especialistas na diplomacia portuguesa moderna foi Eduardo Brasão que analisou as relações diplomáticas para a manutenção de praças no ultramar até as missões romanas dos embaixadores portugueses. Brasão estudou a fundo essas embaixadas durante a época moderna, sendo, portanto, uma referência para aqueles que desejam estudar a diplomacia moderna, tendo uma lista expressiva de obras. Duas delas são relevantes para presente pesquisa. A primeira analisa a primeira embaixada do Bispo do Lamego³⁴. Enquanto a segunda é um grande compêndio sobre a diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII³⁵.

Ainda entre os autores portugueses, está Jorge Borges de Macedo, um importante historiador da Universidade de Lisboa que também dirigiu o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo naturalmente se dedicado aos seus fundos e arquivos diplomáticos. Em sua obra *História Diplomática portuguesa: constantes e linhas de*

³⁴ Eduardo Brasão. *A missão à Roma do Bispo do Lamego*. Coimbra: Editora limitada, 1945.

³⁵ Eduardo Brasão. *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Editorial Resistência.

*força*³⁶ verificamos um grande esforço de escrever um guia sobre as relações diplomáticas portuguesas até o Congresso de Viena. Infelizmente, o autor não desenvolveu conclusões mais largas sobre as embaixadas na Itália, mas auxilia no sentido de entender as próprias oscilações portuguesas no envio de diplomatas.

O terceiro autor clássico para o estudo dessas embaixadas é Edgar Prestage, autor inglês que estudou longamente a diplomacia portuguesa. Prestage dedica-se obviamente as embaixadas para Inglaterra, bem como para a Holanda e França. Sempre procurando encontrar semelhanças entre estes locais. O inglês também organiza muitos volumes de correspondências diplomáticas.³⁷ Não resta dúvida ainda que Prestage vai tecer muitas considerações relevantes sobre os domínios ultramarino, e de como Portugal usou suas colônias como barganha para apoio dentro do cenários Europa. Lembre-se nesse caso, que como requisito do dote de casamento da infanta Dona Catarina com Carlos II, Portugal cedeu Tânger e Bombaim para os ingleses. Por sinal, uma das poucas parcelas do acordo matrimonial que foi de fato cumprida.

Ainda na esteira desses historiadores portugueses que se debruçaram sobre as diversas embaixadas portuguesas, temos algumas relações fundamentais. Moses Bensabat Amazalak escreve uma coletânea sobre as *Relações Diplomáticas entre Portugal e França no reinado de D. João IV (1640-1656)*.³⁸ a obra contém um compêndio de diversos documentos do período, sobretudo, diversas instruções secretas do Cardeal Richelieu, que ainda secretamente admitia apoio a causa Restauracionista. Também conta com as cópias corrigidas das principais Relações das embaixadas portuguesas para a França nos anos de 1641, 1642 e 1644. Além disso, apresenta a relação de jornada e detalhes da embaixada do Marquês de Rulhac, enviado francês à Portugal. Por fim, discute ainda a participação portuguesa no Congresso de Westfália. Podemos ver assim duas contribuições da obra, ao analisar as embaixadas franceses percebemos que em um primeiro momento a diplomacia portuguesa precisava obter aliados, e viu na poderosa monarquia francesa essa possibilidade. Parte desse apoio francês, como sabemos os representantes portugueses não foram aceitos no Congresso de Westfália diretamente, mas estavam presentes como “acompanhantes” dos embaixadores franceses, como antes apontei.

³⁶ Jorge Borges de Macedo. *História Diplomática portuguesa: constates e linhas de força*. Revista Nação e Defesa.

³⁷ Edgar Prestage. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

³⁸ Moses Bensabat Amazalak. *Relações Diplomáticas entre Portugal e França no reinado de D. João IV (1640-1656)*. Lisboa: 1934.

Ainda sobre as embaixadas francesas, a Academia Portuguesa de História publica em comemoração do duplo centenário da Restauração Portuguesa importante obra organizada por Laranja Coelho que contém dois densos volumes sobre a correspondência do embaixador Marquês de Niza, embaixador português na França.³⁹

Resta por fim, o grande compêndio *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*.⁴⁰ A proposta da coletânea era organizar toda a correspondência diplomática, infelizmente, seus organizadores faleceram antes do término da coletânea o único volume finalizado foi justamente aqueles das relações com Roma. Logo, temos publicadas todo o conjunto de cartas oficiais dessas embaixadas portuguesas em Roma, essa vasta documentação será analisada nos capítulos quatro e cinco da tese tendo em vista entender os diversos cerimoniais dessas embaixadas.

Além dessas obras clássicas temos um grande conjunto de textos mais recentes, incluindo principalmente autores portugueses. Merecem especial destaque os estudos da professora Ana Maria Leal da Universidade de Lisboa Em especial seu livro *Arquitectos da paz*⁴¹ que é a coletânea mais completa sobre a diplomacia portuguesa até agora, se propondo como um grande manual para os pesquisadores do tema, levantando documentos, fontes e micro biografias de diversos embaixadores. Ainda assim a obra de Leal possui lacunas, fruto sem dúvida da grande abrangência que adota para a pesquisa. Entre essas lacunas estão justamente as embaixadas para Roma entre 1640 e 1671. Ainda assim é uma síntese fundamental sobre as embaixadas portuguesas. Como a própria autora aponta seu manual é um instrumento de pesquisa, um guia para futuros pesquisadores. Justamente esse o uso que foi feito dela.

A autora apresenta a diplomacia portuguesa depois de 1640 em uma série de cortes cronológicos. Tais cortes procuram mapear as possibilidades diplomáticas dos Bragança após a Restauração. Adotou-se a periodização da autora como referência nessa pesquisa, ainda que nossas balizas temporais se limitem até 1671, enquanto a autora avança até 1815.

³⁹ Laranja Coelho. *Cartas de El-Rei Dom João IV ao Conde da Vidigueira (marquês de Niza) Embaixador em França*. Lisboa : Academia Port. da História, 1940-1942.

⁴⁰ Luiz Augusto Rebello da Silva por ordem da Academia de Ciências de Lisboa. *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 15v.

⁴¹ Ana Maria Homem Leal. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

As primeiras Embaixadas da Restauração (1641-1642) – período do envio dos primeiros embaixadores para Catalunha, França e Roma. O corpo diplomático ainda apresenta agentes não oficiais; e as embaixadas apresentam sucesso limitado;

A consolidação Formação da rede diplomática (1642-1657) – a rede diplomático se amplia, os diversos embaixadores trocam correspondências entre si e com o reino. Existem agentes diplomáticos em praticamente todos os pontos da Europa. A diplomacia portuguesa pauta sua estratégia, ora no apoio francês, ora no apoio inglês;

Enfraquecimento e redução da rede diplomática (1658-1667) – A Paz dos Pirineus enfraquece as disputas entre as monarquias francesa e espanhola, enfraquecendo o apoio francês a causa portuguesa. A diplomacia portuguesa encontra-se relativamente isolada, o período também é marcado pela intensificação da guerra direta com os castelhanos.

A paz com Castela e o alargamento da rede diplomática (1668-1704) – A paz de 1668 permite a Portugal maior capacidade de manobra no cenário internacional. Diversos embaixadores são enviados por toda Europa em busca do reconhecimento formal da nova monarquia.

Como se percebe o período de análise da tese de Ana Leal, abarca a formação da rede diplomática portuguesa em 1640 até o seu alargamento após a paz de 1668 e o reconhecimento da Santa Sé em 1671, coincidindo assim com as bases temporais da presente pesquisa.

O próximo item fundamental da tese de Ana Leal foi seu extraordinário levantamento de fontes, não apenas indicando caminhos para uma prosopografia do grupo de embaixadores, mas também para analisar as mudanças que ocorreram no sistema diplomático que culminam em uma profissionalização crescente da diplomacia como se observa após o congresso de Viena de 1815. Dessa forma, faremos inúmeras menções sobre a seus argumentos e análises ao longo da tese.

Ainda dentro desse levantamento historiográfico foi fundamental perceber quais historiadores analisaram as estratégias de recrutamento desses embaixadores em

Portugal. Justamente sobre essas estratégias temos outra leitura importante do período, a obra de António de Oliveira, *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*.⁴² O texto faz uma micro biografia do escritor português. Sua função como soldado foi seguida a sua atuação como diplomata, segundo António de Oliveira, e nelas ficou evidente que D. Francisco considerava o século XVII como conturbado no cenário internacional. Ainda que a obra não fale de sua atuação diplomática em Parma e Roma nos forneceu breves pistas dos segmentos sociais, no qual havia o recrutamento de embaixadores, a saber, a nobreza do reino.

Dentro dessa temática do perfil social dos embaixadores vale a obra de Ronaldo Vainfas⁴³, ao desenhar o perfil de Antônio Vieira em especial como embaixador dos Braganças, explicando como Vieira foi habilidoso em sua missão diplomática secreta e de como suas ideias diplomáticas para a resolução dos conflitos com a Holanda eram bastante audaciosas. Ainda procurando traçar o perfil de Vieira e suas missões vale a obra de Thiago Groh⁴⁴, orientada por Vainfas, que disserta justamente sobre as relações diplomáticas dos Bragança com os Países Baixos. Além de tratar da formação de todo corpo diplomático dos Bragança, Groh utilizando o arquivo histórico de Luiz Teixeira de Sampayo, realiza ainda um levantamento robusto das diversas embaixadas portuguesas, elencando-as por data, local de destino e nome dos embaixadores, o autor não trata contudo das demais embaixadas, uma lacuna que pretendemos minimizar. De certo, que a pesquisa de Groh foi fundamental para o levantamento do perfil social dos embaixadores portugueses por meio das genealogias relacionadas à pesquisa.

Outra obra de grande relevância para entender o perfil social desse embaixadores foi escrita por Evaldo Cabral Melo, *O Negócio do Brasil*.⁴⁵ Mais do que analisar a movimentação que se relaciona com o próprio Brasil- Holandês, Melo explica a ideia que o conflito luso-neerlandês não se limitava apenas ao Brasil, também a uma intensa atividade diplomática na Europa, inclusive porque o fim da

⁴² António de Oliveira. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Península. Revista de Estudos Ibéricos, n°6, 2009, p. 17-60.

⁴³ Ronaldo Vainfas. *Paz declarada e guerra fingida*. In: Revista Tempo. Departamento de História. Niterói: Eduff, 2009, n°27. *Antônio Vieira. Jesuíta do rei*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

⁴⁴ Thiago Groh. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antônio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2011.

⁴⁵ Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

guerra no Brasil em 1654 não limitaria a guerra naval e nas praças orientais do Império Português. Dai decorre a importância das relações diplomáticas entre os Países Baixos e Portugal. Utilizando-se da história contrafactual, Cabral de Melo procura enfatizar a importância da diplomacia portuguesa no “futuro” do Brasil, uma vez que sem a diplomacia talvez o Nordeste permanecesse nas mãos batavas. Inclusive como aponta o autor no Tratado de Munster ao fim da Guerra dos Trinta Anos, a Espanha propõe a entrega do Nordeste aos neerlandeses, lembre-se que o foco do Império Espanhol, sempre esteve mais na própria Europa do que no Brasil. Concluindo Evaldo Cabral reforça a importância da Diplomacia da Restauração. O autor cita ainda que o despreparo militar de Portugal era igualmente seguido de seu despreparo diplomático:

“Ao reemergir em 1640 para a existência autônoma, a Coroa não dispunha de pessoal com experiências dos negócios europeus, tendo de improvisar um corpo diplomático recrutado na alta aristocracia, no clero, no sistema judiciário e entre os fiéis da própria Casa de Bragança”⁴⁶

Ora, ante tamanho despreparo era necessário investir na formação de um corpo diplomático, e antes disso, enviar os “melhores” para o estrangeiro em busca de reconhecimento. Reafirmando assim, a necessidade de compreender melhor o perfil social dos embaixadores lusos, que será feita por meio do uso de bibliografias específicas.

1.4. Perfil dos embaixadores portugueses.

Entre as genealogias produzidas em Portugal e que auxiliam na análise do período pós-restauracionista está aquela produzida por Antonio Caetano de Sousa. Nascido em 1674, filho de Miguel de Sousa Ferreira e Maria Craesbeck. O casamento permitiu a entrada na importante família Craesbeck ligada aos impressos em Portugal. Enveredou-se pela vida eclesiástica, ingressando no convento de São Caetano de Lisboa, tornando-se teatino. Em 1720 foi um dos primeiros fundadores da Academia Real de História, na qual ficou responsável pela escrita das memórias eclesiásticas dos bispados ultramarinos. Contudo, sua primeira grande tarefa acadêmica foi dar continuidade a obra *Agiologio Lusitano* originalmente escrita por Jorge Cardoso, mas inacabada. Cabendo ao teatino tarefa de terminar a obra. A missão rendeu-lhe uma

⁴⁶ Evaldo Cabral de Mello. Op. cit. p., 31.

pensão dada por rei D. João V, a quem não despretensiosamente dedicou suas demais obras. Ainda que continue a obra de Cardoso apresenta um senso de “racionalista” mais aguçado para usar o termo do professor Joaquim Veríssimo Serrão.⁴⁷

O genealogista escreveu outras duas grandes obras, *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal* e *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. A primeira dessas obras foi seu primeiro escrito científico, abordando os grandes títulos do reino, e justamente por isso, obra que será tomada em análise. Terminado em 1726, a obra é marcada por outras duas grandes influências.⁴⁸

A obra de Caetano de Sousa mostra a circulação cultural do período. Os irmãos Caetano de Sousa e Conde de Ericeira trocavam frequentes correspondências com Salazar.⁴⁹ Ainda assim, não se deve pensar que se tratava de uma admiração cega. O universo mental do Antigo Regime português reconhecia o perigo das genealogias. A própria licença concedida pelo Santo Ofício a Caetano de Sousa evidencia essa realidade, “Costumam os escritos genealógicos admitir diversas fábulas, umas vezes lisonjeiras, e outras vezes ofensivas, prejudicando em todas a verdade, e em muitos a caridade cristã.”⁵⁰

Enquanto isso, a segunda fornece a Portugal uma antiguidade genealógica tão expressiva quanto a Espanha. João de Figueirôa-Rêgo se encaminha pela mesma linha de análise. Os genealogistas portugueses, não apenas Caetano e Sousa, estavam preocupados em consolidar os títulos portugueses frente aos espanhóis, logo a distância entre 1640 e 1726 – data de término da obra – parece agora bem menor do que se poderia pensar. Dentro dessa lógica, procura-se mostrar como o genealogista português tratou os titulares de Portugal, e quais deles enviaram embaixadas no contexto da Restauração.

Entre os duques, destaco o duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Melo nascido em 1638, I Duque de Cadaval e IV Marquês de Ferreira. Foi oficial importante da monarquia sendo mestre de campo general na guerra de Restauração, presidente do Desembargo do Paço, Presidente do Conselho Ultramarino e é claro,

⁴⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica*, vol. III: *Século XVIII*, Lisboa: Verbo, 1974, p. 86-91.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ João de Figueirôa-Rêgo. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: alguns aspectos. Disponível em [www.academia.edu/9241278/A_limpeza_de_sangue_e_a_escrita_genealógica_nos_dois_lados_do_Atlântico_entre_os_séculos_XVII_e_XVIII_Alguns_aspectos](http://www.academia.edu/9241278/A_limpeza_de_sangue_e_a_escrita_geneal%C3%B3gica_nos_dois_lados_do_Atl%C3%A2ntico_entre_os_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII_Alguns_aspectos). Capturado em 23/08/2015, p. 3.

⁵⁰ D. Antonio Caetano de Sousa. Op. cit., Páginas do volume: 35-36.

embaixador extraordinário ao duque de Saboia. Embaixador foi responsável por ajustar os preparativos do casamento do duque de Saboia com a infanta D. Isabel em 1682.⁵¹ Lembre-se da importância dessa política de casamentos com as monarquias vizinhas para consolidação da Restauração e do consequente desejo que a Santa Sé reconhecesse a autonomia portuguesa.

Entre os marqueses, têm maior importância: Abrantes, Alegrete, Cascaes, Fronteira, Marialva, Minas e Niza. O rei D. João V fez marquês de Abrantes a Rodrigo Eanes de Sá Almeida, antes marquês de Fontes, com a mudança o nobre ganhava o senhorio dessa nova vila. Lembrando que o novo título foi obtido tão logo o embaixador voltou de sua embaixada em Roma, ao papa Clemente XI em 1712. Assim, a mudança indica que o serviço como embaixador também deveria ser premiado pela graça real. Antes disso, contudo, a família Sá e Meneses já deixava sua contribuição para a diplomacia portuguesa. D. João Rodrigues de Sá que foi camareiro-mor dos reis D. João IV e D. Afonso VI, foi também embaixador extraordinário a Inglaterra no ano de 1652. A embaixada inglesa representava nessa altura o intento português de se aproximar da monarquia inglesa, intento este concretizado com o casamento entre a infanta portuguesa D. Catarina de Bragança e o rei inglês, Carlos II. Dessa forma, se percebe que os casamentos e a diplomacia andavam de mãos dadas.⁵²

Entre as casas destaca-se também a casa de Alegrete. Mais precisamente Manoel Telles da Sylva que em 1686 foi enviado a corte de Heidelberg para concretizar a vinda de Dona Maria Sofia de Neubourg, mais tarde rainha de Portugal e segunda esposa do rei D. Pedro II. Enquanto seu filho seguiria as vocações do pai tornando-se embaixador ao Imperador na Alemanha em 1707. Essa realidade mostra certa continuidade no ofício entre as famílias, ainda que a passagem do ofício não ultrapasse duas gerações e em alguns casos três gerações. Entre essas gerações de pais e filhos encontramos os marqueses de Cascaes. D. Alvaro Pires de Castro, I marquês de Cascais e VI conde de Monsanto foi embaixador extraordinário a corte de Luís XIV em 1644. Neste mesmo ano nascia seu filho, também embaixador a corte de Luís XIV em 1695.⁵³ Importante ressaltar que o primeiro marquês de Cascais agraciado

⁵¹ D. Antonio Caetano de Sousa. Op. cit., páginas do volume: 80-82.

⁵² Abordei esse tema de estudo no âmbito do mestrado. Cf. Luciano Cesar da Costa. A hierarquia das precedências no Portugal restaurado. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2014.

⁵³ D. Antonio Caetano de Sousa. Op. cit., páginas do volume: 149-150.

com esse título após marcante atuação na Guerra de Restauração, apresentava-se agora indispensável também na diplomacia. Mais ainda nesse caso pai e filho não coincidiam como embaixadores, mas também na corte em que foram destinados.

Por fim, temos o conde de Soure elevado em 1652 por D. João IV. D. João da Costa foi um dos aclamadores de 1640 e mais tarde “foi embaixador extraordinário a Luís XIV de França no ano 1659.”⁵⁴ Deve-se ainda lembrar que os embaixadores também eram marcados por ambiguidades, e assim, gravitavam em diversos espaços de atuação. Exemplo dessa situação, é a casa de Tarouca. D. Duarte de Meneses, III conde de Tarouca passou para Castela, logo após a Aclamação, sendo feito marquês de Penalva em Castela, traindo sua pátria. Contudo, a casa será mais tarde assumida por outra varonia, João Gomes da Silva, que por sua vez, foi embaixador e plenipotenciário em Utrech no ano de 1715.

Ante essa complexidade ainda temos muitos caminhos não explorados. Falou-se até aqui das presenças em embaixadas, mas as ausências também foram relevantes. Algumas das grandes casas da Restauração não enviaram embaixadores, tais como Ericeira, São Tiago, Rezende, Pombeiro e São Lourenço. Por ora, devemos lembrar apenas que a genealogia de D. Antonio Caetano de Sousa, mais do que mero compêndio de nomes, mostrava as relações sociais mais detalhadas daquela sociedade, consolidando poderes.

As Genealogias forneceram pistas importantes sobre as principais casas a enviarem embaixadores, mas nem sempre era possível uma análise de um quadro mais amplo. Logo a obra *Optima-Pars*⁵⁵ passou a ser de grande validade. Trata-se de obra coletiva, que analisa os diversos comportamentos e nuances das elites políticas portuguesas na época moderna. Parte dessa obra trata do recrutamento de embaixadores dentro do reino, dentro do extenso período de 1640 até 1834, o foco da obra está nas embaixadas enviadas para regiões ocidentais, excluindo assim Ásia e África. Em termos de recorte e metodologia os autores reforçam a utilização de uma grande variedade de fontes, o que parece extremamente comum para os estudos da diplomacia. Dessa forma apesar de exceder claramente as balizas da presente pesquisa, permite desenhar algumas linhas gerais sobre a diplomacia portuguesa.

⁵⁴ D. Antonio Caetano de Sousa. Op. cit., página do volume 603.

⁵⁵ Pedro Cardim; Nuno Gonçalo Monteiro; Mafalda Soares da Cunha (org.). *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Conforme analisado na obra *Optima-Pars*, a grande maioria dos embaixadores eram essencialmente nobres; alguns poucos mercadores foram utilizados, mas sempre com “postos menores”: enviados e encarregados de negócios. Ficando as “embaixadas” em si para um grupo mais seletivo. O que concordava com o costume do modelo vigente na Europa moderna. Também existia uma evidente hierarquia entre os locais de envio, quanto mais afastado era o posto, menos era a presença da primeira nobreza do reino nessas missões. Assim, até o consulado pombalino era frequente a nobreza atuando nas embaixadas.

Outro contorno nítido é a grande presença dos diplomatas de “ocasião”, já que poucos embaixadores foram evidentemente embaixadores de carreira com longas e permanentes missões. A exceção marcante era Francisco de Sousa Coutinho que atuaria como embaixador em diversas praças por um longo período, inclusive em Roma. Além desse caso, verifica-se alguns homens letrados que também atuavam na diplomacia, tais como Francisco de Andrade e Leitão e Rodrigo Botelho de Moraes. Os religiosos também não eram frequentes, salvo nas embaixadas enviadas para Roma. Apesar dessas exceções a diplomacia portuguesa era particularmente ocupada por nobres.

A obra analisa por fim, até que ponto a carreira diplomática teria servido como via de acesso a cargos superiores, títulos ou comendas das Ordens Militares. As fontes coevas analisadas até então permitiam perceber poucos casos de ascensão social. Segundo os historiadores portugueses supracitados, a diplomacia foi diversas vezes utilizada como via de ascensão. Entre os casos mais emblemáticos, temos Antonio de Sousa de Macedo. Foi secretário da embaixada e depois residente em Londres, e de lá redigindo uma série de documentos diplomáticos. Como letrado faria ainda diversas obras de cunho mais abrangente sobre a diplomacia portuguesa. A brilhante carreira diplomática seria por fim coroada com a Secretaria de Estado, provavelmente, um dos postos mais notáveis no governo português, além de uma comenda de ordem militar, vale citar uma carta do rei D. Afonso VI que sintetizam essa longa carreira diplomática: “a experiência em toda notícia que se acha dos negócios que com muitos anos que as bastava aqui no reino, como fora dele, nas embaixadas que teve sua conta,

e de zelar por todas estas.”⁵⁶ Apesar disso, quando do afastamento do monarca e ascensão do infante D. Pedro, Sousa de Macedo seria afastado do governo.

Outro embaixador de grande destaque para o período da Restauração foi D. Vasco Luís da Gama, 5º Conde de Vidigueira. Vinha de prestigiada família, seu pai tinha sido inclusive Vice-Rei na Índia. Mais tarde o Conde de Vidigueira seria elevado a Marquês de Niza como forma de recompensa pelos serviços prestados a coroa como embaixador na França. Sendo embaixador na França por dois períodos entre 1642 e 1646, retornando para Paris em 1647.⁵⁷ Durante todo período como embaixador manteve um grande apreço pela leitura, tendo inclusive uma vasta biblioteca. Parte desse gosto pelos livros e seu conseqüente esforço na aquisição de obras pode ser percebido por suas inúmeras missivas com D. Vicente Nogueira, inclusive um exemplar das obras de Maquiavel.⁵⁸ Mas para além de sua dedicação as artes, a centralidade do diplomomata se fez notar pela grande quantidade de cartas que envia e recebe como embaixador em Paris, o que teria transformado o agente em uma espécie de “embaixador em chefe”, como apontar Edgar Prestage. Ao retornar ao reino foi também do Conselho de Guerra, e Vedor da Fazenda nos governos de D. Afonso VI e de D. Pedro II, além de plenipotenciário na paz com Castela em 1668, ocupando também o cargo de estribeiro-mor da rainha D. Francisca de Sabóia.⁵⁹

Evaldo Cabral de Melo também tece algumas considerações relevantes para a o levantamento do perfil dos embaixadores portugueses. Começando com Andrade Leitão, que foi escolhido por suas habilidades jurídicas. Conforme sabemos, Portugal e as Províncias Unidas haviam firmado uma trégua, porém, a Cia das Índias Ocidentais (WIC) violava de diversas maneiras a trégua, exigindo assim uma resposta jurídica apropriada. O grande objetivo era induzir a WIC a entregar as praças que teriam sido devolvidas depois do início da trégua, principalmente, o Maranhão e

⁵⁶ Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MSLIV/0365, página do volume 349.

⁵⁷ Edgar Prestage. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p. 5-6.

⁵⁸ Vale notar que o Conde de Vidigueira por diversas vezes procurava mostrar a importância que as embaixadas tinham na sua formação cultural. “E faço estas compras só por curiosidade, sem saber línguas. E quando a primeira vez partir para a França se me vendia toda livraria de D. Fernando Avila por trezentos mil reis a prazo. Mas como eu ainda então andava com os olhos fechados, sem ver o mundo, o não comprei, do que me tenho arrependido.” Cf. João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p.113.

⁵⁹ Edgar Prestage. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p. 5-6.

Luanda, sendo está última fundamental para a manutenção do tráfico atlântico. Apesar de seus esforços diplomáticos as praças citadas acabaram devolvidas, não no latim jurídico, mas na força das armas. Ainda assim, a experiência neerlandesa lhe rendeu uma nova nomeação, dessa vez para representar Portugal no Congresso de Westfália. Note-se nesse caso que D. João IV ainda era considerado um “rei rebelde”, o que impossibilitava o reconhecimento formal de Andrade Leitão.

Vago o posto em Amsterdã, era preciso um novo embaixador, Francisco de Sousa Coutinho. Evaldo Cabral de Melo aborda inúmeros momentos da vida do embaixador, inclusive quando era um dos homens de confiança do então, Duque de Bragança. Sousa Coutinho foi enviado pelo duque para acertar seu casamento com D. Luísa de Gusmão, filha da importante casa Andaluza de Medina Sidônia. Assim, o casamento do rei antes da Restauração já contava com os serviços diplomáticos de Sousa Coutinho. Seu envio para os Países Baixos era sem dúvida fruto da confiança que o monarca tinha em sua capacidade de negociação. Apesar disso, o rei mantém em segredo diversas informações sobre a guerra em Pernambuco. Como aponta Evaldo, “o rei que quer enganar deve começar por enganar seu embaixador.”⁶⁰ Essa extensa documentação sobre Sousa Coutinho foi fundamental para o caminho percorrido para tese, pois mais tarde, Sousa Coutinho seria o principal representante português em Roma.

Cabe ainda dizer, que Sousa Coutinho era tido por um homem pouco refinado, como argumenta Lúcio de Azevedo:

foi uma das mais interessantes personalidades da Restauração, e à luz dos documentos realiza bem o tipo português antigo, brusco de modos, solto no falar, impetuoso, valente, chalaceador e astuto. Com o Rei, a quem servira desde que era ainda Duque de Bragança tinha liberdades de criado velho certo de lhas não tomar a mal; discutia ordens, desobedecia, ralhava, escrevia com rude franqueza, a queixar-se, a dar conselhos, a repreender.⁶¹

Como veremos na análise da documentação epistolar, Coutinho agia com verdadeiro pulso. Advertindo e admoestando ao rei em diversas cartas. Apesar de sua longa trajetória, tudo indica que sua falta de tato político acabaria por ter consequências mais graves que culminam na sua retirada de Roma sem o reconhecimento papal, além de um relativo descredito dentro do próprio reino.

⁶⁰ Evaldo Cabral de Mello. Op. cit., p. 46.

⁶¹ Apud. Eduardo Brasão. *A restauração e a Colônias Portuguesas*. Academia Portuguesa de História, do Instituto de Coimbra e a da Sociedade de Geografia de Lisboa. Comemorações dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 23.

Dessa forma, Portugal inseria-se dentro de um contexto internacional amplo, no qual a diplomacia emergia como parte fundamental da consolidação da modernidade. Assim, as diversas potencias deveriam recrutar, formar e enviar embaixadores a fim de evitar a guerra, ou ao menos, adiá-la. Nessa lógica, as relações diplomáticas se tornam cada vez mais complexas e com elas, o embaixador deixa de ser apenas um título, mas um verdadeiro ofício. Sobre esse ofício e seus modelos falaremos a seguir.

Capítulo 2 – O embaixador e os espelhos

2.1 – Espelhos de embaixador, metodologia e escolhas.

Todo espelho reflete uma representação da realidade. Distorções e imprecisões fazem parte de todo espelho. Seja como for, o espelho nos remete a uma percepção. Nesse sentido, o jogo de percepções das imagens históricas, por exemplo, pode ser observado na representação que os embaixadores faziam da sociedade e esta daqueles. Comportamentos protocolares, discursos, indumentárias e carruagens fazem parte de um universo de aparências que definimos como as embaixadas.

Por outro lado, o uso da expressão “espelho” não é apenas uma metáfora. Na época moderna, eram comuns os “espelhos de príncipe”, manuais que procuravam descrever o comportamento político ideal para os príncipes e governantes.⁶² Tal gênero surgiu na Itália ainda durante o Renascimento e encontrou em Nicolau Maquiavel seu grande expoente. *O Príncipe*, famosa obra do escritor florentino consolidou a ideia de um livro instrutivo sobre comportamentos políticos. O jogo de palavras se faz necessário, quando se fala de um “espelho de embaixador”, trato de livros, manuais de comportamentos esperados pelos embaixadores.

Esses “espelhos de embaixadores” se tornaram gêneros literários “da moda”, e como tal, foram produzidos em grande quantidade. Nesse caso, os italianos destacaram-se como “criadores” das embaixadas modernas.⁶³ Porém, para o período analisado, da primeira a segunda metade do século XVII, esses escritos já não estão restritos territorialmente, espalhando-se pela Europa. No livro organizado por José Luis Colomer, *Arte y Diplomacia*⁶⁴ argumenta-se que essa “literatura exemplar” foi produzida pelo Renascimento, mas continuou ao longo dos séculos.

Em termos metodológicos, o uso dos manuais pode levar à armadilhas. A primeira, é acreditar que a “regra” era sempre seguida, correspondendo assim a realidade cotidiana. O historiador Peter Burke defende a ideia que se todos seguissem a regra, ela nem precisaria ser escrita. Logo, interpretar a fonte de maneira literal, seria um equívoco metodológico. Analisar as mudanças nas formas e normas de cada

⁶² Quentin Skinner. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶³ Garrett Mattingly. *Renaissance Diplomacy*. Baltimore, Penguin Books, 1964.

⁶⁴ Jose Luis Colomer. *Arte y diplomacia de la monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2003.

um dos tratados não necessariamente representa uma verdade absoluta, contudo, é inegável constatar que ocorreram mudanças no “sistema de preceitos” e que estas foram acompanhadas por mudanças semelhantes na prática.⁶⁵

O segundo problema metodológico identificado por Burke ao trabalhar com manuais de conversação é que quase sempre estes pareciam todos iguais. Tratavam temas de forma cíclica, com muitos “lugares-comuns”. Duas respostas precisam ser dadas sobre essa questão. A primeira é a variedade que as culturas locais podem impor a esses manuais, pequenos ajustes aqui e ali, mostrando na verdade uma variedade de comportamentos. E aí, como recomenda Burke, os relatos de viajantes estrangeiros podem ser particularmente úteis. Apesar dos “estereótipos de caráter nacional”, existem ali, muitas informações sobre o comportamento local. Essa estratégia parece aqui fundamental, uma vez que os embaixadores, por definição, eram sempre “outsiders”⁶⁶ e seus escritos sempre permitiam a comparação entre as variantes locais dos comportamentos. Esses são, assim, alguns dos cuidados a serem tomados ao analisar esses manuais. Vale ressaltar que Burke trabalha com diversos manuais de conversação na época moderna, enquanto optamos por trabalhar com outros manuais de comportamento como os “espelhos”, ainda assim diversas questões levantadas por ele podem ser cuidadosamente aplicadas para os textos ibéricos.

Identificando esse tipo de texto e sua importância para compreender as embaixadas da Restauração Portuguesa, restava um novo desafio: selecionar quais deles eram mais relevantes. Logo, foi necessário estabelecer um recorte preciso para os textos que seriam analisados. O critério de seleção adotado foi a divulgação dos textos, daqueles mais conhecidos e impressos; ademais, priorizou-se os escritos ibéricos em detrimento de outros espaços europeus.

Antes de iniciar a análise dos espelhos, é importante lembrar que a sociedade moderna trabalhada durante essa pesquisa valoriza aspectos diferentes das sociedades contemporâneas. Refiro-me a grande importância que era dada a civilidade, ao comportamento adequado, enquadrando-se em valores muito diferentes dos atuais. Embora possa ser cada vez mais difícil entender o que de fato é civilidade, essa tarefa nunca deixou de persuadir aos homens que a ela dedicaram-se e ainda se dedicam. Assim, os “espelhos de embaixadores” não falaram apenas dos comportamentos

⁶⁵ Peter Burke. *A arte da conversação*. São Paulo: Edusp, 1995, p.155.

⁶⁶ Utilizamos as percepções de Norbert Elias. Cf. Norbert Elias; John L. Scotson. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

políticos mais adequados, mas também, da cortesia e cerimonial próprios da época moderna⁶⁷. Logo, a busca pela civilidade cortesã relaciona-se com toda a atuação diplomática.

Ao analisar os diversos manuais de comportamento na época moderna ficou evidente que muitos desses manuais foram escritos por autores espanhóis, ademais existia uma clara relação entre as duas monarquias da península ibérica. Ao analisar textos espanhóis há a possibilidade de comparar como a civilidade e a cortesia eram percebidas dos dois lados do Minho. Assim, a primeira obra analisada é *El enbaxador*.⁶⁸ Entre os critérios que foram adotados, está a cronologia.⁶⁹ A obra foi publicada em 1620, momento que marca a consolidação da diplomacia espanhola, sendo a obra de Vera y Figueroa, o autor, uma síntese desse processo. O segundo motivo para a escolha do texto é a sua própria divulgação, ganhando inúmeras traduções: Itália (1646) e França (1635). Dessa forma, a obra é parte indispensável na busca por uma definição mais precisa das embaixadas na época moderna.

Lembre-se, nesse caso, que entender a diplomacia espanhola implica em entender também como os espanhóis se valeram dela, contra os portugueses da Restauração. Logo, foram analisadas obras de origem espanhola ou que tratassem da Espanha moderna, isso porque uma parte da diplomacia portuguesa pode ser entendida em face a influência da diplomacia castelhana. Dessa forma, ao estudar autores espanhóis podemos perceber parte do funcionamento da diplomacia da Restauração.

Do mesmo modo, os portugueses se dedicaram a esse tipo de literatura e a produção de tais escritos representou um importante mecanismo para manifestar o poder de sua restaurada monarquia. Assim as disputas que envolviam a Restauração Portuguesa produziram assim grande número de textos, ora do lado Português, ora do lado espanhol, como apresentou em diversos textos o historiador Fernando Bouza.⁷⁰

⁶⁷ Norbert Elias. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁶⁸ D. Juan Antonio de Vera y Figueroa. *El Embajador*. Sevilla: Por Francisco de Lyra, 1620.

⁶⁹ A obra foi publicada em 1620, ganhando inúmeras publicações ao longo do século XVII, marca a rigor, um momento de grande expansão da diplomacia espanhola pela Europa, sendo portando uma síntese da formação de uma rede diplomática europeia. Dessa forma, o critério adotado para a escolha foi o contexto histórico de sua publicação, bem como a grande circulação que alcançou.

⁷⁰ Fernando Bouza. *Corre manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

Dentro desse contexto, um dos embaixadores portugueses também desenvolve um manual, um “espelho de embaixador”. O nobre Antonio da Silva e Sousa escreve em 1656 seu *Instrucçam Política de Legados*.

Silva e Sousa nasceu em Caldas das Rainhas, mais tarde foi para Coimbra estudar direito, seguindo assim a carreira do pai jurista. Termina seus estudos em 1640 e, já em 1643 assume o cargo de Provedor-mor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Estado do Brasil, ficando no Nordeste brasileiro por cerca de três anos. Quando retorna a Portugal, informa a D. João IV sobre o que havia visto. Logo, seguem-se uma série de nomeações como embaixador, ora para Holanda, ora para Inglaterra. Mas as missões acabam não sendo realizadas. Somente mais tarde, já com cinquenta anos, Silva e Sousa é enviado para a Suécia. Sua nomeação relaciona-se, sem dúvida, com seu parentesco com Pedro Vieira da Silva, importante Secretário de Estado. Em meio a essa embaixada, escreveria a obra em questão.

A obra escrita pelo embaixador português é dedicada à D. Afonso VI. Admite que não pretendia tratar da “razão de Estado”⁷¹ por não ter “cabedal” para tal função. Mas que não poderia deixar de dar “seu afeto” ao príncipe. E que se todos que encontrassem dificuldade ao escrever “não haveriam homens com as penas nas mãos” e “ficaria sem luz a história”. Trata-se de uma justificativa que é seguida de um adendo das habilidades como embaixador e escritor. Fazendo assim, um movimento que legitime sua capacidade para redigir a obra.

Afirma que pretende escrever para “instruir ministros” de modo a servir de instrumento para a arte de reinar. Porém, argumenta da maior facilidade de “se escrever sobre o que se vê”, sublinhando assim a importância da prática. O exercício da legacia dava crédito a escrita do manual. Ressaltava ainda sua própria experiência:

Eu que com curiosidade observei paixões, afetos vários em uma corte estrangeira, onde a fama de um oráculo trouxe a si a flor da Europa. Muito encontrei, muito vi e por melhor me instruir o procurei penetrar, mas a minha capacidade não basta para formar ideias.⁷²

Justamente nesse ponto, encontramos um aspecto em comum entre as duas obras. Pois, Vera y Figueroa também utiliza a experiência como um elemento de distinção para seu livro. Afirma inclusive que sua obra se destaca das demais, pois

⁷¹ Existe um vasto conjunto de obras que analisam o conceito de Razão de Estado para o período, parte dessa síntese pode ser percebida por Michel Sennelart. Cf. Michel Sennelart. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34, 2006.

⁷² Silva e Sousa. Op. cit. p. 19.

teve um “particular contato” com esse ofício, se referindo a sua atuação como embaixador de Castela. Não podemos esquecer sua atuação como embaixador em Saboia em 1625, depois passando por Roma, onde publicou uma obra em homenagem à Santa Isabel de Portugal. Lembre-se nesse caso que, ainda em 1625, Santa Isabel seria canonizada pelo papa Urbano VIII. Já em 1630, é novamente embaixador, dessa vez como enviado extraordinário ao Duque Víctor Amadeo, indo depois para Veneza como embaixador ordinário. Seja como for, fica evidente que nosso personagem teve uma extensa carreira a serviço da coroa. Tal como Vera y Figueroa, Silva e Sousa se vale de sua vivência como embaixador para legitimar sua opinião. Argumenta também, que o trato na corte é sempre “espinhoso” e que a maioria das pessoas ali são tocadas por dois poderosos tiranos: “interesse e ambição”. Essa percepção bastante realista do autor perpassa os dois “espelhos de príncipe” no qual a diplomacia também pode ser entendida como uma via de ascensão política, na qual a experiência é a grande qualidade.

2.2 - Instruções e modelos de ação.

Um dos elementos mais delicados dentro da sociedade moderna é a escolha dos embaixadores, lembre-se que da noção medieval de representação era também comum a época moderna, ou seja, o soberano poderia enviar representantes e delegar seus poderes a outrem.⁷³ O embaixador não fala por si, mas por seu rei. Os “espelhos de embaixador” em análise não deixariam tal temática de lado. Vera y Figueroa evidencia essa realidade logo nas duas primeiras páginas ao informar que nenhum ofício da República merece tanto cuidado como o de embaixador: “mas é o ofício do embaixador que mostra intrínsecas verdades. E me parece deve ser sua eleição muito mediada.”⁷⁴

Para confirmar a representatividade dessas embaixadas, valem as cartas credenciais. Redigidas pelo rei, elas forneciam os termos do aceite daquele embaixador pelo rei que o recebia. Ao mesmo tempo, também deixava evidente qual a natureza dos negócios daquela embaixada e quais os poderes daquele embaixador. Na

⁷³ Existe uma extensa bibliografia sobre a noção medieval de representação. Cf. Ernst Kantorowicz. *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. E também Marc Bloch. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷⁴ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 28.

verdade, vamos observar que as cartas credenciais diferem o embaixador, o ofício de uma mera visita privada, como adverte o manual “porque sem ela, ainda que lhe acompanhem todos os vestígios e provanças do mundo, não é obrigado a crer um príncipe em negócios públicos, a nenhuma pessoa privada, por grande e esclarecida que seja.”⁷⁵ A diferença entre o enviado oficial e o indivíduo que é recebido em privado é assim notória.⁷⁶

Cabe assim, analisar um desses exemplos de cartas credenciais citadas por Vera y Figueroa, do rei espanhol endereçada ao papa, credenciando D. Luiz de Zuñiga como embaixador.

Mui Santo Padre, sendo este o que leva esta carta comendador-mor de Alcantaria, D. Luis de Zuñiga, de quem tenho tão grande confiança, que dirá a Vossa Santidade o que lhe encarrego, melhor que aqui lhe poderá servir, não se maravilhará V.S. de que seja breve, pois só a de servir a V.S. lhe creio como a mim mesmo, em todo o que em minha parte disser, e notavelmente no cuidado que tenho e de ter sempre que olhar pela autoridade de sua muito santa pessoa, que nisso não poderá jamais V.S. prometer-se tanto, quanto é meu desejo, e o que entendeu do comendador-mor. E em quanto as coisas que convém ao bom progresso do Concílio, também suplico a V.S. lhe creio, e que tudo o que concordar e presentar sobre elas. Movido do zelo que tenho do serviço do Nosso Senhor, que com larga vida conserve a V.S. no governo de sua universal igreja, como eu suplico e desejo.⁷⁷

A carta credencial para o Papa permite que possamos ver algumas características importantes dessas credenciais. A primeira é o claro reconhecimento da autoridade papal, “santo” e “vossa santidade” sempre marcado por uma linguagem barroca e elogiosa. Ademais, admite o embaixador, como verdadeiro representante da vontade real, ao falar “lhe creio como a mim mesmo, em todo o que em minha parte disser”. Ou seja, o embaixador espanhol Luis Zúñiga tinha força como representante do rei. Por fim, o rei marca, por duas vezes, a função social do embaixador, não mais como embaixador, mas dentro do próprio reino, “comendador-mor”. Ao reconhecer o título, o rei atribui importância e valor social ao seu próprio embaixador. Isso já

⁷⁵ Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 319

⁷⁶ Note-se nesse caso que o primeiro enviado português a Roma não é recebido com credenciais, e sim como pessoa privada. Como veremos mais a frente, a qualidade de Bispo do primeiro enviado português foi determinante para sua recepção pelo papa, mas em nada alterou o cenário português, já que não se tratava a rigor de um embaixador, e sim de um bispo recebido em privado.

⁷⁷ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 322.-324.

marca a importância do *status* social elevado e da nobreza para os enviados de reis. O que reforça, também, a ideia defendida pelo manual de Figueroa de que o embaixador deveria exercer funções “em casa”.

Além das cartas credenciais, os embaixadores também recebiam instruções. Sendo estas divididas entre fechadas e abertas. As abertas são de caráter público e frequentemente conhecidas por todos, tais como o acerto de pazes, ligas ou casamentos. As fechadas, por outro lado devem ser guardadas no “peito do embaixador”. Estas últimas foram menos frequentes, ainda que existam casos famosos, tal como as instruções secretas dadas ao Padre Antonio Vieira quando foi enviado a Roma. Sabemos hoje que a embaixada procurava firmar o casamento entre D. Teodósio, infante português e uma das infantas espanholas, mas também, fomentar uma revolta da cidade de Nápoles contra o domínio espanhol. Sendo este último ponto particularmente secreto.⁷⁸ O Manual reforça, contudo, que o embaixador não deve seguir nenhuma instrução “torpe”, afirmando também que era esse frequentemente o caso das instruções secretas.

Ademais, antes de deixar a corte, o embaixador deve procurar o rei para revisar as instruções. Nessa altura, o manual argumenta se deve mesmo o rei deixar “claras” todas as suas intenções, “seu interior”. E reforça, sobretudo, a mutabilidade dos poderes do embaixador com o passar do tempo. “Não são os mesmos, nem a mesma substância e de um mesmo valor.”⁷⁹ Em raros casos eram dadas cartas de “plenos poderes”, que permitiam ao embaixador acertar qualquer acordo, sem, contudo, deixar de “dar aviso”. Sempre, porém, retorna-se ao tom da moderação, afirmando que o embaixador deve “jogar no xadrez da cautela”.

Cabe lembrar que esses avisos deveriam ser dados com o máximo de segredo e sempre por escrito. Reconhecendo que o “melhor caminho de dar avisos é em cifras”. Isso porque o correio pode ser saqueado com intenções diversas. Ainda que a documentação portuguesa consultada apresente apenas alguns casos de cartas cifradas, o mesmo não se pode falar sobre a documentação espanhola.⁸⁰ Mas sobre esses segredos falaremos mais a frente.

⁷⁸ Thiago Groh de Mello Cesar. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de Mestrado – PPGH- UFF. Niterói, 2011, p. 126.

⁷⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 336.

⁸⁰ No Arquivo Histórico Nacional de Madrid, encontrei grande quantidade de códices inteiros de cartas cifradas e, mesmo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, percebi diversas cartas cifradas, muitas inclusive, com o texto original ao lado. Ainda que simples, a criptografia alfa numérica escondia os

As cartas credencias forneciam assim um reconhecimento formal daquela embaixada que encaminhava uma certa “segurança jurídica” em relação ao legado. Ser considerado como embaixador formal garantia a esses homens a proteção do “direito das gentes”⁸¹, frequentemente usado como argumento durante o texto. O embaixador deveria receber certos tratamentos obrigatórios, tanto para embaixador “amigo”, como embaixador de reino “inimigo”.

Diante de tal tratamento, os castigos aplicados aos embaixadores também eram limitados. Nos interessam particularmente, pois o castigo por parte do rei ou do papa marca, na verdade, o fracasso daquela embaixada. O mais comum era a expulsão do reino que assiste, mas também era possível que se castigue o embaixador como “homem privado”. Também nesse caso, existem exemplos interessantes.⁸²

A resposta mais imediata a qualquer descortesia ou punição sofrida por um embaixador é penalizar os embaixadores do reino que os maltratou. Vingando, assim, seus embaixadores. O manual que cita Bodin, argumenta que nem os embaixadores podem se considerar seguros e, ainda assim, não devem pegar em armas. Na verdade, um dos elementos mais centrais é que os embaixadores deveriam evitar conflitos a qualquer custo. Quando recebido em audiência com o rei que assiste, deve também o embaixador se antecipar “assistindo em sítio vizinho” para aguardar ser chamado. Tudo isso para evitar eventuais atrasos. Ao mesmo tempo, é recomendável observar bem o momento da audiência. Evitando também, “concorrer com outros embaixadores”, “cada qual deve não perder seu lugar”. Novamente, existe um equilíbrio sensível entre não perder o seu lugar e evitar as competições com outros embaixadores.

Outra questão fundamental é gerar registros para os próximos embaixadores, que com o conhecimento e as instruções poderiam evitar novos conflitos. O antigo embaixador que ocupava a função deve entregar ao rei que assiste a carta do novo

elementos centrais da carta. Apenas elementos gerais apareciam: cumprimentos, data, assinaturas e locais.

⁸¹ A expressão remete a antiguidade romana, na qual, certas regras poderiam ser utilizadas também para os estrangeiros. Assim, ao invocar o direito das gentes o embaixador argumentava que ainda como estrangeiros, alguns direitos básicos deveriam ser preservados.

⁸² O primeiro refere-se ao embate entre o embaixador português, bispo do Lamego e o embaixador espanhol, Marquês de Los Velles nas ruas de Roma. Ante o enfrentamento e temendo novos confrontos, o Sumo Pontífice ordena a retirada do embaixador espanhol. O segundo caso de punição física era evidentemente mais raro, o caso que conhecemos não foi com embaixador, mas com um dos enviados portugueses na Inglaterra. Pantaleão de Sá e Meneses foi condenado pelo parlamento. Sua condenação gerou protestos por parte dos portugueses, mas ainda assim, a situação portuguesa em 1654 era suficientemente delicada para impossibilitar uma reação. Cf. Ana Leal de Faria. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008. p. 64.

embaixador, informando ainda, a data que esse novo embaixador deveria se apresentar. Assim que o embaixador chega no seu local de destino, deve aguardar na sua casa até ser chamado pelo rei para apresentar suas credenciais. Enquanto isso, pode receber e dar visitas aos ministros e outros personagens da corte.⁸³

O autor espanhol explica também sobre a língua utilizada na fala. Conforme veremos, a língua utilizada no diálogo entre os enviados era a nativa do embaixador. “E isto há de ser dito na língua natural do embaixador, porque muitas raras vezes ninguém sabe também outra, como a materna: e também porque é grandeza de um príncipe, que sua língua corra em toda parte”⁸⁴. Essa configuração dá assim o direito aos embaixadores portugueses de falarem em português perante o papa.⁸⁵

A questão linguística nos remete a necessidade do “interprete”. Para o embaixador, era necessário o uso do latim e o domínio de grande variedade de línguas, o que não seria possível sem um interprete. Como sabemos, as missões diplomáticas portuguesas durante a Restauração eram dotadas de muitos oficiais. Interpretes, secretários, tesoureiros ou acompanhantes eram necessários para as embaixadas. Muitos dos relatos que hoje acesso para estudar as embaixadas foram na verdade, escritos por esses oficiais. Não se tratava apenas de gerenciar a fala, mas também de criar memórias sobre aqueles sucessos diplomáticos. Porém, apesar do esforço dos oficiais alguns conflitos continuavam a acontecer.

Como conseguiremos observar com os relatos de embaixadas nos capítulos seguintes, em alguns casos extremados, o Papa determinava os locais dos embaixadores, buscando evitar conflitos. Cito:

que havendo nascido discórdia entre os embaixadores de Veneza e Saboia com o senado romano, o Pontífice mediou suavemente (como todos os príncipes devem faze-lo) mandando ao magistrado que fosse por outra rua a aguardar o capitólio⁸⁶

Como se percebe o papa é sempre tratado como o grande intermediário desses conflitos. Vera Y Figueroa, como embaixador católico, não poupa elogios ao Papa, “se os príncipes tivessem atentado nas suas cortes ao estilo do pontífice, onde rara vez

⁸³ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 324.

⁸⁴ Vera y Figueroa. Op. cit. p.326.

⁸⁵ Note-se aí o relato do embaixador Conde do Prado que, sendo apresentado ao papa, falou em português. O papa, contudo, questionou o embaixador sobre o uso do português. Habilmente o embaixador respondeu que utilizou o português, pois sabia da grande estima que o papa tinha por aquela língua. Apesar do procedimento adequado do embaixador português ao falar em sua língua natural, o papa reagiu de maneira negativa, sendo fundamental o desfecho inteligente da questão feito por D. Francisco de Sousa na embaixada de 1669. Cf. Ana Leal de Faria. Op. cit. p. 188..

⁸⁶ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 393.

nas audiências pudessem embaixadores se encontrar”⁸⁷ Contudo, nosso autor exagera a boa atitude dos pontífices, já que a quantidade de conflitos nas ruas de Roma era significativa.⁸⁸

O manual prossegue descrevendo a potencialidade desses conflitos entre embaixadores, reconhecendo dois caminhos: “pluma ou mãos”. Como antes falei, o uso da violência é francamente condenado para um embaixador. Porém, é admitido o uso da força quando for atacado primeiro.

E com protesto e requerimentos se lhe pretendem impedir outros legados, pelos mesmos filios deve responder e conserva-lo; e se com força o intentarem vencer com força deve repeli-la. Porque será conduta desapontada remitir com a pluma o agravo se que fez com as mãos.⁸⁹

Em seguida, o manual cita diversos casos de conflitos. Em sua maioria entre França e Espanha sobre precedências em cerimônias e festas. Um dos exemplos, ocorre entre o embaixador espanhol D. Juan de Zúñiga e o enviado francês sobre a posição que cada um ocuparia na festa de Pentecostes. Segundo a fonte, os cardeais afetos da Espanha queriam que o melhor posto fosse dado ao enviado espanhol. Porém, a palavra final acabou sendo do Papa que, com “palavras severas” compôs os dois embaixadores. Não satisfeito, Zúñiga escreve uma carta de protesto ao Papa. A resposta chega de imediato, solicitando que o embaixador se apresente com apenas “dois cavalheiros e notórios suficientes”. O embaixador, contrariado, respondeu ao papa com o “Silêncio”. O papa escreve novamente argumentando que nada de novo havia sido dado ao embaixador francês, e que remeteria o caso a “Rota”⁹⁰.

Esse breve caso do embaixador D. Juan de Zúñiga⁹¹ nos permite compreender três eventos importantes sobre as embaixadas para Roma. Primeiramente, a gestão do silêncio já apontada por Peter Burke. Apenas quando o embaixador responde com o

⁸⁷ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 397.

⁸⁸ Lembre-se do já mencionado conflito entre o embaixador português (Bispo do Lamego) e o embaixador espanhol (Marquês De Los Velles) logo na primeira embaixada da Restauração à corte papal.

⁸⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 399.

⁹⁰ A Rota era um grupo de cardeais que defendiam a imparcialidade das decisões papais, claramente, tentando evitar a forte presença de cardeais afetos ora da Espanha, ora da França. Era assim, uma terceira via para a resolução das questões da Sé, mais preocupados com a Igreja Romana em si do que com a Razão de Estado

⁹¹ D. Juan de Zúñiga. Embaixador espanhol durante 1568-79. Sobre a listagem completa de enviados espanhóis. Cf. Miguel Angel Ochoa Brun. Historia de la Diplomacia Española. Repertório diplomático. Listas cronológicas de Representantes. Desde la Alta Edad Media hasta el año 2000. Madrid, Ministerio dos Asuntos Exteriores, 2002.

silêncio, o Papa é “forçado” a tomar uma nova atitude. Em segundo lugar, o grande argumento papal era que “nada de novo” havia sido dado a França, ou seja, a antiguidade e a conservação das coisas eram um argumento frequente. Por fim, a questão acaba sendo remetida a “Rota”.

As várias histórias e exemplos contados no manual espanhol não terminam por aí. Novamente, franceses e espanhóis duelam por posições. Dessa vez o embaixador espanhol é o Conde de Luna que leva a vantagem. Já os franceses, em protesto, se retiram da cerimônia. Note-se aqui a mudança de cenário entre as duas embaixadas, mas também, o recurso comum entre os nobres de não comparecer ou se retirar de uma posição menos prestigiosa.

Argumenta também, da importância de manter sua posição inicial, ou seja, deve o embaixador manter a qualquer custo aquela posição que já ocupava. Cita o caso do embaixador português que perdeu seu lugar para o embaixador da Polônia. O trecho bastante curto do tratado, permite perceber uma visão negativa sobre os portugueses, mais ou menos comum ao longo de todo manual. Em outro trecho, deixa ainda mais evidente essa realidade. “E o embaixador de Portugal presuma ser igual as demais do mundo, e superior a muitos, com aquela limitada jurisdição que tinha”⁹² O que não deixa de ser indicativo da percepção e parcialidade castelhana sobre os portugueses em 1620, data da primeira publicação do manual.

Por fim, Vera y Figueroa adverte ainda, que esses conflitos devem ser evitados a todo custo. O rei que não os evita, ignora a boa “razão de Estado”, isso porque o ódio privado pode se tornar público “e rogam que os embaixadores se encontrem entre si, por que esse ódio particular se estenda para seus senhores, reis ou repúblicas.”⁹³ Uma boa forma de evitar esses conflitos era enviar embaixadores “ocultos”. Sem a necessidade das honras de recebimentos e maiores entradas, o embaixador evitava conflitos cerimoniais com seus pares. O celebre Padre Antonio Vieira, por exemplo, foi enviado em embaixada secreta para Roma em 1650, além de outros envios especiais.⁹⁴ Apesar desse exemplo, as embaixadas secretas portuguesas não foram numerosas, quase sempre pela própria necessidade de afirmação da nova

⁹² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 415.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Sobre a atuação diplomática do Padre Antonio Vieira. Cf. Thiago Groh de Mello Cesar. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de Mestrado – PPGH- UFF. Niterói, 2011.

dinastia reinante. Ora, tudo isso mostra que o embaixador deveria ser um homem com muitas características particulares para combater esses conflitos.

2.3 - Do interior ao exterior

Como representante do rei, era fundamental que o embaixador tivesse determinadas características, isso porque, por mais preparado que o embaixador esteja, podem ocorrer demandas novas, o que envolve grande capacidade de deliberação. “Porque é certo, que não bastam regras universais para governar negócios particulares.”⁹⁵. Como propõe Figueroa, a capacidade de deliberar questões particulares, além das instruções iniciais que recebiam. “Porque as regras mais gerais e imediatas, não se há de observar indiscriminadamente, se não ajustando as particularidades que se ofereçam.”⁹⁶

Para Vera y Figueroa, o embaixador é assim um agente ativo, devendo interpretar e se modelar a cada uma das situações que surgiam na embaixada. A escolha do embaixador perpassa, assim, por muitos elementos pessoais.

Na verdade, não pode ser bom embaixador sem ser bom orador, porque todo o ofício se reduz a persuadir ou a diluir e isso sem cópia da elegância retórica, e caudal natural, não se poderá bem em prática⁹⁷

A qualidade de bom orador é aqui descrita, no que se era esperado. Mas a novidade é a crítica ao mero uso retórico: o embaixador não deve abandonar a verdade.

Como pressentido, o manual defende uma postura cristã, reafirmando a importância da verdade, e que não se deve pautar em “regras e fundamentos políticos”. Não se trata de usar a oratória como utilidade, mas em ser honesto. Quando uma determinada ordem do príncipe não for conveniente nessa situação, o embaixador “poderá replicar-lhe uma vez, com pretexto de não haver entendido bem, porque a dilação, mude os pareceres, e outra dificultando a execução”⁹⁸

Logo, o embaixador deve procurar a junção do útil com o honesto. Combatendo a mentira a todo momento: “Não há bem público que pode justificar uma

⁹⁵ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 29.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 142

⁹⁸ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 160

mentira.”⁹⁹ A defesa da moral cristã, presente no texto do embaixador espanhol, concorda assim com o contexto em que foi escrita.

Um tema constante dentro dos espelhos é a importância de uma série de características morais fundamentais para o sucesso das embaixadas. Nesse aspecto, não deixa de ser elucidativo que o espelho português, escrito por Sousa e Silva dê uma destaque ainda maior para a prudência, virtude cristã por excelência.

No lado português, a prudência também estaria presente. Defendendo a ideia que os “velhos” eram antigos companheiros da prudência: “Neles se acha temperado aquele fervor de sangue que turba nosso juízo e perverte nosso conselho, branda as perturbações que distraem nosso animo.”¹⁰⁰ A semelhança entre o manual escrito por Vera y Figueroa e por Silva e Sousa é evidente. Os homens prudentes eram aqueles mais velhos.

Ao analisar se o prudente deve primeiro se preocupar com si ou com os outros traz uma resposta taxativa. “Porque pesa tanto o público que a prudência civil se deve fazer lugar de justiça é obrigado o vassalo a conservação do seu rei e do seu reino.”¹⁰¹ Logo, a prudência desejável em um embaixador não se relaciona apenas com a pessoa do embaixador, mas com o bem do reino.

Porém, tal como no manual espanhol, o bem do reino não pode passar por cima dos designios divinos. “E com nenhuma circunstância ainda que de bem público... e só pode fazer lícito o que mande o mesmo Deus.”¹⁰² Ser um bom legado, implicava em ser um bom cristão, ao menos era o que pretendia o “espelho de embaixador.”

Sousa e Silva admite que adota três preceitos básicos para escrever seu manual: viver com decência; obedecer com humildade e fazer amar com destreza. Deixando evidente que os elementos cristãos eram comuns a esse tipo de manual, e defende tal como Figueroa a virtude como um elemento central. “E na verdade os avanços do nosso crédito somente estão na virtude com ela não há má fortuna”¹⁰³ Note-se também uma clara ruptura com a *virtú* de Maquiavel. Enquanto para Maquiavel a *virtú* era o conjunto de ferramentas práticas que um indivíduo deveria possuir para manter o poder vencendo assim a fortuna; para Silva e Sousa, a virtude

⁹⁹ Vera y Figueroa. Op.cit. p.181

¹⁰⁰ Silva e Sousa. Op. cit. p. 87-88.

¹⁰¹ Silva e Sousa. Op. cit. p. 110.

¹⁰² Silva e Sousa. Op. cit. p. 112.

¹⁰³ Silva e Sousa. p. 25.

supera facilmente a fortuna e é essencialmente conciliável com os dogmas cristãos.¹⁰⁴ Não deixa também de listar as virtudes desejáveis para um legado: “obediência, prudência, temperança e fortaleza,” todas virtudes naturais. Mas reforça que algumas virtudes “acidentais” podem ser de grande variedade, como explica: “a acidental consiste em uma boa presença e uma limpa equipagem, mas assim uma como a outra fazem por conta do príncipe, pois a primeira acredita a eleição e a segunda qualifica a majestade”¹⁰⁵

O autor admite que as embaixadas são fundamentais para o “governo político”, justamente por isso deve o príncipe ter especial atenção com os eleitos para essa função. Nessa altura, faz uma importante distinção ao recomendar quais pessoas escolher. “Escolhidos não pelo lustre das famílias ou grandeza das dignidades como advertiam alguns escritores franceses, mas pela advertida prudência e alteza do seu juízo.”¹⁰⁶ O breve trecho nos permite algumas conclusões. A primeira é a franca diferença de outros manuais, inclusive o escrito por Vera Y Figueroa, que recomenda a escolha de embaixadores “nobres” e com fazendas suficientes para arcar com os custos da embaixada. Também não abona as famílias como elemento de distinção na escolha do embaixador, outra diferença evidente. E é claro, a citação aos manuais franceses, ainda que ao longo da leitura da obra não fique evidente a qual autor faz referência o embaixador português.

Logo, algumas distinções já se manifestam nas primeiras páginas do manual. Porém, novamente vemos a “prudência” como grande vertente a ser seguida, tanto na escolha do embaixador, como pelo próprio embaixador durante sua missão. Essa prudência não é apenas virtude civil, mas também religiosa, pois, para o autor “Deus é eminentemente prudente”. O autor conclui que essa prudência é necessária pela grande “variedade dos tempos” e logo, o diplomata deveria usar a prudência para “temperar seus cuidados”.¹⁰⁷

Essa prudência humana também é para o autor um mecanismo de serviço, pois defende que um “homem não nasceu só para si” mas para sua pátria¹⁰⁸, amigos e

¹⁰⁴ Existe uma vasta literatura sobre o conceito de “virtú” em Maquiavel. Cf. Quentin Skinner. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 109. Martin Albuquerque. *Maquiavel e Portugal*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2008. E ainda. Rodrigo Bentes (org.) *Maquiavel no Brasil: dos Descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

¹⁰⁵ Silva e Sousa. p. 29.

¹⁰⁶ Silva e Sousa. p. 37-38.

¹⁰⁷ Silva e Sousa. Op. cit. p. 53.

¹⁰⁸ Cabe ressaltar que por diversos momentos, as fontes coevas utilizam expressões como nação e pátria, mas em sentidos opostos daqueles conhecidos nas sociedades contemporâneas. Cf. Eric

família. Percebe-se nessa altura, que o autor associa a prudência a diversas outras características necessárias ao legado, como a honestidade, o bom serviço e, por fim, a capacidade de “apurar as circunstâncias da pessoa, tempo, coisa, causa, tempo, lugar e ocasião.”¹⁰⁹ Assim como Vera y Figueroa, o embaixador português admite a grande variedade de situações que o embaixador pode enfrentar. E é claro, para esse último, a solução está na prudência do embaixador.

Em síntese, vemos o somatório da prudência com o conhecimento prático. Conceitos fundamentais para o autor, como se percebe no seguinte trecho:

Assim para ser prudente é necessária uma certa inteligência prática, a qual não é outra coisa que o conhecimento dos particulares que conspiram para esse ou muitos fins, para um ou para muitos negócios, únicos ou entre si diversos.¹¹⁰

Essa prudência, segundo o manual, deveria ser utilizada naqueles casos duvidosos. Discorre então sobre as diversas formas como os homens perdem e mantêm a prudência. É claro, os exemplos da Antiguidade são abundantes. Platão afirma que a prudência só é adquirida com “disciplina e doutrina”; para Aristóteles, a prudência só pode ser atingida por meio da experiência; há ainda aqueles que afirmam o alcance da prudência somente com a graça de Deus.

Justamente sobre a importância da graça divina, o autor faz uma importante distinção, pois considera que a moral é uma virtude racional. Ou seja, não é fruto direto da graça. Ainda que admita que frequentemente essa virtude vem junto com outras virtudes morais, pois a “prudência verdadeira” tem uma ligação com Deus. Por fim, passa então a descrever quem poderia ser prudente. Na saída são excluídas as mulheres, que como antes observado, tomavam nesses manuais, lugar secundário.¹¹¹ Outro caminho fundamental para a prudência é “saber ouvir” e dos meios que se pode chegar a prudência: “pais, pedagogos e mestres”. Isso porque o homem não conhece nenhuma coisa “sem ser primeiro ensinado”. Segundo nosso embaixador, apenas os ensinamentos podem diferenciar os homens. “Todos nascem chorando, todas acabam morrendo. A virtude e a doutrina fazem o homem diferente.”¹¹²

Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁰⁹ Silva e Sousa. Op. cit. p. 58.

¹¹⁰ Silva e Sousa. Op. cit. p. 60.

¹¹¹ Apesar do lugar secundário das mulheres nos espelhos de embaixador existem diversos casos de sua atuação durante o período moderno. Cf. Natalia Zemon Davis. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

¹¹² Silva e Sousa. Op. cit. p. 80-81.

Vera y Figueroa por sua vez, não excluiria as virtudes cristãs¹¹³, defende que o embaixador deve ser homem de virtudes. O primeiro argumento apresentado pelo autor era que o embaixador precisa ser homem pacífico, que não recorresse ao uso das armas. Remontando a Antiguidade, faz referências aos embaixadores militares comuns em Roma, concluindo, por fim, que como soldados, esses não poderiam ser considerados embaixadores, pois a dignidade da embaixada (*regalia*) não permitia o “uso das armas”. Deve-se “fatigar os inimigos, não com armas, e sim com engenho e diligência.”¹¹⁴ Novamente, a civilidade cortesã deixa sua marca nos comportamentos adequados para os embaixadores.

Tal elemento parece aqui particularmente interessante, pois não foram breves e sem importância os diversos episódios de violência entre embaixadores, tanto em Roma como em Portugal, como veremos nos capítulos seguintes. Ao mesmo tempo, por diversas vezes, foram enviados como embaixadores homens de armas; mestres de campo e generais.

O recurso a violência é, assim, abominado pelo autor, sendo incompatível um *legado* que domina o uso das armas. O rei deve ainda ter grande habilidade para escolher seus embaixadores, pois é próprio dos homens nunca reconhecer sua “incapacidade”. Dessa forma, deveria o rei selecionar um “homem de letras”, sempre procurando bom conselho e o bem comum.

Ainda entre as virtudes cristãs, o manual escrito por Vera y Figueroa recomenda a todo momento o uso da prudência. Citando Justo Lipsio, considera que a prudência também precisa da desconfiança e dissimulação, predicados fundamentais dos embaixadores, o que não exclui que o embaixador procure atuar pensando na sua consciência. Uma das ideias era a capacidade de dissimular, sendo inclusive uma característica necessárias aos reis, “de tal maneira que há quem desse que não é bom para reinar quem não sabe fingir”¹¹⁵ A dissimulação era, assim, não apenas aceita, mas necessária. Para um leitor contemporâneo, dissimulação poderia parecer pouco cristão, mas havia uma vasta discussão sobre a temática. Torquato Accetto, em seu *Da Dissimulação Honesta*¹¹⁶ mostra essa conciliação da moral cristã com a dissimulação. Concluindo que a dissimulação é fundamental para a vida pública:

¹¹³ A virtude cristã é um tema extremamente importante para a época moderna, sendo abordada por diversos tratados escritos no período. Para uma síntese desse processo. Cf. Quentin Skinner Skinner. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹¹⁴ Vera y Figueroa. Op.cit., p. 33.

¹¹⁵ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 205

¹¹⁶ Torquato Accetto. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

“porque mal poderam tratar bem do governo os que não pudessem dissimular, e fingir partes referidas, e iria o próprio atributo dos reis, de tal maneira que há quem pense que não é bom para reinar quem não sabe fingir”.¹¹⁷

Em obra recente, o historiador inglês Peter Burke falou frequentemente do “controle do silêncio” e sobre os momentos de fala. Burke mostra como o controle da fala também gerou a formação de diversos manuais de conversação. Ainda que o conjunto de ensaios trate de inúmeros períodos, indo e voltando no tempo, não resta dúvida, contudo, que alguns elementos podem ser estruturais na *Arte da Conversação*¹¹⁸ A primeira delas refere-se as hierarquias sociais na época moderna que ainda estavam muito presentes nos atos de fala. Havendo “marcas de respeito” recomendadas para se dirigir a superiores. Essas marcas são importantes para perceber os conflitos cerimoniais, pois quase sempre nas embaixadas havia uma clara distinção hierárquica entre as partes, não se tratava de uma conversa entre iguais.

O autor cita muitos manuais de conversação entre os séculos XVI e XVII. Alguns deles publicados no XVII, como *Honnête homme* (1630), escrito por Nicolas Faret; *Maximes de la biensance en la conversation* (1618) mas, apesar disso, todos derivam de seus congêneres do XVI, tais como *La civil conversatione* de Stefano Guazzo; e é claro *Il Cortegiano* de Baldassare Castiglione. Dentro desses manuais, é possível perceber diversos lugares-comuns que apresentam elementos como “não interrompa”, “não fale demais sobre si mesmo”, evite dominar toda a conversa e trate apenas de tópicos mais gerais. Regras de conduta ainda hoje verdadeiras. Diferentemente de hoje, nos manuais de conduta do período moderno, as mulheres também possuíam um lugar de fala bastante limitado, sendo o excesso de fala apreciado de forma negativa.

Quanto a época em questão, duas considerações são fundamentais. A Primeira refere-se a forma de falar com o soberano, e novamente, a obra de Burke é fundamental ao analisar os escritos de *O cortesão*:

A hierarquia reaparece quando os participantes discutem a forma que um cortesão deveria usar para falar com o príncipe. Ele não deveria ser desrespeitoso, nem fanfarrão, não deveria contestar, e assim por diante. Uma pesquisa recente demonstrou que a ênfase na hierarquia é mais acentuada na versão publicada do texto do que em suas primeiras versões.¹¹⁹

¹¹⁷ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 205.

¹¹⁸ Peter Burke. Op. cit.

¹¹⁹ Peter Burke. Op. cit. p. 133.

Nota-se, nesse caso, a necessidade do respeito as hierarquias. Burke explica ainda que a maioria dos manuais modernos de comportamento fala de um “silêncio prudente”¹²⁰ Como será possível perceber mais a frente, a prudência era, de fato, a tônica de muitos dos “espelhos de embaixador”. Por fim, Burke argumenta sobre a necessidade de acomodação. Ou seja, o falante precisa se adaptar a realidade, “ajustar a conversação aos ouvintes.”¹²¹

Logo, a necessidade de acomodação e de controle da fala não passa despercebida por Vera y Figueroa que coloca o embaixador como um instrumento vivo. Assim, deve sempre procurar se moldar as diversas situações. O que em parte significa dizer não seguir todas as instruções iniciais que recebeu do príncipe. Sempre procurando manter “secretíssimo seus intentos, e que se ordene que seja oculto a todos”. “E seis palavras encaixadas na conjuntura de um negócio, fazem mais efeito nele, que seis pregos de papel de convenientes e concretos escritos fora do tempo”.¹²² Concluindo, que se fosse apenas para transmitir informações, não deveria o embaixador ser cargo tão fundamental para a Razão de Estado.

Virtudes como prudência e a boa oratória não podem ser substituídas por características pragmáticas, inclusive a aparência física e a idade. Ao analisar a idade ideal para o embaixador, o autor espanhol não confirma um ideal, mas recomenda a observância da “frieza do velho” com o “sangue quente do jovem”. Indicando, assim, a meia idade. Os Reis católicos determinam algumas balizas temporais, “10 anos de estudos” e a idade de “26 anos”, enquanto outros falam que a idade de 18 anos já bastaria.¹²³

Vera y Figueroa cita o caso de um imperador que achou por “indigno” enviar um “embaixador sem barba” para seu reino. Contudo, o embaixador retrucou que nem sempre se deve olhar para a barba, mas para “seu valor”. E continua defendendo os elementos físicos: “sem dúvida, que a estatura e bom rosto adornado de majestade, foi sempre importante em todas as ações, e de grande para todos os ofícios”.¹²⁴ O autor espanhol defende a escolha de um “varão maduro” e a “gentileza do corpo”.

¹²⁰ Peter Burke. Op. cit. p. 175

¹²¹ Peter Burke. Op. cit. p. 135.

¹²² Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 300.

¹²³ Quanto a Restauração Portuguesa, não resta dúvida sobre idade avançada dos enviados. O Bispo do Lamego¹²³, por exemplo, enviado à Roma em 1641, falece no ano seguinte a sua embaixada. Não raro, muitos embaixadores faleciam antes de regressar a sua terra natal.

¹²⁴ Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 275.

O que se percebe na análise da obra é uma clara associação entre a aparência exterior do indivíduo e seu interior. “É razoável que a virtude do animo seja correspondente ao vestido exterior que lhe deu a natureza”¹²⁵ Lembre-se que o “defeito mecânico” também desabonava a dignidade do indivíduo em sociedades de Antigo Regime, logo, a aparência adequada de um embaixador concordava com aquele arcabouço mental.

Sousa e Silva, também não escapava as colocações de seu congênere castelhano. A decência exterior é acidental, dizemos que consistia em uma boa presença, equipagem e ostentação e com a observação da pessoa do legado, não se há de meter a desprezo, não porque o corpo e a alma guardam em si correspondência.¹²⁶ Novamente, as formas de perceber o outros também se manifestam nesses manuais. Sousa e Silva cita o caso de um embaixador francês que elogiou o embaixador espanhol, dizendo “por não ser tão negro quanto os outros espanhóis.” Enquanto outra crítica vem endereçada assim, “formosura mole e um pouco afeminada.”¹²⁷ Como percebe-se, a cor da pele, a virilidade, o bom sangue e o nascimento continuam presentes nas embaixadas reforçando as hierarquias e diferenciações sociais das sociedades de Antigo Regime.

Das partes do corpo, o autor reforça que a boca é a de maior importância. Isso porque ela é a fonte dos discursos, parte importante de qualquer embaixada. “A sutileza do conceito, a elegância e o composto das palavras, o doce e uniforme do discurso é que concilia os ânimos, o que deleita os sentidos, e rende afeição dos homens.”¹²⁸

Conclui-se assim, sobre a importância da aparência exterior para o sucesso de qualquer embaixada. “A primeira pedra” de uma embaixada é a ostentação do ministro, não haveria coisa mais indecente a uma pessoa pública que tratar-se como particular, sendo taxativo “não pode servir bem um rei quem não parecer ser ministro.”¹²⁹

Essa ostentação, como antes propus, também servia como forma de dar combate aos partidos adversários. A fonte cita o caso do Cardeal Perron, embaixador francês em Roma que se utilizou de “lustres e resplendo para escurecer a pompa dos

¹²⁵ Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 277

¹²⁶ Souza e Silva. Op. cit. p. 282-283.

¹²⁷ Souza e Silva. Op. cit. p. 289-291.

¹²⁸ Souza e Silva. Op. cit. p. 303.

¹²⁹ Souza e Silva. Op. cit. p. 317-320.

espanhóis.”¹³⁰ Dessa forma, o texto reconhece que as disputas entre embaixadores também poderiam ocorrer no plano cerimonial.

Reforça, por fim, que não existem regras definitivas sobre o uso de ornamentos, “há ostentação, equipagem e parâmetro não de pode dar regra certa.” E se bem em todas as embaixadas é a reputação necessária, em todas as cortes do mundo não servem as mesmas máximas.”¹³¹ Essa moderação, baseada na prática, parece ser constante em ambos os “espelhos de embaixador.” Outro ponto de intercessão é a diferenciação entre as embaixadas ordinárias e as extraordinárias. “Há ocasiões que pedem uma embaixada da magnifica em outras basta o luzimento de uma forma ordinária.”¹³² Justamente, sobre esses tipos de embaixadas algumas considerações são fundamentais.

2.4 - Os tipos de embaixadas

Vera y Figueroa fez, também, uma classificação sobre os diversos tipos de embaixadores, entre os principais estão o legado e o nuncio. O legado era o maior tipo de dignidade, podendo exercer todas as demais funções, porém, a legacia só pode estar presente quando for um embaixador enviado por rei. Já os nuncios; são aqueles enviados de particular para particular, sem a necessidade da coroa. Geralmente eram os representantes da Santa Sé nas diversas monarquias católicas.

Esse elemento sugere uma outra questão: se a legacia está apenas onde temos a realeza, como classificar os embaixadores de uma República? Figueroa responde a essa questão, que nesses casos eles tem a autoridade da legacia, isso porque não representam interesses particulares. Mas, isso não quer dizer que uma República de qualquer “cantão” vai ter embaixador como legado. Enfim, o autor não deixa de reconhecer a importância das repúblicas maiores e de seus embaixadores, podendo estes usarem a coroa de oliva, símbolo da legacia.¹³³

Em seguida, o autor continua a distinguir quem pode ser enviado como embaixador, questionando se eclesiásticos e mercadores podem sê-lo. A escolha de

¹³⁰ Souza e Silva. Op. cit. p. 323.

¹³¹ Souza e Silva. Op. cit. p. 332-333.

¹³² Souza e Silva. Op. cit. p. 334-335.

¹³³ Vera y Figueroa. Op. cit. p.42.

eclesiásticos como embaixadores era comum durante o período moderno.¹³⁴ Logo, os conselhos de *El Embaxador* deixam claro que os eclesiásticos podem ser agente diplomáticos, ainda que fosse corrente a ideia que só poderiam fazê-lo com autorização papal. Isso porque só poderiam servir ao seu rei, depois da autorização papal. Concluindo, logo admite o uso de eclesiásticos como embaixadores:

Volto a opinião que sente que não podem ser legados os eclesiásticos, e digo, que absolutamente entendo sente mal quem tal sente, porque quem melhor pode tratar os negócios de um príncipe cristão (que não há de se apartar da razão) que um religioso doutor Cristiano, e virtuoso.¹³⁵

Defende ainda, que os eclesiásticos poderiam usar seus passos e estudos para o bom sucesso da embaixada, que aqueles autores que excluíram os eclesiásticos cometiam um grande erro. E como veremos mais a frente, no caso de Roma, talvez tenha sido a natureza religiosa dos embaixadores que tenha permitido sua recepção como religioso em privado.

No item seguinte, Vera y Figueroa cuida, então, dos mercadores e se poderiam ou não exercer a função de legados. Admite que é possível serem os mercadores embaixadores. “Porque claramente se infere dos seus passos e estilo deles, não ser legacia a sua; e em este parecer me oponho”.¹³⁶ Defende que os mercadores podem ser utilizados para dar avisos “ocultos” ou quando aquela embaixada não pode ser pública e, também, nesse caso, se faz necessário o uso da dissimulação, mas que apesar disso, não podem ser considerados legados e, justamente por isso, não podem ser punidos nos casos de fracasso de sua missão.¹³⁷

A nobreza e legacia não combinam com a violência, mas a reveste de certas obrigações sagradas e profanas como a “obediência ao papa”, atuar em nascimentos, festas, exéquias e casamentos, como salienta Vera y Figueroa. Porém, para cada uma dessas obrigações também deveria haver um tipo de embaixada. Ordinárias e extraordinárias. Sempre havendo de evitar que um mesmo embaixador cuide de muitas coisas, “basta um negócio a um legado, como basta um marido para uma

¹³⁴ Não era raro que Portugal enviasse embaixadores que eram religiosos, em especial, para Roma. Logo, em 1641, o primeiro embaixador português para Roma detinha o cargo de Bispo do Lamego.

¹³⁵ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 54.

¹³⁶ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 57.

¹³⁷ Ainda que não tenhamos até o momento nenhuma notícia clara sobre o uso de mercadores na diplomacia portuguesa da Restauração, não resta dúvida de que a comunidade de mercadores portugueses em Roma era bem influente, financiando missões diplomáticas. Sobre a atuação desses mercadores são válidos os apontamentos de Gaetano Sabatini. Cf. Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini. (org.). *Con gran mare e fortuna : circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na época moderna*. Lisboa : Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2015.

mulher”¹³⁸ Caso o negócio tratado seja de grande relevância, pode-se levantar embaixador extraordinário para tal, ainda que nada impeça o uso dos ordinários. Embora todos tenham a mesma obrigação, nem todas as embaixadas“ demandam uma mesma ostentação e estilo”.¹³⁹

A atuação diplomática no período analisado mostra claramente uma predominância de embaixadores extraordinários, o que se explica pela própria reconstrução da diplomacia portuguesa que se reestabelecia após o fim do período filipino. Essas embaixadas apresentavam diferenças entre si. Enquanto as embaixadas ordinárias precisam de menor ostentação, acarretando menores gastos. No sentido oposto, as embaixadas extraordinárias, quase sempre destinadas a assuntos mais graves e específicos, precisavam de maiores investimentos. Sempre lembrando que esses gastos não ¹⁴⁰ deveriam ser indiscriminados. Confirma-se a necessidade desses gastos, porque a “regra comum há de ser para todos, que o luzimento, liberdade, e ainda o desperdício, dará parecer com o povo”

Pensando justamente sobre esse desperdício de recursos, vale pensar também qual era a quantidade ideal de embaixadores a serem enviados. Analisando qual o número ideal de embaixadores que devem ser enviados. Aponta que na antiguidade, enviar muitos embaixadores era comum, os romanos naturalmente são um exemplo disso. Para aqueles que recebem os embaixadores, o grande número pode representar que são dignos de grande prestígio. Vera Y Figueroa defende, porém, a ideia que se o tratamento está sendo feito entre iguais, não haveria necessidade de mais de um membro naquela missão. O sucesso da embaixada relaciona-se com a presença de um único embaixador, pois muitos poderiam dificultar a manutenção dos segredos. E que todos os enviados deveriam ter a mesma inclinação, ainda que admita que tal como os apóstolos de Cristo tinham divergências, também os embaixadores as teriam, daí a importância de que não houvessem muitos.¹⁴¹

Vera y Figueroa trata dessa forma, não da quantidade de homens, mas da natureza desse embaixador. O autor espanhol defende, assim, que para mensurar um enviado, deve ser avaliado para qual senhorio ou rei esse embaixador é enviado. Sendo rei de maior dignidade e muitos senhorios, a embaixada deve levar isso em

¹³⁸ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 137.

¹³⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p.242.

¹⁴⁰ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 242.

¹⁴¹ Como veremos, foi essa postura da Restauração que enviava apenas um embaixador para cada missão, ainda que esse embaixador viesse acompanhado de secretário, tesoureiro e outros homens.

conta. Também, as formas de tratamento devem ser pensadas. Quando Dario escreveu a Alexandre, redigiu assim: “do rei Dario para Alexandre” o que, segundo a fonte, levou a uma resposta de Alexandre, exigindo que fosse tratado como “teu Rei”.¹⁴² Outro exemplo tratado pelo autor é quando um marquês escreveu a carta assinando “o marquês”, o que o outro ironicamente respondeu assinando “outro marquês”. Embora pareçam estranhas para nós, as formas de tratamento eram muito importantes nas embaixadas modernas e, como veremos, o cerimonial era parte determinante do sucesso de uma embaixada.

Souza e Silva não fala tanto das formas de tratamento, mas evidencia a importância das recepções e da troca de informações. “Nas cortes é costume praticado que os ministros, que residem nelas, visitem aos benvidos (não sendo mandados por príncipes inimigos).”¹⁴³ Souza e Silva reafirma a importância que se deve dar a essas questões, e que ao dar boas vindas a um embaixador estabelecia-se entre eles uma relação de reciprocidade.¹⁴⁴

Cabe lembrar que a residência do embaixador era palco de recepções e festividades, sendo assim, tratada como uma representação da realeza, e portando, inviolável, como sugere a fonte: “A casa de um legado é inviolável e sagrada, ainda entre inimigos se deve grande respeito.”¹⁴⁵ Nota-se que não eram raros os casos de violações à residência de embaixadores, o caso mais notável foi o incêndio na casa de Francisco de Andrade Leitão, quando em 1642, assistia na cidade holandesa de Haia.¹⁴⁶

Segue a argumentação, afirmando que uma das armas mais poderosas que se pode usar são os “favores, honras e mercês”, cruciais para atrair ministros e outros homens importantes. Fala então, de quais pessoas deveria escolher o rei como seu legado, e logo, chega a condição natural dessa pessoa. Curiosamente, recomenda que nem sempre se deve enviar pessoa de grande fortuna e nascimento. Ao citar o conselho do rei espanhol Carlos V a seu filho Filipe, Souza e Silva escreve: “que não desse cargo supremos aqueles que por lei da natureza podiam esperar mais.”¹⁴⁷ Ora, quando maior a dignidade, maior a expectativa de cargos. Segundo o autor, ao escolher uma dignidade “menor”, estimularia a ambição e com ela, a dedicação.

¹⁴² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 77.

¹⁴³ Souza e Silva. Op. cit. p. 236.

¹⁴⁴ Souza e Silva. Op. cit. p. 240.

¹⁴⁵ Souza e Silva. Op. cit. p. 232-233.

¹⁴⁶ Ana Leal de Faria. Op. cit. p. 64.

¹⁴⁷ Souza e Silva. Op. cit. p. 244.

2.5 - A natureza do embaixador e sua prática.

Nessa lógica, as sociedades de Antigo Regime também davam especial importância ao sangue. A historiografia clássica, bem como a mais recente, concordam nessa análise.¹⁴⁸ Vera y Figueroa, como nobre, não poderia deixar de seguir essa regra social. “deve ser ilustre por sangue, igual ao menor do reino para o qual o envia e se de outra maneira eleito, indigno justamente o príncipe que o recebe”.¹⁴⁹ Nota-se, nesse caso, que a nobreza deveria ser de sangue, e não nobreza adquirida: “não pode ser adquirida por faltar a ela, e esta nobreza será menor, se justamente for herdada, e adquira, nobre por avós e nobre por obras”. Assim, existiam duas nobrezas: a dos avós; e aquela adquirida pelas obras e serviços a coroa.

Apesar disso, Vera y Figueroa admite que apenas o sangue não bastaria, também eram necessárias obras. O grande argumento do autor é que só pode ser enviada para fora de “casa” quem governa “dentro de casa”, ou seja, parece natural que o enviado já tenha exercido cargos dentro da própria monarquia e servido ao seu rei. Vera Y Figueroa discute novamente qual tipo de ofício deveriam ocupar os embaixadores, questionando, como antes falei, o uso de mercadores e outras profissões “menos dignas” nas embaixadas. Porém, o cuidado não se refere apenas ao envio dos menos dignos, mas também, daqueles indivíduos dignos demais. Ao enviar um embaixador com elevado cargo, muitas poderiam ser as dificuldades encontradas, pois o cerimonial diplomático deveria se enquadrar dentro da importância daquele dignatário.

O manual recomenda ainda, mais uma característica material do embaixador, “convém que ele seja rico”. A frase pode parecer particularmente estranha para um leitor contemporâneo, pois, afinal a burocratização da diplomacia, tornou o embaixador apenas mais um empregado público. Porém, no Antigo Regime, era o próprio embaixador que financiava a embaixadas de seu rei.

O embaixador convém que seja rico, porque não sendo não poderá adornar e vestir seu ofício, como é justo; e nem tratar-se com o esplendor que é necessário. E

¹⁴⁸ Cf. José Antonio Maravall. Poder, honor y elites en el siglo XVII. Madri: Siglo XXI, 1989. Arlette Jouanna. O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França. Tempo. Niterói, n. 30, 2011, p. 21-40.

¹⁴⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 249.

também, porque o que é pobre nas ocasiões que seja minister lhe dar interesse, se lhe acomete com mais facilidade.¹⁵⁰

Trata-se, nesse caso, de um verdadeiro temor que o embaixador possa ser subornado pelo rei que assiste. Logo, a riqueza mediana é aquela que mais pode auxiliar a cumprir com suas obrigações. Note-se, nesse caso, que o autor admite indiretamente que os subornos eram prática comum nas embaixadas. Admite ainda a possibilidade que o embaixador pode precisar desses recursos para convencer os ministros da corte em que assiste, “há de cuidar de muito dos meios que escolhe para vencer os ministros ou pessoas da corte que assiste. Se acaso houver de fazer, mas não digo que o há”.¹⁵¹ O que indica a frequência desse mecanismo de suborno na diplomacia moderna.¹⁵²

A riqueza do embaixador, contudo, não deve ser apenas pensada como uma forma de combater o suborno. As embaixadas modernas envolviam muitos custos: preparativos de viagens, roupas, hospedagens e carruagens. Todos esses itens dentro do esplendor e da necessidade de representar o rei.

a obrigação precisa de amparar sua casa e família que por estar enviando-lhe, deixa sem patrimônio, sem administração, acudindo não só as necessidades que se apresentavam, mas também procurando saber se teve outras, que por modéstia se encobertam¹⁵³

Assim, o manual admite a necessidade do rei auxiliar o embaixador com tão elevados custos, havendo diversos casos emblemáticos sobre esse auxílio.¹⁵⁴

Ao analisar as embaixadas durante a Restauração Portuguesa, é possível notar que uma parte desses conselhos foram de fatos seguidos pela coroa lusa. Apesar de todos serem nobres de nascimento, encontramos pouquíssimos nobres de primeira grandeza no reino. Apesar disso, diversos desses enviados foram agraciados com honras e títulos, sendo inclusive muitos titulares. Francisco de Melo e Torres, Conde da Ponte, foi elevado a Marquês de Sande para conduzir a infanta Catarina de

¹⁵⁰ Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 259.

¹⁵¹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 265-266.

¹⁵² No próximo capítulo, quando falar especificamente das embaixadas romanas, veremos como Portugal procurou coagir os ministros e cardeais romanos.

¹⁵³ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 270.

¹⁵⁴ Alguns casos são emblemáticos sobre a necessidade desse auxílio. Quando Francisco de Sousa Coutinho foi enviado para Roma como embaixador, depois de longo período em outras cortes da Europa, acaba ficando sem recursos, solicitando por carta auxílio ao reino, como veremos mais a frente. Cabe lembrar que segundo Eduardo Brasão, Francisco Coutinho é praticamente o único diplomata de carreira nascido em Portugal, tendo servido na Suécia (1641), Holanda (1643-50), França (1651-55) e Roma (1655-59). Nesse caso se um dos diplomatas mais importantes passava dificuldade, podemos supor o que ocorria com aqueles de menor monta.

Bragança para seu casamento com Carlos II da Inglaterra; Manuel Teles da Silva, Conde de Vila Flor foi elevado a Marquês de Alegrete assim que retornou de sua missão para ajustar o casamento de D. Pedro. Como vemos, as missões diplomáticas que envolviam casamentos frequentemente eram agraciadas com títulos.¹⁵⁵

A necessidade de honrar o legado era crucial. No manual escrito por Vera y Figueroa, já percebemos que honrar o legado era uma forma de evitar que ele não fosse tentado por nenhuma proposta da monarquia a qual era enviado como embaixador, Souza e Silva utiliza uma estratégia parecida, o legado “ninguém o deve fiar”, e cita o rei Pirro que tentou corromper um embaixador que o retrucou: “nem teu ouro me corrompe, nem teus medos me combatem, a virtude é a que vence.”¹⁵⁶ Logo, o legado não deveria se deixar seduzir pelo suborno.

Não se deixar corromper, porém, esbarra na importância dos pagamentos. Segundo Souza e Silva, deve o reino assistir ao legado financeiramente, isso porque o atraso nos pagamentos enfraquece a própria autoridade do ministro, do embaixador. Falando da variedade das cortes afirma que

uns há de ganhar a destreza; outras a autoridade; e os necessários a bolsa, o regalo e as delícias. E elas não se podem fazer se as respondências do reino não andam bem ajustadas. A autoridade não pode se sustentar quando a ministros tão públicos se retardam os pagos.¹⁵⁷

Prossegue na mesma linha, reforçando que o atraso nos pagamentos também implica no atraso dos negócios. “Não serve bem ao seu rei quem retarda tais pagamentos. Mas antes está nas ocasiões que se perdem, dos negócios que se atrasam.”¹⁵⁸

Primeiro, vale distinguir o tratamento dado a questão dos pagamentos pelas duas fontes. Enquanto Vera Y Figueroa afirma categoricamente que a riqueza do próprio ministro era necessária ao sustento da embaixada; Souza e Silva já remete a questão ao reino, reafirmando a importância desses pagamentos. A diferença se explica pela própria disparidade financeira entre as duas coroas e os dois embaixadores. Vera y Figueroa serviu como embaixador em 1625, momento que ainda marcava uma clara hegemonia espanhola, numa coroa que estava longe de grandes problemas financeiros imediatos, que apesar de tudo não tardariam a

¹⁵⁵ Ana Leal de Faria. Op. cit. p. 66.

¹⁵⁶ Souza e Silva. Op. cit. p. 256.

¹⁵⁷ Souza e Silva. Op. cit. p. 275-276.

¹⁵⁸ Souza e Silva. Op. cit. p. 278-279.

chegar.¹⁵⁹ Do outro lado, Souza e Silva, embaixador português na Suécia de 1653-1656. Primeiramente, a Suécia¹⁶⁰ apesar de muito forte durante o século XVII, estava longe do foco diplomático brigantino. Ademais, a Guerra de Restauração com a Espanha, que arrastava-se por anos, exauria o reino português, já com recursos limitados.

Não resta dúvida, assim, da irregularidade de pagamentos aos oficiais portugueses, o que justifica a importância dada ao longo do manual sobre essa questão.

No cenário romano, nota-se algo semelhante: Francisco de Souza Coutinho, importante embaixador português - durante sua embaixada em Roma em 1657 – reclama ao marquês de Gouveia sobre os gastos que tem, “o que se havia de fazer com os embaixadores que houverem de pedir tão pouco.”¹⁶¹ Em outra carta do mesmo ano, endereçada a Antonio de Sousa de Macedo, descreve sua situação de desespero quando estava de passagem pela França: “Estou tal que não sei que há de ser de mim, que da melhor forma de morrer de fome na minha quinta que vir padecer afronta na França.”¹⁶²

2.6 – O embaixador, um espião honrado.

Vera y Figueroa ressalta a possibilidade de flexibilizar e se adaptar as diversas situações. Essa adaptação não exclui naturalmente a necessidade de um preparo prévio que visa obter a atenção de todos. E usando de metáfora, explica que:

não poderá ser bom cozinheiro, o privado do sentido de gosto, com que distinguir os sabores; não poderá ser bom embaixador, o terceiro a quem não estiver bem informado da natureza dos ânimos que trata, ara aplicar-lhes conveniente diligência para dobrá-los ao seu intento.¹⁶³

¹⁵⁹ Há uma extensa historiografia que discute sobre o declínio espanhol durante o século XVII, por ora, basta reforçar a ideia que o policentrismo é crescente ao longo do século. Sobre esse debate historiográfico. Cf. Maria Del Carmen Saavedra (Ed.). *La decadencia de la monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2016.

¹⁶⁰ A Suécia tinha expressiva força militar sobretudo durante o reinado de Gustavo Adolfo (1594-1632). Porém, a morte de seu líder levou a um relativo enfraquecimento de seu potencial bélico. Cf. Abílio Pires Lousada. *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Fronteira do Caos editores, 2012, p. 99.

¹⁶¹ Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 35-36

Logo, era fundamental para os embaixadores conhecerem os costumes dos reinos e repúblicas que serviam. Discorre ainda, sobre a importância de conhecer não apenas o rei que vai assistir, mas também os seus ministros. A busca por uma certa neutralidade na conduta, dessa forma o embaixador não deve forçar amizades ou obter inimigos na corte onde passa a residir.¹⁶⁴ Nessa altura, explica a importância das festas de recepção promovidas pelos diplomatas. Eram nos encontros sociais que esses embaixadores poderiam conhecer e procurar ganhar partidários para sua causa, logo, admite que não deveriam dar festas, salvo nos casos de exercício do ofício, isso porque as festas também eram uma demonstração da importância daquele reino.

Pois parece, que em ocasião que o embaixador celebre algum regozijo, tal como coroar-se seu rei, seu casamento, nascimento ou príncipe, felicidade da vitória, ou publicação de pazes, deve convidar ministros e personagens graves da corte que assiste, e procurar regá-los, e festeja-los com todo agrado e esplendor, e não só há de gozar nas paredes da sua casa, e sim na corte toda.¹⁶⁵

Porque, ao ganhar a amizade de um ministro, poderá ter a inimizade de muitos outros; sempre deve buscar a neutralidade. Como veremos, essa neutralidade era, apesar disso, pouco comum.

Adiante fala sobre o “costume dos povos” e da necessidade do seu conhecimento para os embaixadores. Citando mais um exemplo histórico, fala de um embaixador de Veneza que, ao tratar com o embaixador turco, fez com que este último escrevesse em turco tudo que acertava, pois, conhecendo a cultura turca, sabia que apenas deveriam cumprir aquilo que estivesse “escrito em turco”. Ainda que simples, o exemplo ilustra a grande necessidade de conhecer o “outro”, e de como este poderia implicar no sucesso ou fracasso das embaixadas.

Souza e Silva também reconhece a diversidade de pessoas e lugares, recomenda bastante prudência nas palavras. “As que não faltam, nem sobram, são aquelas que mais namoram”. Vemos também, a importância da gestão do silêncio proposta por Peter Burke. Moderar as palavras era assim fundamental para os embaixadores, como os dois espelhos de embaixador mostram.

Souza e Silva passa então a se dedicar a outras características fundamentais para o embaixador. Sublinha logo no princípio que os embaixadores são pessoas públicas, o que acarreta uma grande dificuldade em esconder as “máculas” do ofício. Os hábitos a mesa são novamente lembrados. Reforça que os “convites estreitam

¹⁶⁴ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 209.

¹⁶⁵ Vera Y Figueroa. Op. cit. p. 209

amizades”, mas que isso pode causar excessos. Cita o caso de Alexandre, o Grande que, bêbado, matou seu amigo Clio. Afirmando que “é a bebedice um diabo voluntário que afronta a natureza.” E, por fim, “o ébrio não pode ter secreto.”¹⁶⁶

Outra limitação bastante expressiva era o caminho entre a sua monarquia e o local da embaixada. O exemplo mais notável dessa dificuldade de comunicação era a expedição dos correios. O próprio Figueroa admite essa dificuldade quando recomenda que os embaixadores e outros oficiais das monarquias sempre coloquem na carta que escrevem uma remissão da carta anterior, citando a data e os assuntos tratados. Recomenda, também, que as cartas sejam sempre enviadas em duplicatas, enviando cada uma delas por caminhos diferentes. Dessa forma, o interlocutor poderia perceber se recebeu ou não aquele último correio ou aguardar a chegada de cartas duplicadas.¹⁶⁷ Logo, as cartas chegavam com dificuldade. Tais limitações, não deveriam assim desanimar o enviado, “reconhecendo que nem sempre pode o embaixador fazer uma visita tranquila.

Nesses casos será culpabilíssimo caminhar com a comodidade de liteiras com rodeios para melhorar caminhos, ou por visitar pessoas por obrigação, gozar de lugares famosos, ou considerar sítios celebrados por deleite ou antiguidade.¹⁶⁸

As dificuldades físicas do caminho nos remetem a duas realidades possíveis para os embaixadores. A primeira, sobre o elevado custo da viagem; e a segunda sobre a impossibilidade de uma viagem rápida ao local de exercício da embaixada.

Uma vez no local de destino da embaixada, o embaixador deveria cumprir algumas obrigações. A principal delas era informar ao seu rei sobre as coisas do reino que assiste. Nesse sentido, os embaixadores eram “olheiros” do seu rei, sua opinião frequentemente iria balizar a política de Estado e, logo, não deveriam haver equívocos. Informar o perfil de cada região, quais eram os seus desejos dentro do cenário internacional eram algumas das informações que o embaixador deveria colher. Reforça ainda, Vera y Figueroa, a importância de anotar todas aquelas informações.

¹⁶⁶ Souza e Silva. Op. cit. p. 157.

¹⁶⁷ Veja-se o exemplo da carta de Francisco de Souza Coutinho, “Segunda carta em 6 de janeiro por via do cavaleiro Ruy Lopes da Silva à Liorne”, ou ainda “em 29 de janeiro primeira via por França a Lamego. Segunda via por Liorne em 3 de fevereiro”, “resposta aos despachos da rainha de 8 de novembro do ano passado.” Esses breves trechos mostram a necessidade de marcar datas, envios e duplicatas. Cf. Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

¹⁶⁸ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 319.

Os informes sobre as cortes não se limitam a corte onde o embaixador está, afinal, muitas informações poderiam ser colhidas com outros embaixadores. “Por que podemos saber de coisas da Espanha ou França por um embaixador em Veneza”¹⁶⁹ Frequentemente quando um rei decide começar uma guerra, acaba consultando seus “confederados” para saber qual a melhor decisão ou garantir seu apoio. Em síntese, o manual espanhol recomenda que devem os embaixadores se corresponder com os demais, tratando, porém, das “coisas gerais” e não particulares de cada embaixador. Salvo é claro, quando algum embaixador possa dar “conselhos particulares”.¹⁷⁰

Ainda na busca de uma atuação mais adequada, Vera y Figueroa descreve a importância da família do embaixador, que deveria seguir certas regras:

O primeiro suposto que é o número de criados e a ostentação do trato, o lustre e a magnificência há de proporcionar esse embaixador com sua dignidade, Estado, sague e fazenda e realçando algo mais. Enquanto as qualidades, do meu parecer é que deve procurar família muito fiel e muito agasalhadora de hóspedes.

O pequeno trecho permite analisar dois elementos. O primeiro bastante natural sobre a fidelidade daquela família que iria servir no estrangeiro. O segundo elemento é mais interessante, pois refere-se à necessidade de receber bem. Ao analisar os relatos de embaixadas nos próximos capítulos, veremos como as “recepções” permitiam ao embaixador diversos canais, ampliando assim, suas redes. Logo, “receber” e “dar” presentes era parte fundamental do esquema “dom” e “contra-dom” que construía as relações de reciprocidade entre os envolvidos.¹⁷¹

Ainda nessa temática, aparece a responsabilidade do embaixador com sua família. “isso porque as leis lhe obrigam a fiança de toda a sua família.”¹⁷² Mais uma vez vale ressaltar que quando nos referimos a “família”, não tratamos apenas da nucleada como hoje conhecemos, mas de todo um conjunto de pessoas: parentes, criados e oficiais.¹⁷³

¹⁶⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 360.

¹⁷⁰ No caso português, essa ampla ligação entre embaixadores de reinos amigos foi fundamental nas ruas de Roma. O não reconhecimento papal das embaixadas portuguesas até 1671 levou Portugal a uma estreita aproximação com a França e seus embaixadores. Lembre-se, por exemplo do Congresso de Westfália no qual os representantes portugueses não reconhecidos por Castela, penetraram no evento graças ao apoio francês.

¹⁷¹ Sobre esses diversos mecanismos são sempre válidos os ensaios de Marcel Mauss. Cf. Marcel Mauss. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

¹⁷² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 365.

¹⁷³ Nos próximos capítulos, pretendo mostrar como muitos dos conflitos entre embaixadores, não se davam diretamente entre os chefes das delegações, mas entre os oficiais secundários ou serviços das embaixadas. Logo, as brigas nas ruas de Roma não eram conflitos pessoais entre dois homens, mas entre duas monarquias.

Em relação ao trato com os ministros da corte, o embaixador que a assiste, usa o equilíbrio como grande tônica. Não deve “fatigar os ministros”; elogiar, mas sem adular. Sempre submisso ao rei que assiste, devendo a ele o máximo respeito. Note-se nessa situação o reconhecimento de uma hierarquia entre os embaixadores.

que bem que todos sejam embaixadores iguais no nobre do Rei, não devem entre si tratar-se igualmente nas cortesias, porque um grande senhor de Espanha, França ou tal Província, com outro embaixador que não seja senhor.¹⁷⁴

Esse breve trecho ilustra a clara distinção entre as duas monarquias ibéricas a forma como seus embaixadores deveriam agir. Para o embaixador espanhol que escreve nosso manual, França e Espanha estão entre as maiores. Apesar disso, o manual recomenda que o embaixador deve evitar competições com os demais, mantendo “correspondências, cortesia e ceder os regalos e cumprimentos”. O mesmo vale para o trato com outros embaixadores. Ainda que admita a hierarquia entre eles. Essa hierarquia é particularmente sensível, pois afinal, Espanha e Portugal brigam a todo momento na busca de uma igualdade, pretendida pelos portugueses e negada pelos espanhóis.

Ainda sobre os tratos na corte, o manual recomenda que o enviado ao estrangeiro deve observar os costumes e modos das diversas partes, “espiar muitos os demais nas ações, movimentos, tanto para ver aqueles que são gratos para elas na corte e rei, quanto para unir os que são odiosos”¹⁷⁵. A observação é assim uma forma surpreendente para adequar comportamentos.

O principal elemento colocado por Vera y Figueroa é que o embaixador não deve misturar os elementos públicos com os elementos privados na sua embaixada. Ou seja, não deve o embaixador se concentrar em elementos pessoais na viagem pela embaixada. Como mencionado, as mulheres tinham um papel negativo nesses manuais, sendo frequentemente percebidas empecilhos para a construção diplomática. *O Embaixador*, escrito por Vera y Figueroa, não é diferente nesse aspecto. Reforçando a ideia de que na presença das respectivas mulheres, seria mais difícil para os embaixadores manter segredo.

E assim, os que defendem a opinião que os embaixadores não devem levar suas mulheres aonde vão servir, julgam com razão que se conclui com pressa que este segredo tão importante aos embaixadores é difícil de guardar as suas mulheres.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 384.

¹⁷⁵ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 385-386.

¹⁷⁶ Vera y Figueroa. p. 448

Argumenta também, que o embaixador deve procurar manter todos os acordos “por escrito” sempre com a maior quantidade de detalhes. Por exemplo, afirma que os salvo-condutos devem especificar cada um dos locais que aquele embaixador precisa passar. Qualquer tipo de capitulação também deve ser por escrita.

E por fim, retoma a importância de o embaixador manter sempre o segredo e o silêncio: “ultimamente o segredo é a alma dos negócios.”¹⁷⁷ Sempre defendendo que o ministro deve conseguir a confiança de todos na corte que ele assiste, não com adulação, mas com segurança e habilidades. Recomenda-se assim que alguns segredos sejam entregues alguns segredos, a fim de estimular a confiança, mas sempre de forma controlada.¹⁷⁸

Na última parte da sua obra, Vera y Figueroa começa a analisar as diversas variações entre os reinos católicos, mostrando sempre como deveria atuar o embaixador. Príncipes diferentes, modos de tratar diferentes.

2.7 - Hierarquia entre as embaixadas

O manual de Vera y Figueroa defende a noção que a maior dignidade é aquela que se relaciona com o senhorio. Quanto maior for o número de senhorios, maior será a dignidade. E que não pode ser tratado por embaixador, o enviado de homem que é senhor de outro homem. “Legalos são aqueles que se enviam de rei a rei (ou grande república) isto absolutamente”¹⁷⁹ A forma clássica como enviados “sem testa coroada” era tratá-los como “rebeldes”, expressão corrente na documentação coeva. Esse ponto é capital, porque, como sabemos, o Duque de Bragança, futuro D. João IV de Portugal, era vassalo do rei espanhol. Assim, não poderia enviar embaixadas, pois era vassalo de um rei. Justamente esse ponto, defendiam os espanhóis quando afirmavam que o papa não poderia receber embaixador português em Roma. De tal sorte, que nomeamos o esforço diplomático dos Bragança, sempre como uma *Diplomacia Rebelde*, como se verá adiante.

Talvez, essa alcunha não se refira só a condição política outorgada aos portugueses, pois o documento reconhece, também, que a Catalunha não poderia enviar embaixada. “Nem tão pouco foi embaixada a que o principado da Catalunha

¹⁷⁷ Vera y Figueroa. p. 440.

¹⁷⁸ Vera y Figueroa. p. 447.

¹⁷⁹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 86.

enviou a seu rei, ainda que Zurita lhe de este título, porque como se disse, e dirá, os vassallos não podem fazer embaixadores, senão deputados.”¹⁸⁰ É necessário recordar do emblemático caso da Catalunha, que tradicionalmente se rebelava contra o domínio de Madrid. Em 1620, quando o embaixador espanhol escrevia seu manual, esta era a realidade. Mais tarde, em 1640 - data da Restauração Portuguesa - novamente os catalães se rebelaram, o que logo proporcionou o envio de um embaixador português para a Catalunha.¹⁸¹

No plano de fundo, continuam aparecendo as hierarquias entre reis. Entre os católicos, os embaixadores de maior prestígio são os do Pontífice e os do Imperador. Argumenta como principais elementos de distinção entre os embaixadores: “Impérios, riquezas, firme religião e o valor dos vassallos”. Todos elementos relativos e mutáveis com o passar do tempo, o que me auxilia a explicar a grande diversidade de hierarquias que poderiam ser encontradas nas ruas de Roma. Como parecia certo, o manual exalta a grandeza da coroa espanhola, sendo aquela que ocupava o “contínuo curso do Sol” fazendo referência à extensão do Império e à necessidade da primazia da cor.

O grande argumento de Vera y Figueroa era que a posição de destaque devida à Espanha, se fazia necessária por conta da condição presente daquele reino. A grandeza e riqueza atuais da Espanha superavam a de muitos reinos, como se observa no trecho:

Porque a precedência é uma forma de dúvida, que se deve ao estado presente das coisas, e não ao passado, ainda que Espanha pelo passado e pelo presente pode pedir-lhe alegando antiga nobreza, religião e presente poder.¹⁸²

Esse breve trecho ilustra que a defesa da precedência se relaciona sempre com o presente. Aquele reino que se destaque no presente, deveria ter a melhor precedência. Note-se, no entanto, a flexibilidade desses argumentos, ora ressaltando a antiguidade daquele reino, ora reforçando o estado presente das coisas.

Novamente, a hierarquia entre príncipes é a tônica. Citando o famoso exemplo da Antiguidade entre Aquiles e Agamenon. “Agamenon deve ser preferido a Aquiles, porque bem este fosse filho de uma deusa, e por ser pessoa mais valente e importante,

¹⁸⁰ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 82

¹⁸¹ Edgar Prestage. *Relação da embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

¹⁸² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 418

Agamenon era senhor de mais gente.”¹⁸³ Assim, temos duas realidades: importava o tempo presente, mas também importava a quantidade de vassalos daquele senhor. Quanto mais vassalos, maior a importância.

Por fim, Vera y Figueroa fala que hierarquia de reinos e senhores deveria ser respeitada por todos, inclusive pelo Papa. “Particularmente, deve executar com mais força a obrigação, aquele que for sucessor de S. Pedro, e piloto da barca, considerando tantos serviços... que os espanhóis sempre consideravam nulos”¹⁸⁴ Nessa breve passagem, fica claro que o Papa deveria ser o primeiro a respeitar as primazias e as hierarquias entre reinos. Defendendo aqueles que jamais fizeram aliança com reinos não católicos. Nesse caso, vemos novamente o embate entre Espanha e França, citando a aliança francesa com os turcos, e a consequente infidelidade desse reino.

Souza e Silva por sua vez, concorda em grande medida com seu congêneres castelhano ao analisar as obrigações específicas de cada um dos legados. Para o autor português, as obrigações podem ser de duas naturezas: Se trata de uma disputa de “preeminências e liberdades”; ou de um debate de “negócios e tratados”. Ambos os casos são interessantes para o presente objeto de pesquisa. As preeminências marcam as disputas entre reinos dentro de espaços públicos determinados, uma festa ou cerimônia como antes vimos. Por outro lado, a assinatura de Tratados foi fundamental para a formação de alianças e marcam a rigor, o sucesso de uma embaixada. As disputas de preeminências entre Espanha e Portugal nas ruas de Roma eram frequentes, como já foi indicado. Quanto aos tratados, mais tarde, falarei sobre a importância política da assinatura de pazes entre Espanha e Portugal em 1668, inclusive para as relações diplomáticas entre Portugal e outras potências.

A fonte deixa evidente a importância dessas preeminências no seguinte trecho.

As preeminências não se há de estimar em pouco, não se há de meter ao desprezo em dignidades e cargos fazem o essencial. Engana-se quem os chama de acidentes entre dois contrários não há meio. Quem não ficar o primeiro, é força seja o segundo.¹⁸⁵

Para exemplificar o autor cita uma fala do cardeal Ossat ao Papa Alexandre VIII. Que caso o Papa quisesse intermediar a paz entre França e Espanha, deveria ele “procurar mostrando-se igual nas embaixadas”¹⁸⁶ Ainda que o Papa Alexandre VIII

¹⁸³ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 419-420.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Souza e Silva. Op. cit. p. 223.

¹⁸⁶ Souza e Silva. Op. cit. p. 223.224.

fosse consagrado em 1689, fora do período de análise da pesquisa, não deixa de ser indicativa, a necessidade da igualdade nas preeminências. Vale analisar também outros casos análogos que mostram essas questões. Luiz de Requens comendador-mor de Castela reclamava do papa Pio IV que sempre preferia a França em detrimento da Espanha. Sempre existindo uma busca de qual era o “filho mais antigo da Igreja.”¹⁸⁷

Para além das monarquias católicas, o embaixador português discute sobre “os coroados que vivem fora da Igreja Romana”, afirma ainda que entre eles todos se pretendem iguais¹⁸⁸ E que apesar de todas as cortes protestantes desejarem ser iguais entre si é a Suécia a que possui o maior destaque. O grande elemento citado é a “modéstia” no comportamento dessa corte. Carlos II, rei da Suécia, recebe diversos enviados do lado de fora do Palácio, tomando apenas alguns degraus entre ele o enviado. Segundo Sousa e Silva, um claro sinal de modéstia. Essa exaltação é bem natural, uma vez que o autor, como antes mencionado, foi embaixador português na Suécia.

Por sua vez, Vera y Figueroa adiciona ainda uma última observação de grande relevância de como deveriam ser tratadas as embaixadas em Roma. Logo na saída menciona Roma e o Império, “cabeças do mundo”. Ao falar de Roma, reconhece que as pessoas daquela corte são frequentemente muitos “afetas” pela Espanha. Admite, porém, que apesar dessas “provisões”¹⁸⁹, nem sempre os eventos ocorriam de acordo com sua “satisfação”.¹⁹⁰ E entre as instruções para o embaixador espanhol, deve sempre procurar perceber “quem merece” uma dessas pensões. Recomenda, também, que os ministros espanhóis não deveriam ser em nenhuma hipótese “se fizesse afronta alguma” e que fossem aplicados os “castigos necessários”, pois assim se “manteria a reputação”.¹⁹¹

Essa passagem permite algumas conclusões bem importantes para as relações diplomáticas entre Espanha e Roma. Essas relações são, na verdade, centrais para compreender as embaixadas portuguesas no período. Isso porque, como vimos, os embaixadores espanhóis não pouparam esforços para atacar diretamente os portugueses. Logo, entender as embaixadas espanholas fornece pistas significativas:

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Souza e Silva. Op. cit. p. 228.

¹⁸⁹ Entre essas provisões, cita “pensões, médias, anatas, dispensas, bulas, coadjutorias, composições, espólios, fábricas de S. Pedro e outras mil coisas que não me correm na memória”. Vera y Figueroa. Op. cit., p. 456.

¹⁹⁰ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 455.

¹⁹¹ Vera y Figueroa. Op. cit. p.456.

primeiramente, o reconhecimento que os atores sociais romanos poderiam e eram frequentemente influenciados pela coroa espanhola; e em segundo a explicação desses mecanismos, “provisões”, como relata Vera Y Figueroa que não apenas admite a existência dessas provisões, como recomenda seu uso.

Por fim, o autor faz uma importante distinção sobre os tipos de negócios que o embaixador pode tratar. Aqueles em nome do seu rei, que “não admite dúvida” sendo o embaixador tratado como a pessoa do seu rei. E aqueles “particulares e secretários” no qual o embaixador deve ser tratado como sua própria pessoa. Ressalta ainda, que os particulares não podem ser todos tratados de igual maneira, isso porque existem distinções.

Retoma ainda, aquelas obrigações específicas que o embaixador espanhol deve ter em Roma sobre a rápida mudança política dentro da corte romana. A grande questão levantada é a “desigualdade dos tempos”, como aponta Vera y Figueroa. Como a corte papal tem eleições, vemos uma variedade de razões, “maior do que em qualquer outra corte.”¹⁹²E como antes mencionado, o momento de eleição de um novo Papa é um daqueles em que devemos tomar mais cuidado, e deve o embaixador dar todos os avisos sobre o “raro dessa situação”.

Esclarece ainda, como o processo de eleição se alterou com o passar do tempo. Duas mudanças significativas, a diminuição no número de eleitos, excluindo o clero romano, por exemplo, e a ausência da confirmação do Imperador, o que tornou a Santa Sé mais autônoma. Durante o XVII, como veremos, a eleição fica a cargo apenas do Colégio de Cardeais. Apesar dessa simplificação, algumas regras continuam essenciais ao conclave. Os cardeais não podiam se falar durante a votação e as portas ficam seladas com guardas à porta. Cada cardeal poderia vir acompanhado de dois criados, mas estes também não poderiam sair, mesmo se adoentados. Além da eleição, era possível a eleição por aclamação, mas que também depende da confirmação do cardeal mais antigo. Por fim, recebe o eleito, o anel do pescador e escolhe seu novo nome. Finalmente, depois de ir ao Palácio, recebe o novo Pontífice em banquete “cardeais, prelados e embaixadores”. O Manual admite que nesse banquete tem o embaixador uma grande oportunidade de mostrar seu valor.

Antes disso, porém, deveria o embaixador fazer de tudo para que o eleito fosse “afeto de seu rei”. Leia-se:

¹⁹² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 463

E tudo isso senhor Julio é usado, é justo usado, porque cada um deseja que suas diligências lhe melhorem o direito que tem de sacar Pontífice amigo. Justo, porque se o fim da diligência é desejar o maior útil e serviço da igreja.¹⁹³

Para confirmar essa recomendação, cita o caso do Duque de Seffa, que fracassou ao tentar influenciar o conclave. Isso porque a demora na contagem dos votos deu tempo aos opositores da Espanha de ganhar mais partidários. Seja como for, admite que essa eleição era fundamental para a diplomacia e para os rumos da monarquia. Isso porque em Roma, não apenas são tratados aspectos temporais, mas também religiosos. “é corte onde os negócios têm tanto de espiritual e do bem da Cristandade.”¹⁹⁴ As embaixadas da Restauração vivem justamente esses momentos, passando por três conclaves em 1644, 1655 e 1669-70, sendo este último particularmente interessante porque implicou num relativo atraso do reconhecimento papal da causa Restauracionista. Outras fontes reconhecem essa realidade. Ou seja, o conhecimento prático sobre os conclaves era fundamental também para diplomacia da Restauração.

Por fim, Vera y Figueroa continua tecendo comentários sobre as diversas localidades. As eleições para o Império; a Suíça e sua “facilidade” para o “dinheiro”; as particularidades da Inglaterra e seu Parlamento; as dificuldades com os protestantes e a tolerância que se deve a religião do embaixador; ao rei da França e sua “proximidade” com seus vassallos, a importância da Assembleia dos Três Estados e ainda sobre as guerras de religião na França; Veneza e sua habilidade com a diplomacia; Gênova e sua centralidade, sendo bom lugar para colher informações; Piemonte e Saboia, alvos da cobiça de Espanha e França. Todas essas breves paixões deixam escapar a percepção espanhola sobre o “outro”, mas também quais eram os objetivos da monarquia espanhola na Itália que, como veremos mais tarde, era palco de muitos conflitos internacionais. Conclui-se, por fim, que deve sempre o embaixador defender o bom “serviço de Deus”.

Concluindo, não podemos deixar de notar as diversas continuidades e rupturas que temos entre essas duas obras. Enquanto o espelho espanhol considera que é dever do embaixador arcar com os custos da missão; o espelho português adverte o contrário, reforçando a ideia de que cabia ao reino manter os pagamentos. Apesar dessa breve diferença, ambos preservam a ideia da prudência e da moderação como

¹⁹³ Vera y Figueroa p. 474.

¹⁹⁴ Vera y Figueroa. p. 399.

fundamental para as embaixadas. No mesmo sentido, a ostentação e o cerimonial não são tratados como meros acessórios, mas como fundamentais para o sucesso das embaixadas. Cerimonial este que deve ser pautado na representação da pessoa real, o que exclui por assim dizer, o uso indiscriminado de violência. As obras publicadas em 1620 e 1656 mostram um universo mental bastante semelhante, apesar da belicosidade entre suas monarquias.

Quanto ao cenário romano, ambos admitem as dificuldades naturais dessa embaixada, marcando a todo momento a centralidade dos cardeais no jogo político da cúria romana. Resta agora desvendar como essas disputas poderiam se manifestar dentro da Cidade Eterna, Roma.

Capítulo 3 – Roma – Teatro do Mundo

3.1 – O espelho de Roma

Cidade Eterna. O apelido já deixa evidente o prestígio de Roma. Um dos principais centros da Antiguidade ocidental concentrou grandes eventos históricos.¹⁹⁵ Mas foi sobretudo como sede do papado e Monarquia Universal que a cidade tornou-se base para as grandes manifestações religiosas do mundo católico. Minha intenção no presente capítulo é mostrar como Roma, na segunda metade do século XVII, modificava seu papel de Monarquia Universal tornando-se cada vez mais uma monarquia secular, ao mesmo tempo em que permanecia como central no jogo de forças entre as diversas potências modernas, que procuravam a “benção” papal para suas pretensões políticas.

Como sede do Papado de Roma emanavam as principais decisões teológicas e religiosas, sobretudo, depois do Concílio de Trento. Apesar de sua importância político-religiosa, a ênfase do presente trabalho está mais em perceber os elementos temporais da cidade de Roma. Principalmente nas diversas formas como o Papa atuava não como líder da cristandade, mas como chefe de Estado. A arte de governar não excluía naturalmente o Pontífice, ainda que suas decisões políticas tivessem de ser pautadas numa diversidade de pormenores, incluindo naturalmente a fé cristã. A historiadora italiana Maria Antonietta Visceglia define a questão nas seguintes palavras:

Roma representa um poder político e pacificador; no espiritual conservou o controle sobre a salvação das almas e devido a sua posição central, foi meta e destino de peregrinos e embaixadores. Nesse sentido, os ritos constituíram um extraordinário recurso – sobretudo depois do cisma protestante – para o relançar político e religioso do Papado, que soube aproveitar as oportunidades oferecidas pelo esplêndido passado e brilhante presente cultural de uma cidade capaz de albergar e promover um sistema cerimonial que, com o tempo, se converteria em referente obrigatório por toda Europa.¹⁹⁶

Dentro dessa lógica, Roma também era parte indispensável para o equilíbrio de poderes que se desenhava na Europa do século XVII, seja como poder temporal, seja como poder espiritual dentro da manutenção de uma política universalista.

¹⁹⁵ Paul Veyne. *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. São Paulo: Edusp, 2015.

¹⁹⁶ Maria Antonietta Visceglia. *Guerra, Diplomacia y etiqueta en la corte de los Papas (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010, p. 11.

A mesma autora, organizou conjuntamente com Gianvittorio Signorotto o livro *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*.¹⁹⁷ Os autores defendem a ideia que os Tratados de Westfalia (1648) e o dos Pirineus (1658) teriam enfraquecido a Igreja de Roma, uma vez que as monarquias teriam dispensado o arbítrio papal. Contudo, o mesmo autor destaca que essa ideia da perda de centralidade do papado é uma leitura bastante simplória de uma situação mais complexa.¹⁹⁸ O equilíbrio geral de forças na segunda metade do século XVII, não pode ser examinado apenas evidenciando aquelas potências que se enfraqueciam e aquelas que ascendiam, isso porque o que se verificava - como se analisou no capítulo primeiro - era um sistema de equilíbrio de poderes, contra-hegemônico.

Outro aspecto essencial para melhor entender a centralidade de Roma na primeira metade do século XVII e sua importância dentro do catolicismo em concordância com as mudanças propostas da Contra-Reforma. Assim, foi nas cortes dos papas Paulo V e Clemente VIII que Roma retomou seu vigor. Mario Rosa autor do artigo expõe ainda essa dimensão econômica:

Roma era o "teatro mundial" na medida em que oferecia um mercado seguro e neutro, graças ao aperfeiçoamento da mecânica para a tributação dos lucros, a uma troca estável e à confiança pela dívida pública e as crises inflacionárias que afetam toda a região mediterrânea neste período.¹⁹⁹

Dessa forma a neutralidade romana e seu sistema de impostos continuava a atrair boa parte dos mercadores. Logo, como apontam os autores ficou evidente que Roma não apenas era centro espiritual do mundo católico, mas também um centro político importante que atraía as mais diversas potências da Europa para dentro de um complexo jogo cerimonial. Essa complexidade desde cedo se manifestou com relação ao envio de embaixadores, justificando assim, a escolha de estudar somente as embaixadas restauracionistas para Roma.

Buscando melhor recortar o funcionamento das embaixadas romanas, novamente, os manuais são uma referência útil e proveitosa, especialmente, o livro *Relacional de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del*

¹⁹⁷ A obra foi indicada por Douglas Corrêa, a quem agradeço. Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

¹⁹⁸ Veja-se que nesse caso a obra rompe com a posição de um dos compêndios mais tradicionais sobre a história das relações internacionais, a saber a obra de Henry Kissinger que defende a ideia que a paz de Westfalia teria rompido com a centralidade do papado. Cf. Henry Kissinger. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

¹⁹⁹ Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. Op. cit., p. 80.

*servicio del Rey de España.*²⁰⁰ Trata-se de uma descrição elaborada entre 1618 e 1620 e que fornecem algumas pistas fundamentais. A obra explica diversos detalhes da cidade e seu funcionamento. Mais ainda, o manual procura descrever quais elementos um embaixador espanhol deveria levar em conta ao servir na Santa Sé.

Note-se que a Relação foi publicada de forma anônima, o que não impediu formular algumas hipóteses sobre a autoria da obra. Segue-se de perto as ideias de Quintín Aldea - autor do prólogo que acompanha o livro - que considera o espanhol Diogo Saavedra Fajardo o escritor das Relações. Seguindo essa trilha, Aldea percebe que o autor estava em Roma e pelos personagens citados fica ainda evidente que a Relação foi escrita entre 1618 e 1620, em parte, por conta dos comentários feitos sobre os Conclaves em cena. A forte relação com a missão espanhola em Roma também indica que o autor era membro da embaixada. Sendo Fajardo secretário dessa embaixada, tudo indica que a obra era de sua autoria. Aldea chega a admitir que a obra pode ter sido escrita por muitas mãos, mas certamente, a maior parte dela foi escrita por Fajardo. Não se sabe se a relação chegou até o rei espanhol, apesar de ter sido entregue a Secretária de Estado em Madrid.

Saavedra nasceu em Murcia no ano de 1584, sabe-se pouco sobre seus primeiros anos, já com dezesseis anos de idade começou a estudar em Salamanca. Acreditava-se que sua primeira carreira foi eclesiástica, chegando bem perto de assumir a posição de cônego da Catedral de Santiago. Acabou atuando no serviço do Cardeal D. Gáspar de Borja, embaixador espanhol em Roma. A ida à Roma forneceria uma experiência fundamental para o jovem nobre, que ficaria na cidade até 1633. Assim, de 1612 até 1633 nosso autor vivia em Roma, adquirindo larga experiência nos assuntos romanos. Depois disso, o já então diplomata continuaria a ser enviado por toda Europa em diversas missões. É enviado como embaixador ao Ducado da Baviera (1633), Franco-Condado (1638) e Suíça (1639). Antes disso, em 1635 foi nomeado Conselheiro das Índias, mas apenas entre de 1641-1643 vai até Madrid, confirmando sua nomeação para o Conselho. Nesse mesmo período alcança o auge de sua carreira sendo escolhido como plenipotenciário da Espanha no congresso de Münster em Westfália. Note-se que o cargo de plenipotenciário – embaixador com plenos poderes – marcava a total confiança do rei em sua capacidade diplomática. Já

²⁰⁰ Diego Saavedra Fajardo. *Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España*. Xunta de Galicia, 2000.

de volta a Madrid, como conselheiro e grande homem da monarquia, Fajardo faleceria em 1648.

Vale ressaltar que Fajardo nunca escreveu obras eminentemente diplomáticas, mas como diversos diplomatas letrados do período escreveu muitos textos, cartas e documentos que permitem melhor compreender a diplomacia moderna.²⁰¹ Nesse sentido o texto analisado nas páginas seguintes contém parte da percepção diplomática de Fajardo, sendo modular para compreender as embaixadas portuguesas para Roma.

Podemos dividir as ideias de Fajardo em três grandes blocos. A primeira tratando das coisas gerais de Roma, aspectos econômicos e costumes. E uma segunda que fala sobre a Corte de Paulo V e individualmente de cada um dos cardeais. E uma última, explicando os mecanismos de eleições para o Papado, inclusive o posicionamento das diversas monarquias nesse processo. Ao descrever Roma, é possível perceber um pouco mais sobre a centralidade da cidade, ao passo que os mecanismos de atuação nos conclaves auxiliam a perceber como as disputas internacionais ocorriam sob o teto da Capela Sistina durante os conclaves que escolheriam o novo Papa. Essa última parte reforça, a tese central desse trabalho, a de que dentro do “micro” espaço de Roma era possível perceber as relações internacionais durante a segunda metade do século XVII.

O secretario espanhol começa sua análise falando das dificuldades de se escrever sobre Roma. Para o autor, Roma desde o tempo de República guardou grande liberalidade, todos eram bem-vindos, mas isso permitia também que todos pudessem criticar e julgar livremente a cidade. Justamente essa liberalidade que permitiu encontrar em Roma uma maquete social da época moderna, pois ali os diversos conflitos europeus ocorriam em miniaturas nas ruas de Roma.

Ainda há uma última dificuldade, a corte romana aparenta por fora uma situação, por dentro, porém mostra outra realidade. Logo, só é possível conhecer Roma para aqueles que estão dentro da corte. Dai decorre outra questão, mesmo dentro da corte se deve ter grande atenção, pois em Roma “o trato ordinário se faz hábito de fingir e dissimular, e ainda há quem diga, de mentir.”²⁰² Recomendando o

²⁰¹ Manuel Fraga Iribarne. *Don Diego de Saavedra y Fajardo y la diplomacia de su Epoca*. Madrid: Artes gráficas “Arges”, 1956.

²⁰² Relacion... p. 8.

manual que se fale com poucos para que ninguém fique sabendo o que se está fazendo.

As primeiras páginas da obra de Fajardo também abordam a descrição física de Roma, tais características básicas da cidade em algumas situações podiam influenciar a política romana. Sendo construída e desconstruída diversas vezes desde a Antiguidade, a cidade é marcada por muitas ruínas. Coliseu, Anfiteatro, as Termas e as Murallas de Roma. Esses elementos somam-se com outros mais recentes. A Igreja de S. Pedro, S. Juan Laterano, Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza. Por fim, as grandes fontes públicas nas praças de Tréveris, Puente Sixto, Plaza de San Pedro. Concluindo o autor que “se tem por certo que há em Roma mais água nas fontes que no Rio Tíber.”²⁰³ A grande quantidade de fontes pode ser explicada pelo grande calor de Roma, que era segundo o autor um dos grandes “perigos” da cidade. E daí decorre o uso de coberturas nas ruas em função do calor, inclusive ao falar com o Papa, mais tarde, veremos como andar coberto ou descoberto poderia alterar o sucesso de uma embaixada.²⁰⁴

Ao analisar a população romana noticia que existia grande quantidade de homens em Roma, sendo a cidade grande e populosa. Reforça que a maioria é composta de italianos, espanhóis e franceses e abaixo deles alemães, polacos, húngaros e gregos. Há, ademais disto, muitos judeus que vivem em sua “lei fechada”. Mais adiante comenta sobre a grande “usura” destes, marcando um tom claramente negativo.²⁰⁵ Sobre as indumentárias e trajes marca a falta de regra.

Os trajes desta gente é a seu arbítrio: ou é da sua nação ou o que melhor parece para cada um, sem que nisto haja lei ou pragmática, exceto os judeus que se obrigam a trazer seus sombreios amarelos, e as mulheres, toca amarela. Toda esta gente usa poucas galas e costa em vestir-se, porque não há pragmática que proíba nada.²⁰⁶

A ausência de uma pragmática sobre as vestimentas não deixa de ser elucidativa, pois muitos poderiam ser os conflitos cerimoniais em decorrência da sua ausência.

Sobre a alimentação, reforça a ideia que em Roma se encontram grandes quantidades de “carnes e pescados”. Quanto a bebida, deixa evidente a boa qualidade do vinho.²⁰⁷ Sobre as festividades, reforça que existem poucas festas públicas, salvo a

²⁰³ Relacion... p. 11.

²⁰⁴ Relacion... p. 11.

²⁰⁵ Relacion... p. 12.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Relacion... p. 23.

Festa de Roma que é feita em memória de Augusto César no dia 1º de agosto de cada ano. Como veremos, nos capítulos seguintes não foram poucos os casos em que os embaixadores portugueses reclamaram da falta de recursos e das dificuldades matérias da cidade, nesse sentido discordam das ideias de Saavedra. Ao mesmo tempo, os principais embaixadores portugueses usaram as festividades romanas para galgar posições de maior prestígio social, e mais uma vez existe uma dissonância entre o relato de Saavedra e os embaixadores lusos, mas sobre eles falaremos no último capítulo da tese.

Trata então dos aspectos financeiros relacionados a administração temporal do papa. Reforça a ideia que os direitos do Estado da Igreja permitem que esta receba rendas, por exemplo, o Estado de Ferrara que pertencia Igreja fornecia uma parte delas. Descreve também alguns dos gastos principais da Igreja. A manutenção do Castelo de San Angelo, bem como a guarda do Castelo. Mas ainda assim, para Fajardo esses gastos ainda são menores se comparados com os gastos feitos pelos “nepotes” aqueles parentes do Papa que recebiam diversos cargos e pensões. Evidenciando nesse caso a grande oposição que Fajardo faz aos Nepotes, tanto por seus gastos, tanto pelo grande poder que acumulavam.

A situação financeira da igreja se agrava ainda mais quando o Papa se envolvia em alguma guerra, pois afinal a guerra ampliava a cobrança de impostos, aumentando a *panota*, preço do pão nas ruas de Roma. Dessa forma, a saúde financeira do papado e de Roma dependia da moderação nos gastos e nas guerras. Ao que tudo indica, tanto uma como outra não eram a tônica do papado.

Do mesmo modo, Fajardo se dedica ao poder temporal do Papa. Esse aspecto é relevante pois explica claramente quais forças temporais o Papa detinha e sobretudo, quais socorros poderia precisar. Admite nas primeiras páginas que a força do Papa está no respeito dos Príncipes Católicos, isso porque Roma é uma cidade fácil de ser tomada. O castelo de San Angelo, por exemplo, pode ser facilmente atacado pelos morros ao redor. Somado a isso, o Papa tinha pouca capacidade de recrutar homens, pois se Roma era muito populosa muitos eram forasteiros e estrangeiros, e não soldados do Papa. No fundo, a defesa de Roma dependia ou da fé, ou da cortesia dos príncipes católicos, como argumenta a obra. Essa realidade militar nos remete a uma questão política mais ampla. Roma bem como o Papa dependia do apoio bélico dos católicos.

Sobre o governo temporal da cidade chega a conclusão bastante óbvia que nele tudo dependia do Papa. Apesar da presença do governador da cidade e dos magistrados, no final, todas as questões se remetiam ao Papa, “porque o Papa é juiz de todas.”²⁰⁸ Porém, a parte desse capítulo que parece mais relevante refere-se a administração da justiça. Para nosso autor, a velocidade com que a justiça é administrada em Roma é a chave para seu bom governo, que frequentemente considera como modelar:

Com estes poucos ministros não há em toda Roma delito sem castigo, nem escapa delinquente sem que o prendam. E tudo se despacha com tamanha brevidade que não parece possível ver como se faz. E se há de se dizer a verdade é que há poucos ministros.²⁰⁹

Nesse sentido, o policiamento era feito por toda variedade de homens, “como é gente baixa, é fazendo a [beliqueria] de seu ofício, a fazem sem processo e dilação.”²¹⁰ Isso explica a facilidade com que os delitos são punidos em Roma. A descrição da fonte faz parecer, porém que todas as ruas da cidade eram seguras. Mas outros relatos dos embaixadores portugueses sinalizam que a grande variedade de pessoas, tornava Roma uma das cidades mais perigosas da época. Como vimos, os confrontos entre os embaixadores nas ruas de Roma frequentemente descambavam para agressões, assaltos a residências e outras formas de violência. Se a fonte parece exagerar no “policiamento” da urbe, acerta na importância do poder temporal do Papa. Quase todas as notícias que recebemos de conflitos terminam com a decisão papal.

Ainda analisando o governo de Roma, Fajardo tece diversos comentários sobre o comércio. A citação deixa evidente o funcionamento das coisas.

O modo de governo e mantimento é extremado, porque todos vendem de tudo sem postura mas que aquela que a abundância e a esterilidade faz verdade, que de ordinário há abundância e assim correm bons preços.²¹¹

A citação fala por si só, “todos vendem de tudo”. Roma era assim um local de vitalidade comercial. Mas a isso se soma a ausência de cotas especiais para qualquer autoridade, como se vê no trecho:

Não há reservado nada para cardeais, papa, nem juizes. Cada um chega e compra ao preço corrente o que é fundamental, e a diferença se fazem nos preços, porque nem o pobre pretende comer o que toca ao senhor e nem o senhor remove ao homem ordinário o que seu gosto e necessidade pede.²¹²

²⁰⁸ Relacion... p. 20.

²⁰⁹ Relacion... p. 20.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Relacion... p. 21.

²¹² Relacion... p. 20.

Logo, a diminuição dos preços se relaciona com a grande liberdade de venda e compra dos produtos. Porém, a fraude nos “pesos” poderia causar um aumento geral. Apesar do presente relato evidenciar a grande “abundância” e “facilidade” de comércio os relatos dos embaixadores que assistiram em Roma mostram uma realidade diferente.

A fragilidade militar romana e a pequena capacidade de recrutar homens do Papa tornaram Roma um alvo fácil. Sua força, como explicou Fajardo estava na fidelidade dos príncipes cristãos. Por outro lado, uma disputa aberta com estes mesmos príncipes era capaz de deixar a Sé em situação delicada. Esboçado esse quadro geral, cabe ressaltar que entre as potências europeias era a Espanha a que mais facilmente poderia invadir Roma. Restava então desvendar não mais Roma, mas os próprios mecanismos de funcionamento da corte papal.

3.2. - O funcionamento do papado

Adiante Saavedra Fajardo analisa os diversos ofícios que envolviam a atuação temporal do Papa, bem como quais características eram consideradas fundamentais para o exercício do cargo. Reforça a ideia que assumir o anel do pescador era tarefa árdua, pois envolvia sempre dois ofícios, um espiritual e outro temporal, como se convencionou chamar os *dois gládios*. Argumenta que é positivo que os papas assim como os reis sejam doutos. Novamente, nesse manual como nos outros analisados, percebemos a convergência de dois fatores: letras e experiência. Justamente daí decorre a necessidade que os Papas não sejam “moços”, como se percebe na passagem: “e assim é verdadeiro interesse da Igreja é que os papas sejam de idade madura, mas não decrépito.”²¹³ A citação fala por si, a idade dos papas deve estar no meio termo entre a experiência. Seguindo a mesma fórmula dos manuais, procura perceber se seria bom que o papa fosse nobre ou não. A conclusão que chega concorda com o universo mental moderno, ao afirmar que é conveniente que sejam “bem nascidos”, ao menos de famílias honestas e nobres. Assim, encontra-se um tipo ideal de papa: bem nascido, letrado, experiente e com a idade adequada. Apesar dessas características individuais do papado, a Sé não podia contar apenas com os

²¹³ Relacion... p. 30.

pré-requisitos de um único homem, logo surgindo um extenso aparelho burocrático, tal como nas demais monarquias.

Entre esses cargos um dos mais relevantes mencionado por Saavedra Fajardo eram os nepotes – parentes do papa – que eram figuras poderosas dentro da corte. Ainda que o nepote não fosse um cargo formal, frequentemente, o próprio pontífice elevava seus familiares ao cardinalato, ampliando assim o poder dentro daquela família. Logo, o rei deveria manter boas relações com o Nepote. Apesar de admitir isso, Fajardo não deixa de criticar o nepotismo e o grande prejuízo que o abuso de poder poderia causar na igreja, isso porque a centralidade do Nepote enfraquecia o Colégio de Cardeais. Isso ocorria porque os cardeais acabavam votando nos conclaves de acordo com o desejo do Nepote. Deriva dessa questão uma forte tensão entre nepotes e cardeais, dois dos mais importantes figuras dentro de Roma.

Além do nepote, outra figura importante é o núncio que também pode ser percebido dentro de um longo processo histórico. Luca Riccardi²¹⁴ que explica como também a Santa Sé passou a formar um expediente diplomático durante a época moderna transformando o papa não apenas em líder espiritual mas também em chefe de Estado. Coincidente com esse processo de formação de um expediente diplomático se consolida a figura do núncio. Foi durante os papados de e Leão X (1513-1521) e Gregório XIII (1572-1585) que se formou uma diplomacia papal permanente e os núncios passaram a ser enviados para os mais diversos espaços: França, Espanha, Alemanha e o Império.

Vale notar o papel da Reforma Protestante nessa nova realidade. Uma vez que a Paz de Augsburgo marcou o princípio *cuis régio eius et religio* que permitia ao príncipe escolher sua religião, bem como de seus súditos. Temendo seu enfraquecimento, os papas a partir de então intensificaram suas relações com os mais diversos príncipes para manter a fé católica. Ao mesmo tempo a Paz de Westfália redefine a atuação secular da igreja. Ora, mais uma vez, os núncios eram fundamentais nesse processo de modernização diplomática da Santa Sé, juntamente com a Secretária de Estado, *segreteria di stato* outro órgão crucial para compreender esse largo processo de secularização do papado.²¹⁵ Assim, a figura do núncio se torna cada vez mais importante dentro da Santa Sé e na sua diplomacia, não apenas como

²¹⁴ Daniela Frigo (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice: 1450-1800*. Cambridge University Press, 2000.

²¹⁵ Daniela Frigo (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice: 1450-1800*. Cambridge University Press, 2000, p. 96.

representante do Papa, mais também como o mais alto posto dentro da hierarquia diplomática da Santa Sé.

Cabe por fim, salientar que o nepote era em seu princípio um função de forte cunho pessoal, constituindo escolhas pessoais do próprio papa. Porém, a modernização diplomática fez com que cada vez mais os núncios fossem permanentes e deixassem de ser uma escolha pessoal, e sim, mais um dos cargos burocráticos dentro da Sé.

Também os embaixadores portugueses perceberam a centralidade dessa figura, como se observa no relato de uma das embaixadas. Logo que a carroça do embaixador português cruza em uma das ruas com a do Nepote. Desconhecendo a regra de conduta, o embaixador português, Conde de Atalia não fornece a preferência de passagem, como era estilo daquela corte que, passando o nepote do pontífice por qualquer rua, parassem as carroças de príncipes, senhores, eclesiásticos e seculares. Entretanto, o conde de Atalaia, genro do conde do Prado, embaixador português,

encontrou-se na sua carroça com a Nepote do Papa, cujo cocheiro disse logo: ferma; e parou o cocheiro do português, e com a barba soberba disse que andasse adiante, e passou pelo nepote, não só violando o sagrado daquelas leis, senão ainda os da ordinária cortesia, que afirmam que não lhe tirou o chapéu, desacato de que se corra o mais bárbaro gesto. Levantando o caso notável revolução em toda a corte, foi tão mal tomado que todo o favor se voltou em ódio, avaliando-nos por indômitos.²¹⁶

Se o incidente afetou diretamente a embaixada não se sabe com certeza, mas certo é que o embaixador português acabou não sendo recebido pelo Papa, sendo obrigado a se retirar de Roma.

Ainda analisando as relações de força dentro da Santa Sé, Fajardo analisa como o papa se porta em relação aos cardeais, que junto com os nepotes eram os grandes responsáveis pela administração temporal da igreja, cito:

Resta-me dizer como se governa o papa com os cardeais e eles com ele. É o primeiro que se há de assentar é que o dia hoje corre isto e há corrido muitos anos desde essa parte. De sorte que aos cardeais se dá o respeito que se deve por seu grande estado na Igreja e por poder ser papas e para ter voto para eleger. Todo o demais é uma sombra cerimônia sem efeito.²¹⁷

Na citação elencada notamos o grande poder dos cardeais está no conclave, ainda que na maior parte das vezes fosse uma cerimônia sem efeito. Essa parte é pois mostra que nem sempre o cerimonial e a representação do poder nos cardeais tinha

²¹⁶ Damião Peres (ed.). *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938,v.2, p. 103.

²¹⁷ Relacion... p. 53.

equivalência com a realidade. Por fim, o autor da fonte reforça a grande capacidade de negociação que deve ter um cardeal.

A verdade é que para enviar a Roma será bom cardeal o que fora bom embaixador: um homem prudente, sagaz, cortes, [entremetido] e negociador e sábio em essas coisas e nas de Estado, pela concorrência de negócios que aqui há de todo o mundo.²¹⁸

Essa comparação entre o embaixador e o cardeal não só evidencia a grande capacidade de negociação que os dois cargos exigiam, mas também mostra como frequentemente as duas funções poderiam se confundir. Ou seja, o cardeal poderia atuar não apenas no interesse da igreja, mas de sua monarquia.

Lucca Riccardi²¹⁹ reforça essa ideia sobre os cardeais. Para o historiador italiano, nepotes e cardeais eram figuras centrais dentro da Sé, porém, acabavam atuando em funções distintas. Enquanto os nepotes incorporavam a vontade da Sé e a difundiam por toda Europa, como representantes papais. Os cardeais simbolizavam a intromissão externa nos assuntos da Sé, uma vez que eram frequentemente partidários dessa ou daquela monarquia.

Apesar da diversidade romana é possível perceber diversas facções do Colégio de Cardeais, reforçando a ideia que França e Espanha concentravam o maior número de cardeais, enquanto o Nepote tendia a formar uma terceira facção de “italianos”. Dentro dessa lógica, a historiadora Maria Antonietta Visceglia confirma a hipótese já levantada por Saavedra Fajardo da grande força que os nepotes tinham durante os conclaves. Porém, essas facções logo sofreriam ataques dentro do próprio Colégio de Cardeais.

Na esteira das análises que falam sobre o Colégio de Cardeais temos o artigo escrito pelo próprio Signorotto. A ideia central é mostrar que existia um grupo de cardeais romanos que defendiam que as decisões da cúria não deveriam ser influenciadas de fora, eram os *squadrone volante*, também conhecidos como *Rota*. Assim, o grupo dos *squadrone* sofria oposição dos “cardeais protetores de coroas”, que como vimos procuravam controlar as votações para o papado. Segundo o autor a eleição do Papa e a presença desse grupo mostrava “que a eleição não era obra do

²¹⁸ Relacion... p.55.

²¹⁹ Lucca Riccardini. “An outline of Vatican diplomacy in the early moderna age.” In: Daniela Frigo (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice: 1450-1800*. Cambridge University Press, 2000, p.101

Espírito Santo, mas de interesses humanos.”²²⁰ É destacada a importância do grupo, quando o rei espanhol convoca o conselho de 1598 para fazer um exame de consciência e solicita a presença de um auditor da *Rota* para garantir sua aprovação. A interferência nos conclaves tão presente na obra de Fajardo é confirmada pela historiografia corrente, a presença de um grupo de cardeais dedicados a analisar esses casos avulta a importância da influência dos diferentes cardeais líderes de facção nos conclaves.

Outro artigo importante da coletânea foi escrito por Oliver P. Oncet que trata dos cardeais protetores da coroa. A análise de Oliver P. Oncet defende que esses cardeais eram comuns desde o período medieval. Explica também que muitos deles originalmente não protegiam apenas as coroas, mas também ordens religiosas. Para tanto, cita o notório caso dos Jesuítas que eram protegidos em 1545 pelo Cardeal Pio di Capri. Porém, essa proteção as ordens e congregações religiosas tendeu a desaparecer, ficando apenas a proteção as diversas monarquias

Durante o início do período moderno, os protetores foram nomeados por meio de uma nota papal oficialmente conferindo o cargo a um cardeal, que geralmente o manteve até sua morte. No século XVII, os protetores de monarquias eram universais, enquanto as ordens seculares e militares eram distintivas pela falta de protetor.²²¹

Segundo o autor, apesar das ordens não contarem mais com a proteção dos cardeais, inúmeros locais e igrejas continuavam contando com a proteção dos mesmos. O papa Martin V tentou proibir os cardeais protetores em 1425, apesar dessa reforma, a prática continuou crescendo, tanto que no início do século XVI se estabeleceu por fim a figura do cardeal protetor. Mas o ponto relevante do autor é quando trata do período de 1664 e 1666, no qual a Espanha contava com cinco ou seis cardeais protetores, o que mostra mais uma vez a força da Espanha dentro do Colégio de Cardeais, em oposição à França contava apenas com um único cardeal. Reforça também sobre a inconstância dos cardeais protetores franceses, ora abandonavam o cargo, ora faleciam antes de favorecerem a França, o que indica a preeminência espanhola no colégio de cardeais.

²²⁰ Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. Op. cit., p. 184.

²²¹ Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. Op. cit., p. 160.

Assim, a historiografia contemporânea nos auxilia a entender melhor o Colégio de Cardeais tão cuidadosamente descrito por Fajardo, que passa a tratar especificamente de cada um dos cardeais. A redação da obra ocorreu entre 1618 e 1620 e dessa forma muitos dos cardeais citados já haviam falecido no início do período de análise. Ainda assim alguns traços gerais podem ser identificados. Fajardo desenha muito claramente quais as facções de cada cardeal, se eram ou não letrados, se recebiam pensões de alguma nação, se eram afetos ao papa Paulo V, e se de fato tinham alguma pretensão e chance de ocupar o papado. Elementos que poderiam a atuação de um embaixador em um eventual conclave. Dito isso, o cardeal mais relevante encontrado foi o Cardeal Ursino, isso porque foi nomeado cardeal protetor de Portugal durante as embaixadas em Roma.

Don Virginio Ursino, cardeal e representante da casa de Ursino. Segundo Fajardo essa é a segunda grande casa de Roma. O pai do cardeal era espanhol e usava as armas de Espanha, porém, assim que o pai faleceu passou para o lado francês, porque segundo desconfia Fajardo era parente da rainha-mãe francesa. Era um dos cardeais mais jovens com apenas 28 anos em 1618, o que permite suspeitar que este cardeal estaria presente no conclave de 1644, mas ainda faltam informações para confirmar essa tese. A fidelidade da casa de Ursino é ainda questionada por Fajardo que argumenta o desejo do cardeal de voltar para o lado espanhol. Como de fato se confirma pela historiografia recente, em 1620, quando o cardeal traiu a França²²² Certo porém, é que a diplomacia restauracionista acertou ao procurar captar como cardeal protetor um dos representantes da casa de Ursino.

Ainda dentro do Colégio de Cardeais, um dos mais importantes era aquele que fazia a função de Secretário de Estado. Tal como os nepotes esse cargo também passou por um gradativo processo de secularização que permitiu entre outros elementos uma organização mais evidente dos assuntos papais. O capítulo escrito por Antonio Menniti Ippolito²²³ fornece algumas pistas sobre essa função Primeiramente, o autor reforça que em diversas situações o Cardeal-Nepote – sobrinho - e Secretario de Estado recaem sobre a mesma pessoa. Porém, quando isto não acontecia era evidente a competição natural entre esses dois postos.

²²² Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 164.

²²³ Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 132.

Foi justamente ao longo do século XVII que a função de Secretário de Estado foi ganhando contornos mais claros e funções definidas. Em poucas palavras, o posto também passa por um gradativo processo de secularização, a secretaria passa na verdade a substituir o Cardeal-Nepote nas suas funções, sem contudo ter um parentesco direto com o papa. Assim, a secretaria de Estado era também uma resposta ao nepotismo papal dentro da Cúria tantas vezes mencionado pelo manual de Saavedra Fajardo. Não obstante, foi justamente ao longo do século XVII que as duas funções, nepote e secretário, mais se confundiram, e como adverte Ippolito não se pode analisar essas mudanças dentro de uma evolução mecânica, isso porque haviam diversos avanços e retrocessos. Para o período estudado, Urbano VIII (1623-1644) e Inocêncio X (1644-1655) fica evidente que os secretários de Estado ganhavam mais importância do que os nepotes.

Durante o papado de Inocêncio X, vemos que Giacomo Panciroli assume a frente da secretaria de Estado fortalecendo sua influência junto ao papa. Tal realidade ocorre em parte que o cardeal-sobrinho Camillo Pamphili, abre mão do posto de cardeal para se casar e garantir a sucessão da casa Pamphili. Porém a força de Giacomo Panciroli também causou dificuldades para os ministros estrangeiros, pois todas as cartas papais precisavam endereçadas ao papa precisavam passar por sua aprovação. A solução era então falar diretamente com o papa Inocêncio. Entretanto, como sabemos falar com o papa envolvia diversas questões protocolares e era tarefa difícil, tornando qualquer negociação dentro da Cúria praticamente impossível, como reforça Ippolito. Depois da morte de Panciroli em 1651, Fabio Chigi assumira a Secretaria logo consolidando a força do cargo. Inaugurando o período em que o novo papa era na verdade o velho secretário de Estado. Chigi se tornaria o Papa Alexandre VI, enquanto seu secretário Giulio Rospigliosi, mais tarde Papa Clemente IX.

Apesar do avanço e da importância dos cargos de cardeal, nepote e secretário, era inegável a volatilidade daquela situação. O próprio Rospigliosi escreve a seu irmão Camilo – logo depois de assumir o cargo de Secretário - dizendo que ele “não poderia esperar nenhuma promoção, porque a carreira na Cúria era sempre perigosa.”²²⁴

²²⁴ Gianvittorio Signorotto; Maria Antonietta Visceglia. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 161.

3.3 – Sede Vacante

Um dos temas mais centrais presentes nos manuais e textos sobre a diplomacia romana é o período de *Sede Vacante*, momento no qual a Igreja elegia um novo líder dentro das possibilidades no Colégio de Cardeais. Era assim um momento em que a Sé encontrava em profunda fragilidade, tendo por certo sofrido a influência das mais poderosas monarquias católicas. Essa também era sem dúvida a realidade histórica do século XVII.

Abandonando as tramas ficcionais, a forma mais evidente de controlar um conclave era por meio do colégio de cardeais. Como sabemos eram os cardeais os responsáveis por escolher o novo papa durante o conclave. Saavedra Fajardo também deixa evidente essa realidade:

E então, é de grande interesse aos reis ter em Roma cardeais de grandes partes, para que, como pessoas que fazem tudo, ajudem e encaminhem suas coisas e só as suas, e não, as de todo mundo (que todo vem a Roma) encaminhando-as a conveniência de seu rei²²⁵

Fajardo procura analisar ainda qual deveria ser a “nação” do papa eleito. Argumenta inicialmente que existiram papas bons e maus de todas as nações, claramente, evitando definir sua preferência. Na mesma linha, afirma que os principais braços da Igreja são Espanha e França e que assim o papa deveria ser um “meio entre eles.”²²⁶ Apesar disso, reafirma que como muitos dos cardeais são italianos, a maioria dos papas acaba por ser dessa nação.

Nessa esteira, começa a questionar se importa ao rei de Espanha quem seja o papa, e se por sua, caberia ao rei interferir no conclave. Cito:

Não há censura como tem resoluto os teólogos gravíssimos e se usa continuamente e discorre quais sujeitos são melhores e quais se tem por dignos e indignos, quais tem mais verossimilitude e, entre estes, quais estariam bem e quais estariam mal. Admitem assim mesmo as diligencias antes de fechar o conclave fazem os embaixadores, pretendendo cada um com bons meios ganhar os votos e persuadir que não hajam coisas que diretamente estejam mal aos seus senhores.²²⁷

Admite assim que os embaixadores podem atuar para influenciar o conclave, mas ressalva em seguida que isso deve ser feito por “meios honestos e sem escândalo”. O autor reafirma que o príncipe deve se preocupar com a eleição do papa, pois como “cabeças da igreja” devem zelar pela saúde de todo o corpo da instituição.

²²⁵ Relacion... p. 53.

²²⁶ Relacion... p. 33.

²²⁷ Relacion... p. 35.

Argumenta assim, que a guerra entre qualquer príncipe e o papa seria prejudicial a Cristandade, mas a guerra com a Espanha seria ainda mais grave. Admite que o Papa poderia ampliar os “impostos” e rendas sobre Sicília e Nápoles e que com o apoio de “França, Veneza e Saboia” poderiam atacar esses territórios, mas isso seria um “grande estrago não só de Espanha mas do mundo.”

Os fragmentos anteriores nos permitem perceber dois elementos cruciais, isso porque como antes foi descrito durante o período analisado foram realizados três conclaves. O escritor espanhol não apenas admite, como recomenda a intervenção do rei da Espanha nos ditos conclaves, procurando eleger o cardeal mais favorável aos seus interesses. Em segundo plano, reafirma o tenso equilíbrio entre o papado e a monarquia hispânica ao admitir que os vice-reinados poderiam ser utilizados para atacar o papado, mas que isso levaria toda a península a um estado de guerra, que no final, prejudicaria todo o “mundo”.

Ainda nesse mesmo trecho resume os diversos “meios” para garantir o apoio dos cardeais as causas do rei:

Assim, o certo é que a Sua Majestade e a outro qualquer rei ou príncipe é conveniente infinito estar bem com o papa e não o ter por contrário, como também ao papa importa infinito estar bem com o rei. E assim é que nem o rei deve descuidar-se na eleição do papa, nem ter por matéria que não o toca, mas pelo contrário. E aqui convém e se deve advertir que com isto se descuida muito Sua Majestade e os ministros, pois há muitos dias dessa parte não se vê os governadores de Milão, Nápoles e Sicília tenham com os cardeais a correspondência que eles usaram tanto em cortesia como prover ofícios aos seus parentes... Tão pouco de muitos anos a esta parte no se vê Sua Majestade de pensões a cardeais ou soldos a seus parentes para os ter obrigados.²²⁸

Das muitas passagens das Relações escritas por Fajardo, talvez esta seja a que permite perceber mais características da atuação espanhola em Roma, assim como o funcionamento da cúria. Admite ainda que o papa e o rei devem manter uma boa relação e que para tal, o rei deveria sempre que possível influenciar na escolha do Papa. Estes dois elementos em si, já tornariam o fragmento interessante, mas some-se a parte final no qual o escritor espanhol reconhece a importância de pagar “pensões” aos cardeais e seus parentes. Dai decorre uma questão simples, pagar pensões era considerado como um meio “honesto e sem escândalo”.

O pagamento de pensões para cardeais era - como sugere a fonte - bastante comum na época moderna. Também Portugal adotou esse expediente, nas diversas correspondências do embaixador D. Francisco de Souza Coutinho faz menção ao

²²⁸ Relacion... p. 37.

“cardeal protetor” de Portugal, conhecido como Cardeal Ursino. O mesmo cardeal endereça carta ao reino de Portugal reclamando sobre seus rendimentos que estavam atrasados.²²⁹

A Relação prossegue informando sobre outros meios que poderiam ser utilizados pelos príncipes, reafirmando que não havia “regra certa” para essas questões. A ideia central é fazer com que os cardeais fiquem “obrigados pela dádiva”, isso porque todos têm um momento de necessidade. Adverte ainda que o pagamento de pensões não garante a fidelidade, isso porque muitos cardeais recebem pensões de diferentes príncipes, logo, podem votar de diversas formas em um conclave. Cabe também utilizar aquelas dádivas que não “custam nada”. Cita, por exemplo, os Hábitos de Ordens militares, raros na Itália o que explica a grande procura por eles.²³⁰. Anuncia por fim que se deve procurar ganhar os “cabeças de facção”, como sabemos aquelas famílias cardinalícias mais antigas acabavam por ter grande peso nas decisões do conclave, logo ganhar os líderes de cada uma das facções era parte essencial do jogo político que envolvia o conclave.

Dentro dos conclaves as figuras mais importantes eram os cardeais que teriam chance de ocupar o papado. Mas conclui, que “de sorte que em todo e por tudo teremos boas experiências que não há regra segura e nem firme.”²³¹

No desfecho da obra, procura fazer um “exame de consciência” sobre o que se deveria guardar nas eleições do Sumo Pontífice. Saavedra informa sobre a junta que rei espanhol teria convocado para decidir a questão em 1598. A junta era formada por Frei Diogo de Ypes e Padre Frey Gaspar de Córdoba confessores do rei e José de Acosta, reitor do Colégio da Cia de Jesus que juntos produziram um conjunto de escritos que versavam sobre essa questão. Saavedra começa citando alguns teólogos romanos que afirmam ser de grande prejuízo a consciência tentar persuadir os cardeais a seguirem as instruções do rei nos conclaves. Reforçam estes mesmos teólogos que se trata de uma espécie de *simonia* quando os embaixadores oferecem

²²⁹ Com o decorrer da pesquisa, localizei na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito redigido pelo cardeal Ursino em que reclama sobre o não pagamento das rendas prometidas por D. Afonso VI, rei português. Cf. *Parecer sobre um requerimento do Cardeal Virgínio Orsiniv dirigido ao regente D. Pedro II para lhe serem pagos os ordenados vencidos como protetor de Portugal em Roma*, [manuscrito], 1669. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota F. R. 985.

²³⁰ Cf. Sobre a importância das Hábitos de Ordens Militares na época moderna são válidas as considerações de Fernanda Olival. Cf. Fernanda Olival. *As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: ESTAR, 2001.

²³¹ Relacion... p. 139.

presentes para os cardeais, sendo, portanto pecado agir dessa maneira. Como parece natural esperar, Fajardo e os religiosos espanhóis discordaram dessa posição.

Entre as conclusões mais relevantes dos teólogos espanhóis cabe citar que os embaixadores não deveriam ser implicados em sua consciência. Isso porque os ministros devem obedecer ao seu rei, e se existe dúvida se a ordem é lícita ou não, deve confiar que o rei guarda essas questões, não sendo mal obedecer ao que se manda. Os teólogos prosseguem argumentando que o príncipe deve sempre se preocupar com o bem espiritual da Cristandade, porque os príncipes são parte importante do mundo cristão, logo devem se preocupar com essas questões, assim por “meios honestos” procuram a eleição daquele que é conveniente. A segunda razão enumerada pelos teólogos é que sendo o Papa Príncipe Temporal com grande poder, deve o príncipe buscar também o “bem temporal de sua República”, procurando eleger Pontífice que não cause danos. Argumenta ainda que essas duas justificativas valem para qualquer príncipe católico.

Por fim, reforça uma terceira justificativa que diz respeito ao rei espanhol. Pois dele depende em boa medida a defesa da Cristandade e do próprio território papal. Deve assim, ter o Sumo Pontífice boa correspondência com o rei. Defende que é lícito ao rei excluir e incluir nomes no conclave, pois visa sempre o bem da Cristandade. Por outro lado, admite que o que se procura é um bem particular, nesse caso encontra-se um grave crime de consciência. Instrui que estas conclusões levantadas pela comissão de 1598 foram enviadas para o embaixador espanhol em Roma, acompanhada de uma carta real em 1604. Assim, Saavedra e outros embaixadores espanhóis podiam ter sua consciência livre sobre as recomendações que fazia ao longo do texto.

Ainda consta anexo a primeira edição das Relações um conjunto de documentos inéditos localizados no *Archivo de la Catedral de Santiago*, todos referentes a atuação de Fajardo em Roma. O trecho mais relevante desse conjunto documental reforça a importância que o autor adquiriu em Roma, cito:

Don Diego Saavedra Fajardo, agente do rei nosso senhor nessa corte de Roma, cujo cargo, como tal agente está a expedição das bulas e dos bispados dos reinos da Espanha e outro que são nominação e apresentação de Sua Majestade.²³²

O trecho evidencia que o jovem diplomata Saavedra Fajardo já detinha inúmeros poderes para nomear e confirmar cargos.

²³² Relacion... p. 169.

Concluída a descrição analítica da obra de Fajardo já se pode desenhar uma parte do funcionamento do Estado Pontifício, não no seu aspecto espiritual, mas sobretudo em sua dimensão temporal. Como antes observamos, as relações diplomáticas portuguesas com a Santa Sé eram essenciais para a consolidação da nova dinastia reinante, os Braganças. De tal forma que, o reconhecimento papal constrangeria as demais monarquias católicas a reconhecerem o novo status dos portugueses.

Cientes do esforço português para obter o reconhecimento papal, a monarquia espanhola faria grande esforço para impedir a recepção dos embaixadores portugueses na Santa Sé. Logo, a “guerra” entre Espanha e Portugal não eram limitadas aos campos de batalhas do Alentejo. As famosas batalhas de Ameixial e Castelo Rodrigo eram apenas uma parte da Restauração, as ruas de Roma presenciarem batalhas igualmente importantes.

Diante do exposto, para entender a atuação diplomática portuguesa em Roma era preciso perceber a atuação dos agentes espanhóis em Roma e da sua capacidade de persuadir o papa e os cardeais da “rebeldia” de Portugal.

3.4 - A “nação” espanhola

E isso tudo numa época em que os reis do Ocidente habituavam-se, ano a ano, a um colossal jogo de cartas políticas cujo cacife e prêmio consistiam sempre neste ou naquele pedaço da Itália²³³

Ao escrever sobre a Itália Jacob Burckhardt tinha profunda clareza da grande disputa de poder que envolvia as terras da península bem como do Estado Papal que como sabemos era alvo constante da presença de inúmeros ataques dos mais diversos príncipes da Europa. A Espanha grande expoente da Contra-Reforma acabaria assim, segundo o próprio Burckhardt centralizando uma parte dessa presença estrangeira, como também defende em Saavedra em seu manual:

A todas as nações que não são italianas querem mal e estimam pouco, se bem que as temem, e aos espanhóis, mais que a todas, porque nunca se deixam esquecer do saque sucedido por culpa do Borbón Francês, e assim, em competência de todos, temem e aborrecem os espanhóis. Verdade seja que a ocasião, porque alguns são insolentes aqui e em todas as partes, e como veem que a Espanha tem três reinos na Itália, reparam mais nisso do que em outras nações.²³⁴

²³³ Jacob Burckhardt. *A Cultura do Renascimento na Itália. Um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 139.

²³⁴ Relacion... p. 24.

O trecho nos permite perceber algumas situações importantes. Primeiramente, nosso autor tinha clara ciência da hostilidade que os espanhóis sofriam em Roma, mas sobretudo, também deixava evidente a força espanhola na região, ao citar “três reinos na Itália”, Fajardo evidenciava uma realidade importantíssima das relações espanholas com a Santa Sé, a saber as diversas “nações” que compõem o ambiente romano.

Parte da facilidade espanhola para ameaçar o Estado Papal era possível graças a sua presença na Península Itálica por meio dos Vice-reinados espanhóis. Os historiadores Pedro Cardim e Joan-Lluís Palos em obra coletiva evidenciaram a importância dessas jurisdições e estruturas de governo.²³⁵ Um Império tão vasto como o espanhol, ou ainda uma monarquia pluricontinental como defendem alguns²³⁶, não poderia ser governada diretamente pelo rei, daí surge o status jurídico do vice-rei, que era comum de Aragão e Navarra até pontos mais distantes como Índia e América. Soma-se a essa obra coletiva, a de Manuel Rivero Rodriguez, *La edad de oro de los virreys*, que estuda além do funcionamento dessa instituição, seus períodos de crise como aquele inaugurado com a Restauração Portuguesa de 1640.²³⁷ Seja como for, estes vice-reinados eram dotados de poderes particulares, capacidade de administrar a justiça e detinham ainda uma corte própria. A autonomia dos vice-reis era evidente, porém, as longas distâncias da época moderna a ampliavam, tornando-os verdadeiros poderes espalhados pelo Globo. Nápoles e Sicília eram territórios dominados pela coroa espanhola não eram exceções a essa regra.

Por sua vez, existem diversas pesquisas sobre a atuação desses vice-reinados italianos. A obra de Luis Ribot²³⁸ forneceu elementos fundamentais para uma análise mais densa deles. O historiador espanhol reforça a ideia que esses territórios italianos, sobretudo, Nápoles e Sicília eram cruciais para a defesa da monarquia. Ribot defende ainda como esses reinos mais do que fronteiras espanholas, eram também fronteiras da Cristandade e do Ocidente que teria por função barrar o avanço turco. Por outro lado, Milão, mais ao Norte, dava entrada a península itálica, segundo o autor também

²³⁵ Pedro Cardim; Joan Lluís Palos (eds.). *El mundo de los virreys en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012.

²³⁶ João Fragoso; Roberto Guedes; Thiago Krause. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

²³⁷ Manuel Rivero Rodriguez. *La edad de oro de los virreyes en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011.

²³⁸ Luis Ribot. *El arte de Gobernar. Estudios sobre la España de Los Austrias*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

esta tinha uma expressiva função militar. Porém, para a segunda metade do século XVII, o autor já admite o enfraquecimento militar dessas possessões explicado em parte pelo próprio avanço naval e terrestre de Luis XIV, rei francês, bem como uma consequência da Guerra dos Trinta Anos. Por fim, a análise fornece ainda mais uma explicação importante para diagnosticar as relações hispânicas dentro da Itália ao tratar de como essas diversas regiões começaram na segunda metade do século XVII a questionar o poderio espanhol. Nesse sentido a Restauração Portuguesa é apenas um dos eventos que marcam o enfraquecimento do poder espanhol, tais como as revoltas de Portugal (1640), Catalunha (1640), Nápoles (1647-1648) e Sicília (1647-1648). Concluindo, era inegável a força que os vice-reinados italianos poderiam gerar em Roma. Reconhecido isso, porém, deve se admitir que na segunda metade do século XVII ante um contexto de declínio, a monarquia espanhola tinha reduzido sua capacidade de manobra ao menos no que se refere aos seus vices reinados, por conta das inúmeras revoltas, como mostram os escritos coetâneos que falam sobre a revolta de Nápoles, “e parece que por todos os caminhos quer Deus favorecer Portugal, pois Milão, entendo, não passaram muitos se que lá se vejam imitações de Nápoles.”²³⁹ Apesar das diversas revoltas nos vice-reinados, a Espanha não deixaria de tentar manter seu poder dentro de Roma.

Thomas Dandelelet é o grande especialista na temática na sua obra *La Roma Española*²⁴⁰. Antes de adentrar a análise do texto vale ressaltar que Thomas Dandelelet e Maria Antonietta Visceglia discordam em algumas posições, para a autora italiana Dandelelet tende a exagerar na força e presença espanhola na Itália.

Dandelelet remonta as origens do poder espanhol em Roma. Para o autor norte-americano foi durante o governo dos Reis Católicos que se começou a desenhar a força espanhola em Roma. Logo, no principio por meio do vice-rei da Sicília, forneceu auxiliou na construção da igreja de San Pietro in Montorio. Ainda nesse mesmo período assumia a cadeira papal, Alexandre VI, membro da lendária família dos Borgias. Mais tarde se converteu num dos principais responsáveis pela consolidação do poder espanhol na região. Sobre os Borgias duas considerações são fundamentais. Primeiro, era uma família com clara relação com a Espanha, o que se comprova ao longo do seu papado; segundo, era um familiar com forte inclinação

²³⁹ João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. Op cit., p. 119.

²⁴⁰ Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

militar e “violenta”. Essa forte presença militar do papa espanhol, não deixaria de se manifestar nas ruas de Roma em diversas situações.

O grande número de soldados espanhóis por toda Itália nos remete a questão da “ameaça” ao papado, bem como a toda Itália:

Por outra parte, com dezenas mil de soldados espanhóis que cumpriam pena nos presídios de Nápoles e Milão nos anos seguintes, a ameaça potencial que representam para Roma sempre foi muito real: em 1557, as tropas espanholas sob o comando do Duque de Alba se concentraram na fronteira napolitana durante a breve guerra entre Filipe II e Pablo IV; e no final das décadas de 1580 e 1630, existia de novo a possibilidade de uma ação militar espanhola contra Roma.²⁴¹

As atividades iniciadas pelos Reis Católicos continuaram com os demais reis espanhóis. Carlos V, por exemplo, se declarava patrono e protetor militar de Roma. A anexação de Milão em 1536 e o famoso saque de Roma em 1527 não deixam de ser provas da ampliação dos seus poderes em Roma. Apesar destas hostilidades com o papado, o Tratado de Barcelona de 1529 marcaria um tom conciliatório entre os dois, que se reafirmaria com a viagem do próprio Carlos V à Itália em 1530. Parte dessa aliança se manifesta também no combate aos Otomanos que dominavam até então o Mediterrâneo. Dandeleit reforça assim o papel militar do Império Espanhol ao assumir o controle do mar mediterrâneo, afastando de vez o Império Otomano.

Em síntese, quando Felipe II subiu ao trono em 1556, a Espanha já estava consolidada em Roma. O jovem monarca não deixou de lado o legado de seus antecessores. Procurou reforçar a presença espanhola na cidade, que auxiliava a transformar a cidade no grande centro católico depois da Contra-Reforma.²⁴² Essa centralidade se evidencia assim em diversos aspectos, inclusive no artístico, Diego Velázquez um dos principais expoentes do século de ouro espanhol pintou com maestria o Papa Inocêncio X. Nas festividades da cidade, os espanhóis faziam seu peso demográfico ser sentido, sendo a Piazza Navona ocupada por eles na Páscoa ou no dia de Corpus Domini para não falar nas diversas comemorações de nascimentos e matrimônios da realeza espanhola. No campo religioso a força espanhola também se tornava evidente, pois entre 1588 e 1690 a Espanha conseguiu o reconhecimento de treze novos santos, entre eles o primeiro santo da Contra-Reforma, Diego de Alcalá.

²⁴¹ Thomas Dandeleit. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 19.

²⁴² Thomas Dandeleit. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 23.

Resta ainda averiguar a presença comercial hispânica na Itália, nesse caso a Confraria da Santíssima Ressureição era o local de reunião de boa parte da comunidade mercantil. Seu peso político era evidente, tendo sido fundado pelo famoso embaixador espanhol, D. Juan de Zúñiga.

Como percebe-se estudar a Roma Espanhola envolve estar ciente da complexidade de fatores que envolveram seu imperialismo “informal”, que utilizava os mais diversos expedientes para consolidar seu poder, como argumenta Dandelelet.

Ao analisar o papado de Alexandre VI, o historiador americano reforça as contradições que existiam entre a família Borgia e o monarca espanhol. Isso porque o poder dos Borgias crescia de forma tal que frequentemente mesmo o rei espanhol não era consultado sobre determinadas decisões. Ainda assim não resta dúvida da importância que os Borgia teriam na consolidação do poder espanhol, mesmo depois da morte de Alexandre em 1503, pois a família continuaria forte dentro do Colégio de Cardeais e dos eventuais conclaves.

Outra manifestação do poder espanhol estava no comércio. Roma contava com grande número de comerciantes, principalmente, catalães que comercializam a beira do Tibre. Com o apoio de Alexandre VI esses mesmos catalães construiriam a Igreja de Santa Maria Montserrat que viria acompanhada de uma confraria própria.

Restava por fim, perceber como funcionavam as embaixadas em Roma. Algo que ficou evidente ao longo da pesquisa é que o monarca espanhol utilizava diversos agentes como embaixadores, e mais ainda, muitos não carregavam o título mas exerciam a função, era o poder “informal”. Ao mesmo tempo, os Reis Católicos logo atentaram para a importância de manter uma embaixada permanente em Roma, e com ela manter seu poder formal na região.²⁴³

Reconhecida a força espanhola na Península Itálica há de se admitir que ocorreram diversos momentos em que esse poder foi questionado. Paulo IV firma com os franceses um acordo que consistia na entrega de Nápoles aos franceses, ocasionando a Guerra Carrafa. Felipe II aprenderia rápido a lição e reforçaria ainda mais suas posições na Itália, vencendo a guerra. O domínio espanhol se consolidaria ainda mais, pois enquanto a França era consumida pelas guerras de religião a defesa do Estado Papal ficava a cargo da Espanha. Apesar disso, o papa Pío V (1565-1572) reformulou os conclaves garantindo que eles permanecessem fechados até a eleição

²⁴³ Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 51.

do novo papa, tratava-se na verdade de uma tentativa de enfraquecer a influência das monarquias na eleição do novo papa. Mas como antes mencionado os cardeais protetores continuaram a atuar, inclusive na eleição do próprio Pio V. Esse mesmo papa teria ainda apoiado a Espanha na delicada questão da Catalunha. A comunidade catalã em Roma questionou o papa sobre escolha de bispos não catalães para os bispados de Otranto e Piacenza. Prontamente, o papa os despediu sem atender qualquer uma das suas reivindicações. O senado de Milão por sua vez enviou ao papa representantes indagando sobre a política fiscal romana, dessa vez o pontífice foi ainda mais longe excomungando o presidente do senado da cidade. Dandelelet conclui então, “assim pois, o absolutismo papal e o absolutismo espanhol devem ser vistos como complementares e interdependentes.”²⁴⁴

O papado e a monarquia espanhola discordariam ainda em mais uma questão essencial para o caso da Restauração Portuguesa. Gregório XIII seria radicalmente contra a anexação de Portugal por parte do monarca espanhol. O papa chega mesmo a proibir sob pena de excomunhão que seus homens auxiliassem os espanhóis nas batalhas em Portugal. Apesar desse esforço, o pontífice dependia militarmente da Espanha e quando Portugal é anexado aos domínios espanhóis, Gregório parabeniza o rei e recebe o embaixador espanhol. Nesse caso, já sinaliza a pequena capacidade de manobra que os papas teriam nas questões temporais para fora dos seus próprios domínios.

Ainda durante o governo de Felipe II eram comuns presentes do rei ao papa, sobretudo, quando este último reconhecia novos cardeais espanhóis. Presentes que deixam evidente o valor dado a um cardeal espanhol, 7 mil ducados e um colar no valor de 700 ducados.²⁴⁵ Dessa forma, a monarquia espanhola foi capaz de influenciar os conclaves durante boa parte do período moderno.

Felipe II vai usar ainda um outro expediente para controlar o papa, a fome. Segundo Dandelelet, a cidade de Roma dependia da importação de grãos dos territórios espanhóis. Quando Sixto V recebeu do rei grande remessa de grãos, logo devolveu a dádiva garantindo ao rei o controle de todos os bispados da Sicília. Ora, o uso dos grãos italianos pelo rei espanhol marca na verdade, a grande dificuldade para manter os mantimentos da cidade discordando assim da percepção de Saavedra Fajardo que afirmava a grande quantidade de “viveres” daquela corte.

²⁴⁴ Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 91.

²⁴⁵ Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 91.

O último mecanismo utilizado pelos espanhóis em Roma eram as Ordens Militares, incomuns na Itália. Eram procuradas fartamente pela população de Roma que almejava maior prestígio social. E ao ingressar na ordem militar, aquele romano passava a ser cliente do rei espanhol. Cabe ainda ressaltar que era o embaixador que reconhecia os novos membros marcando sua força e poder do cargo dentro da cidade.

Restava um último grupo extremamente importante, os jesuítas. Boa parte dos jesuítas mais famosos da Espanha exerceram atividade em Roma. Francisco Toledo foi professor e administrador do Colégio Romano, enquanto Francisco Suárez foi professor de teologia de 1581 até 1585, só deixando a cidade quando recebeu o convite do rei para administrar a Universidade de Coimbra. O poder espanhol era de tal grandeza que todos queriam ostentar a “capa espanhola”, quando Pío V criou todo um código de etiqueta para o clero, os religiosos espanhóis solicitam ao embaixador e cardeais espanhóis que continuassem a usar suas capas.

Apesar de sua fortaleza, o poder espanhol começaria a dar seus primeiros sinais de crise, sobretudo, durante os anos de 1595 e 1598. Nesse breve intervalo de tempo, dois eventos remodelam as relações entre a Cúria e a Monarquia Hispânica; o perdão concedido a Henrique de Navarra traz de volta a França ao jogo político romano; ao mesmo tempo em que Felipe II falece, deixando a política espanhola em “suspensão”, e questionando na verdade a supremacia espanhola na região.²⁴⁶

José Martínez Millán²⁴⁷ aborda o tema de modo abrangente, ao destacar o quanto os reis católicos usaram a defesa do Cristianismo como um dos elementos indispensáveis para monarquia espanhola. Ao mesmo tempo esse reconhecimento como “monarquia universal” dependia em grande medida das determinações da Santa Sé, essa busca por hegemonia seria um dos fatores fundamentais da Guerra de Trinta Anos, como visto no capítulo primeiro, um dos motores das Relações Internacionais na época moderna. Logo, o papado começaria a reagir ao avanço espanhol, buscando assim alianças com outras monarquias, como França e Portugal. Dessa forma, Millán defende a ideia central que a monarquia espanhola e sua pretensão hegemônica levou a um rearranjo político dentro das potências europeias. O que nos leva a defender a tese que Portugal participou ativamente desse rearranjo por meio de seus agentes diplomáticos.

²⁴⁶ Thomas Dandele. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 127.

²⁴⁷ José Martínez Millán. *El triunfo de Roma. Las Relaciones entre el papado y la Monarquía Católica durante el siglo XVII*. In: Centros de poder italianos en la monarquía hispánica (siglos XV-XVIII) / coord. por José Martínez Millán, Manuel Rivero Rodríguez, Vol. 1, 2010, p. 1-82.

Talvez o grande momento de redefinição do poder espanhol na região ocorreu durante o pontificado de Urbano VIII (1623-1644). O Cardeal Barberini, futuro Papa Urbano VIII era um dos cãndidos mais pro-francês que havia no conclave. Ademais, Felipe III por sua vez falecia em 1621 ampliando ainda mais a fragilidade do reino. No principio o novo papa manteve as prerrogativas financeiras da Espanha e ainda reconheceu em 1625 uma nova santa, a rainha portuguesa Isabel. Mas apesar disso a década de 1630 transformou a cidade em um palco de guerra, e da disputa por hegemonia entre França e Espanha.²⁴⁸ O papa faria então diversos ataques locais ao poder dos espanhóis. Expediu um decreto contra os franciscanos da Igreja de San Pietro in Montorio; dispensou o Cardeal Sandoval, um dos membros da facção espanhola. Mas o grande conflito do período ocorre entre o cardeal-embaixador Borgia e o papa Urbano VIII. Lembre-se nesse caso que Cardeal Borgia descendia diretamente de Alexandre VI - principal papa pró-hispânico – além de descender de uma das famílias mais importantes de Roma. O Papa tenta um último movimento ordenando que todos os bispos e cardeais voltassem a sua terra natal, diminuindo sua oposição direta em Roma. Ainda assim, Borgia foi incapaz de resistir tendo que enfim retornar a Espanha. Logo, foi substituído por outro espanhol o Marquês de Castelo Rodrigo.

O papa Urbano VIII continuava assim com sua forte inclinação pro-francesa. O nascimento do delfim, futuro Luís XIV em 1638 foi largamente comemorado em Roma. A família Barberini não só detinha o papado, mas ampliava seus poderes com o apoio francês. Outras famílias importantes como os Orsini e os Farnese também se aproximavam cada vez mais da França, enfraquecendo o poder espanhol. O cardeal Barberini ordenaria ainda a prisão de muitos espanhóis e procuraria a todo momento informar ao embaixador Marquês de Castelo Rodrigo que na cidade deveriam haver apenas soldados papais e não espanhóis.

Como era de se esperar o Conde-Duque de Olivares, principal valido espanhol não deixaria que a situação se agravasse ainda mais, recomendando ao novo embaixador espanhol na cidade que “ganhe o favor papal contra os rebeldes portugueses”. As instruções não acabam nesses termos, pois o conde-duque recomendou ainda que o embaixador fosse acompanhado de um “bom número de soldados” para que estes soldados pudessem proteger a boa “reputação” do rei

²⁴⁸ Thomas Dandele. Op. cit. p. 234.

espanhol, como aponta Thomas Dandeleit. Armava-se o cenário para que o primeiro encontro entre o embaixador espanhol e os demais embaixadores. Los Velles, embaixador espanhol enfrentaria assim o Bispo do Lamego, embaixador português. O evento que por diversas vezes será mencionado aqui, marcou profundamente a cidade romana pelo grau de sua violência. O arbítrio papal sobre a questão foi exemplar. Dispensou o embaixador português sem seu reconhecimento oficial; o papa teve ainda o pretexto perfeito para “expulsar” Los Velles, bem como diversos cardeais espanhóis.

Ao despedir o embaixador espanhol, Urbano VIII atacava um dos bastiões do poder espanhol na região, os embaixadores. Esses agentes atuavam como intermediários locais do poder espanhol, uma vez que uma carta poderia levar 28 dias de Madri até Roma. Ao mesmo tempo, os reis Felipe II e Felipe III nunca colocaram o pé em Roma. Logo, seu poder precisaria ser sentido de forma diferente, ou seja, por meio de seus embaixadores. Dentro da hierarquia social espanhola em Roma, os embaixadores estavam sem sombra de dúvida no topo. A própria riqueza da “nação” espanhola fortalecia seu prestígio e a rede de clientes e favores que formava. Mas era sobretudo na defesa da boa reputação dos espanhóis que estava a função central do embaixador. Felipe II deixa isso evidente na carta para um de seus embaixadores:

Aos cortesãos romanos espanhóis e a toda nação espanhola, e os demais súditos e vassallos nossos, favorecereis sempre em todo o que seja justo alegando-os a vós e tratando-lhes bem, e não consentindo que sejam mal tratados de nada, porque isto dará muita reputação e autoridade naquela corte.²⁴⁹

Parte desse poder se manifesta nas cerimônias que o embaixador assistia. Muitos dos judeus espanhóis que se converteram ao catolicismo foram batizados pelo próprio embaixador, e tal fato simboliza a importância política da comunidade judaica, mas também a busca do embaixador por estabelecer uma vasta rede clientelar.²⁵⁰

A entrada de um novo embaixador em Roma se converteu em um grande evento para a comunidade judaica na Espanha. Entre os embaixadores mais famosos dessa primeira fase de consolidação do poder espanhol, temos: Juan de Figueroa (1558), Francisco de Vargas (1559-1563), Luis de Requesens (1563-1568) e o famoso Juan de Zúñiga (1568-1574). Sabemos que muitos embaixadores retornavam para ocupar cargos importantes em Madri, como vimos Saavedra Fajardo atuaria como

²⁴⁹ Citado por Thomas Dandeleit. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p.159.

²⁵⁰ Thomas Dandeleit. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p.159.

Conselheiro das Índias em Madri. Apesar disso, muitos deles acabavam ficando profundamente endividados, por conta dos elevados custos das embaixadas. O Duque de Sessa (1593-1603) por exemplo retornou com grandes dívidas para manter um numeroso séquito e vasta rede clientelar em Roma. A dificuldade do duque fica ainda mais nítida quando pede empréstimo para um importante comerciante espanhol da cidade, Juan Henrique de Herrera, como conta Thomas Dandelelet. Mostrando também a forte relação entre a diplomacia e os mercadores.²⁵¹

3.5. - A “nação” portuguesa

Como se percebe a presença espanhola em Roma é bastante significativa. Essa realidade se reflete também na historiografia sobre o tema, que conta com as inúmeras obras supracitadas. Para o caso português, a quantidade de interpretações é mais reduzida. Essa realidade se explica por conta do próprio período de união das coroas. Como sabemos, o domínio filipino deixou Portugal sem uma representação diplomática oficial, logo a presença portuguesa na Cidade Eterna se fazia por meio de sua própria gente: mercadores, religiosos, andarilhos e peregrinos.

É extremamente difícil quantificar a população portuguesa em Roma. Parte dessa dificuldade relaciona-se com a própria ausência de registros formais de entrada na cidade. Para o período entre 1578 e 1628, Dandelelet referencia que entre os três reinos espanhóis mais destacados – Castela, Aragão e Portugal – os portugueses correspondiam 5 para a cada 100 membros da comunidade. Logo, a comunidade portuguesa era relativamente diminuta se comparada com as demais. Ainda assim sua composição era bastante heterogênea.

Recentemente a historiografia tem dado especial destaque para a comunidade mercantil portuguesa na Itália, que inserida na comunidade espanhola:

Evidentemente, no marco estrangeiro de Roma, esses expatriados hispânicos procedentes de Portugal, Castela e Aragão se beneficiavam do fato de pertencerem a “nação” espanhola, o que implica desde prestígio social até vantagens econômicas, espirituais e sociais.²⁵²

Logo, no campo informal a presença portuguesa se fazia sentir, ainda que dentro de uma aparência hispânica, Jeronimo Fonseca se destaca como um importante comerciante português de finais do século XVI.²⁵³

²⁵¹ Idem.

²⁵² Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p.146.

²⁵³ Thomas Dandelelet. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 146.

Assim temos, a presença das outras “nações” dentro da Espanha durante o século XV. Os catalães possuíam a igreja de Santa Maria de Montserrat, enquanto os portugueses construíram a igreja de Santo Antonio. Porém, desde o principio ficou evidente que a coroa espanhola procuraria minimizar a força daqueles grupos que de alguma maneira colocassem a prova o poderio hispânico.

Durante os primeiros anos do reinado de Felipe II, por outra parte, os interesses de catalães e dos portugueses se enfrentaram com os do Rei Católico, e conservaram seus próprios representantes e perseguiram suas próprias agendas em Roma. Sem dúvida, por volta de 1570 no caso da Catalunha e de 1580 para o de Portugal, seus representantes foram destituídos ante a insistência de Felipe II.²⁵⁴

Felipe II marcava assim sua força ao impedir a representação diplomática das várias regiões do vasto Império Espanhol. O mais alarmante ainda é a justificativa dada pelo papa Pío V para não receber os enviados catalães em 1570, dizendo que “seu rei” já tinha embaixador naquela corte. Como se percebe a situação catalã em Roma era delicada, bem como a portuguesa. A ausência de representação oficial viria acompanhada ainda do relativo enfraquecimento da Igreja de Santo Antonio. As igrejas de Santo Antonio (Portugal) e a de Montserrat (Catalunha) raramente apareciam nos documentos do período, sendo eclipsadas pela igreja castelhana de Santiago. Ainda para o autor as “identidades regionais” tiveram pouca importância na cidade ocupando papel secundário.

Se as igrejas perdiam força por um lado, no outro as comunidades mercantis ganhavam força, como se percebe com a família mercantil dos Fonseca. A família chegava a Roma com os primos Jerónimo e Antonio, mais tarde, porém Manuel, filho de Antonio, se tornaria um dos mais prestigiosos comerciantes de Roma. Manuel chega a ter um vasto palácio na Piazza di Santa Maria Sopra Minerva. Ainda que portugueses de nascimento, estes comerciantes sabiam que durante o período de União das Coroas deveriam jurar fidelidade ao rei espanhol do contrário poderiam ter seus negócios prejudicados. Inclusive foram os primeiros líderes da Confraria da Santíssima Ressureição, além de inúmeras doações a Igreja de Santiago. Dito isso, também era evidente que os Fonseca reconheciam sua origem portuguesa:

Ao mesmo tempo, sem dúvida, os Fonseca demonstravam também uma lealdade constante para Portugal: Antonio e Jerónimo deixaram pequenas somas a igreja portuguesa de San Antonio em Roma e também estipularam que o dinheiro para os dotes fossem entregues primeiramente as mulheres portuguesas que as mereciam.²⁵⁵

²⁵⁴ Thomas Dandele. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 146-147.

²⁵⁵ Thomas Dandele. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 189.

Logo fica nítido que os Fonseca negociavam entre duas fidelidades, ora espanhola, ora portuguesa estabelecendo-se assim como uma importante família portuguesa. O auge de sua força se manifestaria quando o papa Gregório XIII legitimou o filho de Antonio Fonseca, Manuel. O favor garantia ao jovem suceder ao pai nos negócios.²⁵⁶

Os reis Brigantinos cientes dessa importância da comunidade mercantil em Roma usaram por diversas vezes esses negociantes como instrumentos quando não para diplomacia, certamente, para a percepção do estado geral dos assuntos naquela cúria. E sobre tais relações, vale a coletânea organizada por Nunziatella Alessandrini e Susana Bastos Mateus.²⁵⁷ Nela podemos ler textos de Gaetano Sabatini que versam sobre atuação dos mercadores tanto na Itália quanto em Portugal e na intensa troca cultural entre ambos. No mesmo sentido os textos de Nunziatella Alessandrini, versam sobre a intensa troca comercial entre os comerciantes de Gênova e os comerciantes portugueses em Roma.²⁵⁸ Parte desse contato entre Portugal e Itália pode ser percebido por meio da belíssima Igreja do Loreto em Lisboa.

Além da atuação da comunidade mercantil, os jesuítas foram frequentemente grandes defensores da causa portuguesa em Roma por meio dos seus diversos escritos. Um dos estudos recentes que permitiu melhor perceber a presença jesuíta em Roma foi escrito pelo historiador Carlos Ziller, *O Paraíso Proibido*.²⁵⁹ A obra de Ziller procura analisar a censura que a obra do Padre Simão de Vasconcelos sofreria na segunda metade do século XVII. Ao enveredar pela censura do Vaticano revela diversas tensões entre os membros da ordem, ao mesmo tempo que havia um desejo do Vaticano de enquadrar os jesuítas dentro da conduta oficial para os embates entre Portugal e Espanha.

Ziller escolhe como título em um de seus capítulos a seguinte expressão, *Fare Il Portoghese*. A tradução mais próxima seria, “ele fingiu ser português”. A expressão era utilizada para descrever pessoas que haviam entrado em um determinado local sem convite. O que hoje chamaríamos de “penetra” ou “furão” era tido em Roma como sinônimo de ser português. Para o autor o jargão pode ser explicado em parte

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Gaetano Sabatini; Pedro Cardim. (org.) *António Vieira: Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: CHAM – Centro Histórico de Além-Mar, 2011.

²⁵⁸ Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus. (org.) *Con gran mare e fortuna: circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na época moderna*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefardistas, 2015.

²⁵⁹ Carlos Ziller Camenietzki. *O Paraíso Proibido*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

pelas inúmeras dificuldades que a diplomacia portuguesa passou na segunda metade do século XVII em Roma.

Antes de analisar a situação portuguesa em si, Ziller se debruça sobre a própria realidade papal. Ao perceber as possibilidades do reconhecimento papal da questão portuguesa, o autor é contundente ao enfatizar a impossibilidade que o Sumo Pontífice tinha de reconhecer a autonomia portuguesa. O papa se envolvia entre 1640-1645 em conflitos com o Duque de Parma, sua vitória dependia de sua capacidade de recrutar homens, que como vimos era bastante limitada; mas também dependia da não intervenção dos poderes espanhóis na região, como Milão e Nápoles. Era evidente que se o papa Barberini, Urbano VIII apoiasse a causa portuguesa sofreria retaliações militares na península. Mas sobre a obra de Ziller voltaremos mais adiante.

Durante o intervalo que compõem os anos de 1640 e 1671, a representação diplomática estava ainda em construção. Ana Leal propõe que entre 1642 e 1657 formava-se a rede diplomática portuguesa; em seguida entre os anos de 1658 e 1667 a rede se enfraquecia; seguida então de uma clara ampliação da rede diplomática entre 1668 e 1704. O primeiro período de 1640 até 1671 foi pouco trabalhado pela historiografia, uma lacuna que a presente tese pretende resolver. Por outro lado, durante o reinado de D. João V - que a historiografia²⁶⁰ corrente convencionou considerar como o auge do absolutismo em Portugal – mostra um claro fortalecimento da capacidade diplomática lusa. Talvez a prova mais evidente desse fortalecimento se manifeste nas majestosas carruagens construídas por D. João V para a entrada de seus embaixadores e enviados em Roma.

Existem diversas obras que relatam as embaixadas joaninas para Roma. Uma delas foi escrita por Sheila Conceição Silva Lima que defendeu uma importante tese sobre as embaixadas joaninas para Roma. A obra de Silva Lima procura descrever não apenas o vigor das embaixadas portuguesas do período, mas também como dentro de uma lógica mais ampla a própria vitalidade cultural da corte joanina permitiu uma nova projeção da “nacionalidade” portuguesa na corte papal.

Entre os estudos que analisam refinamento diplomático português logo em seguida a Restauração vale a escrita por Teresa Leonor M. Vale, *Arte e Diplomacia. A*

²⁶⁰ Cf. Pedro Cardim. A sociedade de corte e a sociogênese da esfera privada. In: José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (org.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

*vivência romana dos embaixadores joaninos.*²⁶¹ A historiadora portuguesa versa sobre os primeiros diplomatas portuguesas enviados à Roma, o Conde Galveias e o Marquês de Fontes. O grande ponto de destaque da obra é perceber como muitos desses embaixadores utilizaram dos benefícios de seu cargo para adquirir obras de arte para si e para o reino, o que concorda com o perfil diplomático do período. Como propõe, José Luiz Colomer²⁶² em obra de título homônimo, a diplomacia espanhola também procurava adquirir diversas obras de arte muitas das quais enviadas como forma de “regalos” entre os reinos envolvidos naquela relação diplomática. Porém, como aponta Teresa Leonor a preocupação com questões artísticas só é viável quando se existe uma correspondência diplomática constante bem como certa estabilidade política entre os reinos. Se essa era a situação dos embaixadores portugueses durante o governo de D. João V, durante o reinado de D. João IV, algumas dificuldades estavam sempre presentes.

Teresa Leonor Vale²⁶³ escreve ainda mais uma obra relevante sobre o período, trata-se na verdade da publicação dos diários de Manuel Gouveia de Figueiredo secretaria da embaixada portuguesa em Roma durante os anos 1676 e 1678. Trata-se de uma descrição minuciosa sobre as entradas públicas feitas pelo embaixador português, mas sobretudo, sobre os diversos pormenores das embaixadas que tinham por destino Roma.

Esses textos apesar de fora do recorte cronológico da pesquisa permitiram um comparativo mais claro entre dois momentos distintos da diplomacia lusa: sua formação e consolidação nos primeiros anos depois da Restauração até a paz de 1668; e seu apogeu com carruagens e obras de arte no governo de D. João V. Porém, existe uma estreita relação entre os dois momentos, pois o esforço diplomático dos primeiros embaixadores portugueses em Roma permitiu uma série de memórias sobre os costumes e práticas deveriam ser consideradas como mais adequadas. Note-se o registro feito pelo embaixador português, Conde do Prado em carta ao rei.

há outras cerimônias , de que darei conta a V. A. como as executar, para que na secretaria de Estado fique memória, para que outros embaixadores que vierem não necessitem de mendigar notícias destes estilos, que são necessários.²⁶⁴

²⁶¹ Teresa Leonor M. Vale. *Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scibe, 2015.

²⁶² José Luiz Colomer. *Arte y Diplomacia de la Monarquía Hispánica en el siglo XVI*. Centro de Estudios Europa, Madrid Berlín Buenos Aires, 2003.

²⁶³ Teresa Leonor M. Vale. *Diário de um Embaixador Português em Roma (1676-1678)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

²⁶⁴ Damião Peres. Op. cit.,v. 2, p. 41.

Ora a cada novo tropeço e falha de um embaixador restauracionista criava uma memória que em conjunto formava um conhecimento prático. Como a análise dos “espelhos de embaixador” permitiu observar, a experiência era grande professora dos embaixadores, e esse era certamente o caso da diplomacia portuguesa.

Podemos concluir que atuação portuguesa em Roma ainda que tímida nos seus primeiros anos ganhou força com o próprio desenrolar da Guerra de Restauração e de um contexto europeu de equilíbrio de poderes, no qual o apoio português poderia desequilibrar a balança, ora a favor da França, ora a favor da Inglaterra, mas dificilmente a favor da própria Espanha. Restava, ao término, perceber como atuavam os diversos embaixadores portugueses em Roma.

Capítulo 4 - Epistolas diplomáticas

O presente capítulo procura tratar da documentação epistolar das embaixadas. Como antes mencionado, era por meio das cartas que os diversos embaixadores mantinham contato com seu reino, dando notícias sobre o andamento da embaixada. Isso implicava em expedir essas cartas com a maior velocidade possível, a fim de garantir uma pronta resposta do Rei ou do próprio Conselho de Estado. Apesar dessa realidade, as cartas tinham, na verdade, uma complexidade muito maior do que mera correspondência, pois demonstravam a direção adotada por uma determinada monarquia dentro do quadro europeu e a solução proposta para problemas efetivos.

No caso português, uma boa parte dessa correspondência procura viabilizar a confirmação dos bispados pelo Papa, bem como o reconhecimento formal dos embaixadores portugueses. Ao mesmo tempo, as cartas também demonstravam a realidade financeira da monarquia, com os pedidos de rendas e pensões. Mas é, sobretudo como escritos políticos, que essa documentação epistolar deve ser vista. Cada linha manuscrita era, na verdade, um testamento político daquela monarquia. Primeiramente, muitas dessas cartas poderiam ser interceptadas por outros embaixadores, inimigos, ou simplesmente se extraviarem em face aos longos caminhos que percorriam. Como mencionei antes, a “gestão do silêncio” também estava presente nessas cartas. O historiador português Pedro Cardim²⁶⁵ analisou em detalhes a correspondência diplomática portuguesa durante a época moderna e esbarrou com os textos do embaixador Soares de Abreu – um dos enviados portugueses para Westfália - que afirmava que “nem tudo se podia escrever”. Ora, se nem tudo pode ser escrito, qual deveria ser a função das cartas? Elas eram menores informes? Eram apenas instrumentos pragmáticos?

Duas ressalvas devem ser feitas a essas questões. Primeiramente, muitas dessas cartas continham complexos sistemas de cifras que dificultavam sua interceptação; as cartas eram redigidas em várias cópias, as duplicatas garantiam o envio, mas também tornavam inviável a substituição da carta original por outra, uma vez que algumas das duplicatas poderiam chegar junto com a carta falsa, que seria logo desvendada.

²⁶⁵ Pedro Cardim. “*Nem tudo se pode escrever*”. *Correspondência Diplomática e información política en Portugal durante el siglo XVII*. In: Cuadernos de Historia Moderna, 2005, V. IV, p. 95-128.

Mas o que Pedro Cardim argumenta é que as cartas eram também tratados políticos. Ao analisar a situação das cortes na Europa, bem como a posição do reino português em face a seus adversários, as cartas forneciam uma noção bastante avançada das relações internacionais do período. Elas não eram instrumentos, eram manifestações de um discurso político.²⁶⁶

Cardim utiliza as cartas de outro embaixador português, Francisco Ferreira Rebelo para exemplificar essa questão. Rebelo foi enviado português para a Inglaterra durante o período parlamentarista, reforçando a ideia que nas audiências com Oliver Cromwell, o lorde protetor, manifestava grande agitação, gesticulava e falava alto ao citar o Papa e a Igreja Católica, não escondendo sua “cólera”. Tais impressões não poderiam ter chegado até Portugal com facilidade se não fosse a descrição epistolar de seu embaixador em Londres.

Portanto, as cartas serviam para perceber comportamentos políticos mais gerais das cortes na Europa, mas não apenas isso. Boa parte do conhecimento prático dos ministros portugueses era conhecida por seus congêneres, que deixavam relatos e cartas. O próprio Francisco de Sousa Coutinho admite, em carta de 1655, que foi apenas sua experiência cosmopolita ao passar por diversas cortes na Europa que permitiram sua sobrevivência em Roma.²⁶⁷

As cartas apresentariam, ainda, uma outra relevância: informar sobre as “coisas” do reino, ao mesmo tempo em que permitiam aos ministros portugueses realizarem uma verdadeira propaganda ao narrar os sucessos da Restauração. Sousa Coutinho, quando ministro em Haya, recomenda que fossem elaborados retratos dos reis de Portugal, pois estes eram muito solicitados nas cortes da Europa.

Por fim, informavam o que ocorria em casa, facilitando, assim, aos enviados portugueses desmentirem as informações falsas espalhadas por seus inimigos. Como se percebe, espalhar notícias falsas não é uma exclusividade do mundo contemporâneo, uma vez que também no mundo moderno, elas existiam para o caso romano. As “mentiras” dos espanhóis envolviam inclusive a própria vida do rei português.

²⁶⁶ Sobre a noção do discurso político em Portugal são válidas as seguintes obras. Cf. Luis Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 2 v., Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982; Diogo Ramada Curto. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

²⁶⁷ Pedro Cardim. Op. cit., p. 103.

Dessa forma, a documentação epistolar, mais do que resolver questões específicas de cada embaixada, faculta permear o jogo mais amplo das relações diplomáticas e, também, o intenso aparato propagandístico de Portugal e de sua grande oponente, a Espanha.

Valendo-se da documentação compilada por Jayme Freitas de Moniz²⁶⁸, vamos analisar cada enviado português e sua correspondência entre 1640 e 1671. O objetivo é, não apenas verificar a disposição papal para reconhecer a nova dinastia, mas, também, questões pragmáticas que cada uma dessas embaixadas deveria resolver: o reconhecimento dos bispos, bulas reconhecendo direitos ou ainda a “escolha” de um cardeal protetor português.

Importante elencar por fim quais foram os embaixadores, enviados e agentes portugueses em Roma. Como inferimos até aqui a grande parcela dos agentes portugueses eram mais informais do que formais, em parte pela própria ausência de reconhecimento formal do Papa até 1671. Seguindo novamente o levantamento realizado por Ana Leal para os embaixadores portugueses em Roma.

- Embaixadas da Restauração (1641-1642)

D. Miguel de Portugal (Bispo do Lamego)

- Formação da rede diplomática (1642-1657)

1643 - Padre Pantaleão Rodrigues Pacheco, Fernando Brandão, Padre João de Mattos

1645 – Padre Nicolau Monteiro

1646 – Frei Manuel Pacheco e Padre Nuno da Cunha

1648 – Dr. Manuel Álvares Carrilho

1650 – Padre Antonio Vieira (missão secreta)

1655-1657 – Francisco de Sousa Coutinho

- Redução da rede diplomática em tempo de guerra (1658-1667)

²⁶⁸ Trata-se de uma extensa obra de compilação documental, organizada por diversos autores. Na presente análise são utilizados os volumes 12,13 e 14 organizado por Jayme Constantino de Freitas Moniz. As demais notas vem referidas com a expressão “Corpo Diplomático”. Jayme Constantino de Freitas Moniz. *Corpo Diplomático Português contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Lisboa: Tipografia Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1807.

1663-1664 – D. Francisco Manuel de Melo (missão especial)

1663-1664 – Padre Gaspar Gouveia (agente)

- Paz e alargamento da rede internacional

1669-1671 – D. Francisco de Sousa, 3º Conde do Prado, 1º Marquês de Minas

Vale ressaltar que praticamente todos os agentes portugueses foram contemplados nas páginas seguintes, a exceção mais notável é o Padre Antonio Vieira, que pelo próprio secreto da missão, não permitiu ainda um acesso mais direto as suas missivas ou os objetivos de sua missão. Naturalmente, aqueles embaixadores com estadias mais longas foram mais contemplados, marcadamente, o embaixador Francisco de Sousa Coutinho.

4.1. - Instruções iniciais e a formação da rede diplomática.

O primeiro embaixador português enviado à Roma foi D. Miguel de Portugal, agraciado com o título de Bispo do Lamego. O bispo teria nascido em Évora, filho de D. Luiz de Portugal, 3º Conde do Vimioso, sendo sua casa uma das primeiras apoiar à Restauração. Sua origem nobre logo o levou ao Colégio de São Pedro em Coimbra, onde seria mais tarde professor, depois de graduar-se na Universidade de Coimbra. Em síntese, era um nobre letrado.²⁶⁹ Em 1637 era, por fim, nomeado para o bispado de Lamego. Já em janeiro de 1641, é requisitado pelo rei em Lisboa, onde é nomeado embaixador para Roma.

O primeiro indício que temos sobre a embaixada para Roma é o temor de um ataque castelhano que, mais tarde, acabaria por acontecer. D. João IV envia diversas cartas para os enviados portugueses na França, Doutor Antonio Coelho de Carvalho e Francisco Mello. O rei informa ao embaixador que deveria fazer todo o esforço necessário para contar com o apoio francês dentro de Roma, e que o embaixador francês facilitasse a entrada do Bispo do Lamego na cidade, bem como uma eventual passagem por qualquer território francês. Temendo um ataque castelhano por terra,

²⁶⁹ Fonseca da Gama. O Bispo-embaixador. D. Miguel de Portugal. Conferência feita em Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição, a 20/12/1944, no início das comemorações do centenário da Diocese. 1945, Edições-Crisis, Lamego.

decidiu-se que o bispo deveria ser enviado à Roma por mar, com uma breve passagem por Rochelle, na França.

As instruções de D. João IV são elucidativas e mostram, na verdade, que o rei português estava bem ciente das dificuldades da embaixada.

Por atalhar quanto seja possível as dúvidas e contradições que se podem mover por parte dos ministros Del Rey de Castela em razão de seres admitido como meu embaixador convirá que tanto que desembarcardes em Itália prossigais a caminho de Roma, sem vos deter nem esperar licença.²⁷⁰

A recomendação do monarca deixa evidente o receio de um eventual ataque castelhano, pois, como observado, as forças em terra do rei castelhano eram bem expressivas dentro da Itália. Novamente, D. João é taxativo ao indicar a necessidade de uma postura prudente ao andar em Roma.

E com os cardeais vassallos do rei de Castela (sendo admiti por meu embaixador) vos haveis, se lhes derem a isso lugar segundo o estilo, e em caso vos faltarem na cortesia devida, escusareis também fazer lhe dando conta de tudo ao Papa; porém se Sua Santidade tardar em vos reconhecer por meu embaixador enquanto o não fizer será acertado andares por Roma com as cortinas da carroça corridas por escusar questões e os inconvenientes que delas se pode seguir²⁷¹

O texto torna nítida a fragilidade portuguesa, temendo não apenas o ataque espanhol, mas, também, a possibilidade do não reconhecimento papal. Porém, ainda assim, a coroa defende que uma vez reconhecido, o embaixador não deveria aceitar qualquer descortesia: “E encontrado vos na rua com o embaixador de Castela que se entende vos não visitará lhe fareis a cortesia que ele vos fizer.”²⁷² Esse fragmento pode ser considerado um dos mais centrais na análise das embaixadas em Roma. O rei português admite a possibilidade de ataques castelhanos, recomenda que eles sejam evitados e, por fim, conclui que, uma vez que aconteçam, deve o embaixador responder à altura de qualquer provocação. Existe, nesse caso, três possibilidades. Não ser percebido, o que era desejável; ser percebido e tratado com igualdade ou ser ofendido e atacado. Trata-se, assim, de um controle de situações futuras, mostrando que Portugal poderia ter uma diplomacia “rebelde”, mas isso não excluía uma percepção ampliada do jogo político que se formava e o qual Portugal precisava manobrar.

²⁷⁰ Corpo Diplomático Português. V. 12, p. 284-285.

²⁷¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 288.

²⁷² Idem.

Mas existiam outros temores importantes: a expedição e a possível interceptação de correspondências: “e sendo necessário enviar adiante algum aviso ou recado o fareis por termos acautelados, e de que se não possa tomar ocasião de duvidar ou vos mandar deter.”²⁷³

Algumas instruções do rei são ainda mais diretas e pragmáticas. O monarca informa ao ministro sobre a importância de tratar e enviar cartas aos principais cardeais, inclusive os nepotes. Porém, o monarca admite desconhecer a forma de tratamento adequada, enviando, assim, diversas cartas com formas de tratamento distintas. Reforça, ainda, que o embaixador deveria solicitar ao secretário da embaixada, Rodrigo Rodrigues de Lemos, a forma mais adequada para tratar esses ministros estrangeiros. Outros oficiais das embaixadas deveriam auxiliar o bispo, logo, foi escolhido para secretário, Pantaleão Rodrigues Pacheco. Entre as recomendações consta, ainda, a necessidade do envio de cartas pelo embaixador português na França, no período em questão o Conde de Vidigueira.

Há, ainda, um trecho curioso das instruções que deveriam ser seguidas quando ocorria a morte do Papa²⁷⁴. Vale recordar das recomendações de Saavedra Fajardo, presentes no capítulo terceiro e da importância da *Sede Vacante* para as embaixadas. A instrução era que o Bispo do Lamego seguisse as inclinações dos oficiais franceses, o que se explica, em parte, pela quase ausência de cardeais protetores portugueses dentro da congregação de cardeais nas primeiras embaixadas.

Outra orientação evidente das instruções é sobre os custos das embaixadas. Afirma o rei que, para os primeiros gastos da embaixada, receberia o embaixador cinco mil cruzados, sendo necessário a “obrigação de dar conta” quando sobejado algum dinheiro. O embaixador não poderia, assim, usar os recursos livremente, devendo prestar conta dos gastos e justificar qualquer descontrole ou excesso. Porém, conforme analisaremos, os custos das embaixadas romana estavam entre os mais elevados, sendo improvável que o dinheiro fosse sobrar.

Depois das instruções formais foi essencial observar em detalhes a troca de correspondência entre os vários embaixadores lusos. Como observamos antes, Paris assumiu uma centralidade inquestionável dentro da rede diplomática Brigantina, as longas distâncias entre Roma e Paris fizeram da França uma ponte entre as duas

²⁷³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 297.

²⁷⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 288.

regiões. Assim, entender a atuação do embaixador português em Paris também era parte determinante para perceber as embaixadas romanas.²⁷⁵

Uma das primeiras missivas trocadas entre os embaixadores lusos já evidenciava a relações de afeto entre a monarquia portuguesa e a francesa. O marquês de Fontaine, embaixador francês em Roma deveria, por acordo entre as monarquias, auxiliar o bispo do Lamego, o que de fato fazia, pois, o próprio bispo já declarara em suas cartas, “me assiste com grande afeto”. O afeto com o francês não deixa de contrastar com o desafeto com os “cristãos-novos”. Lamego escreve alertando Vidigueira sobre o grande perigo que eram os jesuítas, “os maiores inimigos da coroa”²⁷⁶. A postura do bispo é bastante radical em face a comunidade judaica portuguesa de Roma que será em muitos momentos financiadora das embaixadas lusas.

Vale lembrar que, nas primeiras embaixadas, todas as instruções recomendavam o apoio e boa correspondência com o embaixador francês em Roma. Em alguns casos solicitavam a anuência do embaixador francês antes que fosse tomada qualquer medida. Como se sabe, a França estava em constante atrito com os Habsburgos espanhóis, e precisava enfraquecer os castelhanos. Parte desse enfraquecimento vem do apoio aos rebeldes portugueses e catalães que poderiam manter pressão bélica na fronteira, aliviando a tensão na fronteira franco-castelhana. O apoio francês era um dos prováveis caminhos para a diplomacia restauracionista, como vimos.

Apesar do evidente apoio francês, alguns relatos coevos questionam a eficácia desse apoio. Entre estes, os mais importantes são escritos por D. Vicente Nogueira, interlocutor e um apaixonado por escritos e livros. Nogueira é produtor de muitos relatos sobre a Roma portuguesa. Acusado pelo crime de sodomia e condenado pela Inquisição, refugia-se em Roma, a partir de 1635. Quando da chegada dos primeiros enviados portugueses em Roma, Nogueira já era experiente nos assuntos romanos, tendo servido como auxiliar dos Cardeais Sachette e Barberini, de tal forma que, em sua correspondência, avaliamos diversas questões da Cúria. Justamente sobre o marquês de Fontané, temos um dos seus primeiros comentários: “o caso, senhor, é que

²⁷⁵ Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, « O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 14 octobre 2013, consulté le 12 juillet 2018.

²⁷⁶ *Corpo Diplomático*. v. 12, p. 291.

o Fontané é um homem de palha do qual o Papa não faz caso algum.”²⁷⁷ Na verdade, vamos perceber que Nogueira atuava como informante dos problemas romanos. Em outra ocasião, Nogueira afirma as intenções do cardeal Ursino, “me dirá V.M. que talento é o de Ursino.”²⁷⁹

Essas questões mais gerais podem ser percebidas na instrução inicial, bem como nas primeiras cartas entre o Conde de Vidigueira, embaixador luso na França e o Bispo do Lamego. Porém, e a partir do desenrolar das epistolas, podemos perceber as questões mais centrais que envolveram essa primeira embaixada, a saber, o encontro entre o embaixador português com o embaixador castelhano nas ruas de Roma.

4.2. - O temerário encontro

Durante todas as passagens das epistolas diplomáticas, fica evidente o desejo da Sé, bem como dos próprios franceses, que o embaixador português ficasse oculto na cidade até seu reconhecimento. Em parte, essa postura também era defendida nas instruções iniciais do rei português. Como sabemos, a história não se desenrola na instrução, na regra, na lei e sim, nas sarjetas, nas ruas e nos espaços públicos.

O cardeal Bique, principal responsável da Santa Sé para comunicar com os portugueses, deixou evidente o formato a ser seguido. “andar incógnito, só com três lacaios, cortinas corridas, e que Sua Santidade não segurava minha pessoa.”²⁷⁸ Curiosamente a instrução papal não era diferente da própria instrução régia que recomendava que o embaixador andasse sempre oculto.

Como aponta Carlos Ziller, o grande objetivo da diplomacia espanhola do período, era que o embaixador português não fosse recebido e que todos os religiosos que apoiassem a causa lusa fossem punidos pelo papa. Na verdade, não resta dúvida que a diplomacia espanhola do período era extremamente ofensiva. O Conde-Duque de Olivares recomendava que se prenda ou mate D. Duarte, irmão do novo rei português. Segundo Ziller, Olivares adotou uma política agressiva em relação a

²⁷⁷ João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p. 85. ²⁷⁹ Vale ressaltar que não se tem conhecimento que Nogueira tenha atuado formalmente como agente português, apesar de se perceber esse desejo por suas missivas. Cf. João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. Op. cit., p. 115 e 177.

²⁷⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 293.

presença portuguesa em Roma, substituindo, inclusive o Marquês de Castelo Rodrigo, que possuía relações com os portugueses por D. Juan de Chumacero y Carrilo que, ocupada a função temporariamente, recebendo, então a seguinte instrução.

Que não se admita nem se trata o tirano como rei de Portugal em nenhuma ação ou função, nem se receba embaixada sua nem dos estados daquele reino durante esta rebelião, nem apresentação sua de prelazias, abadias nem de outras assemelhadas, como prebendas ou benefícios eclesiásticos do Patronado Real.²⁷⁹

Apesar do esforço da diplomacia castelhana, o embaixador português conseguiu entrar em Roma disfarçado de jesuíta na madrugada do dia 22 de novembro de 1640. A entrada foi, ainda, viabilizada pelo evidente apoio do embaixador francês, Marquês de Fontané que, junto com soldados franceses e catalães, auxiliou o embaixador. Novamente o rei castelhano foi enérgico trocando o embaixador D. Juan de Chumacero pelo Marquês de Los Velles, autor dos ataques ao bispo português. Logo, o enfrentamento tornava-se inevitável, como mostram os documentos coevos, relata o embaixador ao rei em carta de 21 de agosto de 1642.

Na tarde de quarta-feira 20 do corrente, e porque da minha casa até a do embaixador me seguiam em uma espia do marquês de Los Velles e pelas ameaças que andavam fazendo, mandei descobrir se havia alguma inquietação em sua casa, e avisaram-me que com grande diligência se preparavam carroças e armas para ele sair²⁸⁰

As possibilidades de ataque eram tão evidentes que o próprio Cardeal Barberino avisa ao ministro da justiça da corte que tome medidas para evitar as “insolências do marquês” de Los Velles. Novamente, os alertas não evitaram o confronto.

Logo na primeira rua me saiu ao encontro do marquês com quarenta lacaios do seu acompanhamento ordinário, quase todos os soldados do presídio Gayeta com sete ou oito carroças cheias de oficiais de guerra que mandaram vir de Nápoles, e de outros castelhanos de sua facção, deixando tomada outras ruas com diferente gente armada, para que em nenhum acontecimento me pudesse recolher, sem ser assaltado.²⁸¹

O fragmento evidencia duas questões: o grande poder castelhano na Itália, inclusive com o envio de homens de Nápoles, importante vice-reinado italiano, agora percebido pelas cartas coevas; e, novamente, o embaixador português seguindo as instruções régias que recomendam evitar o conflito. Vale reforçar que, os também

²⁷⁹ Carlos Ziller Camenietski. Op. cit., p. 173.

²⁸⁰ Corpo Diplomático, v. 12, p. 296.

²⁸¹ Corpo Diplomático, v. 12, p. 296.

espelhos de embaixadores que analisamos, abominavam o uso violência. O embaixador tenta se recolher sem sucesso. O relato prossegue:

Como fomos descobertos dos castelhanos bradarão que parassem ao embaixador de Espanha, respondeu-lhes da nossa parte que parassem eles, com que começaram a sair os seus com as espadas nuas, e depois de uma brevíssima suspensão dispararam um tiro de fogo, a que se seguiram muitas outras da nossa parte como da sua o que resultou foi ficarem mortos dos que me acompanhavam um cavaleiro de malta francês pajem do embaixador, e um laçao seu italiano, e outro meu também italiano, e um pajem do agente por natural Julião Ferreira natural de Torres Vedras ficou ferido naquele conflito, e não aparecendo em toda aquela noite, foi achado ao dia seguinte em uma igreja morto, e entendeu-se que o mataram a sague frio na casa do cardeal Albornos.²⁸²

A violência foi a tônica do encontro. Pistolas, tiros e espadas determinaram a morte de diversos oficiais. Note-se, nesse evento, que a guerra física foi seguida também por uma guerra de papel. Ou ainda, como escreveria Francisco Coutinho, “pelejando com as línguas e com as penas.”²⁸³ Castelhanos e Portugueses adotaram diversas narrativas. A carta do embaixador português, de 21 de agosto de 1642, relata o prejuízo em que havia ficado o marquês de Los Velles.

porém não consiste nisso a sustância da reputação se não em que o marquês fugiu vigorosamente pelo espaldar da carroça deixando-a no campo com os cavalos mortos, e se meteu em uma tenda de onde depois o levaram para a casa do cardeal Albornos²⁸⁴

O relato português marca uma contradição. Enquanto nas primeiras linhas da carta do rei, o embaixador sinaliza a tentativa de escapar ao confronto, “se recolher”; na segunda parte da mesma carta, ao tratar do embaixador espanhol, reforça que este teria “fugido vergonhosamente”²⁸⁵. Não seria essa mesma postura adotada pelo marquês no início da história? Nesse relato, observa-se uma adaptação do discurso, se nos espelhos de embaixador e nas instruções régias a violência não era admitida, agora o conflito é admissível, em vista a defesa da honra.

O confronto e a violência nas ruas de Roma foram logo sentidos. De imediato, a casa do marquês de los Velles passou a ser guardada por homens enviados pela Sé. Diversos gentis-homens romanos começaram a comentar a ofensa que se fazia a Santa Sé por parte de Castela. Vale ressaltar a posição de destaque ocupada por Pedro Fajardo de Zúñiga y Requeséns, 5º Marquês de Los Velles que era um dos Grandes da

²⁸² Corpo Diplomático, v. 12, p. 297.

²⁸³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 337.

²⁸⁴ Corpo Diplomático, v. 12, p. 297.

²⁸⁵ Corpo Diplomático, v. 12, p. 298.

Espanha.²⁸⁶ É importante enfatizar, também, que a família Fajardo também era conhecida pela belicosidade, sendo, inclusive, uma família que se destaca por manter sua função militar.²⁸⁷

Para garantir que não ocorressem outros episódios de violência, a própria Sé instalou guarda na frente da casa do Bispo. Na intensa correspondência entre o bispo-embaixador e o Conde de Vidigueira, reforçava a ideia de que, se não fosse recebido, iria pedir ao rei licença para se retirar. Ciente dessa circunstância o próprio rei recomenda que, se ele não fosse recebido até o dia 20 de novembro de 1642, deveria se retirar daquela corte. O rei não deixa de reconhecer os esforços do embaixador, o que não impede o temor real que aquele encontro tenha abalado o sucesso da embaixada. “Posto que procurado pelo marquês, e que o bispo sucedeu tão favoravelmente não pude deixar de reear que de tal novidade resultam alguma alteração, e maior dilação da recepção da minha embaixada.”²⁸⁸ Na verdade a recepção da embaixada parecia cada vez mais distante.

Ainda em outras cartas entre Vidigueira e Lamego, observa-se essa tentativa de ter a embaixada reconhecida. Porém, o bispo-embaixador parecia ter um senso de realidade bastante aguçado, “que assim os agressores e os assaltados ficássemos tendo a culpa a fim de se poder escrever como de feito se escreveu ao núncio dessa corte... que eram os portugueses e os franceses os culpados.”²⁸⁹ Essa resolução da Santa Sé aponta, na verdade, por uma busca de neutralidade. Conforme a análise colocada no capítulo terceiro, nem sempre era prudente assumir um lado e talvez tenha sido essa a postura mais marcante do papado em relação ao novo rei de Portugal.

Apesar da clareza do embaixador, a retórica portuguesa não poderia enfraquecer e diversos outros relatos foram escritos. Um dos mais interessantes encontra-se na troca de correspondência entre Vidigueira e Pantaleão Rodrigues Pacheco, um dos agentes da embaixada em Roma: “bem sei que em todos as ocasiões Vossa Senhoria que não impedem as roupas eclesiásticas o valor português, quando atrevidos o querem experimentar.”²⁹² Novamente, o bom uso da espada, a valentia e

²⁸⁶ Trata-se uma lista dos reis espanhóis que nomearam as grandes casas espanholas, com datas e nomes precisos. Cf. Manuscritos do Convento da Graça, Tomo: 5E, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MMCG/5E, página do volume: 9.

²⁸⁷ Cf. Chacón Jiménez; Molina Puche. *Familia y elites locales en las tierras de señorío. Las relaciones clientelares como elemento de promoción social*. Madrid: p.64-65.

²⁸⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 436.

²⁸⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 325.

²⁹² Corpo Diplomático. v. 12, p.328.

bravura são valorizadas, questionando qual, de fato, era a melhor conduta para um embaixador: pacificação ou guerra? Ainda assim o grande elemento do trecho e a conciliação entre a roupa eclesiástica e a coragem.

Apesar de toda retórica, a embaixada continuava a não ser reconhecida, o cardeal Bique responsável por comunicar as principais decisões da Sé informou ao Bispo do Lamego informou que haviam decidido não recebe-lo como enviado português, por “acharem impedimentos em minha pessoa depois do encontro com o marquês.”²⁹⁰ Seguindo as instruções anteriores, deveria o embaixador deixar a corte, mas adiou sua saída, informando ao cardeal que só poderia deixar a corte depois de dar “satisfação” ao seu rei. Dessa comunicação, depreende-se duas ideias centrais para a embaixada: o encontro com o embaixador espanhol tinha acirrado os ânimos e prejudicado a embaixada; o embaixador português apesar de inexperiente nas embaixadas, sabia manobrar o status diplomático, e a necessidade de dar satisfação ao rei.

A diplomacia papal, sempre cercada por “meios caminhos” e soluções conciliatórias, também não deixou de levar em conta essa realidade. Acabou por receber o embaixador como um particular, removendo, em seguida, a guarda de sua casa. Na mesma carta em que Lamego informa a Vidigueira sobre essa decisão, expõe, novamente, a importância do embaixador francês, que solicita diretamente à Sé, a manutenção da guarda, o que, de fato, acaba acontecendo.

Apesar da solução, o bispo do Lamego solicita a Vidigueira que peça licença ao rei para seu retorno, bem como providencia as embarcações para a viagem. Justamente, em razão dessa insistência do bispo-embaixador com o Conde de Vidigueira, ocorre um dos primeiros atritos entre os embaixadores. Como vai ser possível perceber, mais tarde, a centralidade de Vidigueira dentro da rede diplomática vai incomodar profundamente outros embaixadores. Quanto ao experiente bispo do Lamego, a resposta vem acompanhada de um tom, no mínimo, ácido:

Porém como Vossa Excelência se acha tão distante dessa cúria, e sem inteira notícia do estado das coisas presentes nelas, possa ter confiança para dizer a V.E., que nunca poderá parecer conveniente o persistir esse querer estar nessa terra contra a vontade do senhor dela, e com tão manifesto perigo de ser oprimido por nossos inimigos, e não pareça a V.E. que por haver passado o primeiro encontro, e se haver ausentado o marquês de Los Velles tem cessado o fundamento do temor, porque os poderes do

²⁹⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 330

²⁹⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 332.

²⁹⁵ Corpo Diplomático. v.12, p. 344.

Rei de Castela em Roma não dependem da assistência do seu embaixador, pois quase todos os príncipes e barões romanos são seus vassallos.²⁹⁴

O bispo-embaixador continua destilando senso de realidade ao embaixador francês e, mais do que isso, um profundo conhecimento do mundo romano, informando, também, sobre as impossibilidades bélicas portuguesas.

E o que V.E aponta do socorro de soldados que pode vir de Portugal a Liorne mostra bem que não está V.E. ainda informado de que... pelas terras dos príncipes da Itália não pode passar milícia estrangeira... e sobretudo pouca importância este socorro quando os castelhanos podem aqui por em campo mais gente que em Castela.²⁹⁵

O conhecimento do bispo não é só empírico, mas fruto da obtenção de documentos sigilosos, inclusive papéis sobre a Liga que se formava na Itália, na qual o papa fazia parte. Na correspondência seguinte, Lamego também informa a Vidigueira sobre a chegada de um novo embaixador espanhol, em Novembro de 1642.²⁹¹ A saída do bispo acaba por ser adiada por pedido do Marquês de Fontaine. Como sabemos, o embaixador francês e o bispo tinham grande proximidade. Lamego acolhe a sugestão do “amigo” para que ficasse mais dois meses em Roma. Por fim, Fontainé, em franca solidariedade com o caso português, sugere que os dois embaixadores saíssem juntos da corte romana, como forma de protestar pelo não reconhecimento do embaixador português.

Antes de sua saída, o bispo-embaixador tenta um último movimento em face ao reconhecimento da embaixada: a redação de um “memorial” que foi entregue pouco antes do embaixador completar um ano naquela corte. Há, ao longo de todo memorial, um tom firme e bastante claro sobre a realidade portuguesa e da própria Sé, demonstrando a clareza política do bispo-embaixador.

O embaixador reforça, em sua redação, que não tinha aquela embaixada qualquer intenção de pedir “confirmação do título de rei”, nem qualquer tipo de ajuda para se “defender” ou “sustentar”, querendo apensar a benção apostólica.²⁹² Em outro trecho, não deixa de intimidar as posições políticas do papado, “a se pode presumir que obrava mais com Vossa Santidade as contradições do rei de Castela do que a justiça e obrigação da suprema cabeça da igreja.” E novamente apela para a

²⁹¹ Não se tem certeza sobre o nome do embaixador enviado, mas tudo indica que tenha sido Ramiro Núñez de Gúzman, Duque de Medina de las Torres. Cf. Miguel Angel Ochoa Brun. Historia de la Diplomacia Española. Repertório diplomático. Listas cronológicas de Representantes. Desde la Alta Edad Media hasta el año 2000. Madrid, Ministerio dos Asuntos Exteriores, 2002.p. 250.

²⁹² Corpo Diplomático. v.12, p. 341.

²⁹⁸ Corpo Diplomático. v.12, p.341.

imparcialidade papal, “sem se inclinar a parcialidades temporais em matéria meramente espiritual.”²⁹⁸ Pelo próprio tom do memorial, já percebemos a ousadia do bispo-embaixador, não apenas demonstrando a parcialidade do papado, bem como seu descuido com o tema religioso. A retórica do bispo não foi bem compreendida. Apesar de tudo, era evidente ao papado que o reconhecimento de Portugal não era mera questão espiritual. A guerra entre Portugal e Espanha era sim um elemento fundamental dentro do jogo de xadrez europeu. Disto sabia o papa, por certo, e também o embaixador.

Já ao término do memorial, o bispo Embaixador começa a preparar o terreno para a saída da corte. Advertindo sobre o desprestígio com que era tratado, e de como esse tratamento não era compatível com a dignidade real.²⁹³ Apesar do desejo de se retirar da corte, os franceses continuavam a insistir que era necessário manter a atividade diplomática e a troca de correspondências. E que, apesar do apoio de Fontainé e a saída do bispo do Lamego, as negociações deveriam continuar.

Depois do manifesto, Lamego sinaliza, em carta para Vidigueira, que tentaria ser recebido como bispo, afim de dar conta “da minha igreja.” O papa acena positivamente sobre a visita privada do bispo, mas procura determinar a forma cerimonial da sua entrada, devendo vir a noite, entrando por uma porta e saindo por outra. Porém, o bispo acaba por entender sobre a “pouca vontade que Sua Santidade tinha de me falar, pois me mandava o fizesse de maneira, que não convinha a minha autoridade.”²⁹⁴ Apesar disso, finalmente, Lamego é recebido como bispo. A resolução foi importante, pois, marcava alguma proximidade entre os dois, inclusive o próprio embaixador francês, marquês de Fontainé, fica satisfeito com essa resolução.

A saída do embaixador da corte também passou por diversas mediações. Como vimos, Vidigueira receava que sua saída fosse sentida pelos franceses, mas, ao final, o próprio Fontainé não apenas apoiou a decisão, mas saiu junto com o bispo-embaixador da cidade em tom de protesto.

Pantaleão Rodrigues, principal agente da embaixada, fica em Roma, contrariando as ordens do próprio embaixador, por alegar estar doente. Mas, o que mais é indicativo dessa permanência de Pantaleão Rodrigues na cidade é que o secretário, contando com o apoio francês, conseguiu publicar diversos folhetos por

²⁹³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 341.

²⁹⁴ Corpo Diplomático. v.12, p. 344.

toda a cidade de Roma.²⁹⁵ Como diria Fernando Bouza, havia ali uma guerra de papel. As gazetas e relações tratavam das mais diversas questões, como a saída do Bispo do Lamego ou o retorno de Sousa Coutinho para Portugal, após sua embaixada na Suécia.²⁹⁶

Outro documento importante dentro desses manifestos é a *Supplica por el Reyno de Portugal a la Santidad de Inocência X.*²⁹⁷ Neste papel anônimo, manifestase, mais uma vez, a indignação com os ataques dos espanhóis que feriam o direito das gentes ao atacar os, “vicários de Jesus Christo, y los lugar tenientes del divino poder, ninguna destas imunidades se respeita.”²⁹⁸ Em outro papel, igualmente anônimo, *Manifesto Seia toda Cristandade*²⁹⁹³⁰⁰ que mais uma vez argumentava a necessidade espiritual do reino, que dispensava apoio temporal do papado, desejando, apenas, a confirmação dos bispados. Importante sinalizar, também, que este último escrito contraria as informações sobre a entrega do bispo-embaixador na cidade. Enquanto a documentação epistolar afirma que o Papa não segurava o embaixador, o manifesto anterior garante que o embaixador era segurado pelo Papa. Há ainda uma outra discordância. Enquanto os relatos epistolares falam na morte de um laçao francês, um italiano e um outro italiano - que servia ao bispo-embaixador - portanto, três ou quatro mortos e um feriado; o documento seguinte já apresenta cinco mortos da companhia do bispo. Números a parte, fica evidente a dedicação portuguesa na produção de papéis que divulgassem a agressão sofrida. Por fim, conclui a memória que: “viu Roma aquele espetáculo da insolência castelhana, que tão escandalizava a Cristandade, viu ser assaltado um bispo acompanhado de um inquisidor.”³⁰⁶

Importante lembrar que muitos desses escritos eram traduzidos para o italiano para que pudessem ser acessíveis em Roma. De tal forma que se produziu um conjunto de memórias conhecidas como *Relações Italianas da Restauração*.³⁰⁷ Em

²⁹⁵ Carlos Ziller Op. cit. 174.

²⁹⁶ *Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes.* Lisboa: Oficina de Lourenço Anveres, 1641.

²⁹⁷ Apud. Maria Graziela Pimentel. D. João e Inocência X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001. (Anexos)

²⁹⁸ Apud. Maria Graziela Pimentel. D. João e Inocência X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001. (Anexos), página do volume: 74.

²⁹⁹ Apud. Maria Graziela Pimentel. D. João e Inocência X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001. (Anexos), página do volume: 85.

³⁰⁰ Apud. Maria Graziela Pimentel. D. João e Inocência X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001. (Anexos), p. 18.

³⁰⁷ Francisco Morais. *Relações italianas da Restauração*. Coimbra, 1940.

síntese, podemos dizer que os textos das relações procuram fundamentar a razão pela qual o Duque de Bragança tinha, por direito, a sucessão do reino, alegando, para tanto, seu parentesco com D. Catarina, sua avó. Descreve as cortes de Lamego que garantiam que a sucessão do reino não caísse em mão estrangeira, deslegitimando a ocupação do reino por Filipe II. Mas é, sobretudo na embaixada do Bispo do Lamego, que as relações se concentram.

Enquanto a diplomacia portuguesa se esforçava para produzir escritos que legitimassem a posição da nova dinastia Bragança, em Roma, também, eram produzidos memoriais contrários, como descreve Coutinho em suas cartas. Em síntese, o memorial acusa o rei português de cinco condutas inadequadas: expulsar o nuncio; pegar as rendas das igrejas vacantes; prender bispos; não cumprir a bula papal que nomeava três bispos por *motu próprio* e é claro, violar o juramento feito ao rei católico.³⁰¹ Curiosamente, porém, Coutinho adverte que um papal como esse “não merecia resposta”. Justificando apenas a prisão dos bispos, que eram “vassallos rebeldes” que o rei poderia assim castiga-los. Agora, o discurso da “rebeldia” que antes atacava o rei português era revertido para justificar a prisão dos bispos.³⁰²

Mas os ataques não cessariam ainda. O religioso Nicolão Monteiro, enviado do Estado Eclesiástico português, também seria atacado nas ruas de Roma. Note-se que, embora estivesse realizando uma função religiosa, era evidente a conotação política da missão de Monteiro, o que se evidencia, inclusive, com a intensa troca de correspondência com o próprio Rei. Em diversas cartas de abril de 1645, é possível notar a forma dos ataques

O Dr. Nicolão Monteiro estava na casa do embaixador francês, Monsieur Grimonvilla quando a deixou passando para a Praça de Nossa Senhora do Pópulo, foi quando “a vista de todo mundo e dia claro”, escutou tiros de pistola e “espadas nuas.” O embaixador caiu duas vezes, sendo levantado por seus criados e rapidamente recolhendo-se para um casa próxima. Relata ainda o embaixador que, a ousadia do atentado era “para me meter medo”, uma vez que, tanto ele quanto seus criados, não estavam armados.³⁰³

Mas o dramático relato de Monteiro não cessa nesses fatos. Diz que, enquanto estava no chão, foi disparada uma pistola contra ele, o disparo falhou, passando os

³⁰¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 342.

³⁰² Corpo Diplomático. v. 13, p. 343.

³⁰³ Corpo Diplomático. v.13, p. 19-20.

agressores a sacarem suas espadas para um novo ataque e, ainda assim, teve o enviado a oportunidade “para se recolher.” O religioso logo atribuiu sua fuga à “Nossa Senhora de onde vinha de onde devo o bom sucesso desse caso.” Após o ataque, os franceses se ofereceram para guardar Monteiro, e o embaixador francês recomendou, ainda, que ele fosse no dia seguinte comunicar o ocorrido ao Papa.

Na tarde seguinte, o embaixador vai falar ao Papa, cobrando medidas contra os agressores. Reforçando o quanto aquele ataque feria o “direito das gentes” como a própria autoridade da Santa Sé, o papa mandou logo “ocupar as vias” e “abrir processos”, mas o embaixador francês Monsieur Grimonvilla falou que o melhor “remédio” era o embaixador espanhol deixasse aquela corte. O papa se esquiva e pede que o embaixador francês comunique o caso ao seu rei, esperando, assim, retorno do rei francês, e adiando, por consequência, a resolução da questão. Mas apesar do recurso, o “sucesso” do ataque sofrido por Nicolão Monteiro é evidente, como salienta o mesmo:

Antes disso passado veio um [capp] de Sua Santidade visitar-me e a significar-me o muito que Sua Santidade tinha sentido aquele sucesso, e alegrar-se comigo por minha pessoa ficar livre daquele perigo, no que aquele [capp] gastou grandes palavras de encarecimento, a que eu respondi com outras de devido obséquio e agradecimento aquela mercê que Sua Santidade me fazia, a cujo os pés debaixo da sua proteção de novo me protestava, lembrando a causa de Portugal e das Igrejas, que tanto merecia.³⁰⁴

Apesar dessa realidade positiva, Vidigueira, com seu usual realismo, reforça que, como Monteiro era agente eclesiástico, e não um embaixador, “vossa mercê não se professava ministro seu, nem mandado de sua parte, mas somente do Estado Eclesiástico de Portugal tudo para o bem espiritual... vossa mercê tratava das igrejas e do bem das almas, e assim podia dizer que seu reino não era desse mundo, e S. Majestade ficou isento de todo o descrédito de seu real nome.”³⁰⁵ Apesar da natureza religiosa do enviado, era evidente que essas funções se misturavam e o próprio ataque não deixa de ser indicativo de como Monteiro era, na verdade, um enviado português, antes de ser um enviado religioso. O que reforça, como vimos, o uso de religiosos como diplomatas.

O conde embaixador também não fica satisfeito com a atuação da Sé e reforça a grande injustiça daquele ataque. Também demonstra que o objetivo dos castelhanos

³⁰⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 21.

³⁰⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 25.

³¹³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 26.

era claro, “imaginando que me punham terror”, uma vez que ele era o novo embaixador designado para Roma. Ainda assim, Vidigueira, diz que não deixará de se apresentar em Roma e “dar obediência do rei meu senhor” reforçando que a falta de segurança em Roma demonstra a fragilidade do papa: “e só então Sua Santidade será Senhor de Roma, quando mostrar ao mundo todo que é inteiro senhor das suas ações.”³¹³ Assim, Roma vai se constituindo em palco dos embates entre castelhanos e portugueses, contando os últimos com apoio francês.

Vidigueira informa ao rei que uma gazeta que saiu em Paris falando sobre o ataque que sofreu o Dr. Nicolão Monteiro e do “ódio que acendeu em todas as pessoas daquela corte” contra os castelhanos. O embaixador adverte ainda que a própria rainha cobrou ao núncio em Paris uma satisfação sobre o ataque. Em carta posterior, relata outro jornal publicado em Milão que, dessa vez, defendia os castelhanos, ao afirmar que o ocorrido com Monteiro era falso.

Recomendando, por fim, a saída imediata de Monteiro da corte romana, posição que é amplamente apoiada pelos franceses que temiam um novo ataque.

Conclui o diplomata em outra carta para Monteiro, “dizem abertamente que o governo dessa cúria é mais castelhano que o de Madri.”³⁰⁶ Ou seja, o poder da nação espanhola em Roma ainda era muito efetivo e pouco contestado.

Ainda assim, informa Monteiro que o Papa tomou medidas contra os seus agressores, declarando-os por “bandidos e culpados”, mas a principal medida foi recusar receber o embaixador de Castela, apesar da insistência de muitos cardeais. A recusa foi tamanha, até que finalmente o rei de Castela mandou carta mandando que o embaixador se retirasse da corte, “de que saiu em termos de horas amanhecendo sem se saber.”³⁰⁷ O que mostra a disputa de poder entre o monarca espanhol e o papado.

A coragem e o serviço de Monteiro seriam recompensados, em carta de 1 de setembro de 1645, Vidigueira parabeniza a Monteiro pela nomeação para Bispo do Portoalegre, o que não deixa de mostrar a importância das mercês régias para a manutenção de uma rede diplomática portuguesa. Logo, qualquer enviado português temia um novo ataque. Decorrente dessa realidade, observamos que as facções ora francesa, ora espanhola, manifestavam seus interesse e usavam os problemas de Portugal, como um verdadeiro cabo de guerra. Fernando Brandão, um dos agentes portugueses na cúria conclui a questão, “sendo certos que qualquer destes reis que for

³⁰⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 37.

³⁰⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 90.

superior ao outra será senhor de toda Europa, e os príncipes italianos ficaram acabados e a estimação do papado diminuída.”³⁰⁸ Dentro dessa extensa batalha, o vitorioso teria, como prêmio, a hegemonia dentro do continente Europeu.

4.3. Sem embaixada não há bispo.

Depois de não ser reconhecido como embaixador, sendo apenas recebido como privado, o Bispo do Lamego acaba por regressar a sua terra natal. Deixando vacante seu posto de

“embaixador”. Mas antes disso, em seu memorial ao papa, já sinalizava para um dos graves problemas que envolviam as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, a confirmação dos bispados. Lamego escreve sobre a realidade espiritual do reino, “as desconsolações e desordens que de presente padecem naquele reino espiritual”³⁰⁹

Diversos relatos coevos mostram como os bispados eram fundamentais para a administração eclesiástica, bem como para a própria realidade romana. Basicamente, os bispos tinham três funções: a ordem referente às faculdades sacramentais e ao culto; a jurisdição em si, o que implicava o poder de legislar e julgar certas matérias; e o magistério, que constituía o ensino e a catequização dos fiéis, sendo que muitas dessas funções eram exclusivas, o que significava dizer que uma diocese em vacância ficava engessada. Como argumenta o historiador português José Pedro Paiva:

Em suma, ser bispo era uma função onde se combinavam autoridade religiosa, poder político, estima social, rentabilidade econômica e várias formas de status e distinção, as quais se representavam ritualmente nas múltiplas cerimônias em que os prelados participavam.³¹⁰

Ante tamanha influência, fica clara a forte preocupação da coroa com a figura dos bispos. Vemos, assim, o rei procurando intervir no processo de nomeação e escolha desses clérigos, bem como no controle dos rendimentos das diversas arquidioceses do reino, o que mostra que fatores não religiosos influenciavam o processo de nomeação para a ocupação de uma diocese. Assim, a presença dos bispos era fundamental para a administração eclesiástica, mas também no controle das

³⁰⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 410.

³⁰⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 341.

³¹⁰ José Pedro Paiva. Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 10.

rendes dos bispados. A questão estava então na ordem do dia da diplomacia portuguesa.

Após a saída do bispo do Lamego de Roma, outros relatos continuaram a denunciar a situação. Pantaleão Rodrigues Pacheco fala de uma comunicação com o Bispo de Targa, D. Francisco de Sottomayor que informava sobre a morte do Cônego Eugenio Cabreira, e solicita a acumulação dos cargos. O Bispo de Targa claramente sugere essa solução para evitar a vacância de mais um bispado. Os bispos faleciam e não havia quem os substituísse.

O rei, ciente dessas questões que envolviam Roma, nomeia como “agente encarregado” o Padre João de Mattos, jesuíta assistente da Cia em Roma. Dessa nomeação há duas observações importantes. A primeira refere-se ao uso de jesuítas como diplomatas. Os espelhos de embaixador estudados no segundo capítulo refletem bem sobre a delicadeza de utilizar religiosos como embaixadores, pois haveria o risco de servirem a dois senhores, ora o rei, ora o papa. Ainda que considerássemos esse aspecto como verdadeiro, deve se pensar o tipo de negócio ou o local de envio dessa embaixada; o que nos remete a segunda observação sobre essa nomeação, o cargo de “agente encarregado”. Foi comum, ao longo da época moderna, o recurso a esse tipo de agente enviado para resolver questões específicas. No caso português, a confirmação dos bispados vacantes.

Entre as cartas de oficiais estrangeiros, o rei avisa sobre uma carta que tinha por destinatário o Padre João de Mattos. Acreditava o rei que o jesuíta poderia auxiliar em sua entrada na cidade de Roma, sendo nomeado agente de negócios extraordinários. Importante notar, nesse caso a importância da Cia de Jesus nas diversas missões portuguesas em Roma.

Assim, se consolidavam dois agentes portugueses em Roma, Pantaleão Rodrigues, agente da primeira embaixada; e Padre de Mattos, jesuíta e agente encarregado de negócios. Ambos recebem uma recomendação clara: manter uma boa relação com os franceses. Em paralelo, Vidigueira passa a se corresponder com o cardeal Bique – cardeal responsável pelas comunicações com Portugal – e deixa mais uma vez evidente a questão dos bispados.

A gravidade da situação leva o rei português a mandar que o próprio Vidigueira, embaixador na França, fosse para Roma assumir o posto. O rei ainda recomenda, na sua instrução, que o diplomata “não se dilatasse”.

Apesar de ser um diplomata mais experiente, o rei não deixa de propor prudência, advertindo que o embaixador que, se nada de novo se apresentasse, ter a certeza que seria recebido.³¹¹ Termina recomendando que o agente evite o “poderoso séquito do rei de Castela” e segue as mesmas diretrizes para a primeira embaixada, “que se não se sinta vossa jornada antecipadamente”. Além de diversas recomendações cerimoniais que analisarei adiante.

Apesar da ciência das dificuldades, o rei apresentava uma percepção positiva sobre o sucesso da embaixada, recomendando que o enviado retorne logo para França assim que fosse recebido. Mais tarde, o embaixador nem sequer conseguiria ir até Roma e, obviamente, também não poderia ser recebido.

Mas logo a realidade começa a se mostrar mais nítida ao rei. E em carta ao rei de 20 de novembro de 1643, sobreleva que “não convém que em Roma se trata requerimento ou negociação alguma.”³¹² Em seguida, solicita que se forme uma junta para julgar a questão dos bispados. Em paralelo às questões dos bispados, Vidigueira também começa a sinalizar, em sua correspondência, a necessidade de enviar representantes para o congresso de Munster. Nesse caso, é importante lembrar do congresso e da sua configuração dentro do contexto geral europeu.

Apesar do apoio francês em Westfália, a interpretação que o Conde de Vidigueira fazia, junto com as autoridades francesas continuava a sinalizar que o “papa se acomodaria com os castelhanos.”³¹³ O rei continua a se comunicar com Padre João de Mattos, sinalizando a forma como o reconhecimento dos bispados iria ocorrer:

parece que querem se expedir a favor dos nomeados por mim sem fazer menção a apresentação que deles fiz, e pareceu me dizer vos que por este modo se altera o estilo, e ainda parece se prejudica o direito dessa coroa.³¹⁴

Nesse trecho da carta real para o agente encarregado, fica evidente que não se tratava apenas da confirmação dos bispados, mas que eles fossem feitos na forma costumada, a saber com o nome do rei nas bulas. Reforça ainda, o rei, que já haviam passado três anos desde o a sua aclamação, e nenhum bispo tinha sido confirmado na

³¹¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 358.

³¹² Corpo Diplomático. v. 12, p. 363.

³¹³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 369.

³¹⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 370.

forma costumada. Temendo um a demora na confirmação, o rei acaba cedendo a confirmação por *moto próprio*, ou seja, sem o nome do rei:

Porém como o meu primeiro e mais principal intento é acudir a cura dos alguns dos fiéis que na falta dos prelados padecessem o dano que vos é presente, quando os não possais alcançar na forma referida expedias na forma que aponta Fernando Brandão na carta do bispo dito eleito, com advertência que na secretaria, e officio por onde expedida, fique guardada minha nomeação.³¹⁵

Porém, Vidigueira é enfático ao discordar dessa solução, pois acredita que se o rei aceitasse esse formato no provimentos dos bispados geraria maiores prejuízos, “porque sabendo V.M. consente que ele não o reconheça nas bulas, também ficará quieto e o não reconhecer na embaixada.”³¹⁶ Mas o conde embaixador chega mesmo a engrossar o tom, “e a certidão de serem nomeados, os providos quando muito prova que é vossa majestade, rei encoberto.”³¹⁷ Também faz outra ressalva na mesma carta: a Junta formada pelo rei para julgar essas questões não era efetiva e cumpria apenas um papel pró-forma. Assim, uma solução conciliatória para o reconhecimento dos bispados parecia cada vez mais distante.

Ao que tudo indica, a questão religiosa portuguesa em Roma era, de fato, muito delicada. Tão delicada que o rei português ordena expressamente, “que por assento tenho mandado que nenhum religioso passe aquela cúria.”³¹⁸ Apenas autorizando que alguns poucos religiosos fizessem a viagem. Duas questões importantes podem ser entendidas com essa proibição: o rei não desejava deixar o reino com ainda menor desamparo religioso; ao mesmo tempo temia que a presença de religiosos portugueses em Roma poderia ampliar o risco de incidentes dentro da cúria. Há, nesse caso, uma mudança de postura da coroa; se nas primeiras embaixadas os religiosos são os preferidos, nas embaixadas posteriores, escolhem-se outros oficiais.

É importante salientar que o rei não procurava, apenas, controlar a saída dos religiosos, mas de todos os portugueses. Como o emblemático caso dos Távoras pode mostrar, muitos nobres portugueses traíram Portugal e passaram a servir o Rei castelhano, fazendo com que o monarca determinasse que só se poderia deixar o reino

³¹⁵ Corpo Diplomático. v. 12, p. 370.

³¹⁶ Corpo Diplomático. v. 12, p. 380-381.

³¹⁷ Corpo Diplomático. v. 12, p. 381.

³¹⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 373.

com sua expressa determinação, como se observa na licença concedida aos filhos de dois nobres portugueses:

me pediram licença para irem ver as cortes estrangeiras, atendendo eu a quel eles são e ao desejo com que se dispõem a fazer essa jornada tão útil para os empregos de suas pessoas, e da sua curiosidade houve por bem conceder-lhe e mando a todos os ministros e oficiais de guerra, justiça e fazenda deste meu reino por onde passarem e logo aos dos reis, príncipes e aliados, amigos e confederados desta coroa lhes façam todo e bom agasalho.³¹⁹

Em Roma, por sua vez, continuava-se a buscar o reconhecimento dos bispos. O conde de Vidigueira se esforçava procurando mostrar ao rei as desvantagens de um reconhecimento por *moto próprio*. Não apenas Vidigueira, mas também Padre Mattos se manifestava contrário a essa solução, mas também o embaixador francês, marquês de Fontané. O agente português reforça, ainda, em sua missiva ao rei, que essa nomeação era o grande desejo dos italianos, “não queriam os italianos para tomar caminho por onde se dilatasse no reconhecimento prejudicando V.M.”³²⁰ A decisão régia vem na carta seguinte, “e que de mesmo modo avisem que não receberei, nem admitirei provimento algum em os bispados e prelados que estão vagos sem ser na forma em que se passaram sempre a nomeação dos reis meus avós.”³²¹

O rei escreve em carta de 23 de junho de 1644, sobre dezessete bispados vagos e da constante pressão do Estado Eclesiástico do reino para que o rei tomasse alguma solução para a questão dos bispados. Portanto, seria enviado para Roma, pelo mesmo Estado Eclesiástico, Nicolão Monteiro. O envio era urgente, já que a questão da na confirmação dos bispados começa por se acentuar com outras questões, por ordem papal, o convento de S. Domingos, na Índia, deixaria de ser administrado por Portugal, passando as Filipinas castelhanas, logo, havia um desmonte da rede eclesiástica portuguesa ao longo do Império. Ainda que não esteja nos objetos da pesquisa, é importante reforçar como, em diversos momentos, a expansão da fé pelo Império foi fundamental para a própria administração do Império.³²²

Finalmente, o rei aceita o envio de Monteiro como agente do Clero, mas determina que o enviado fizesse uma passagem por Paris, encontrando-se com

³¹⁹ Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 41-42.

³²⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 388.

³²¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 392.

³²² Para essa questão é válido a obra clássica de Charles Boxer. Cf. Charles Boxer. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Bem como, José Pedro Paiva. *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Vidigueira.³²³ O rei manda, ainda, que o embaixador na França procure manter com Monteiro toda correspondência necessária e, nas “matérias de segredo, o fareis pelas cifras.”³²⁴

Como aludido antes, Monteiro sofreu um ataque castelhano, mas isso não deixou em suspenso a questão dos bispados, sendo, inclusive, cobrado pelo rei em diversas correspondências. Monteiro procura informar ao rei sobre a comunicação com Monsieur Espada, tendo este último acenado positivamente sobre a confirmação dos bispados. Assim, recomenda o rei que Monteiro procure fazer de tudo para resolver essa questão junto com Monsieur Espada.³²⁵ Em carta seguinte, reforça o monarca com Monteiro a não admissão das nomeações por *moto próprio*, ainda que os indicados sejam os mesmos religiosos escolhidos pelo Rei. E recomenda que, assim que o Papa aceite seus termos, mande logo expedir a bula, “que sabeis é tão necessária ao bom governo espiritual dos meus vassalos.”³²⁶

Apesar dos esforços de Monteiro, Monsiuer Espadam em carta de maio de 1645, na qual deixa evidente a mistura entre a questão religiosa e política dos bispados, “que aquela ação sua se podia considerar como eclesiástica e como política, e que considerada de um ou de outro modo tinha feito o que devia a pai de dois filhos amados,” Portugal e Espanha, no que “ele não podia se entremeter.”³²⁷ Adverte ainda Espada, que a nomeação na forma desejada por Monteiro implicaria em prejuízo para o rei de Castela, mostrando, também, as diversas formas de nomeação sem incluir Portugal, nas quais Monteiro retruca argumentando que o rei só aceitaria as nomeações na mesma forma que “os reis seu antecessores.” Por fim, Monteiro pede licença para se retirar, informando de seu desejo ao Papa. O papa manda avisar, por meio de Espada, “que podia fazer o que me parecesse, lembrando que ir agora corria perigo dos inimigos.”³²⁸ Sendo possível concluir que o papado não pretendia atender à indicação dos bispados na forma desejada pelo rei de Portugal, nem tão pouco garantir a segurança de Nicolão Monteiro, apesar do ataque sofrido. Ainda assim, Monteiro decide aguardar a autorização régia para deixar Roma.

³²³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 399.

³³² Corpo Diplomático. v 12, p. 399.

³²⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 399.

³²⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 28-31.

³²⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 32.

³²⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 45.

³²⁸ Corpo Diplomático. v 12, p. 399.

Vale ressaltar que Nicolão Monteiro era um letrado e, portanto, apresenta diversas justificativas jurídicas para o reconhecimento dos bispados, excluindo, evidentemente, o reconhecimento por *motu próprio*. Tal realidade fica evidente com a publicação de um memorial, *Libellus Supplex*³²⁹ a ideia central do manual era reafirmar que Monteiro tinha ido até Roma como representante eclesiástico. E que Portugal não pedia apoio material ao Papa, pois não precisava e desejava apenas o bem espiritual do reino.

Mais tarde, já em 1647 o marquês de Niza, embaixador português na França e o Padre Nuno da Cunha, assistente da Cia de Jesus em Roma, trocam intensa correspondência. E pelos informes que trocam, parece que as chances de confirmação dos bispados eram maiores do que antes. O rei passa, então, a oferecer diversas bonificações para aqueles que auxiliassem na questão dos bispados,

e mandareis dar alvarás 20\$ cruzados que podereis prometer para os dar a uma só pessoa, ou por repartir por mais... sobre esse negócio que pede toda brevidade pelo miserável estado a que tem chegado o governo espiritual neste reino.³³⁰

O mesmo Padre Nuno da Cunha consegue se encontrar com o Papa e “em uma larga audiência que teve sobre a confirmação dos bispados.” E daí decorre, uma solução, ainda que parcial para a questão, afirma o rei:

conforme seu parecer de muita boa vontade e que se o Papa quiser confirmar os bispados na forma ordinária ainda que seja com clausula de suplicação, expedida com estas bulas também as de *motu próprio* dos três bispados que Sua Santidade confirmou com esta clausula, cortando nesta parte por mim, por lhe dar gosto, e para acudir as gravíssimas necessidades que padece o governo espiritual dos reinos.³³¹

O que atesta o fragmento é que se desenhava uma nova forma de nomeação dos bispados, que acarretou no envio de um novo representante eclesiástico, Dr. Manoel Alves Carrilho que assim como Nicolão Monteiro, escreveu em longa carta explicando a forma como os bispados deveriam ser providos e, novamente, a nomeação por *motu próprio* é negada pelos portugueses. Assim, Carrilho, Monteiro e

³²⁹ Nicolão Monteiro. *Libellus Supplex*. Lisboa: oficina de Domingos Lopes, 1649. Apud: Maria Graziela Pimentel. D. João e Inocêncio X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001. (Anexos)

³³⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 144-145.

³³¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 148.

Nogueira³³² eram alguns dos interlocutores portugueses em Roma que eram contra essa forma de nomeação.

Começam os portugueses a utilizar de outros expedientes para pressionar o papa a admitir os bispos. Os três Estados do Reino reunidos escrevem uma extensa carta ao Papa, na qual expõem a dificuldade espiritual que passava o reino. Reforçam as eminentes faltas de prelados e “os riscos na pureza da fé.” A carta reforça, ainda, o evidente risco para as “conquistas”, nas quais a “Igreja Católica se tem visto mais dilatada do que em outra parte do mundo.”³⁴¹ E descreve em seguida a falta de prelados em cada uma das partes do Império: Ásia, África, América, Brasil e fala até mesmo das ilhas atlânticas. Na conclusão da carta, explica-se a “pacífica e notória” posse do reino pelo rei Português, e da justiça que a nomeação dos bispados venha em seu nome. A carta dos Três Estados do Reino é seguida, ainda, por mais uma carta desta vez escrita pelo Clero Francês solicitando que fossem dados bispos para Portugal. Logo, temos um somatório de manifestações, pressionando o Papa a reconhecer os bispos na forma desejada pelo rei português.

Recorre-se, por fim, a um último expediente, enviar um novo embaixador em Roma, Francisco de Sousa Coutinho. Como vimos nos capítulos anteriores, Sousa Coutinho era o grande diplomata de carreira da Restauração Portuguesa, enviado para a Holanda, França e finalmente para Roma. Experiente, escreve longas epístolas, tratando das mais diversas questões, inclusive o reconhecimento dos bispados. E tal como, Lamego e Monteiro, escreve um opaco memorial, que diferentemente dos demais, colhe alguns frutos. O embaixador relata ao rei, em carta de 1656, que o Papa tinha lhe mandado dizer que “que o meu negócio não estava esquecido, e assegurava-me que se tratava dele.”³³³ O que de fato ocorreu, pois, segundo Coutinho descreve, o pontífice tinha a formação de uma junta de cardeais “independentes” para julgar o caso dos bispados, entre eles estavam os cardeais Sachette, Franciote e Corrado.³³⁴ Esse momento é marcado por grande otimismo do diplomata, não apenas na questão dos bispados, mas no seu recebimento como embaixador. Primeiramente sugerindo que “toda Roma dá por horas o meu recebimento.” E aposta dinheiro na confirmação:

³³² Cf. João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. Op. cit., p. 201, ³⁴¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 180-181.

³³³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 303.

³³⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 303.

³⁴⁴ Corpo Diplomático. v.13, p. 304.

“e cometeu uma aposta a um criado meu, que eu lhe mandei aceitar por minha conta, qual é dar a ele um escudo a cada dia enquanto eu não for recebido, com tanto que no dia que recebido se lhe darão 100 escudos.”³⁴⁴

4.4. - O Cardeal Protetor

No capítulo terceiro, depreendemos que era comum que as grandes monarquias católicas procurassem cardeais favoráveis a seus interesses, protetores de coroa. Também, nas recomendações de Saavedra Fajardo, fica evidente a necessidade de constranger esses cardeais com rendas e favores. O rei português D. João IV também estava ciente dessa realidade e em uma carta para o padre João de Mattos, encarregado de negócios em Roma, considera a questão... “que será necessário nomear cardeal protetor assim para a expedição das letras dos bispados como os mais negócios deste reino, que se oferecessem nessa cúria.”³³⁵ O rei conclui recomendando que o agente procure comunicar a escolha de cardeal protetor para o embaixador francês. O apoio francês continuava latente.

Uma das primeiras possibilidades de escolha de cardeal protetor foi o Cardeal Bique (Bichy)³³⁶, mas a essa possibilidade também concorria o cardeal Antonio. Justamente, o próprio Vidigueira vai ser um dos primeiros a auxiliar na moderação da escolha desse cardeal protetor. Para o cardeal, era fundamental que o protetor português não tivesse outras obrigações com outros reis, no caso, o rei francês. Apesar de ser embaixador em Paris, o conde temia uma dependência com a França.

É o primeiro e grande submissão que se faz a coroa francesa pedir-lhe a aprovação para um ato, de que ela não recebe prejuízo, elegendo-se um protetor que não fação de inimigos, e com isso terá ocasião de esperar que do mesmo modo se lhe comunique outros atos políticos que não convém.”³³⁷

Nesse sentido, vamos observar que Vidigueira discorda da indicação do cardeal Bique, que era o cardeal recomendado pelo marquês de Fontainé, embaixador francês em Roma. Em síntese, o embaixador português na França desejava que a escolha de um cardeal protetor português fosse feita sem a interferência francesa.

³³⁵ Corpo Diplomático. v. 12, p. 371.

³³⁶ Vale ressaltar que algumas fontes denominam o cardeal Bique, enquanto outras se escreve Bichy.

³³⁷ Corpo Diplomático. v. 12, p. 381-382.

Vidigueira também é contrário a indicação do Cardeal Antonio, que era cardeal nepote, sobrinho do papa. Isso porque defende o conde-embaixador que, assim que o papa morre, perdem logo os nepotes seu poder. Ademais, o cardeal Antonio também era cardeal protetor da França, o que faria com que ficasse obrigado com a França mais do que com Portugal.

E tal como recomendavam os espelhos de embaixador analisados, também era preciso “obrigar” os cardeais, e Vidigueira não ameniza as palavras: “o qual neste caso podia Vossa Majestade deixar contente e obrigado dando lhe 4 ou 5\$ cruzados de pensão.” E prossegue: “pelo que muito imposto o ter cardeais obrigados e bem afetos em Roma.”³³⁸ As admoestações de Vidigueira não apenas demonstram sua aguçada noção da realidade, mas também o grande prestígio que adquiria junto ao monarca ao falar de maneira direta, demonstrando um domínio estratégico da situação. A prova cabal dessa importância adquirida está na própria resposta do monarca. Ao dizer que o conde-embaixador tinha “boa razão”, isso porque defende o conde-embaixador que o nepote perdiam seu poder quando o papa falecia, “tudo sobre ele se vos ofereces demais que agora me avisais, me referíreis para poder com vossa informação acertar melhor em eleição tão importante, como está é.”³³⁸ O rei conclui mandando avisar ao Padre Mattos sobre a suspensão daquela eleição, e elogiando mais uma vez a atuação de Vidigueira.³³⁹ Apesar da dificuldade de indicação, era certo que o cardeal deveria receber uma pensão, esse era o ponto comum entre o rei e dos diplomatas portugueses.

Mas os favores em Roma nem sempre era tão diretos, como o pagamento de uma pensão. No caso do cardeal Bichy, seu irmão Celio Cicolomini é nomeado vicecoletor para Portugal. O rei português não hesita e em seguida lhe confere poderes de núncio em Portugal.³⁴⁰ Assim, em uma única ação, agrada ao seu candidato a cardeal protetor e o vice-coletor escolhido para Portugal, marcando a aproximação entre a Família Cicolimini e a coroa.

Por meio da correspondência entre Vidigueira, e o rei percebe-se claramente uma sondagem entre os principais cardeais de Roma. Mas o mapeamento dos cardeais torna-se ainda mais importante em meados de 1644, quando falece o Papa Urbano VIII. Como já foi observado, era durante a *Sede Vacante* que se desenhavam as linhas

³³⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 385.

³³⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 385.

³⁴⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 362.

de influência dentro do colégio de cardeais. Como parece natural, Portugal se alinhava com as decisões francesas no conclave. Enquanto Vidigueira defende que os Barberinos iriam se aproximar da França, Fernando Brandão reforça a ideia que eles continuariam fiéis a Castela, gerando, assim, um clima de indefinição. Essa mudança no quadro geral deixa a questão do cardeal protetor em suspenso; determina o rei que “enquanto não tenho notícia da eleição do novo pontífice, me parece não declarar cardeal protetor.”³⁴¹

Apesar da preeminência da questão da sede vacante, em diversos trechos das cartas entre oficiais portugueses e o rei, nota-se a presença constante do Cardeal Bique. Em carta de 23 de abril de 1645, endereçada a Nicolão Monteiro fala o rei: “ao cardeal Bique mando escrever as graças da assistência que vos faz.”³⁴² Meses depois escreve o conde de Vidigueira, “está esperando a cada hora pelo cardeal Bique.”³⁴³ Apesar da centralidade do cardeal, era evidente sua ligação com o partido francês o que frustra a expectativa portuguesa que ele fosse nomeado cardeal protetor.

Com o passar do tempo, diversas outras mudanças ocorreram, Padre Mattos é substituído por Frei Manuel Pacheco e diversos outros agentes diplomáticos portugueses são substituídos, entre eles o próprio Conde de Vidigueira. Note-se, também, que a própria intensificação da Guerra de Restauração diminuiria a atividade diplomática portuguesa.³⁴⁴ Inclusive dificultando a tradicional comunicação entre Paris e Roma, como aponta Vidigueira, “não duvido que furtem as cartas a Vossa Paternidade por ser coisa que me dizem que se usa muito nessa terra.”

Logo, também, começa a aparecer um novo nome, o do Cardeal Ursino que acaba por se tornar a mais viável opção portuguesa. Não sem antes outras possibilidades serem aventadas como o Cardeal Paloto que ocuparia a função de viceprotetor. O próprio Cardeal Ursino tem sua candidatura questionada em diversos momentos, por ter ligações com a Polônia.³⁴⁵ Ademais, como o próprio Ursino admite, havia a possibilidade que Bique fosse nomeado, conforme escreve Coutinho:

³⁴¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 402.

³⁴² Corpo Diplomático. v. 12, p. 33.

³⁴³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 64-65.

³⁴⁴ Ana Leal de Faria. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

³⁴⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 133.

“que chegou a dizer ao Papa que tratava de lhe tirar a protetória para dar a Bichy.”³⁴⁶ Mais uma vez, a questão do cardeal protetor é preterida em relação ao reconhecimento dos bispados, ao mesmo tempo, a disputa entre cardeais pelo cargo não deixa de indicar que a coroa portuguesa já detinha certo prestígio dentro da Cúria.

Porém, em carta do marquês de Niza para o Padre Nuno da Cunha, se mostra satisfeito pela proximidade com os Ursinos, recomenda, ainda, que o rei procure logo fazer esse reconhecimento formal.³⁴⁷ Ainda assim, novamente, o rei procure adiar uma decisão definitiva.

Depois de quase doze anos da Restauração, se firma o primeiro cardeal protetor português, o Cardeal Ursino. A rainha regente, D. Luísa de Gusmão, em carta firma o compromisso. “Não é pequena prova de vosso valor aceitardes a proteção destes reinos, quando suas coisas estão tão mal vistas nessa cúria: mas por isto é maior a obrigação em que nos pondeis ao rei meu senhor e a mim.”³⁴⁸ Em seguida, a carta da rainha, vem outra assinada pelo embaixador português em Roma, Sousa Coutinho também reconhecendo a ajuda do cardeal.

Apesar disso, não podemos deixar de questionar a eficácia desse nomeado. Conforme falaremos adiante, Ursino entrou em inúmeros embates com o embaixador português em Roma e tinha em muitas situações posturas ambíguas. Mas é também o próprio Papa que admoesta o cardeal sobre sua proteção a Portugal:

E ainda mal porque já se vai vendo que indo o cardeal Ursino ao Papa para pedir-lhe a audiência para Carrilho (agente português) para pagar-lhes parte dos seus escusadíssimos e perdidíssimos presentes, lhe respondeu o Papa, deixando-o envergonhado: Monsenhor de donde vos toca por ofício meteres-vos nos negócios de Portugal, ou pedir audiências? E respondendo ele que como co-protetor de França, lhe responde que França era França, e Portugal, Portugal, e que já dissera ao Marquês de Fontané, que cada um tratasse os seus negócios e não os alheios.³⁴⁹

Nesse relato escrito por D. Vicente Nogueira, podemos perceber que o Papa agiria limitando a rede de apoio portuguesa, pois excluiria tanto o cardeal-protetor, bem como o embaixador francês que como vimos estava ao lado dos portugueses. Ante essa situação, vemos que a eficácia da diplomacia portuguesa em Roma estava em xeque e e que havia um longo caminho a ser percorrido.

³⁴⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 402.

³⁴⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 155.

³⁴⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 202-203.

³⁴⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 422.

4.5 - Remuneração à romana

A verdade em Roma não se faz conta de pessoas, que tratam negócios sem seres pagos; e tanto são autorizados, respeitados e estimados pelo Papa e de toda corte quando se sabe que são assalariados.³⁶¹

Nos capítulos anteriores, foi possível perceber o quanto uma parcela significativa dos embaixadores fazia reclamações sobre seus ordenados e das dificuldades financeiras pelas quais passavam. Essa realidade era ainda mais latente no caso português, o reino exaurido com a guerra e com diversas praças orientais e atlânticas ameaçadas por inimigos. Mas, a citação anterior deixa evidente uma outra realidade: em Roma todos devem ser assalariados, não apenas por si, mas para que todos saibam. A citação é escrita por Fernando Brandão, agente português nomeado entre a saída do Bispo do Lamego e a chegada de um novo embaixador. A citação se refere a uma das muitas queixas do agente sobre seu não reconhecimento formal, bem como a ausência de qualquer remuneração. Esse é um dos casos mais emblemáticos da necessidade de pagamentos em Roma.

A correspondência real manifesta bem essa realidade em um dos despachos do rei para o Conde de Vidigueira, que era embaixador em Paris, mas, por ordem do rei, deveria ir para Roma, recebendo, para tanto, um crédito de 6 mil reis. O embaixador retarda sua saída de Paris, sendo admoestado pelo rei, apesar disso, mais uma vez, chega a promessa de um auxílio financeiro.

Achardes vos sem cabedal para poderes fazer a jornada de tanto gosto para mim e de tanta importância para o reino que no intento com que o conde ofereceu aquele papel, mando ao conselho de fazenda vos proveja com suma brevidade 12 mil cruzados de ajuda de custo para essa passagem.³⁵⁰

O monarca ainda reconhece a maior necessidade de dinheiro para aqueles enviados para Roma. Nas instruções para Vidigueira, recomenda que o embaixador não se prolongue em Roma, porque “as despesas de Roma, que tenho por maiores do que de Paris, como porque não convém ao meu serviço que vossa pessoa falte por agora em França por muito tempo.”³⁵¹ A historiadora Ana Maria Leal esquematiza um levantamento dos custos dessas embaixadas.³⁵² Citando o montante anual

³⁵⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 375.

³⁵¹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 402.

³⁵² Ana Leal de Faria. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008, p. 314-315.

recebido por cada um dos embaixadores: França – 8000 cruzados; Castela – 9600 cruzados; Inglaterra – 9600 cruzados; Holanda – 8725 cruzados e finalmente Roma com expressivos 11200 cruzados. Dessa forma, os dados compilados por Leal reforçam a grande disparidade do custo de vida de Roma em relação a outras embaixadas, o que explica, assim, a recorrência dos problemas financeiros nas correspondências dos embaixadores.

Mas, as cartas régias não se detêm apenas nos altos custos, e admitem uma outra realidade sobre os pagamentos em Roma: “e da quantia que resta vos podereis também valer para algum gasto secreto se acaso for necessário.”³⁵³ Como analisado, diversos gastos secretos eram destinados para mesadas que procuravam comprar favores para o Rei português, estando, quase sempre, na lista de favorecidos os cardeais.

Apesar de duas cartas régias determinando o pagamento, se existe algo que as sociedades de Antigo Regime nos ensinam é que nem sempre o que está escrito, determina a realidade objetiva, isso porque as dificuldades financeiras da coroa não permitiam o pagamento dos efetivos: “me faz Vossa Majestade mercê de me mandar remeter as ajudas de custo e ordem para se pagarem as mesadas que aqui se me dão.”³⁵⁴ A carta é datada de 20 de março de 1644, enquanto a primeira carta, falando dos ordenados é de 18 de abril de 1643, ou seja, quase um ano depois do primeiro despacho, tudo indica que o embaixador ainda não tinha recebido a ajuda de custo para a viagem.

Na verdade, existiram diversas formas alternativas de financiamento, sendo grandes comerciantes e banqueiros da cidade frequentemente mobilizados para esse fim. Porém, esse financiamento não era “barato”, uma vez que muitos desses comerciantes exigiam reconhecimento. Em uma das correspondências de Vidigueira com o Padre Mattos, vemos diversos banqueiros de Roma protestando contra o bispo do Lamego, anos depois de sua saída da cidade. Não é difícil suspeitar sobre quais seria o motivo do protesto, já que, como antes mencionei, o bispo considerava esses judeus os “maiores inimigos da coroa”. A comunidade portuguesa em Roma, como se observou, tinha diversas ramificações, e todo aquele que auxiliava os portugueses merecia ser reconhecido. Vidigueira, em carta para o rei, em 23 de abril de 1645 fala: “fazer mercê... a Braz Nunes Caldeira governador do hospital de Santo António que

³⁵³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 375-376.

³⁵⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 380.

em toda ocasião em Roma tem se mostrado bom português, e leal vassalo.”³⁵⁵ Lembre-se, nesse caso, da importância de Santo Antônio dentro da religiosidade e vida portuguesa em Roma. Vidigueira informa sobre mais um desses métodos alternativos para custear as embaixadas, as famílias que tinham interesses em Portugal. Segue o relato:

Tive notícia que nessa cúria havia um italiano, que queria mandar um irmão seu a Lisboa para corresponder com ele, e dar o dinheiro do comboio a dez ou doze menos do que dá aos portugueses, e que tinha cabedal junto, e daria as fianças necessárias, obrigando-se a pagar os créditos e as letras do dito irmão, e que assistiria com dinheiro para seus gastos o ministro ou embaixador que S.M. tivesse nessa cúria.³⁵⁶

Observa-se, assim, que se arranja uma troca; o irmão do italiano viajaria até Lisboa com custos reduzidos e, em troca, sua família assistiria aos ministros portugueses. Ainda que não se possa conhecer o desfecho dessa situação pela correspondência de Vidigueira, a própria admissão dessa forma alternativa não deixa de ser sintomática da necessidade urgente de recursos em Roma, e da incapacidade da coroa prover diretamente os ordenados, em face aos esforços para manter a Guerra de Restauração. As reclamações não se limitavam a alguns oficiais, mas a grande maioria deles. Fernando Brandão era um deles e desejava seu reconhecimento formal, bem como uma remuneração adequada por seus serviços, como se percebe na carta para o embaixador português na França.

Não é justo, Senhor Excelentíssimo que eu queira acabar de destruir-me, e aventurar o conceito, que Sua Santidade tem de mim e a opinião; mas antes me convém que Sua Santidade saiba de mim mesmo faltando Portugal com o prometido, e não me pagando o que se me deve e eu gastei em serviço de Sua Majestade, por não poder continuar com os gastos necessários me escusei de servir.³⁵⁷

Em outro trecho, é ainda mais direto: “não posso publicamente servir a Sua Majestade, e quando se me permitisse, o não faria, se não com salário fixo.”³⁵⁸ Na verdade, as cartas de Brandão, não apenas solicitam os ordenados e o pagamento dos custos, mas principalmente, esmiúçam com clareza a situação financeira do reino em face a sua posição dentro das relações internacionais.

O reino de Portugal não está como no tempo dos outros reis anteriores, que eram poderosíssimos e opulentíssimos o comércio das conquistas, e grande o de todas as partes do mundo por ser empório do Oriente, e todos as riquezas da Índia e

³⁵⁵ Corpo Diplomático, v. 13, p. 34.

³⁵⁶ Corpo Diplomático. v. 12, p. 395.

³⁵⁷ Corpo Diplomático. v. 12, p. 406.

³⁵⁸ Corpo Diplomático. v. 12, p. 422.

mercadores vinham a Lisboa e dali se espalhavam pela Europa. Mas hoje esta corte (Roma) considera Portugal em mui diferente estado, causado pelo mal tratamento que lhe deram os castelhanos por sessenta anos.³⁵⁹

Nesse trecho, Brandão demonstra, com clareza, a fragilidade do comércio português, em especial no Oriente. E segue descrevendo a delicada conjuntura portuguesa:

Demais que faltando a grandeza do comércio da Índia se acabou com dois inimigos tão potentes como espanhóis e holandeses, uns que tem o reino em contínuo mote por terra, outros que não tratam no mar mais que fazem senhores das suas conquistas.³⁶⁰

Observa-se que a historiografia³⁶¹ corrente sobre a posição internacional portuguesa concorda com os relatos coetâneos, pois ambos defendem essa dupla ameaça por terra e por mar, Espanha e Holanda, respectivamente. Essa insegurança também era sentida por Brandão nas ruas de Roma, “não estando aqui seguro um homem que faça assistência pública aos negócios de Sua Magestade.”³⁶² Outros embaixadores também não deixavam de sentir esses perigos romanos, inclusive utilizavam a exposição ao perigo para pleitear mercês. Depois do ataque sofrido por Nicolão Monteiro e da morte de um de seus criados, escreve Vidigueira ao Rei, “mandar fazer mercê aos parentes de Antonio Pinto criado de Nicolão Monteiro para exemplo de outros, que se possam oferecer aos perigos pelo serviço de Vossa Majestade.”³⁶³ O resumo é simples, se a monarquia portuguesa era ameaçada no plano internacional, também seria ameaçada nas ruas de Roma. Como sempre, Roma era um pequeno “teatro do mundo.”

Por fim, depois de longas admoestações, o rei determina por carta de 28 de fevereiro de 1645 que fosse dada a Fernando Brandão uma pensão de 200\$ cruzados, o rei ainda diz que procure “o que há para que nele (serviço) continue ele contente.”³⁶⁴ Reforça, ainda, que fará adiante novas mercês pelos serviços prestados. Além de Brandão, também Dr. Nicolão Monteiro encontrava-se em delicada situação financeira. Depois de ser atacado nas ruas de Roma pelos castelhanos, desejava o enviado eclesiástico sair de Roma, e como aponta Vidigueira em carta, também deveria encontrar formas alternativas de financiamento da jornada, “se não achar

³⁵⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 407.

³⁶⁰ Corpo Diplomático. v. 12, p. 411.

³⁶¹ Evaldo Cabral de Mello. Op. cit.

³⁶² Corpo Diplomático. v. 12, p. 411.

³⁶³ Corpo Diplomático. v. 12, p. 34.

³⁶⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 15.

Vossa Mercê com dinheiro de S. M., pode haver esse dinheiro pedindo a Antonio Mendes Henriques, e que peça letra dele sobre Antonio Pereira da Silva a quem aqui logo pagarei.”³⁶⁵ Observe-se aí, o financiamento privado da saída de Monteiro, e a centralidade de Vidigueira, inclusive nos aspectos financeiros da diplomacia portuguesa. Vidigueira escreve ao Frei Nuno da Cunha, novo assistente da Companhia de Jesus em Roma..

Ao cardeal que for Protetor entendo que deve Sua Majestade dar 3 mil cruzados de pensão nas igrejas vagas, e logo cinco em dinheiro de ajuda de custo, e ao coprotetor a metade ou mais se parecer, e os nomeados por vossa paternidade estão bem apontados, mas hão de por as armas de Portugal as suas portas como é costume.³⁶⁶

O conteúdo da carta permite cruzar dois tópicos importantes da documentação epistolar, a escolha de um cardeal protetor e a remuneração de serviços. A carta evidencia que também os cardeais queriam pensões e não apenas, admitisse essa realidade como se determina forma como isso deveria ocorrer. Nas correspondências seguintes entre Niza e Padre Nuno da Cunha, também aparecem a falta de dinheiro, informa Niza ao padre sobre a disponibilidade de um crédito de 8 mil cruzados.³⁶⁷

Por fim, Francisco de Sousa Coutinho também vai ser um dos enviados que faz críticas mais enfáticas às questões monetárias. Escreve o embaixador ao rei:

Ao secretario Pedro Vieira da Silva tenho dado conta do estado em que achei em Roma, e a clareza dela, e do que precisamente é necessário a um embaixador de vossa majestade para que não iguale aos mais luzidos, e não fique inferior aos príncipes menores. Isto senhor não é vaidade, o costume o tem feito obrigação tão precisa que faltar a ela seria uma vergonha insuportável.³⁶⁸

Note-se, na argumentação de Coutinho, a moderação nos gastos com a embaixada, confirma assim “e não esperam pouco desse miserável embaixador, que Vossa Majestade tirou ao Teatro do Mundo, o fez conhecido, e lhe deu nele bastante reputação.”³⁶⁹ E em face a tudo isso, solicita uma mesada de 2 mil cruzados. O elemento diferencial do pedido de Sousa Coutinho é o uso de uma retórica cerimonial, na qual justifica os gastos da embaixada com o fato de ter sido recebido pelo Papa, ainda que privadamente.

³⁶⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 58.

³⁶⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 135.

³⁶⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 147.

³⁶⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 258.

³⁶⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 259.

As cartas de Coutinho são ainda mais elucidativas em outros momentos, sobretudo, quando endereçadas a outros oficiais. Ao escrever a colegas diplomatas, Coutinho não se preocupava com as formalidades e falava mais abertamente sobre seus problemas financeiros. Em um carta endereçada ao embaixador, Antonio de Sousa de Macedo reclama sobre os gastos do Marquês de Niza - futuro Conde de Vidigueira – que apesar de estar sete anos em Paris gastando muito dinheiro, mas que tais gastos tinham “compensado pouco”.³⁷⁰ Mas, a delicada situação financeira, quando justifica o atraso no pagamento do empréstimo que tinha contraído com Sousa de Macedo: “estou tal que não sei que há de ser de mim, que da melhor forma de morrer de fome na minha vir padecer afrontas na França.”³⁷¹ Vale ressaltar, porém, que a carta é datada em 8 de fevereiro de 1658, momento em que Coutinho já era embaixador em Roma, e não na França. Mas o relato deixa mais notórias as dificuldades materiais do embaixador, quando afirma não saber se continuara a poder escrever, porque tinha “apenas cinco folhas por dia.”³⁷²

Em Roma, Coutinho chega a solicitar que um benefício fosse concedido pelo Papa³⁷³, o que denota, mais uma vez a ousadia do embaixador luso. O benefício é anunciado, mas o Cardeal Datário responsável pela administração financeira da Sé, propõe que o dito benefício fosse compartilhado entre Coutinho e outros oficiais, o que, evidentemente, causa a indignação de Coutinho. O Cardeal Datário responde em tom ácido, anunciando que Coutinho: “quisesse ter respeito a muitos cortesãos e muitos anos de Roma.”³⁸⁶ Inicialmente, o embaixador se recusa aceitar a divisão, mas muda de opinião, admitindo a divisão, desde que por escrito pelo próprio Papa, o que naturalmente não acontece. Desse momento em diante, Coutinho encontraria diversas vezes com o Datário que se esquivava do assunto, não tendo, por fim, recebido as rendas que desejava.³⁷⁴ Mais tarde, o embaixador não deixaria de fazer suas críticas

³⁷⁰ Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L02.

³⁷¹ Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L02.

³⁷² Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L02.

³⁷³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 296. ³⁸⁶

Idem.

³⁷⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 207.

sempre ácidas também contra o Datário: “o datario se não é barbeiro, não teve melhor officio seu pai.”³⁷⁵

Cabe lembrar que nem sempre as remunerações limitavam-se aos portugueses natos, por diversas vezes, outros interlocutores também solicitam ordenados e mercês. Os diversos religiosos em Roma também pleiteavam o reconhecimento da coroa, e sua correspondente remuneração. Repetidamente, o realismo de Francisco Coutinho manifesta essa questão:

A corte de Roma é a de eclesiásticos cercados todos desde o seu nascimento, para aquele ministério com o qual crescem, e se fazem homens sem outro fim mais que o de caminhar aquela via alta e lograrem os benéficos, não havendo nenhum entre todos de qualquer qualidade que seja que não cuides que onde amanhecer um dia Cardeal, o que pouco tempo andando Papa.³⁷⁶

Novamente, o Cardeal Ursino protagoniza eventos na cúria, já que, uma vez reconhecido cardeal-protetor, passa a demandar gratificações. Como se percebe na carta de D. Pedro para o embaixador em Roma, escrita em 1669.

Mandei considerar com muita particular atenção o que escreves sobre a [pretensão] que tem o cardeal Ursino, de que ao duque de [Breedano], seu sobrinho, dê a mão oposta e a cadeira, e com grande desejo de fazer ao Cardeal, e a sua casa aquela honra.³⁷⁷

Em outra carta, também, cobra o pagamento da pensão que havia sido prometida antes pelo rei D. Afonso V.³⁷⁸ Assim, documentos históricos distintos marcam a forte determinação do cardeal para ser pago por seus serviços de proteção.

Na verdade, conforme depreendemos dos espelhos de embaixadores, era essencial para a diplomacia em Roma saber presentear os diversos atores sociais romanos, inclusive os cardeais nepotes, como se percebe na resposta do Príncipe Regente a seu embaixador em Roma: “Também me escreveis, que o presente, se deveis enviar ao sobrinho do papa, me conformei com estilo que se usa em Castela,

³⁷⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 414.

³⁷⁶ Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 11.

³⁷⁷ Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 509-510.

³⁷⁸ Com o decorrer da pesquisa, localizei na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito redigido pelo cardeal Ursino em que reclama sobre o não pagamento das rendas prometidas por D. Afonso VI, rei português. Cf. *Parecer sobre um requerimento do Cardeal Virgínio Orsiniv dirigido ao regente D. Pedro II para lhe serem pagos os ordenados vencidos como protetor de Portugal em Roma*, [manuscrito], 1669. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota F. R. 985.

como vereis do mesmo papel.”³⁷⁹ O trecho é ilustrativo da importância de dar presentes, mas, também, da referência à diplomacia espanhola; sempre usava como espelho para a diplomacia portuguesa, como observamos com os espelhos de embaixador.

Apesar das rendas para estrangeiros e diversos oficiais, o monarca não deixava de restringir as gratificações para estrangeiros, até mesmo nos cargos eclesiásticos, visando sempre proteger a “nação” portuguesa em Roma, fazendo, inclusive, essa expressa recomendação ao embaixador:

encomendava-vos muito procureis que Sua Santidade faça esses [provimentos] nos Portugueses mais beremeritos, aqui do que nessa Curia [procedendo] como do que se ai hão em Portugal, e em nenhuma forma em Estrangeiros, e cristãos novos, pelos danos e prejuízos que disso se segue, dando contra o Serviço de Deus.³⁸⁰

Ou seja, o embaixador deveria garantir a maior parte dos benefícios eclesiásticos para portugueses natos, excluindo também os cristãos novos. Vale ressaltar, também, que a dificuldade financeira do reino pesava na restrição a novas pensões. Em certa ocasião,

Coutinho solicitava ao Secretario de Estado Pedro Vieira uma pensão para o secretário de um dos cardeais romanos, recebendo como resposta que “o reino não estava em condições de fazer presentes”³⁸¹

Assim, as remunerações marcavam não apenas a situação financeira do reino, mas a possibilidade de atrair para sua atuação diplomática oficiais estrangeiros, garantindo, assim, o bom sucesso da missão diplomática, como conclui Coutinho em uma de suas cartas ao rei:

o que devemos mostrar o contrário, que temos forças para ofender os inimigos, e poder com que gratificar os amigos quando convenha. Convém hoje muito que isso se creia, porque como passaram sessenta anos sem se saber em Roma que havia Portugal no mundo.³⁸²

³⁷⁹ Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 509-510.

³⁸⁰ Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 513.

³⁸¹ Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 38-39.

³⁸² Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 13. ³⁹⁶ Peter Burke. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

4.6. - Queixas e conflitos

A historiografia recente tem demonstrado, em muitos aspectos, a importância dos conflitos para a compreensão de processos históricos mais amplos, talvez seja uma das muitas contribuições que a sociologia fez para a História.³⁸⁶ Dessa forma, nas sociedades de Antigo Regime, era comum que esses conflitos não fossem projetados abertamente, ainda assim é possível percebê-los nas entrelinhas das epistolas ou nas descrições de cerimoniais.³⁸³

A natureza desses conflitos apresentava uma grande variedade. Alguns relacionavam-se apenas com a dificuldade comunicação e a expedição de cartas; outros com o uso de cifras; a disputa por algum cargo formal, mas é, sem dúvida, a busca de informações e notícias que ocasionavam a maioria dos conflitos. Todos os agentes gostavam de ser informados, mas, como sabemos, para o mundo moderno, informação era poder.

Um dos relatos mais contundentes desses desarranjos epistolares ocorre entre Monteiro e Vidigueira, que escreve que a cifra não permitiu o entendimento do “A.B.C. e algarismos”³⁸⁴ isso porque ele não tinha tão cifra, solicitando, assim, que ela fosse enviada no próximo correio. A comunicação entre os enviados ficava, assim, truncada. Felizmente, ao que tudo indica, nenhum conflito maior ocorreu daí. Em outros casos, as cifras eram descobertas e precisavam ser trocadas, “mas soube que um dos navios foi tomado pelos biscainhos, e assim convém vossa paternidade mudar os números e mandar-nos aviso a Lisboa para não se usar daqueles.”³⁸⁵ Novamente, observamos a necessidade de informar a corte lisboeta sobre mudanças no expediente diplomático.

Um dos primeiros conflitos identificados é protagonizado por Fernando Brandão, que era um dos homens a assumir função de enviado português após a saída do Bispo do Lamego. Apesar disso, seu reconhecimento como agente formal é bastante tardio, e daí sucede um conflito com Nicolão Monteiro. O conflito inicia-se com o desconhecimento que Brandão tem de quais ordens recebia Monteiro, e qual era o objetivo de seu envio. Como se observa em alguns fragmentos “esta vinda de

³⁸³ Peter Burke. “The Language of orders in early modern Europe”. In: M. L. Bush (org.). *Social Orders and Social Classes in Europe since 1500: studies in social stratification*. Harlow: Longman Group, 1992, p. 3.

³⁸⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 69.

³⁸⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 132.

Nicolão Monteiro, assim como prejudicial ao serviço de S.M. vinha diretamente a ferir minha reputação.” E finaliza, “que Monteiro venha aos negócios da Igreja é coisa de riso.”³⁸⁶ Na verdade, todas as cartas de Brandão tocam na pessoa de Monteiro, sempre reforçando que ele atuava como agente do rei, e que isso fragilizava a própria posição de Brandão dentro da corte.³⁸⁷

E novamente, Francisco de Sousa Coutinho é personagem principal de um desses conflitos. Como sabemos, em Roma, os inquisidores foram um corpo político fundamental e, portanto, capazes de atravancar negociações diplomáticas. Curiosamente, o próprio Coutinho denuncia essa aproximação política entre o papado e a Inquisição: “o que eu digo é que se veja muito bem o como se faz, porque há de ser com afeto e não com ameaças, porque o Papa sabe muito, ou pelo menos cuida que há de ter a Inquisição a seu favor.”³⁸⁸ O vasto conhecimento teórico do embaixador não teria, porém, aplicação prática, já que ele entraria em choque com “quatro padres” da Inquisição, pois estes teriam afirmado que qualquer investimento em dinheiro na causa portuguesa era perda de tempo.³⁸⁹ Afirmaria ainda, mais tarde que não tinha nada contra o Tribunal, pois o considerava sagrado, mas contra os inquisidores.³⁹⁰ Vale lembrar que Coutinho advertia, ainda, que muitos religiosos da Inquisição passavam cartas para Castela.

A oposição entre os religiosos e Coutinho era tão emblemáticas que alguns frades chegaram mesmo a escrever uma sátira sobre o embaixador.³⁹¹ Como vimos, Coutinho tinha diversas ressalvas aos religiosos em Roma, em especial sobre sua fidelidade ao rei, tanto que envia carta ao monarca, advertindo que estes religiosos precisavam saber que “também há rei para eles.”³⁹²

Restaria, por fim, um último conflito liderado por Coutinho, que ocorre entre ele e o cardeal Ursino. Coutinho teve diversos embates com o dito cardeal, quase todos pautadas na falta de notícias e de comunicação entre ambos. A descompostura entre os dois é tamanha que Coutinho chama Ursino de “traidor” e em diversos ofícios solicita que o cardeal fosse removido do cargo de protetor, como recomenda em

³⁸⁶ Corpo Diplomático. v. 12, p. 420-421.

³⁸⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 52.

³⁸⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 327.

³⁸⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 336.

³⁹⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 454.

³⁹¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 546.

³⁹² Corpo Diplomático. v. 13, p. 292.

cartão ao rei.³⁹³ Na verdade, em diversas situações, Ursino causaria desconfiança dos portugueses em Roma. D. Vicente Nogueira também advertia:

que o cardeal fosse nosso protetor, mas sendo romanesco, no que se entende toda a ruindade e vileza do mundo, não é tanto nosso desamparo que houvéssemos de vir a tal gente.³⁹⁴

Um outro motivo de conflito entre Coutinho e o cardeal foi a entrega de um conjunto de “papéis”, segundo Coutinho era “estilo” que estes ficassem em posse do embaixador, enquanto Ursino argumentava que eles deveriam ficar com ele. Ainda que não se possa ter certeza, até o momento, da natureza desses papéis, tudo indica que eram as “nominas dos bispos”, que Coutinho procurava manter para si. Recomendando sempre a retirada do cardeal-protetor.

Porém, não deixa de admitir que a retirada do cardeal poderia ser “abrupta” e que poderia o Papa interpretá-la negativamente, recomendando ao rei buscar uma “via média” para essa questão. E exalta que o rei não deveria “querer ministros duplicados em Roma.”³⁹⁵

Apesar de sua insistência, Ursino não é removido. Bem verdade, quem estava em maus lençóis era o próprio Sousa Coutinho, uma vez que o cardeal Ursino contava com o amplo apoio do cardeal Secretário de Estado.³⁹⁶ Dessa forma, a análise da vasta documentação produzida por Sousa Coutinho permite transpassar sua personalidade forte, pois, a todo momento, apresenta críticas aguçadas a cardeais, a enviados e a ministros. E, por fim, seria capaz de contrariar diversas ordens régias, inclusive aquela que determinava sua retirada de Roma. Sousa Coutinho era, de fato, um diplomata rebelde.

Deve ser somada a essa questão individual, uma análise de conjuntura importante. Sousa Coutinho tinha grande proximidade com o então, Duque de Bragança, sendo inclusive enviado para acertar o casamento do duque com D. Luísa³⁹⁷ de Gusmão, dama de uma das principais casas castelhanas. Assim, quando os duques de Bragança são aclamados reis de Portugal, Sousa Coutinho era o diplomata natural da nova dinastia reinante. E foi de fato assim que aconteceu, sendo enviado logo nos primeiros anos para Suécia e em seguida para Holanda. Porém, conforme

³⁹³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 314-315.

³⁹⁴ João Carlos Gonçalves Serafim; José Adriano de Freitas Carvalho. Op. cit., p. 204.

³⁹⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 316.

³⁹⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 325.

³⁹⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 371.

corria a morte do rei e o afastamento da rainha do governo, Francisco de Sousa Coutinho tinha sua posição gradativamente enfraquecida. É preciso ressaltar que, quando os irmãos reais nasceram, D. Afonso e D. Pedro, estava o embaixador fora do reino há anos. Assim, tanto no governo de D. Afonso, como na regência de D. Pedro, Sousa Coutinho era apenas um enviado distante e sem grandes ligações na corte lisboeta.

Tal apartamento não deixava de gerar protestos da parte do embaixador que em carta ao rei se queixa que apesar dos 65 anos de idade, e 34 de serviços era tido como mentiroso.³⁹⁸ Reclama, ainda, de ter que mendigar de “porta em porta” por notícias, afinal, como vimos ao longo desse capítulo, as cartas que chegavam em Roma, precisavam passar por Paris. E era, na verdade, o embaixador na França que filtrava as correspondências.

Assim, toda a correspondência diplomática manifesta diversas questões de fundo, entre as mais recorrentes estão a confirmação dos bispados, as rendas necessárias para as embaixadas, a busca por apoio político e a escolha de um cardeal afeto a coroa portuguesa. Todos esses pontos elucidam uma realidade objetiva bastante simples: a correspondência epistolar portuguesa mostra um amplo domínio da linguagem diplomática, e em certo sentido, do próprio jogo de xadrez político que era a Europa da segunda metade do século XVII. Resta agora, entender como essas disputas políticas poderiam aparecer nos relatos cerimoniais cotidianos.

³⁹⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 382.

Capítulo 5 – A prática cerimonial em Roma

5.1 – Cerimônias, muito além da forma

A forma, isto é, o conjunto de procedimentos, linguagens e rituais através dos quais se expressa a atividade da relação internacional e que regula o comportamento dos agentes diplomáticos, não é um aspecto acessório da diplomacia, mas seu elemento central.³⁹⁹

O italiano Boris Biancheri explica a importância dos elementos cerimoniais nas embaixadas. O que dizer, então, da diplomacia dentro de um mundo já cerimonial como o das sociedades de Antigo Regime? A prova mais evidente dessa verticalidade dos aspectos cerimoniais é a variedade de documentos do presente capítulo, recortando os diversos temas e formando uma estrutura geral que demonstra que, das cartas aos manuais, todos se preocupavam com as formas cerimoniais.

Um elemento de evidente distinção da diplomacia seiscentista em relação aos demais períodos é, sem dúvida, a presença do rei e da sua corte, ou melhor, de um complexo cerimonial de Corte. Dessa forma, entender o ambiente cortesão era parte determinante para entender o próprio sucesso das embaixadas, isso porque, em sociedades de corte, a cerimônia não era mera forma, mas parte essencial do jogo de poder.

O sociólogo Norbert Elias foi um dos primeiros a analisar essa mudança social. A aguçada sociologia-histórica de Elias demonstra a passagem do rei medieval para o rei cortesão em um processo que denominou de *curialização*. Apesar de abdicar de sua função militar imediata, o rei não deixaria de manter seu poder, dessa vez por meio do cerimonial e do provimento de cargos. Justamente com Luís XIV esse modelo cerimonial encontra o seu apogeu. Também na diplomacia, esse longo processo “civilizador” para usar a expressão de Elias vai ser percebido, o embaixador caminha cada vez mais para uma curialização, ou seja, o mesmo deveria saber quais comportamentos adotar dentro daquela sociedade de corte.

Entre os diversos comportamentos que deveriam ser respeitados, eram significativas as precedências, isso porque esses cerimoniais também marcavam posições políticas. Fanny Cosandey, historiadora francesa, abordou esses conflitos de

³⁹⁹ Boris Biancheri. Op. cit., p. 24.

precedência na França. Assim, deve-se expor as conclusões gerais desta autora, que analisa os conflitos de precedências entre as casas de Longueville, Nemours, Guise e Nevers. O estudo das precedências é um caso interessante, no sentido em que não havia regras determinadas para tratar a questão. Logo, a margem de manobra de cada um dos participantes era, em princípio, muito grande. Contudo, a margem de manobra desses personagens acaba por se chocar, também, com as possibilidades do soberano, que, na ausência de uma regra formal, decide a quem caberia a precedência. Assim, no jogo de interdependências entre o rei e os personagens, vemos os conflitos de precedência.⁴⁰⁰ Porém, se no caso das monarquias, quem determinava era o soberano, para a corte romana, a última palavra era do Papa, ou como em alguns casos do cardeal Secretário de Estado. E não foram poucos os casos em que o arbítrio de Sua Santidade determinou o desfecho das precedências.

Os manuais analisados no capítulo segundo da tese, também manifestam essa realidade, na qual o embaixador representa diretamente o monarca. Vera y Figueroa, por exemplo, reafirma que o embaixador representa sempre duas pessoas, a ele mesmo e a seu rei. Logo, as participações em cerimônias públicas são importantes para a monarquia.

E esta regra tem verdadeira razão na prática das conversações e dependências domésticas que no modo de vestir, hospedar, adorno da família, sem dúvida deve exceder a obrigação familiar, com diferença conhecida e esplendor; mas não igualar (ainda que por grande patrimônio possa fazer) alguma ação das reservadas aos reis, porque assim se mostraria de animo vil e plebeu.⁴⁰¹

Esse trecho ilustra a importância das indumentárias e vestimentas, as quais marcam uma diferença hierárquica entre o rei e o embaixador. Novamente, o equilíbrio parece ser a grande forma de agir. Ainda no quesito vestimentas, vale lembrar a importância de “vestir-se os embaixadores ao uso da província onde residem, e deixar ao de seu natural”⁴⁰² Utilizar esse tipo de vestimenta não significava, obviamente, que o embaixador tivesse amplo apoio de todos, mas garantia, ao menos, que a embaixada não fosse deslegitimada antes de seu início.

⁴⁰⁰ Fanny Cosandey. *Dire et Vivre l'Ordre Social en France sous l'Ancien Regime*. Paris: Editions des Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005, p. 169. Parte dessas reflexões foram analisadas na minha dissertação de mestrado sobre as cerimoniais nos casamentos régios. Cf. Luciano Cesar da Costa. *A hierarquia das precedências no Portugal restaurado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2014.

⁴⁰¹ Vera y Figueroa. Op. cit. p. 241-242.

⁴⁰² Vera y Figueroa. Op. cit. p. 363

Souza e Silva, autor do espelho de embaixador português, também reforça essa situação, dando conta inclusive de cerimoniais mais específicos, em especial, ao tratar com as pessoas reais. Já na saída, explica sobre o direito divino dos reis: “Eles são as divindades na Terra por direito natural se lhes der reverência e obediência.”⁴⁰³ Nesse sentido, o caso da Imperatriz Maria, filha de Felipe III da Espanha, que, ao ser recebida em um convento em Portugal, a religiosa principal foi retirar da rainha uma joia, “quando foi o levantar do braço meteu a infanta a mão e disse-lhe palavras, quitadas elas que nas pessoas reais não se coloca a mão com esse desprezo.”⁴⁰⁴

Reforça, ainda, duas atenções que qualquer embaixador deve ter ao tratar com o rei: a cerimônia do beija a mão; e sempre ter o cuidado de falar coberto na frente do rei. Tais cerimônias mostram uma forma bem definida e que deveria ser conhecida pelo embaixador, porém, essa não era a realidade para todos os diplomatas. Daí a constante troca de informações para esclarecer as formas cerimoniais constantes.

Outra obra fundamental para essa longa relação entre a diplomacia e os cerimoniais foi *Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo*.⁴⁰⁵ Ainda que trate da história da ciência e do desenvolvimento científico promovido por Galileu - e naturalmente, de um período anterior ao recorte proposto pela pesquisa - vemos que o mesmo desenvolveu uma intensa rede de trocas diplomáticas para consolidar sua obra em um primeiro momento e tentar evitar a sua condenação no segundo. Assim, Roma também era palco da política e *teatro do mundo* para usar a linguagem coetânea de Galileu.

Dois aspectos são centrais para o autor do livro. Primeiramente, Galileu precisava do apoio de Roma, pois era ali que estavam os “guardiões e interpretes oficiais das Escrituras”⁴⁰⁶, logo, apenas com o auxílio deles, sua obra poderia ser publicada. O segundo aspecto relaciona-se com o fato de Roma abrigar o “príncipe” mais poderoso da Itália, o Papa.

A centralidade de Roma implica em muitos conflitos cerimoniais, dentre os quais o primeiro apontado pelo autor refere-se ao fato da cidade não ter um registro oficial de nobres, o que facilitava a mobilidade social. Em seguida, a pluralidade de poderes em Roma era evidente, pois não só boa parte das cortes europeias enviavam

⁴⁰³ Souza e Silva. Op. cit. p. 325.

⁴⁰⁴ Souza e Silva. Op. cit. p. 329-330.

⁴⁰⁵ Mario Biagioli. *Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003.

⁴⁰⁶ Mario Biagioli. Op. cit., p. 261

seus embaixadores, como também os cardeais mantinham cortes particulares. Tais cortes implicavam em possibilidades de mecenatos para homens como Galileu, uma vez que também elas competiam na realização de recepções, eventos e peças teatrais. Mas essa realidade também levava a inúmeros riscos cerimoniais ao topar com figuras preeminentes de outros espaços políticos. Como aponta o autor, nem todas as cortes da Europa adotavam cerimoniais semelhantes.

Embora todas as cortes de príncipes absolutos se assemelhassem umas às outras, em certa medida, a corte de Roma apresentava peculiaridades relevantes. Estas características únicas iriam desempenhar um papel muito importante no desenvolvimento e conclusão da carreira posterior de Galileu⁴⁰⁷

Nesta esteira, o autor conclui afirmando que, se Galileu conseguiu manter relações profícuas em Florença, teve maiores dificuldade em Roma, o que culminou em sua sentença exemplar. As dificuldades que Galileu teve na primeira metade do século XVII não foram diferentes daquelas passadas pelos embaixadores lusos em Roma, durante a segunda metade deste século, conforme a leitura da obra permitiu observar.

Assim, a valorização do cerimonial e de uma determinada forma de agir é uma das grandes mudanças da diplomacia do século XVII. Evidentemente, essa conduta já existia no século anterior, mas é apenas no século XVII que vemos a produção de um conjunto de saberes sobre esses cerimoniais, como percebemos pelos diversos manuais diplomáticos.

5.2 - Roma cerimonial

Já podemos perceber que os cerimoniais eram comuns nas embaixadas e restava saber, então, como eles funcionavam em Roma e, mais precisamente, quais cerimoniais eram comuns entre os embaixadores e o Papa. No fundo, o que buscamos analisar é a singularidade dos cerimoniais romanos. Diversos oficiais, famílias romanas, diplomatas das potências da Europa, grandes autoridades religiosas. Para Roma, corriam todos. E logo, vinham os conflitos cerimoniais que eram intermediados, em boa parte dos casos, pelo próprio Papa. Ainda que a Santa Sé tenha visto sua pretensão universal enfraquecida com a Reforma Protestante, dentro da cidade de Roma, os conflitos cerimoniais contavam com a mediação papal, não que esse tivesse um julgamento isento, pois, se era líder espiritual, também era líder

⁴⁰⁷ Mario Biagioli. Op. cit., p. 271

temporal de uma “monarquia”. Manuel Rivero Rodríguez sintetiza bem a questão, “o cerimonial que regula as honras manifesta o respeito devido aos representantes diplomáticos, será portanto um bom indicador da importância das potências.”⁴⁰⁸ Rivero Rodríguez destaca também a importância da época moderna para as “representações em paralelo”⁴⁰⁹, cita o caso da Catalunha que enviava embaixadores para Roma desde 1570.⁴¹⁰

A corte papal tinha ainda um funcionamento bem específico, o que implicava em uma série de características cerimoniais.⁴¹¹ Ademais ao longo do século XVII, diversos desses cerimoniais se tornavam mais refinados, com a nova dimensão temporal adotada pelo Estado Papal, reafirmando sempre a centralidade do Sumo Pontífice e do Colégio de Cardeais:

O sistema cerimonial romano se configurava em torno da figura pública do Papa ao Sacro Colégio Cardenalício e a Corte naqueles ritos que concorrem a pessoa do Pontífice (coroação, posse e funeral) e nas grandes cerimônias religiosas ordinárias e extraordinárias (basta pensar nos jubilos) mas também em torno das grandes basílicas, as confrarias, as igrejas das ordens religiosas, ao Campidoglio (símbolo de um poder municipal atenuado, mas não apagado) e as embaixadas das potências.⁴¹²

Porém, ademais dos corpos sociais romanos, a última parte da citação deixa clara uma outra presença: os embaixadores das potências.

Roma pelo peculiar caráter de soberania papal, havia se convertido por sua vez no centro neurálgico da política europeia: lugar de legitimação de príncipes e soberanos, e espaço propício para encenar, através de cerimônias os eventos históricos europeus de maior relevância.⁴¹³

A historiadora italiana cita como uma das principais cerimônias dessa corte, o ritual de recepção de embaixadores. Durante esse ritual, os diversos enviados deveriam apresentar sua “submissão” ao papa em nome de seu monarca. Mas, obviamente, haviam muitos momentos em que os reis poderiam fazer sua presença ser sentida na corte romana: nascimentos reais, matrimônios e falecimentos; todos

⁴⁰⁸ Manuel Rivero Rodríguez. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Cristiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 15.

⁴⁰⁹ Trata-se na verdade da própria pluralidade de poderes em Roma que têm por consequência diversas autoridades em um mesmo espaço político, cada um deles com interesses particulares.

⁴¹⁰ Manuel Rivero Rodríguez. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Cristiandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 12.

⁴¹¹ Maria Antonietta Visceglia. *Guerra, Diplomacia y etiqueta en la corte de los Papas (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010.

⁴¹² Maria Antonietta Visceglia. Op. cit. p. 10.

⁴¹³ Maria Antonietta Visceglia. Op. cit. p. 10.

poderiam gerar a necessidade de envio de embaixadas extraordinárias, ou ainda, a organização de festividades. Fazer-se presente em Roma era a tónica de todas as monarquias católicas.

Importantes interesses relacionados com as rendas eclesiásticas dos respectivos países, com o governo das igrejas nacionais, com os compromissos cardinalícios e até as eleições papais convertiam estes ritos em autênticas competições que transcendiam para além do plano cerimonial, provocando conflitos políticos entre as grandes monarquias católicas que disputavam a hegemonia no continente.⁴¹⁴

A citação mostra que os diversos cerimoniais romanos, na verdade, continham conflitos inerentes. Dentro dessa lógica, podemos concluir Roma funcionava como uma espécie de micro espaço, no qual os conflitos mais amplos da sociedade europeia poderiam se manifestar.

Essas embaixadas ainda carregam um outro elemento: a “obediência”. Como explicado anteriormente, haviam as embaixadas extraordinárias e as permanentes, mas a estas somavam-se as de “obediência”. Via de regra, esse tipo de embaixada ocorria quando um novo papa era aclamado ao final do conclave, logo, eram enviados inúmeros embaixadores de obediência.

A embaixada de obediência era, portanto, um ato ritual em que se encenava um completo jogo de auto-representação e reciprocidade que brindava a possibilidade de abordar negócios de alta política e oferecia uma posta para reavivar as relações com a comunidade nacional a que pertencia o embaixador correspondente.⁴¹⁵

Esse cerimonial permitia às diversas nações expor a representação de seu poder frente as demais monarquias e à própria comunidade italiana. Porém, no caso espanhol, não apenas os embaixadores juravam obediência ao Papa, mas também os vice-reis italianos. Como antes ilustramos, os vice-reinados italianos forneciam à monarquia espanhola uma vantagem estratégica dentro da península itálica, pois garantiam o suprimento de homens e recursos para os espanhóis em Roma. O Conde de Lemos, vicereí de Nápoles vai até Roma para jurar sua obediência a Clemente VIII. A presença do embaixador, porém, também era claramente uma manifestação de seu poder, pois vinha acompanhado de um séquito com 1400 pessoas, composto por sua família e parte da nobreza napolitana. Lembre-se que era frequente o rei espanhol nomear como embaixador um dos vice-reis italianos. A entrada vice-real e as

⁴¹⁴ Maria Antonietta Visceglia. Op. cit. p. 11.

⁴¹⁵ Maria Antonietta Visceglia. Op. cit. p. 64.

embaixadas de obediência são um bom exemplo das manifestações do poder espanhol em Roma.

Outro dos eventos mais emblemáticos de Roma era a Cavalgada Minerva, como se observa pela documentação coetânea.⁴¹⁶ A cavalgada funcionava, assim, em data específica e cavalgava o Papa até o convento de S. Domingos, distribuindo recursos para que as donzelas pobres pudessem se casar.

O caminho que Sua Santidade devia fazer conforme outros anos, não era o da rua em que vivo, es estando eu vestido para ir a cavalgada me vieram avisar que me passava pela porta... sucedeu parar bem defronte das minhas janelas, e mais perto da em que estava, que de todas.⁴¹⁷

Como se percebe, segundo o relato de Francisco Coutinho, o Papa mudava o itinerário da cavalgada para passar pela casa do embaixador, o que seria uma grande demonstração de cortesia com o enviado luso, o que causou surpresa nas ruas de Roma, “quiseram os romanos afazer deste caso mistério, e vieram tirar muitas inquietações a minha casa.”⁴¹⁸

Assim, a passagem papal na casa do embaixador era mistério para todos, inclusive para o próprio embaixador, que não compreendia a razão daquela cortesia. Seja como for, oscilava-se entre um reconhecimento e descumprimentos de cortesias costumadas, a posição portuguesa era, assim, turva e imprecisa.

5.3. - Formas de Tratamento

Entre as diversas cartas analisadas nos capítulos anteriores, ficou evidente a busca do reconhecimento papal e de como essa busca passava necessariamente pelos relatos cerimoniais. Os embaixadores portugueses, cientes de sua fragilidade, procuravam mostrar cada uma das descortesias que sofriam, procurando, a todo momento, reafirmar uma posição política por meio do cerimonial. Ao aceitar ou recusar uma determinação posição ou forma dentro de um cerimonial, a diplomacia lusa se afirmava em frente aos vários poderes romanos, ora espanhóis, ora papais, sempre indicando a necessidade do reconhecimento dos embaixadores portugueses,

⁴¹⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 282.

⁴¹⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 282.

⁴¹⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 282.

como embaixadores de testa coroadada. Ainda que as dificuldades tenham sido evidentes, como se verifica na documentação epistolar portuguesa, já na primeira embaixada liderada pelo Bispo do Lamego.

Os embaixadores deveriam ter plena ciência da sua posição dentro das precedências, inclusive, recomenda o rei, na instrução dirigida ao Bispo do Lamego, “deve dar precedência aos da Alemanha, França e Castela e não a outros alguns.”⁴¹⁹ Portanto, o rei D. João IV sabia de sua precedência menor em relação a Espanha ou França, mas não admitiria a diminuição de outras regiões. De fato, o alerta era fundamental, pois o embaixador sofreria “ataques cerimoniais”. Tais ataques poderiam ocorrer de diferentes maneiras: negando-se um título ou uma forma de tratamento, recusando visitas, não enviando ou respondendo cartas e, é claro, não sendo reconhecido em grandes eventos públicos.

Vale ressaltar que os embaixadores também enviariam registros desses detalhes cerimoniais como uma forma de garantir que as embaixadas posteriores não tivessem os mesmos problemas. Frequentemente, também utilizavam a experiência adquirida de outros espaços políticos em Roma. Francisco de Sousa Coutinho, mais experiente embaixador português, vivia em Paris antes de ser enviado para Roma, e, escreve, sobre a França, algumas considerações que reforçam a diferença entre as duas cortes.

Na França, todos os “embaixadores se cobrem”, e a todo se dá “excelência”. A diferença que há entre embaixadores de teste coroadada e os demais, é que a estes, nas entradas, os vai conduzindo um marechal de França. Na primeira audiência, e na despedida os vai buscar um príncipe dos que ali chamam estrangeiros, como são os da “Casa de Lorena ou Saboia”, e nestas duas audiências os esperam os “guardas do rei em ala batendo os tambores.”⁴²⁰ Em outra ocasião, ao descrever as relações com o Duque de Modena, reforça “as receitas de Holanda também servem para Roma.”⁴²¹ Lembre-se, nesse caso, que uma das embaixadas de Coutinho foi justamente para as Províncias Unidas, onde permaneceu por longo período.

Coutinho advertia, ainda, sobre a necessidade de uma secretaria particular para tratar dos assuntos diplomáticos, como era comum em outras monarquias. “Não se usando o que em Roma, França e outros reinos em que há secretarias particulares para

⁴¹⁹ Corpo Diplomático. v. 12, p. 288.

⁴²⁰ Corpo Diplomático. v.13, p. 213.

⁴²¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 281.

os negócios estrangeiros.”⁴²² Vale ressaltar que tal secretaria só seria criada muitos anos depois.

Em outra ocasião posterior, o Conde do Prado, enviado português no ano de 1669, escrevia o seguinte sobre seu primeiro encontro com o Papa:

há outras cerimônias , de que darei conta a V. A. como as executar, para que na secretaria de Estado fique memória, para que outros embaixadores que vierem não necessitem de mendigar notícias destes estilos, que são necessários.⁴²³

Logo, se criava um registro cerimonial para as embaixadas em Roma e, conseqüentemente, a busca por um expediente diplomático constante. Para além da necessidade de procurar elaborar uma memória precisa sobre esses cerimoniais, podemos perceber as diversas formas de tratamento. Porém, em seu primeiro encontro em Roma com o Papa, o embaixador é recebido “sem título”. Mas é, sem dúvida, entre outros oficiais do ambiente romano que se sentia a falta de formas de tratamento adequadas.

Um caso ilustrativo dessa vez, estava um homem D. Antonio Pimentel, embaixador da rainha da Suécia na casa do Cardeal Ursino, quando logo fez referência à presença de Coutinho em Roma, como “embaixador do Duque de Bragança”, o que causou grande indignação dos portugueses presentes. E mais uma vez, Coutinho e Ursino discordavam, pois o enviado exigia do Cardeal Ursino punições para D. Antonio Pimentel. Ursino não considerou a ofensa grave e recebeu, como esperado, uma resposta pronta de Coutinho, que disse: “que não queria tanto dele, que pelo que tocava sua pessoa, bastaria levantar-se da cadeira e deixar só o castelhano.”⁴²⁴ Em outra ocasião, um frei espanhol também se referia ao rei como “duque” e logo teria sido atacado pelo frei português Francisco de Assis,

saltou nele descalçando uma alparca, e moeu com ela de maneira se lhe não a tiram das mãos, haveria de sair delas em muito mal estados. O Assis esteve preso alguns dias, mas pôs os castelhanos em estado que diante dele nenhum falava.⁴²⁵

O mesmo Coutinho também alerta para a publicação de manuscritos em Florença que também se refere ao rei como, Duque de Bragança.⁴²⁶ Outras gazetas

⁴²² Corpo Diplomático. v. 13, p. 441.

⁴²³ Damião Peres. Op. cit.,v. 2, p. 41.

⁴²⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 233.

⁴²⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 233.

também se refeririam assim ao rei, estas publicadas nas terras do Grão-Duque levariam Coutinho a novamente exigir uma retratação, “e comecei já a publicar que se o Grão Duque não castigasse o gazeteiro, o Duque de Bragança castigaria o grão duque no comércio... e isso chegou a seu embaixador.”⁴²⁷ Nesse caso, a falta de cortesias poderia levar a “punições” comerciais. Na verdade, a Restauração usou, por vezes, da pungência comercial portuguesa para constranger aliados menores, como se percebe no caso da Suécia. Porém, esse tipo de expediente era menos afetivo com monarquias maiores.

É relevante dizer que os problemas com formas de tratamento não eram exclusivos das embaixadas em Roma. Em uma das instruções régias para o Conde de Vidigueira, enviado para Paris em 1642, manifestam essa questão cerimonial. Reclama o monarca que nas cartas que recebeu de Paris era sempre tratado por “vós”, ainda que a própria rainha francesa o tratasse por “majestade”. Na dúvida, o monarca envia para seu embaixador cartas duplicadas, uma tratando por “vós” e outra por “majestade”.⁴²⁸ Enquanto isso os embaixadores recebiam tratamento de “excelência”. Em Roma, Coutinho reclamaria, ainda, de alguns padres da Companhia de Jesus que o tratavam pelo “nome”, e não por embaixador, como escreve ao secretário Gaspar de Faria: “Vossa mercê veja quais são os padres da Companhia (de Jesus) pois nela me nomeia pelo meu nome, e não pelo de embaixador, porque não me queriam ter por quando entre cardeais.”⁴²⁹ Ou seja, não queriam os reconhecer o embaixador e, ainda menos se comprometer na frente de cardeais, e sua apoio era determinante para a causa portuguesa.⁴³⁰

Por fim, a questão dos títulos é sentida pelo próprio oficial em relação ao seu rei, que até agora não lhe havia dado título nenhum. Como escreve ao rei sobre o grande estranhamento em Roma de ainda não ter recebido nenhum título de seu monarca. Em outra carta, o embaixador chega mesmo a comparar sua situação com a do Conde de Vidigueira, elevado a Marquês de Niza em sua segunda embaixada para

⁴²⁶ Cartas Curiosas de Francisco de Sousa Coutinho. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 26-27. ⁴⁴¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 405.

⁴²⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 372.

⁴²⁸ Edgar Prestage. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p. 46.

⁴²⁹ Corpo Diplomático. v.13, p. 283.

⁴³⁰ Sobre essas questões valem as considerações de Carlos Ziller Camenietzki. Cf. Carlos Ziller Camenietzki *O Paraíso Proibido*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

a França.⁴⁴⁵ Por conta disso, Coutinho carecia de legitimidade dentro de Roma, mas também em Portugal, como se vê pela falta de títulos e mercês régias.

Por um lado, Coutinho era um dos oficiais mais antigos da Restauração, estando a serviço de D. João IV ainda como Duque de Bragança, realidade que o diplomata não deixava de reconhecer, “vendo que servi a vossa majestade muitos anos em duque, e em rei todos os que há que o é, e vendo me pouco mais medrado do que sai de Vila Viçosa.”⁴³¹ Apesar disso, Coutinho não havia tido uma carreira tão linear como se esperava. Durante sua passagem por Paris, tudo indica uma série de acidentes que o próprio reconhecia, “todos estes altibaixos contrastou minha fortuna, e venceu o poder de vossa majestade, mandando que viesse servir a Roma, quando por ventura se esperava que me mandasse ir para Portugal, e meter-me em um Castelo.”⁴³² Essa realidade deixou Coutinho isolado em Roma e, de fato, muitas das descortesias que sofreu refletiam esse desprestígio que, para o embaixador, eram a causa do pouco sucesso de sua embaixada, pedindo assim o amparo do rei “para eu com maior autoridade poder obrar nesta parte como me parecer.”⁴³³ Ou seja, a ausência de títulos do embaixador causava estranhamento em Roma.

Por outro lado, já as vésperas do reconhecimento papal em 1669, o embaixador português, conde do Prado não sofreria com qualquer uma dessas questões. Sendo recebido com prerrogativas de embaixador de “testa coroada” e recebendo tratamento de excelência. Importante ressaltar que o status de embaixador de “testa coroada” para além da própria dificuldade natural no reconhecimento do Papa soma-se a ela uma outra dificuldade: o conde do Prado não era enviado por um rei, mas por um príncipe regente. Internamente, Portugal passava por inúmeros conflitos que culminaram no afastamento do rei D. Afonso VI, considerado inapto para governar, sendo substituído pelo seu irmão, D. Pedro, aclamado como príncipe regente.⁴³⁴ Logo, observamos mais uma dificuldade para ser considerado um embaixador real.

A alternância de poder ainda traria mais uma questão. Ao se tornar regente, D. Pedro também manifesta o desejo de se casar com sua cunhada, D. Maria Francisca de

⁴³¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 270.

⁴³² Corpo Diplomático. v. 13, p. 264.

⁴³³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 291.

⁴³⁴ Existe uma extensa bibliografia sobre o embate entre os dois irmãos reais. Cf. Ângela Barreto Xavier & Pedro Cardim. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008. Maria Paula Marçal Lourenço. *D. Pedro II. O Pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

Saboia. Mas, para tal, era preciso provar a nulidade do casamento com seu irmão, D. Afonso. E, de fato, o parecer que foi elaborado no reino mostrava a incapacidade do rei para consumir o casamento, sem a consumação, a anulação do casamento era viável. Porém, a anulação passa a ser questionada em Roma. O rei delibera, então, agir a respeito e manda carta para o cardeal protetor:

cartas minhas sobre os mais diferentes negócios, como o mais principal é o de não se duvidar da validade da sentença por que se julgou por nulo o matrimônio entre el Rey e a princesa minha sobre todas mui amada e prezada mulher, e me dizem que nessa corte se fazem alguns discursos em prejuízo da validade daquela sentença.⁴³⁵

Não satisfeito, o rei despacha imediatamente o Padre Francisco Villa, confessor de D. Maria Francisca. E manda que o padre leve uma cópia do processo, “só com intento de que Sua Santidade quisesse ver a justificação com que procedo.”⁴³⁶ Mas é claro que quem receberia uma clara instrução para resolver a questão é o embaixador, Conde do Prado. O embaixador não apenas é bem sucedido nessa questão, como se percebe pelas diversas Breves Papais⁴³⁷ sobre o casamento, mas também é recebido como embaixador.⁴³⁸ Cumprindo, claramente, os principais objetivos de sua embaixada.

E, é claro, o próprio príncipe regente lhe reconheceria o esforço de seu embaixador com o novo título a marquês de Minas. Assim, tempo e circunstância também determinam a cerimônia. Em 1669, Portugal já havia percorrido um longo percurso de cerimoniais, cortesias e descortesias, o que explica, em parte, as diferentes formas de tratamento.

5.4 - Outras formas de ostentação

Além das formas de tratamento, parece evidente que o número de criados refletia, também, a capacidade de provir daquele agente, o que manifestava seu poder, inclusive na diminuição dos oficiais. O cardeal Bique, responsável por comunicar-se com os portugueses, deixava evidente ao bispo do Lamego qual era o **número de lacaios** que poderiam acompanhar o embaixador, sendo permitido, apenas, o

⁴³⁵ Corpo Diplomático. v. 14, p. 30.

⁴³⁶ Corpo Diplomático. v. 14, p. 31.

⁴³⁷ Corpo Diplomático. v. 14, p. 34-42.

⁴³⁸ Essas cartas também são encontradas duplicadas em manuscritos. Cf. Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 516-519 ⁴⁵⁴

acompanhamento de “três”, e que Sua Santidade não “segurava minha pessoa”. Essa realidade geraria uma pronta resposta do embaixador português, Bispo de Lamego, que trataria “carroças de criados meus que me defenderiam”⁴³⁹. Por conseguinte, deixa evidente, o embaixador, que adotaria maior número de criados. É cabível mencionar que em sociedades de Antigo Regime, o número de criados também era um símbolo de prestígio social e, ter lacaios mostrava a posição do rei português.

Francisco de Sousa Coutinho também teria grande preocupação com os preparativos “da sua gente”. Antes de sua viagem para Roma, fez uma parada de alguns dias na cidade de Leão, “para me preparar do necessário, que não trazia de Paris, comprando armas e cravinas para toda minha gente.”⁴³⁹ O encarregado reforça a ideia que não bastava a gente que o acompanhava mas, esta deveria estar munida do necessário, tanto para guerra, quanto para festa.

Já em Roma, em uma de suas cartas de janeiro de 1656, Coutinho retoma a questão do número de criados adequado para o serviço. Afirma ter oito pajens e dezesseis lacaios e que teria que aumentar em dez e vinte o número de pajens e lacaios, respectivamente, argumentando “que é o número mais limitado de embaixadores menores.”⁴⁴⁰ Outro acompanhamento fundamental do embaixador em grandes eventos era de suas “carroças”, tendo o enviado português quatro carroças e quatorze cavalos, porém, faltavam ainda três carroças, sendo uma delas a “carroça rica”. Esta última, segundo o costume, era a usada nos dias de audiência com o Papa, sendo “necessárias aos embaixadores para os cortesãos nacionais, que as não tem.”⁴⁴¹ Novamente, as carroças e o número de criados era mobilizadas como forma de distinção social, apenas embaixadores tinha a “carroça rica”, fazendo com que as reivindicações de Coutinho não estivessem de todo exageradas. Não deixando, também, de mostrar o mesmo tom de austeridade em suas queixas, “do comprado e do que se houver de comprar protesto a Vossa Majestade que não quero mais do que ser o usufrutuário para o deixar depois a quem me vier suceder.”⁴⁴² E defende ainda, que o rei vai poupar muito com as mesadas dos próximos embaixadores, e quem sabe um dia, contar com Palácio próprio tal como os embaixadores de “Espanha, França,

⁴³⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 216.

⁴⁴⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 258.

⁴⁴¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 258.

⁴⁴² Corpo Diplomático. v 13, p. 259.

Veneza, Grão-Duque, Parma e até Malta.” Novamente, havia uma disputa cerimonial entre cavalos, carroças, criados e é claro, as habitações.⁴⁴³

Antes disso, porém, ainda na sua jornada de Paris até Roma, ocorrem outras questões cerimoniais importantes. O navio de Coutinho encontra com a galé do Cardeal Grimaldi e “emparelhadas a salvamos com três peças o que respondeu com as mesmas.”⁴⁴⁴ Assim, também existiam diversos **cumprimentos de passagem**. Na verdade, Coutinho tinha um grande temor que ocorresse alguma falta de cumprimentos devidos em sua viagem até Roma, em parte porque nada assegurava que o enviado seria, de fato, recebido como embaixador. Cardeal Antonio fez algumas demonstrações, lembrando que, como vimos no capítulo anterior, era ele candidato a cardeal protetor, daí as cerimônias com o enviado português.

Visitam-nos por recados por me parecer conveniente não sair eu a terra em lugar nenhum da República contentando-me com os cumprimentos e visitas que os governadores me mandaram fazer, sem me arriscar a que me faltassem em algumas das cerimônias que se costumam usar com embaixadores.⁴⁴⁵

Assim, deliberava Coutinho não sair em terra. Evitar os conflitos cerimoniais não deixa de sinalizar a falta de poder português. Enquanto isso, o Conde do Prado que, antes de ir a Roma, passou por Florença, onde foi bem recebido pelo grão-duque.⁴⁴⁶ A boa recepção foi tamanha que o próprio grão-duque mandou o conde entrar na sua carroça, mostrando uma evidente cortesia com o enviado português. O conde enviou seu filho ao grão-duque como forma de agradecimento pela grande receptividade com que foi tratado em Florença. Por onde passou, foram dadas vivas ao embaixador de Portugal. Logo, temos uma consolidação da posição portuguesa, antes mesmo de sua entrada formal em Roma.

Outro símbolo fundamental de prestígio era o local ocupado em uma determinada cerimônia, “**o banco**”. Ou seja, se um embaixador recebesse um determinado assento em detrimento de outro embaixador, aquele demonstrava seu maior prestígio social, inclusive nas audiências papais. E, novamente, as instruções da embaixada evidenciam essa realidade:

⁴⁴³ Sobre essa hierarquia entre habitações são sempre válidas as considerações do clássico livro de Norbert Elias. Cf. Norbert Elias. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁴⁴⁴ Corpo Diplomático. v.13, p. 259.

⁴⁴⁵ Corpo Diplomático. v.13, p. 219.

⁴⁴⁶ Antes da nomeação do conde do Prado, foi nomeado D. Pedro de Lencastre, que esquivou-se da oferta, argumentando já ser avançado nos anos. Cf. Damião Peres. Op. cit., v. 1, p. 78. ⁴⁶³ Também em Corpo Diplomático, v. 12, p. 358.

Chegando o dia da audiência, suporeis com toda advertência, por coisa indubitável, que se vos há de dar banco, porque assim o costuma Sua Santidade fazer aos embaixadores de reis... porém, quando sem embarco de vossa boa diligência, e de este lugar vos tocar se queira usar convosco diferente estilo (como já se usou com outros) aceitáreis o lugar se vos der, protestando, que não é o que se vos deve, e que Sua Santidade melhor informado, vos haverá de mandar restituir a ele⁴⁶³

O que se observa nessa carta régia é um evidente otimismo em relação a recepção da embaixada, inclusive com medidas a serem tomadas em seguida, “assegurando que logo mandarei embaixador ordinário para aquela corte.”⁴⁴⁷ Porém, em abril de 1643, data da missiva real, era evidente que o rei português ainda estava muito longe de ser reconhecido, ou de receber banco. Como veremos mais adiante, o Conde do Prado enviado como embaixador em 1669, vai ser recebido e receberá o privilégio de obter um banco.

Conforme foi possível perceber, com o estudo de Maria Antonietta Viscleglia, um dos principais momentos dos embaixadores régios era sua entrada em Roma. Infelizmente, os embaixadores portugueses entraram ocultos até o reconhecimento formal do papado em 1671. Vale ressaltar, porém, que apesar de sua entrada “não pública”, officiosamente também a entrada privada era formada por inúmeros detalhes cerimoniais, como demonstra Francisco de Sousa Coutinho na descrição enviada ao rei.

a parte com força parte com interesse e obriguei a que partissem naquela hora, que devia de ser de meia noite, chovendo mais de agora, que não cessou até Roma a onde entrei das oito para as nove do dia de sábado 20 de novembro, acompanhado de só a minha gente menos a de pé que com a chuva e escuridão da noite se ficou pelos caminhos: vinha eu em uma liteira seguia uma carroça, e os de cavalo seriam até trinta, e entrando dia claro, e pelo mais público de Roma como é a Porta Angelica que fica junto a São Pedro, e atravessando o melhor da cidade, dentro de duas horas se soube em toda que o número da gente que me acompanhava que de trinta pessoas como tenho dito eram duzentos, e todas com boca de fogo, e assim correu por todas as gazetas de Itália.⁴⁴⁸

O relato de Coutinho não deixa de ser representativo e sintomático de alguns problemas enfrentados pelos portugueses. A própria viagem já teria sido conturbada, com muita gente “ficando pelos caminhos”. Ao mesmo tempo, relata Coutinho sobre “o mais público de Roma”⁴⁴⁹, porém, as instruções régias manifestavam a necessidade de andar oculto. Daí decorre mais uma ambiguidade da posição portuguesa. Em um momento fazia uma entrada pública, mas em seguida não eram

⁴⁴⁷ Corpo Diplomático. v. 12, p. 359.

⁴⁴⁸ Corpo Diplomático. v 13, p. 220.

⁴⁴⁹ Corpo Diplomático. v 13, p. 220.

admitidos como embaixadores. Qual seria o verdadeiro status português nessa cerimônia? Um dos indicativos era a entrada pela Porta *Angelica*, uma das principais cidades e, portanto, destinada a autoridades constituídas. Ainda assim, entre entrar e ser reconhecido, havia um grande abismo.

Um dos hábitos mais centrais dentro dos cerimoniais eram as **visitas**. Quando uma nova autoridade chegava na corte, os principais personagens mandavam cumprimentos ou visitavam em pessoa. Naturalmente, uma das formas de desprestígio era não visitar uma nova autoridade.

Assim que Francisco de Sousa Coutinho chegou em Roma, foi logo visitado e logo observa que “me fez os cumprimentos e oferecimentos tão frios que se deixava bem ver nelas qual estava o seu coração.”⁴⁵⁰ Note-se que a forma da visita mostrava o início da tensão entre Sousa Coutinho e o Cardeal Ursino, como versado antes. Outros cardeais importantes também fizeram suas visitas. Cardeal Bique, um dos interlocutores centrais no Colégio de Cardeais, mandou um gentil-homem para fazer a visita, já que estava impedido pela “gota”. Cardeal Paloto também não fez uma visita direta, mas explicou em detalhes seus motivos, “me avisou ele que não convinha tivéssemos por poder com menos suspeito fazer minhas partes.”⁴⁵¹ De fato, desejava o cardeal não se ver obrigado, inclusive para poder ajudar Portugal nas suas causas mais urgentes. Nesse caso, não era uma escusa, uma vez que Coutinho e Cardeal Paloto eram próximos, sendo Paloto padrinho de um dos filhos de Coutinho. É necessário recordar que as relações de compadrio determinavam redes de sociabilidades fundamentais e, portanto, mostravam que o embaixador português tinha alguns aliados naquela corte.⁴⁵² Outros cardeais também usaram das mesmas “desculpas” que Paloto. Cardeal Sachette afirmou que também não faria a visita para “não atar as mãos, que as queria ter livre para me assistir.”⁴⁵³ Em carta ao rei, Coutinho explica sobre as visitas dos cardeais e delibera por preferir não receber tantas visitas.

Consultei com pessoas práticas, e ainda com algum cardeal se conviria visitar os cardeais independentes suposto que enquanto não fosse recebido não podia visitar o Colégio de Cardeais. Assentou se pelo melhor não convir porque sendo o caso que o Papa quisesse formos alguma congregação para os negócios de Portugal havia de ser

⁴⁵⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 220.

⁴⁵¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 221.

⁴⁵² Renato Pinto Venâncio; Maria José Ferro; Maria Teresa Pereira. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In.: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n°52, 2006, p. 274-294.

⁴⁵³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 221.

daqueles mesmo que eu houvesse visitado, e que como coisa pública os poderia recusar o embaixador de Castela.⁴⁵⁴

Mais uma vez se confirma a delicada situação portuguesa. A principal ideia é que os cardeais próximos de Portugal ficariam impedidos de decidir as questões de interesse da monarquia Brigantina. Ainda assim, não é exatamente nítido o limite para que os cardeais e o próprio embaixador usem essa questão como pretexto para não assumir uma posição de fragilidade do português. Por fim, receberia o embaixador apenas duas visitas, uma ao cardeal Orsini e Bichy, ambas “à noite”, para evitarem serem vistos. Enquanto Coutinho tinha suas visitas negadas, o Conde do Prado, em 1669, seria recebido por todo o Colégio de Cardeais, como percebe-se:

foi em público, com os flocos e com o cortejo numerosíssimo, vieram-me buscar a minha casa, por sua cortesia, os prelados que contém a memória abaixo, e me acompanharam, cinco deles à mão esquerda, e outros, segundo as precedências, nos estribos e nas cadeiras de diante; mandaram os embaixadores, e príncipes, as suas carroças.⁴⁵⁵

Assim, as principais figuras da corte já reconheciam o embaixador português e, além disso, marcam o respeito as precedências. O cardeal Ursino, mais uma vez, protagonizaria relatos conflituosos envolvendo as embaixadas portuguesas. Uma das principais reclamações de Francisco de Sousa Coutinho é justamente sobre a ausência de visitas dos familiares do Cardeal Ursino. No capítulo anterior, se analisou as possibilidades de escolhas de cardeais protetores para Portugal, sendo Ursino um dos nomeados. Dessa forma, as relações de amizade entre o embaixador português e o cardeal deveriam ser estreitas, fato que nunca ocorreu, como mostra Coutinho para o Rei. “E sobretudo saiba vossa majestade que nem seu pai, nem nenhum dos seus irmãos me visitaram, nem por pessoa, e nem por recado, coisa que aqui se tem reparado muito.” Sendo assim, o cardeal faltava com as obrigações que a boa cortesia determinava.⁴⁵⁶

Mas é uma outra visita do Cardeal que provocaria verdadeiro escândalo na corte romana, a visita de Ursino ao embaixador espanhol. A única cerimônia que poderia permitir algo assim era a entrada de um embaixador que mormente visitava todos os cardeais, mas esse não era o caso nem de Coutinho, nem de Ursino. A indignação do embaixador luso é manifesta: “mas fora dessa visita nenhuma das

⁴⁵⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 221.

⁴⁵⁵ Damiano Peres. Op. cit., v. 2, p. 51.

⁴⁵⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 271.

facções visita os ministros da contrária, quanto mais um protetor.”⁴⁵⁷ Naturalmente, o cardeal Ursino procura justificar sua visita, alegando que queria comprar uma casa na mesma rua que seu pai, e a casa pertencia a um castelhano que se recusava a vendê-la, passando, então, a solicitar a intervenção do embaixador espanhol no caso. Coutinho logo retruca, informando que o Papa já tinha obrigado o dito espanhol a vender a casa.⁴⁵⁸ O embaixador luso chega mesmo a confrontar diretamente o cardeal por carta, indagando sobre a “razão frívola” daquela visita, admoestando ainda “sendo obrigação sua não falar em mais negócios, que os lhe tocam como protetor, e para falar em outras vias de ser ou pedido por mim ou consultado comigo.”⁴⁵⁹

E assim, Coutinho adverte a necessidade de uma pronta punição pela falta de decoro do cardeal protetor: “Se eu tivera o poder que em Roma tem os embaixadores de Castela e França, eu o tivera remediado, porque qualquer destes que soubera de visita semelhante lhes ordenará logo que se abstivesse da comunicação com eles.”⁴⁶⁰ Do trecho anterior, duas análises são importantes. A primeira refere-se ao reconhecimento do embaixador luso do seu limitado poder em Roma, não podendo fazer grandes punições ainda que as reconheça como necessárias. A segunda a própria ousadia do cardeal que sabia no fundo a incapacidade portuguesa de lhe deter. Ainda assim, a punição ocorreu, não pelas mãos portuguesas, mas pelo embaixador residente da França, que segundo Coutinho ordenou que Ursino “que tire suas armas da porta.”⁴⁶¹

A proximidade entre os Ursino e Castela se fazia sentir ainda em outro importante evento romano, a festa de São Tiago. Como abordamos, tal festividade marcava o prestígio e o poder de Castela dentro de Roma, isso porque era a principal igreja espanhola na cidade. Festas e igrejas não eram meros acessórios, mas parte fundamental da vida romana. Assim sendo, Ursino deveria dedicar-se a festa portuguesa de Santo Antonio, mas escolher outra.

Dia de Santo Antonio não apareceu na nossa igreja, mais que um que ia espiar se eu assistia lá com cirial para me ir malsinar com o Papa, como fez em outra ocasião; e dia de Santo Tiago todos os seus criados, e os de seu pai e irmão assistiram a festa dos castelhanos. Se isto é ser português, e ser fiel, julguem no as provas que dele tenho mandado.⁴⁷⁹

⁴⁵⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 304.

⁴⁵⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 305.

⁴⁵⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 333.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Corpo Diplomático. v.13, p. 326.

⁴⁷⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 445.

A descortesia de Ursino é evidente. A falta na grande festa portuguesa na cidade e sua presença na festa de S. Tiago são emblemáticas sobre a desconsideração do cardeal-protetor.

Ursino não ficaria passivo aos ataques do embaixador luso. Logo, se queixa que o dito embaixador teria recebido visita do Cardeal Salvette e que não teria dado aviso ao cardeal sobre aquela visita. A essa acusação, Coutinho respondeu que não se tratava de uma visita pública e que “os embaixadores não tem obrigação de lhes comunicar mais expressamente aquilo que seus príncipes lhes mandam.”⁴⁶² Mas a grande acusação de Ursino também se relaciona com os cerimoniais romanos. Como analisamos antes, o Papa determinava que o embaixador português andasse com um número limitado de pajens e sem baldachino⁴⁶³, obrigação que segundo o cardeal não era cumprida pelo embaixador. Coutinho não pestaneja e responde prontamente ao cardeal.

Quanto ao baldachino ainda quando não fora embaixador, sendo quem sou, e conselheiro do Rei de Portugal, em qualquer parte onde estivera o haveria de pôr, o senhor bispo do Lamego o teve, e não só na câmara de audiência, mas também outro na sala dos estafeiros, e que não verá nunca diminuir a família aos que vinham a embaixada, acrescenta assim quanto mais que trouxera os pajens que tinha em França.⁴⁶⁴⁸²

O fragmento anterior mostra um elemento novo, já que Coutinho mobiliza a vivência de seus antecessores para legitimar sua pretensão, a saber, o uso do baldachino. Também é válido dizer que Coutinho mostra que o grande número de criados relaciona-se com o expediente diplomático adquirido em Paris e que o acompanhava, ainda que reforce que esse criados lhe serviam apenas da “porta para dentro”. Não sendo, portanto, contrários a determinação papal, que limitava o número de criados. Ainda sobre a ostentação no acompanhamento, o embaixador se fia novamente na experiência anterior do bispo do Lamego que andava com quatro estafeiros, e que foi o fato de estar assim prevenido que impediu que o assalto dos castelhanos fosse bem sucedido.

⁴⁶² Corpo Diplomático. v. 13, p. 332.

⁴⁶³ Baldachino ou Baldaquino era uma cobertura cerimonial composta por quatro colunas que sustentam uma cobertura, era extremamente comum em Roma.

⁴⁶⁴ Corpo Diplomático. v. 13, p. 334.

Novamente, os atritos entre Coutinho e Ursino eram sentidos por todos e, principalmente, em tudo, já que as questões cerimoniais eram fundamentais nas relações de reciprocidade entre autoridades. No pano de fundo, argumentava Ursino que o excessivo cerimonial do embaixador luso desagradava ao Sumo Pontífice e impedia o reconhecimento formal da embaixada.

De fato, alguns documentos sinalizam que o embaixador desejava realizar cerimoniais e que alguns deles são expressamente proibidos pelo Papa. Coutinho queria fazer uma grande festa em Roma para comemorar a maioridade do rei D.

Afonso, como informa em carta de agosto de 1657:

Senhor, para a véspera e dia de São Bernardo que é o em que Vossa majestade cumpre 14 anos, e entra no governo de seus reinos, me preparei para fazer aquelas demonstrações, que o aperto dos tempos, e os da corte em que vivo podiam dar lugar que foram dar [libos] aos pajens, lacaios e vestir os gentis-homens, e ordenar minha pessoa e as suas deles com cadeias e joias, e nas duas noites acender tochas nas janelas.⁴⁶⁵

Porém, o desejo do embaixador foi prontamente frustrado, uma vez que o Papa, por meio do governador da cidade, ordenou que a festividade não fosse adiante. Segundo o embaixador, o pretexto apresentado era o “respeito da saúde”, o que, para Coutinho, era apenas uma desculpa, uma esquivia. Assim, em carta ao rei, Coutinho diz ter continuado com seu cortejo, “saí por Roma, e vim passar nesta praça, para onde hoje se tem passado o passeio de toda Roma.”⁴⁶⁶ Entre os argumentos do embaixador, também estava o comparativo com Castela, pois seu embaixador realizava festividades livremente e ainda era acompanhado por Sua Santidade.⁴⁶⁷ O tom ácido ainda questiona o poder temporal do Papa para decidir essas questões.

Não são matérias de fé ter tochas nas janelas, e o que podia cobrir com um ambiguidade de serem no dia de São Bernardo, não quiserem perder ocasião que não mostrassem o afeto e a condição servir que professam a Espanha, ou ao desprezo que nos tem granjeado a nossa dissimulação.⁴⁶⁸

Ante a essa vexatória situação, Coutinho manda afixar um decreto para que todos os portugueses saíssem de Roma em um prazo determinado. A afronta do embaixador não deixaria de ser sentida naquela corte. O cardeal-secretario relata o ocorrido em carta ao Núncio na França, mas também revela o verdadeiro motivo para

⁴⁶⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 464-465.

⁴⁶⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 465.

⁴⁶⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 593.

⁴⁶⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 605.

a proibição da festa: “Havia várias outras razões para o retardo dessas festas... e ainda mais porque já a mesma praça que deve ter sido a casa desse nobre, já a Igreja Nacional de Castela, em uma [seca] que teria parecido certo de que esse evento inoportuno seria permitido.”⁴⁶⁹ O secretário conclui, ainda, informando que o Papa estava com um sentimento maduro sobre essa questão e que não tinha visto nenhum “sinal de agravamento” da parte de Coutinho. O mesmo secretário avisa ao Núncio na Alemanha sobre a situação, lembrando que o Papa havia proibido a celebração.⁴⁸⁸ Observamos, dessa comunicação, que o excesso de Coutinho se fazia sentir nas mais diversas partes. O próprio cardeal Barberino escreveria ao rei, falando do pouco sucesso de Coutinho, “só poderia ser infrutífera pelas más impressões feitas a Sua Beatitude de sua pessoa.”⁴⁷⁰ Mas, se é verdade que Coutinho nem sempre tomou as melhores decisões, e igualmente verdadeiro, que o Papa ainda nutria um forte temor em contrariar os castelhanos que viviam em Roma, encurtando qualquer espaço de negociação para o embaixador luso.

Porém, nem só de derrotas e descortesias eram feitas as embaixadas dos portugueses. Uma das principais “vitórias” lusitanas nessa longa jornada em busca de um reconhecimento cerimonial é feita, contraditoriamente, pelo embaixador espanhol, como relata Coutinho em carta ao rei de março de 1654.

Vinha eu da estação dica que foi em Santa Sicília, quando ia para lá o Duque (de Terra). Estava ele em uma rua estreita, e eu em outra, que desembocavam ambas em uma mais larga em que estaríamos a uma distancia de cem passos; adverti-me que vinha, e logo que havia parado, entendi que ou queria tomar o embaixador outro caminho para se desviar de mim, ou que não queria empenhar a que encontradas um lugar estreito, fosse necessário recuar alguns de nos, o que advertindo eu, mandei também parar a minha carroça... e assim, ele como eu trazia meias corridas, que é a forma ordinária dos que vão incógnitos... e o duque não contentando com que o víssemos entre as cortinas ele mesmo abriu toda a sua e fez toda a cortesia que pudera na maior amizade e correspondência.⁴⁷¹

Desse encontro, é possível observar algumas questões. Primeiramente, o embaixador português era, de fato, mais hábil do que seus antecessores e adorava uma postura mais conciliatória e, sobretudo, mais prudente ao encontrar com o opositor. Ademais, seguindo as instruções régias, vinha incógnito com “meias corridas”. Em

⁴⁶⁹ “Concorrevano diversi altri motivi per il retardamento di queste feste... e tanto più perche sú la medesima piazza, lhe dovea essere la scene di quest’alle – grezze, vi stá la chiesa nazionale de castigliani, in onta dequali sarebbe aun certo modo parso che si permettesse questo intempestivo festeggiare.” *Corpo Diplomático*. v. 13, p. 461.

⁴⁷⁰ “Non poteva essere che infrutitluosa per le male impressioni fatte a su beatitudine dela sua persona”. *Corpo Diplomático*. v. 13, p. 512.

⁴⁷¹ *Corpo Diplomático*. v. 13, p. 277.

segundo lugar, o próprio embaixador castelhano evitava o conflito entre ambos, adiantando-se nos cumprimentos. E mais, antes disso, segundo informa Coutinho, tinha o embaixador castelhano - Duque de Terra - ordenado a toda sua família que encontrando com o embaixador português e com sua família “fossem os primeiros nas cortesias e assim o fizeram sempre que nos encontraram.”⁴⁷² Portanto, encontramos um avanço na posição portuguesa. Se os primeiros encontros entre os embaixadores ibéricos foram marcados por “tiros e pistolas”, como antes vimos, Coutinho teria tido mais habilidade para conduzir a situação, contando, também, com apoio do embaixador castelhano. Conclui o embaixador português seu relato, procurando tranquilizar o rei, “de maneira senhor que nesta parte não há que temer novidade, ao menos com este embaixador que é boníssimo cavalheiro.”⁴⁷³ Mas o encontro mais aguardado ainda estava por vir.

5.5. - As audiências papais.

Francisco de Sousa Coutinho, um dos embaixadores mais experientes da Restauração, escreve longos memoriais contando seu primeiro encontro com o Papa. Essa realidade mostra sua preocupação por produzir manuscritos que consolidassem a posição portuguesa. Vale lembrar que essa circulação de manuscritos marca uma produção cultural expressiva, que era feita por todos, inclusive pelos castelhanos, que também denunciavam a rebeldia portuguesa.⁴⁷⁴

Informava Francisco de Sousa Coutinho, no seu memorial, que o Papa tinha decidido dar-lhe audiência juntamente com dois bispos e o Geral de São Domingos, “entrando na antecâmara aonde se esperava estavam ocupados todos os bancos dela.”⁴⁷⁵ Fala que um banco estava ocupado por frade de Santo Agostinho, que tratou o embaixador com bastante respeito. De lá, foi chamado pelo Mestre de Câmara do Papa, “que com destreza, e sem me dar títulos algum, e se desculpou que havia me

⁴⁷² Corpo Diplomático. v. 13, p. 277.

⁴⁷³ Corpo Diplomático. v. 13, p. 277.

⁴⁷⁴ Fernando Bouza-Álvarez. *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

⁴⁷⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 223.

feito esperar.”⁴⁷⁶ Ao encontrar com o Papa, Coutinho escreve que foi o Sua Santidade quem começou a falar, “sem me dar título.”

A situação sugere a importância dos títulos. Ser tratado “sem título” representava uma descortesia. Apesar disso, Coutinho reforça a relevância daquele encontro e não deixa de fazer um saldo positivo de sua longa experiência como embaixador. “Confesso igualmente que havendo tanto visto em tantas cortes, e com tantos reis e príncipes que entrei na presença do Papa com outro respeitos, e com mui temor não ordinário em mim em semelhantes ocasiões.”⁴⁷⁷ O recorte mostra a importância de ter passado por vários reis e cortes e, ademais, ainda conta a reverência como cristão ao Papa. Coutinho se escusou de ter que falar em uma “língua que não era própria.” Respondeu o Papa que Coutinho falava “bem italiano (e ainda me perguntou) se havia estado outra vez na Itália, e que me entendia bem.”⁴⁷⁸ Essa questão linguística era extremamente delicada, em outros encontros do diplomata com o Sumo Pontífice também havia dúvida sobre o uso do idioma.

Por sua vez, a embaixada do Conde do Prado descreve o mesmo tipo de encontro. Diz o embaixador que o papa foi amistoso e receptivo na audiência. O diplomata e o papa conversaram por quase duas horas, o primeiro falando em português, o segundo em italiano. A certa altura, o pontífice perguntou por quê o embaixador falava em português e o embaixador respondeu que sabia que sua língua agradava ao papa mais que outras. Entretanto, após esse adendo, o conde passou a falar em italiano. Nesse breve relato, percebemos novamente tensão em relação ao idioma da fala. O papa, como figura mais proeminente na conversa, tinha, ao que parece por direito, o mando do idioma.

Ainda dentro das cerimônias de recepção, um dos principais momentos era o momento do “beija pés”. Sousa Coutinho procurou descrever em detalhes esse cerimonial:

haver beijado o pé duas vezes dizendo na primeira isto, Beatíssimo Padre é em nome do Rei meu senhor esperando na misericórdia de Deus, e na justiça de Vossa Santidade que muito brevemente o irei de fazer em público rendendo a Vossa Santidade a obediência por Sua Majestade.⁴⁷⁹

⁴⁷⁶ Corpo Diplomático. v. 12, p. 223.

⁴⁷⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 223.

⁴⁷⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 225.

⁴⁷⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 225.

Informou ainda que o último beija pé era pela sua própria pessoa. Depois desses breves cerimoniais, passou ao discurso e descreveu com exatidão as principais questões da embaixada, conforme analisamos no capítulo quatro, tendo sempre como pano de fundo a necessidade do Papa, “admitir embaixador.”

Outros detalhes cerimoniais foram mencionados por Coutinho, sempre demonstrando a submissão a Sua Santidade, sem deixar de representar as pretensões reais. “Falei de joelhos, e só nesta parte me faltou com o tratamento conveniente ao cargo, que, no mais, como logo direi, se me deu tudo de embaixador ou pelo menos de príncipe.”⁴⁸⁰ Nessa cerimonia, indica Coutinho que ele não deveria passar todo o tempo de joelhos, mas parece relevar esse detalhe, reforçando o saldo positivo do primeiro encontro com o Santo Padre. Antes de sair, Coutinho pediria ao Papa a entrada de seus gentis-homens que desejam beijar o pé de Sua Santidade. Tendo recebido uma resposta positiva do Pontífice que recebeu o beijo dos oficiais do enviado português.

Por fim, Coutinho nas despedidas do Papa e, também na saída do encontro, alguns detalhes protocolares são mencionados.

Ao sair me aguardavam na penúltima sala que é aonde assistiam os lacaios, ou estafieri como aqui se chamam, dois com duas tochas, e me acompanharam até a carroça, e na última estavam suíços postos em ala com as armas nas mãos, e o mesmo fez o corpo da guarda, o que não se faz se não a cardeais, embaixadores e príncipes.⁴⁸¹

A conclusão desse primeiro encontro entre Coutinho e o Pontífice indica um saldo positivo e, apesar disso, não se pode deixar de pensar que o embaixador produzia um memorial político, projetando a realidade desejada muito mais do que a descrevendo com exatidão dos fatos. Como sabemos, os percalços pelo caminho de Coutinho foram muitos, ainda que nem sempre em questões cerimoniais. Ademais, tal como o primeiro enviado português, Coutinho era recebido como “homem privado”, de tal forma que o cerimonial em questão não teria valor de uma recepção de embaixador de testa coroada, como desejavam Coutinho e o rei português.

O comparativo entre a recepção de Coutinho e a recepção do Conde do Prado transparecem momentos distintos dentro da Restauração. Chegando a Roma, foi acolhido com prerrogativas de embaixador de testa coroada, sendo recebido na

⁴⁸⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 228.

⁴⁸¹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 228.

carroça do cardeal Rospigliosi junto a monsenhor Espinosa. Segundo o relato, nunca tinha se visto tão grande encontro de carroças. Chegando até uma porta estava o papa, quando veio o mestre de cerimônias falar-lhe, e relatou:

chamou-me, entrei, fiz as genuflexões costumadas, beijei o pé e mão a Sua Santidade; meio levantando o papa da cadeira, me levou nos braços, e me deu o primeiro abraço da parte esquerda, e o segundo da direita, e neste se deteve sua santidade tempo considerável, com grande ternura e afeto paternal, tornei-me por de joelhos, comecei a expor os motivos da embaixada, mandou-me assentar em um banco de pau, com encosto, sem braços; assentei-me, e prossegui o começo da prática.⁴⁸²

Nessa recepção, já vemos algumas diferenças em relação a anterior. Na embaixada o Conde do Prado não apenas foi recebido na carroça do Cardeal Rospigliosi, que era uma das figuras mais preeminentes da corte. Ademais, falou ao papa sentado em um “banco de pau, com encosto, sem braços” diferentemente de Coutinho que não foi acompanhado por nenhuma figura importante e falou em toda a audiência de joelhos. Assim, o Conde do Prado recebia, efetivamente, tratamento de embaixador de “testa coroada”, apesar de ser enviado pelo Príncipe Regente, como antes vimos.

5.6. - O preço do luzimento

Não só Roma, mas toda a Itália, e ainda o mundo todo, que todo está em Roma, esperam muito de Vossa Majestade, e não esperam pouco desse miserável embaixador. Que Vossa majestade tirou ao Teatro do Mundo, e fez conhecido, e lhe deu nele bastante reputação.⁴⁸³

Francisco de Sousa Coutinho

O trecho anterior elucida bem algumas das questões mais fundamentais da presente tese. O comportamento dos enviados portugueses era esperado, isso porque aqueles que caminhavam por Roma eram vistos, não apenas pelos romanos, mas pelo mundo. Como se não bastasse, Sousa Coutinho ainda denuncia o estado miserável que estava, sempre em busca de mais recursos e do apoio real, quase sempre com a ajuda financeira.

⁴⁸² Damião Peres. Op. cit., v. 2, p. 38.

⁴⁸³ Corpo diplomático. v. 13, p. 258.

Conforme descortinamos anteriormente, Fernando Brandão era um dos agentes portugueses em Roma e, como tal, era dotado de um amplo senso de realidade, inclusive em suas necessidades cerimoniais.

Enquanto a casa, ainda que seja com moderação e sem excesso, deixando a ostentação e as aparências de embaixador extraordinário de obediência e se forme como um embaixador ordinário da França e Espanha, não trazendo Vossa Excelência armações para se por em ordem, com as coisas necessárias, que se fazem aos príncipes não bastam 25 para 30\$ cruzados, e os gastos e as ocasiões de gastos sempre crescem. E para continuar a viver em Roma com luzimento, estando os gastos extraordinários de hospedes e das machas, e pagar espias, são necessários 20\$ cruzados a cada ano.⁴⁸⁴

Ao analisar as diversas dificuldades encontradas pelos portugueses em suas embaixadas, ficou mais do que evidente que era Francisco de Sousa Coutinho o enviado que mais exigências e queixas fazia. Não seria também diferente nos aspectos cerimoniais. Em carta de 28 de janeiro de 1656, reclama ao rei sobre os gastos que tinham sido informados pelo secretário Pedro Vieira da Silva, “para que se não iguale aos mais luzidos, não fique inferior aos príncipes menores.”⁴⁸⁵ E continua defendendo a necessidade de mais recursos, sem perder o tom de austeridade, na qual o agente português frisa a “vergonha insuportável, pôr lhe não for o nome”⁴⁸⁶ que ocasionaria a falta desses provimentos.

Importante dizer que Coutinho também utiliza em suas missivas a ideia de uma continuidade cerimonial entre as embaixadas, o que permitiria a diminuição dos gastos. Isso porque, o novo embaixador em Roma “achará cavalos, carroças, e a casa muito bem adornada do que para mim não quero coisa alguma.”⁴⁸⁷

Coutinho reforça ainda, necessidades mais específicas. Argumenta o enviado português que, nos dias que faz entrada solene, o embaixador deve dar de comer aos pobres, pois, “são dias estes muito alegres para o povo, e de muito proveito, porque a todos dá de comer, e os papas costumam ter a isso grande respeitos.”⁴⁸⁸ Conclui, ainda, que se evite o gasto com a entrada do embaixador e que outros gastos eram inevitáveis, solicitando ao rei mesada de 2 mil cruzados.

No tom geral, Coutinho deixa claro que a falta de recursos o posicionava em situação delicada naquela corte, ao mesmo tempo em que retoma a ideia de sua

⁴⁸⁴ Corpo Diplomático. v. 12, p. 423.

⁴⁸⁵ Corpo Diplomático. v. 13, p. 258.

⁴⁸⁶ Corpo Diplomático. v. 13, p. 258.

⁴⁸⁷ Corpo Diplomático. v. 13, p. 327.

⁴⁸⁸ Corpo Diplomático. v. 13, p. 259.

experiência como embaixador. Descreve Coutinho: “de maneira que me queriam em Roma Carregado de gente, e que entrando nela me faltasse comida, e que a fome me obrigasse.” E, mais uma vez, reclama ao rei sobre suas mesadas, “Vossa majestade me mandou escrever que aqui acharia as minhas mesadas que não achei.”⁴⁸⁹

Outra questão que aparece vital era organizar festas e recepções. Em conformidade com o que vimos, em Roma, as festividades faziam parte do cotidiano da cidade, sendo sempre espaço de sociabilidades e de formação de redes de influência. Como advertido, Francisco de Sousa Coutinho, recebe uma recomendação direta do cardeal secretário de Estado, que assim que fosse recebido fizesse festas.⁴⁹⁰ Porém, para cada festa havia um gasto extraordinário que a situação econômica do reino não permitia.

Nessas passagens, evidencia-se algo que percebemos com a análise dos espelhos de embaixador: a falta de recursos poderia obrigar o embaixador a tomar decisões não baseadas nos interesses da coroa, mas sim uma decisão baseada na sua sobrevivência material dentro da corte. Apesar do discurso sempre alarmado de Coutinho, parece evidente que os embaixadores e enviados portugueses em Roma passavam sempre por questões delicadas, em parte pelo próprio custo da embaixada que, como assinalei, era um dos custos mais elevados dentro das cortes europeias.

Dentro desse amplo cenário, manobravam os embaixadores portugueses diferentes questões. A viagem até Roma, a entrada na cidade, as visitas aos cardeais, as festividades, a presença em eventos públicos e é claro, a audiência papal eram alguns dos muitos momentos em que as cerimoniais, mais uma vez, determinavam o sucesso ou o fracasso de uma embaixada. Mais do que isso, a falta de cerimoniais implicava no reconhecimento estrito das potencialidades portuguesas, tanto para serem aceitos como embaixadores de testa coroada, como para gerir as questões religiosas do reino. Assim, mais uma vez, as cerimônias mostravam, não só as aparências, mas a própria realidade nas ruas de Roma. Eram os portugueses “rebeldes”, mas eram, também, hábeis em manobrar a sua própria fragilidade.

⁴⁸⁹ Corpo Diplomático. v. 13, p. 265.

⁴⁹⁰ Corpo Diplomático. v. 13, p. 287.

Conclusão

A melhor forma de analisar as conclusões do presente trabalho é observando as hipóteses elencadas nas primeiras páginas dessa tese. Entre elas está como que o envio de embaixadas poderia auxiliar o recém aclamado rei português a se confirmar como rei de fato? As tropas e agentes diplomáticos castelhanos ameaçavam os portugueses em toda parte, da fronteira até as mais distantes terras da Índia ou da América. A resistência a essa ameaça passava necessariamente pela capacidade portuguesa de manobrar sua posição dentro do jogo das relações internacionais na época moderna. Um dos espaços essenciais para essa manobra era a cidade de Roma. Conforme sabemos, Roma era centro das principais decisões espirituais da Cristandade ocidental. Mas não apenas isso, enquanto no século XV reforçava sua posição frente a Reforma, também se desenhava como uma Monarquia temporal, e portanto, dentro do quadro amplo das relações internacionais.

Ainda que uma parte da historiografia tenha reforçado o declínio do papado ao longo do século XVII, na verdade, o papa ainda detinha diversas manifestações de poder. A mais evidente era a administração das igrejas, bem como o controle das heresias, a Sé dizia o que era “certo”. Ainda que a cada dia seu poder fosse limitado pela presença indireta das monarquias dentro da Santa Sé, isto é, o Colégio de Cardeais. Analisamos parte dessa influência externa ao papado com os “cardeais protetores” de coroa. Mas é, também, na defesa das fronteiras frente a ameaça que se encontra uma parte necessária da dependência papal em relação as monarquias, em especial, França e Espanha que enviavam tropas para auxiliar o papado.

Assim, Portugal também procurava adotar estratégias parecidas com as outras monarquias, como a escolha de um cardeal protetor, que deveria estar obrigado pelo pagamento de uma pensão. Ainda que um cardeal tenha de fato sido escolhido, sua efetividade foi bastante reduzida. Em parte, porque frequentemente eram os cardeais e não as coroas que ditavam as regras do jogo, como se percebe pelos constantes descomposturas dos cardeais protetores com Portugal. Restava então, um último recurso: o envio de representantes. Bispo do Lamego, Francisco de Sousa Coutinho e Conde do Prado são alguns dos muitos enviados portugueses. Sua eficácia oscilou, ora eram reconhecidos e tratados como iguais, ora sofriam descortesias ou com a falta dinheiro, constante nas embaixadas em Roma. A verdade é que o reconhecimento dos

enviados portugueses foi sempre relativo, os cardeais, agentes, principais famílias e o própria papa evitavam um reconhecimento público, temendo retaliações da poderosa Espanha que mantinha em Roma uma verdadeira “nação”. Foi somente depois da assinatura da Paz com Castela em 1668 que se efetivou o reconhecimento português, concretizado em 1671, como se comprova pelo grande volume de bulas papais normalizando as relações diplomáticas. Nesse sentido, a conclusão inequívoca é que as embaixadas portuguesas em Roma falharam em seu objetivo último, pois dependeram sempre de uma correlação de forças políticas para seu sucesso. Apenas com a estabilidade do quadro geral português na Europa que se desdobrou um reconhecimento em Roma. Mais uma vez, a política parecia determinar os rumos da diplomacia.

Não resta dúvida, porém, que foram os representantes portugueses em Roma verdadeiros produtores de discursos e relações. Esse era, por sinal, um dos grandes objetivos do envio de um aparato de diplomatas completo, secretários, tradutores e diversos oficiais auxiliavam na produção dessa memória histórica. Entre esses escritos também consta uma vasta documentação epistolar, cartas e mais cartas que descrevem não apenas a busca por reconhecimento, mas também o dia a dia do ofício, as queixas, vitórias e a vida dentro de uma das maiores cidades do mundo moderno. Roma era e ainda é, tal como o título da tese, teatro do mundo. As festividades romanas célebres ainda hoje manifestam essa ideia de uma cidade viva, e que como tal, era repleta de conflitos, brigas e querelas nas quais os embaixadores portugueses não eram meros espectadores, mas agentes ativos.

Ainda que se possa admitir o fracasso, uma vez que os embaixadores portugueses só foram reconhecidos posteriormente ao reconhecimento de Castela. Outras vitórias foram fundamentais. Em Roma, os reis Bragança mostraram sua capacidade de se organizar, transmitir e reordenar a política portuguesa. Lembre-se que os anos de União Ibérica tinham deixado Portugal sem corte real, a maioria dos nobres se retirava para a “aldeia”, e havia poucos espaços para treinar a política cortesã. Diplomatas não havia, eram todos de “ocasião”. Assim, a própria formação de uma rede diplomática por si só já manifesta a “vitória” da Restauração.

Mas em Roma foi, sobretudo na nomeação dos bispos, que Portugal provou sua resiliência. As igrejas portuguesas ficaram a beira do colapso, nos últimos anos da Restauração Portugal contava apenas com D. Francisco de Sottomayor, bispo de Targa. O reconhecimento dos bispos na forma costumada, incluído o nome do rei foi

uma das grandes vitórias da Restauração. Lembre-se que os bispos faziam parte do complexo corpo de poderes dentro do reino, sua nomeação sem a ciência do rei, acarretaria na fraqueza da própria posição real. Ademais, no plano espiritual a ausência de bispos deixaria igrejas sem liderança impedindo assim a “salvação das almas” como diriam os coetâneos.

Restava, por fim, perceber o quanto dessas vitórias e derrotas contaram de fato com a atuação dos embaixadores, seu comportamento era ideal? Eles sabiam o que estavam fazendo? Não resta dúvida de que a diplomacia portuguesa foi mais tomada pelas circunstâncias do que por um planejamento prévio. Mas ainda assim, os incidentes foram poucos, e se muitos achavam os portugueses atrapalhados, eles ainda assim manobravam sua frágil posição da melhor forma possível. Mas como foi possível mensurar essa realidade? Utilizando-se dos “espelhos de embaixador”, cada um deles representou a busca por um ideal. Ainda que até o momento não tenhamos conhecimento se algum desses embaixadores de fatos os leu, não há dúvida de que, ao escrever seu próprio espelho, Sousa e Silva sabia com exatidão o que se esperava de um bom embaixador. As próprias semelhanças entre os escritos de Sousa e Silva e seus coetâneos espanhóis já manifestavam o conhecimento português de um determinado tipo ideal de diplomata. E ainda que considerados “rebeldes”, os embaixadores lusos se portavam bem, ora por acaso, ora por sorte, e às vezes, por habilidade.

Em Roma, a diversidade de poderes tornou mais difícil sua atuação, ocorrendo encontros agressivos com outros poderes, notadamente, os embaixadores castelhanos. Desde o primeiro encontro entre o Bispo do Lamego e o espanhol marquês de Los Velles, já se evidenciava uma outra guerra, não mais aquelas das fronteiras alentejanas, mas aquela das ruas de Roma. Ao fim e ao cabo, souberam os portugueses esgrimir mas também escrever... relatos, instruções e memórias que narravam a valentia portuguesa e a injustiça dos ataques sofridos. A memória dos portugueses em Roma era assim construída tanto em sua lendária igreja de Santo Antonio, nas recepções feitas pelos embaixadores ou em suas entradas “quase” públicas. Tudo isso permitiu entender, não apenas Portugal, mas cada um dos centros de poder modernos. Enquanto os franceses apoiavam Portugal em face a sua guerra com Castela, ingleses intermediavam tratados com as Províncias Unidas que se apossava das terras lusas; Catalunha enviava embaixadores e, tal como Portugal, enfrentava os castelhanos nas fronteiras; e por fim, todos enfrentavam as pretensões hegemônicas castelhanas que

serão de tudo controladas, criando uma nova ordem das Relações Internacionais. Nessa nova ordem, a Espanha enfraquecia-se; a França se erguia depois das guerras de religião; a Inglaterra sai de sua guerra civil com um Parlamento forte; as Províncias Unidas venciam em alguns espaços e perdiam em outros, perdendo sua hegemonia naval. Mas é, sobretudo em Portugal, que se verifica a Restauração de um reino autônomo. Mais tarde, já sob o governo de D. João V, as embaixadas portuguesas em Roma substituiriam conflitos, pistolas e descortesias por gracejos, arcos triunfais e desfiles de carruagens. Eram novos tempos, mas que refletiam o esforço dos embaixadores nas ruas de Roma durante a Restauração Portuguesa.

Por fim, cabe esmiuçar os caminhos ainda por percorrer. Como se observou as embaixadas portuguesas em Roma são um rico objeto de análise, mas ainda há naturalmente muito por ser feito. Em Lisboa, encontra-se ainda vasta produção de gazetas e jornais que descrevem os enlances da diplomacia portuguesa em Roma, em especial na sessão de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. Existe ainda vasta documentação italiana que retratam os problemas portugueses em Roma, tais como os documentos do Arquivo Vaticano. Ademais, diversos compêndios de fontes italianas foram apenas tangenciados aqui, marcadamente as obras de Alessandro Ademollo e Francisco Morais. Estes documentos marcam a importância de outro tipo de fontes – pouco analisadas na tese, - as memórias das embaixadas, que visavam sobretudo, consolidar a posição política da nova dinastia. Assim, é certo que ainda existem muitas estradas por percorrer.

Fontes e bibliografias

1) Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL

Autos de Cortes e levantamentos ao throno dos serenissimos principes, e reys de Portugal. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo II (1640-1750).

Ephitalamios de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo I.

Manifestos de Portugal. Lisboa: s.n.t. 3 v. Folhetos 5, 16 e 21 (v. 1); 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 20, 22 e 23 (v.2) e 3, 4, 5, 6 e 7 (v.3).

Notícias de Embaixadas que os Reys de Portugal mandarão aos soberanos da Europa. Lisboa: s.n.t. V.1. Tomo I (1481-1653).

Sermões de Exéquias dos Serenissimos Príncipes, Infantes, e Infantas de Portugal. Lisboa: s.n.t. V.1. Folhetos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Tratados de Pazes de Portugal, celebrados com os soberanos da Europa. Lisboa: s.n.t. V. 1. Tomo I.

AVULSAS

ATAIDE, Tristão da Cunha. *Memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde 1º conde de Povolide.* Lisboa: Chaves Pereira, 1989.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português, & latino.* Lisboa-Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712. (CD-room).

CABRAL, Antonio Lopes. *Festas reays na Corte de Lisboa. Ao feliz casamento dos reys da Grão Bretanha Carlos & Catherina. Em os Tovros que se correram no Terreiro do Passo em outubro de 1661.* Lisboa: Domingos Carneyro, 1661.

COELHO, Laranja. *Cartas de El-Rei Dom João IV ao Conde da Vidigueira (marquês de Niza) Embaixador em França.* Lisboa : Academia Port. da História, 1940-1942.

FARIA, Leandro Dorea Caceres. (Fernão Correia de Lacerda). *Catastrophe de Portugal na depofição d'el Rei D. Affonso o sexto.* Lisboa: Miguel Manescal, 1669.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, histórica, Critica, e Chronologica, &c.* Lisboa: 1741-1759.

MORAIS, Francisco. *Relações itálicas da Restauração*. Coimbra, 1940.

PERES, Damião. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, 4 v.

SAMPAIO, António de Vilas Boas. *Nobiliarchia Portuguesa*. Lisboa: Francisco Villela, 1676.

SOUSA, D. Antonio Caetano de. [*Provas da*] *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente com as famílias ilustres, que procedem dos Reys e dos Sereníssimos Duques de Bragança, justificada com os instrumentos e Escritores de inviolável Fé*. Lisboa: por José Antonio da Silva, impressor da Academia Real, v. VI.

SOUZA, Camillo Aureliano da Silva. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Affonso 6. de Portugal*. Porto: Tipografia da Rua Formosa, 1845.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VERA Y FIGUEROA, D. Juan Antonio de. *El Embajador*. Sevilha: Por Francisco de Lyra, 1620.

Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

PRESTAGE, Edgar. *Relação da embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

_____ ; AZEVEDO, Pedro de. *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada para a Holanda*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

_____. *As duas embaixadas do Marquês de Nisa à França. (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

_____, *Relação da embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

FAJARDO, Diego Saavedra. *Relación de las cosas que hay dignas de saberse de Roma para quien trata del servicio del Rey en España*. Xunta de Galicia, 2000.

Relação do Sucesso que o Embaixador de Portugal teve em Roma com o Embaixador de Castela. Lisboa: Por Lourenço de Anueres, 1642.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da. Por ordem da Academia de Ciências de Lisboa. *Corpo Diplomático Português. Contendo os actos e as relações políticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. 15v.

SOUSA, Antonio da Silva e. *Instrucçam Política de Legados*. Hamburgo, 1656.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de Freitas. *Um Diálogo Epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MSLIV/0365

Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

Manuscritos do Convento da Graça, Tomo: 5E, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MMCG/5E.

Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota: PT/TT/MSLIV/0171.

2) Obras de referência

Anais da Biblioteca Nacional 1972, 8 v.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português, & latino*. Lisboa-Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712. (CD-Rom)

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2000, 2 v.

HESPANHA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime*. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, v. IV.

3) Livros, artigos e teses

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & Gontijo, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

- ABREU, Luís Machado de. “Anticlericalismo”. In: MARUJO, António; FRANCO, José Eduardo (org.). *Dança dos Demônios - intolerância religiosa em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- ACETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ADORNO, Theodor W. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Unesp, 2008.
- AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.
- ALBURQUERQUE, Martim. *Maquiavel e Portugal*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2008.
- ALESSANDRINI, Nunziatella; MATEUS, Susana Bastos; RUSSO, Mariagrazia e SABATINI, Gaetano. (org.). *Con gran mare e fortuna : circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na época moderna*. Lisboa : Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2015.
- AMAZALAK, Moses Bensabat. *Relações Diplomáticas entre Portugal e França no reinado de D. João IV (1640-1656)*. Lisboa: 1934.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BADINTER, Elisabeth. “Introdução”. In: *As Paixões intelectuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007-2009, 1v., p. 11-18.
- BEIK, Willian. *Absolutism and Society in Seventeenth-century France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRNINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 389-405.
- BIANCHERI, Boris. *Conciliar o mundo: a diplomacia na era global*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BIAGIOLI, Mario. *Galileu, Cortesão: a prática da ciência da Cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2003.
- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Verá Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

BLACK, Jeremy. *Kings, Nobles and Commoners: States and Societies in Early Modern Europe*, I.B. Tauris, 2004.

_____. *A History of Diplomacy*. Londres: Reaktion Book, 2010.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. “O vassalo e o senhor”. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo : Ed. Nacional, 1973, pp. 172-185.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. “D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683) rainha de Portugal” In.: *Portugal e o Piemonete: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*. LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Blythe Alice. (coord.) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 167.

BRUN, Miguel Angel Ochoa. *Historia de la Diplomacia Española. Repertório diplomático. Listas cronológicas de Representantes. Desde la Alta Edad Media hasta el año 2000*. Madrid, Ministerio dos Asuntos Exteriores, 2002.

BOBBIO, Norberto; MTETEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTTOMORE, T. B. *As classes na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal nos tempos dos Felipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2002.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. CARDIM, Pedro. Xavier, Ângela Barreto. (org.). *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D.Afonso VI*. Lisboa: Quetzal Editora, 1996.

_____. *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BRASÃO, Eduardo. *A missão à Roma do Bispo do Lamego*. Coimbra: Editora limitada, 1945.

_____. *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Editorial Resistência.

_____. *A restauração e a Colônias Portuguesas*. Academia Portuguesa de História, do Instituto de Coimbra e a da Sociedade de Geografia de Lisboa. Comemorações dos centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940,

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália. Um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. “*The Language of orders in early modern Europe*”. In: BUSH, M. L.(org.). *Social orders and social classes in Europe since 1500 : studies in social stratification*. Harlow : Longman Group, 1992.

_____. *História Ocular: história e imagem*. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. *A arte da conversação*. São Paulo: Edusp, 1995.

BUSH, M.L. “*An anatomy of nobility*”. In: BUSH, M.L. (org.). *Social orders and social classes in Europe since 1500: studies in social stratification*. Harlow : Longman Group, 1992, pp.26-46.

CAMENIETSKI, Carlos Ziller. *O Paraíso Proibido*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CARVALHO, Daniel Pimenta Oliveira de , “O conflito político português na Europa em meados do século XVII: diplomacia, informação e imprensa.” *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 14 octobre 2013, consulté le 12 juillet 2018.

CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

_____. *Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime*. In: Revista de História da Idéias. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.22, 2001, pp.133-74.

_____. “Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime”. In: Nação & Defesa. N°87, 1998, pp.129-158.

_____. “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade do Seiscentos” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n° 13, p. 13-57.

_____. A sociedade de corte e a sociogênese da esfera privada. In: José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (org.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

_____; MONTEIRO, Nuno Gonçal; CUNHA, Mafalda Soares. (org.). *Optima Pars. As Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____; XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

_____. A sociedade de corte e a sociogênese da esfera privada. In: José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Monteiro (org.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

_____; Joan Lluís Palos (eds.). *El mundo de los virreys en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012.

_____. “Nem tudo se pode escrever”. *Correspondência Diplomática e informação política em Portugal durante el siglo XVII*. In: Cuadernos de Historia Moderna, 2005, V. IV, p. 95-128.

CELESTINO, Maria Regina. *Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa / Rio de Janeiro: DIFEL / Bertrand Brasil, 1990.

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação. Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLOMER, Jose Luis. *Arte y diplomacia de la monarquía hispanica en el siglo XVII*. Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2003.

COSANDEY, Fanny (org.). *Dire et vivre l'ordre social en France sous l'Ancien Regime*. Paris: Editions des Ecole des hautes études en sciences sociales, 2005.

COSTA, Luciano Cesar da Costa. *A hierarquia das precedências no Portugal restaurado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2014.

COX, Oliver Cromwell. “Estamentos”. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973, pp. 239-262.

CUNHA, Mafalda Soares da Cunha. "Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica". In: Bartolomé Yun Casalilla (coord.), *Las redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 205-232.

_____. "A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares", In: *Análise Social*, n.º 166, 2003, p. 208-217.

_____; FRANCO, Juan Hernández (Orgs.). *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, 2010, p. 47-75.

CURTO. Diogo Ramada. "A *Capela Real: um espaço de conflitos* (séculos XVI a XVIII). Espiritualidade e Corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)." In: *Revista da Faculdade de Letras, série Línguas e Literaturas*, Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, p. 143-154.

_____. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

DANDELET, Thomas. *La Roma Española (1500-1700)*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

DAVIS, Natalia Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DOMINGUES, José Maurício. *A sociologia de Talcott Parsons*. Niterói: EdUFF, 2012.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *A História*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 2008.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2v.

_____. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar., 1994.

_____; John L. Scotson. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____]; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio. En el proceso de la civilización*. Madrid: Fondo de Cultura, 1992.

ELLIOT, John H. “A conquista espanhola e a colonização da América” e “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII” In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 135-194 e 283-337.

ERASMO, Desidério Erasmo. *Elogia a loucura*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

FERNANDEZ, A.P. “El Estado Real”. In: *Fragmentos de Monarquía*. Madrid. Alianza, 1992, pp. 86-105.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da história política*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 5, n. 10, 1992, pp. 265-271.

FILHO, Marcílio Toscano Franca. *Historia y la razón del paradigma westfaliano*. In: Revista de Estudo Políticos. Madrid, 2008, n° 131, p. 87-110.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. (org.). *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

FREYER, Hans. “*A Sociedade Estamental*”. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social : leituras de sociologia*. São Paulo : Ed. Nacional, 1973, pp. 168-171.

FRIGO, Daniela (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice: 1450-1800*. Cambridge University Press, 2000.

GAMA, Fonseca da. *O Bispo-embaixador. D. Miguel de Portugal*. Conferência feita em Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição, a 20/12/1944, no início das comemorações do centenário da Diocese. 1945, Edições-Crisis, Lamego.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- _____ ; PIERSON, Christopher Pierson. *Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força, História, Retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.13-45.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GREENGRASS, M. (Ed.). “Introduction: Conquest and Coalescence”. In: *Conquest and coalescence. The shaping of the State in Early Modern Europe*. London, Edward Arnold, 1991, pp.8-23.
- GROH, Thiago. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antônio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2011.
- HERNANDO, Máximo Diago. “La Lucha por El poder en las ciudades castellanas en el contexto de la revuelta comunera”. In: FORTEA, P., J.I. y GELABERT, J.E. (eds.). *Ciudades en conflicto*. Madrid, Junta de Castilla y León / Marcial Pons, 2008, pp. 411-441.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOF, Ulrich Im. “Os agentes do Iluminismo”. In: A Europa no século das luzes. Lisboa: Editorial Presença, 1995, pp.99-145.
- IRIBARNE, Manuel Fraga. *Don Diego de Saavedra y Fajardo y la Diplomacia de su época*. Madrid: Artes gráficas Arges, 1956.
- JANSCÓ, István & KANTOR, Íris. (orgs). In: *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Protuguesa*. São Paulo: Edusp, 2201, V. I. II.
- JOUANNA, Arlette. O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França. Tempo. Niterói, n. 30, 2011, p. 21- 40.
- KAGAN, Richard L. “Vendendo a História: historiadores e genealogias na Espanha moderna”. In: Rodrigo Bentes Monteiro; Daniela Buono Calainho; Bruno Feitler; Jorge Flores. (orgs.). *Raízes do Privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 28-47.

KANTOROWICZ, Ernest. *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOSELLECK, R. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto UERJ, 1999.

_____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado Monárquico. França. 1460-1610*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

_____. *Saint-Simon ou sistema da corte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEAL, Ana Maria Homem. *Arquitectos da paz. A diplomacia portuguesa de 1640 até 1815*. Lisboa: Tribuna, 2008.

LOUSADA, Pires Abílio. *A Restauração Portuguesa de 1640 – Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática portuguesa: constates e linhas de força*. Revista Nação e Defesa.

MARAVALL, José Antonio. *La Cultura del Barroco*. Barcelona: Ariel, 1986.

_____. *Poder, honor y elites en el siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989.

MARTIN, Laurence. *Diplomacy in Modern European History*. Nova Iorque: Macmillan Company, 1966.

MARX, Karl Marx; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expresso Popular, 2008.

_____. Karl Marx. “As classes” In.: *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Ano [1883], Livro Terceiro, v.6, p.1012-1013.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. (org.) *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTINGLY, Garrett. *Renaissance Diplomacy*. Baltimore, Penguin Books, 1964,

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin, 2010.

_____. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

MESA, Enrique Soria. *La nobleza en la España moderna; cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

MATTOSO, José (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

MAUSS, Marcel. Cf. Marcel Mauss. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MILLAN, José Martínez. *El triunfo de Roma. Las Relaciones entre el papado y la Monarquía Católica durante el siglo XVII*. In: Centros de poder italianos en la monarquía hispánica (siglos XV-XVIII) / coord. por José Martínez Millán, Manuel Rivero Rodríguez, Vol. 1, 2010, p. 1-82.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia" In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1994. Vol. 4, pp. 338-62.

_____. *Casamento, Celibato e Reprodução Social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. *Análise Social* Vol. XXVIII, 1993, pp. 921-950.

_____. "Elites da corte e elites das periferias antes de 1808". In: Martins, Ismênia e Motta, Márcia. (org.). *A corte no Brasil*. Niterói, Editora da UFF, 2010. p.19-35.

_____. "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular". In: Francisco Chácon Jiménez e Juan Hernandez Franco (eds.). *Familia, poderosos y oligarquías*. Murcia: Univ. de Murcia, 2001, p. 17-37.

_____. "O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos." In: *Análise Social*, vol. xxvii (116-117), 1992.

_____. *Elites e Poder - Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p.19-36.

_____. "Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII." In: Bicalho, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral (Eds.), *Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português - Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp.93-118.

_____. "A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco (1668-1750)." In: Mattoso, José (Eds.), *História de Portugal*. Lisboa: Lexicultural, 2002, pp. 267-282.

_____. "Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica". In: *Etnográfica*, vol.12, 2008, p. 45-58.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América 1640-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. (org.). *Espelhos Deformantes. Fontes, problemas e pesquisas em História Moderna. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. “As Reformas Religiosas na Europa Moderna. Notas para um debate historiográfico”. In: *Revista Varia História*. Departamento de História – FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2007, p. 130-150.

_____. MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CALAINHO, Daniela Bueno; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge. (orgs.). *Raízes do Privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOUSNIER, Roland. *As Hierarquias Sociais*. Lisboa: Editora Publicações Europa-América, 1974.

OUTHWAITE, William Outhwaite; BOTTMORE, Tom. (Eds.). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2006.

_____. A igreja e o Poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*; vol. 2, João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coords.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 135-185.

_____. *Baluartes da Fé da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PALAHRES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PARKER, Geoffrey. *Europa en crisis. La Guerra de los Treinta Años*. Capturado em <http://historia.dosmildiez.net>

PEDREIRA, Jorge. “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes na Praça de Lisboa (1755-1822)”. In: *Análise Social*, vol. XXI (136-137), 1996, p. 355-379.

PESTANA, Fábio. *A história dos excluídos a bordo das caravelas e naus dos descobrimentos: grumetes, órfãos e degredados*. Revista: Para entender a história. Ano 2, junho, p. 1-8.

PRESTAGE, Edgar. *Portugal, Brasil e Grã-Bretanha. Lição inaugural*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

PIMENTEL, Maria Graziela. D. João e Inocência X. Um conflito seiscentista de poderes. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa, 2001.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. *The maquiavellian moment: Florentine political thought and the republican tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

PRESTAGE, Edgar; BOCAGE, Carlos Roma du. *Relação da Embaixada a França*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

PUJOL, Xavier Gil. *Pluralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre a Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII*. In: Penélope. Lisboa: Edições Cosmos, 1991. N°5, pp. 119-144.

REDDY, William M. “*The concept of class*”. In: BUSH, M. L. (org.). *Social orders and social classes in Europe since 1500 : studies in social stratification*. Harlow: Longman Group, 1992, pp.13-24.

REGO, João de Figueirôa. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: alguns aspectos. Disponível em www.academia.edu/9241278/A_limpeza_de_sangue_e_a_escrita_geneal%C3%B3gica_nos_dois_lados_do_Atl%C3%A2ntico_entre_os_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII_Alguns_aspectos. Capturado em 23/08/2015, p. 3.

RENOUVIN, Pierre. (Ed.). *Historia de las Relaciones Internacionales*. Madri: Aguilar, 1967. 3v.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: A experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBOT, Luis. *El arte de Gobernar. Estudios sobre la España de Los Austrias*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

RODRÍGUEZ, Manuel Rivero. *Diplomacia y relaciones exteriores en la Edad Moderna. De la Crisandad al sistema europeo 1453-1794*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

_____. *La edad de oro de los virreyes en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal, 2011.

- RONÁI, Paulo. Dicionário universal de citações. São Paulo: Círculo do livro, 1985.
- QUINTANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ROPER, Trevor H.R. *Religião, Reforma e Transformação social*. Lisboa: Presença, 1981.
- SAAVEDRA, Maria Del Carmen (Ed.). *La decadencia de la monarquía hispánica en el siglo XVII*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2016.
- SABATINI, Gaetano; CARDIM, Pedro. (org.) *António Vieira: Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: CHAM – Centro Histórico de Além-Mar, 2011.
- SANTOS, Catarina Madeira. “Goa é a capital de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNPCDP, 1999.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SENEILLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo. Editora 34, 2006.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa, Doutrina e Crítica*, vol. III: *Século XVIII*, Lisboa: Verbo, 1974, p. 86-91.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- SIGNOROTTO, Gianvittorio; VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Courts and Politics in Papal Rome (1492-1700)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (orgs.). *Culturas Políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SORIA MESA, E. *La nobleza em La España moderna*. Madrid, Marcial Pons, 2007.
- SOUSA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos. Relações de poder na Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.
- _____. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

- STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000.
- TENENTI, Albeto. *La Edad Moderna*. Barcelona: Crítica, 2000.
- TILLY, Charles. *Coerción, capital y los Estados europeos, 990-1990*. Madri: Alianza, 1992.
- TOENNIES, Ferdinand. “Estamentos e classes”. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social : leituras de sociologia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973, pp.262-283.
- TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 2 v., Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982.
- TUMIN, Melvin. *Estratificação Social*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- TREVELYAN, George McCaulay. *A Revolução Inglesa: 1688-1689*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- TRONI, Joana. *Catarina de Bragança*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: ESTAR, 2001.
- OLIVEIRA, António de. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Península. Revista de Estudos Ibéricos, n°6, 2009, p. 17-60.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *Paz declarada e guerra fingida*. In: Revista Tempo. Departamento de História. Niterói: Eduff, 2009, n°27. *Antônio Vieira. Jesuíta do rei*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- VEYNE, Paul Veyne. *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. São Paulo: Edusp, 2015.
- VALE, Teresa Leonor. *Arte e Diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scibe, 2015.
- _____. *Diário de um Embaixador Português em Roma (1676-1678)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2006.

VENANCIO, Renata Pinto; FERRO, Maria José; PEREIRA, Maria Teresa. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n°52, 2006, p. 274-294.

VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.

VILLARI, Rosário. (dir.). *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

VISCEGLIA, Maria Antonietta. *Guerra, Diplomacia y etiqueta en la corte de los Papas (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2010.

WEBER, Max. “*Feudalismo e Estado Estamental*”. In: IANNI, Octavio. Teorias de estratificação social : leituras de sociologia. São Paulo: Ed. Nacional, 1973, pp. 190-236.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999, 2v.

XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde e não aonde quer*”; *Razões da Política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.